

NUNO ADRIANO BOLINHAS LOPES

**MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM
PORTUGAL.
A PERCEÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS.
O Caso do Concelho de Sesimbra**

Orientadora: **Professora Doutora Ana Paula Silva**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Educação
Lisboa
2020**

NUNO ADRIANO BOLINHAS LOPES

**MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM
PORTUGAL.
A PERCEÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS.
O Caso do Concelho de Sesimbra**

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre em Administração Educacional e Regulação da Educação, no Curso de Mestrado em Administração Educacional e Regulação da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, com o Despacho de Nomeação de Júri Nº 298/2020, de 23 de dezembro de 2020, com a seguinte composição:

Presidente: Prof.^a Doutora Elsa Estrela

Arguente: Prof. Doutor Pedro António Abrantes

Orientadora: Prof.^a Doutora Ana Paula Silva

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Educação
Lisboa
2020**

Agradecimentos

“Se fui capaz de ir mais longe, foi porque me apoiei em ombros gigantes.”

Isaac Newton

Como António Machado afirmou, “o caminho faz-se caminhando”, no entanto esse caminho poderá ser mais ou menos tortuoso dependendo de quem nos acompanha e sob os ombros de quem nos apoiamos.

Nesta minha jornada de dois anos não foram muitos os que me acompanharam, mas foram sem sombra de dúvida aqueles que mais necessitei.

À Professora Doutora Ana Paula Silva, que desde o dia em que teve a coragem de aceitar ser a orientadora desta investigação, foi um porto seguro onde pude recorrer em dias de tempestade.

Pela sua dedicação, confiança, paciência e honestidade o meu muito obrigado.

Aos meus colegas de curso, Ana, António, Arzema, Elsa, Florbela, Liliana e Irene pela amizade e companheirismo durante esta caminhada, obrigado.

Ao Doutor Luís Ferreira pelas palavras de incentivo quando a motivação se dissipava numa nortada de dúvidas e incertezas, obrigado.

A todos os atores que participaram nesta investigação, diretores dos Agrupamentos, professores, entidades autárquicas, representantes das associações de pais e forças vivas do Concelho de Sesimbra, pela colaboração, receptividade e incentivo o meu agradecimento.

Aos meus amigos pelos constantes convites para “almoçaradas e jantaradas” que muitas vezes serviram de escape para libertar a pressão, obrigado.

À minha esposa Ana, à minha filha Mariana e ao meu filho João, por terem conseguido “aturar” o mau humor e acima de tudo por acreditarem em mim, muito obrigado.

Por fim, não pela sua menor importância mas precisamente pelo oposto, aos meus pais, Emília e Manuel que sempre me incentivaram na perseguição dos meus sonhos, independentemente das dificuldades que possam surgir durante o caminho, não desistindo e acreditando que com esforço, dedicação e honestidade os objetivos a que propusemos podem ser alcançados, os meus sinceros agradecimentos.

Resumo

Enquanto fenómeno social, a educação tem como objetivo primordial a transmissão de conhecimentos, sejam eles de carácter cultural ou científico, os quais são condicionados pelo meio envolvente onde se desenvolvem.

Consciente dessa realidade, vários países da Europa e do Mundo, tem vindo ao longo das últimas décadas a alterar as suas políticas educativas, assumindo uma postura descentralizadora, promovendo a intervenção educativa do local.

Em Portugal, embora suportado por um quadro normativo comum a todos os municípios, as respostas dadas pelos municípios têm sido díspares, facto que tem gerado alguma controvérsia.

Esta discrepância nas respostas dadas pelos municípios, e a curiosidade em perceber a perceção que os diversos atores educativos do Concelho de Sesimbra, docentes, autarquia, pais e encarregados de educação, no que à transferência de competências, ao nível da educação, do Poder Central para o Poder Local, possuem, serviu como questão de partida para a realização do presente estudo.

Optamos pela metodologia do estudo de caso que inscrevemos num paradigma de investigação qualitativa, recorrendo à análise documental e realização de entrevistas.

Os resultados obtidos evidenciam uma convergência de opinião dos atores envolvidos, considerando a municipalização da educação, suportada pela proximidade, como uma mais-valia para o desenvolvimento do local e do sistema educativo em geral.

A politização da educação, a possível transferência da gerência do pessoal docente e o aspeto financeiro são os aspetos apontados como negativos.

Palavras-chave: políticas educativas; descentralização; poder local; município; perceções dos atores locais.

Abstract

As a social phenomenon, education has as its primary objective, the acquiring of knowledge, whether of a cultural or of a scientific nature, which can be conditioned by the environment where they take place.

Aware of this reality, several countries in Europe and in the world have been over the last decades, changing their educational policies, assuming a decentralizing role, promoting the educational intervention of the area where it takes place.

In Portugal, although supported by a regulatory framework common to all municipalities, the responses given by the local authorities have been diverse, a fact that generated some controversy.

This discrepancy in the answers given by the municipalities, and the curiosity in understanding the perception that the various educational participants in the locality of Sesimbra, such as teachers, autarchy, parents and guardians, regarding the transfer of capacities, in terms of education, from the Central to the Local Power, have been used as a starting point for the accomplishment of this study.

We opted for the methodology in case study that we registered in a qualitative research paradigm, using document analysis and interviews.

The results obtained show a convergence of opinion among the participants involved, considering the several governing bodies of education, supported by their proximity, as an asset for the development of the area and the educational system in general.

The politicization of education, the possible transfer of the teaching personnel management and the financial aspect, are areas identified as negative.

Keywords: educational policies; decentralization; local power; municipality; perception of local actors.

Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

AEC - Atividades de Enriquecimento Curricular

AML – Área Metropolitana de Lisboa

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

ATL – Atividades de Tempos Livres

CASCUZ – Centro de Apoio Sócio Cultural Unidade zambujalense

CDU – Coligação Democrática Unitária

CDS – Centro Democrático Social

CLE – Conselho Local de Educação

CME – Conselho Municipal de Educação

CNE – Conselho Nacional de Educação

COVID - 19 - Coronavirus Disease 2019

DPEU - Divisão de Planeamento e Estratégia Urbanística

FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

EN 378 – Estrada Nacional 378

EN 379 – Estrada Nacional 379

EN 10 – Estrada Nacional 10

PEC - Projeto Educativo Concelhio

PP – Partido Popular

PPD – Partido Popular Democrático

PSD – Partido Social Democrático

UTDJ - Unidade Técnica de Desporto e Juventude

UTTRV - Unidade Técnica de Trânsito e Rede Viária

Índice Geral

Resumo	4
Abstract	5
Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	6
AEC - Atividades de Enriquecimento Curricular	6
Índice Geral	7
Índice de Tabelas	10
Índice de Figuras	11
Introdução	12
Pertinência do Estudo	15
Parte I – Enquadramento Teórico	17
Capítulo 1 – A Municipalização	18
1.1– Evolução Histórica até Atualidade	18
1.2– Definição de Conceitos	29
1.2.1– Centralização	30
1.2.2– Desconcentração	32
1.2.3– Descentralização	33
1.2.4- Municipalização versus Descentralização	35
Parte II - Estudo empírico	40
Capítulo 2 – Caracterização do Concelho de Sesimbra	41
2.1 – Contexto Histórico	41
2.2 – Contexto Humanizado	50
2.2.1 – Visão Geográfica	50
2.2.2 – Visão Económica	53
2.2.3 – Visão Sociodemográfica	55
Capítulo 3 – A Educação no Concelho de Sesimbra	57
3.1 – Retrato da Situação	57

3.2 – As Redes de Comunicação	60
3.3 – O Pelouro da Educação	61
3.4 – Investimentos Diretos do Município na Educação	64
3.5 – Carta Educativa.....	65
3.6 – Conselho Local de Educação/Conselho Municipal da Educação.....	67
3.6.1 – Do Conselho Local de Educação ao Conselho Municipal de Educação	67
3.6.2 – Composição do Conselho Municipal da Educação	69
3.6.3 – Competências do Conselho Municipal da Educação	72
Capítulo 4 – Características do Estudo e Opções Metodológicas	73
4.1 – Questão(ões) de Partida e Objetivos da Investigação	73
4.2 – Opção pela Metodologia Qualitativa.....	74
4.3 – Cuidados a Adotar com a Utilização da Metodologia Qualitativa	77
4.4 – Participantes na Investigação.....	78
4.5 – Técnica de Recolha de dados.....	80
4.5.1- Recolha e Análise Documental	80
4.5.2. – Entrevista	81
Capítulo 5 – Apresentação, Análise e Interpretação dos Resultados	84
5.1 – Perceção dos Docentes Sobre a Transferência de Competências na Educação do Poder Central para os Municípios no Concelho de Sesimbra?	85
5.2 - Perceção dos Autarcas Sobre a Transferência de Competências na Educação do Poder Central para os Municípios no Concelho de Sesimbra	96
5.3– Perceção dos Pais e Encarregados de Educação Sobre a Transferência de Competências na Educação do Poder Central para os Municípios no Concelho de Sesimbra.....	101
Conclusões	108
Bibliografia	115
Legislação consultada	121
Apêndices	I
Guião de Entrevista - Docente	II

Guião de Entrevista - Autarca	III
Guião de Entrevista - Pais/Encarregados de Educativa	IV
Transcrição de Entrevista Sujeito 1	V
Transcrição de Entrevista Sujeito 2	XII
Transcrição de Entrevista Sujeito 3	XXIV
Transcrição de Entrevista Sujeito 4	XXVII
Transcrição de Entrevista Sujeito 5	XXXII
Transcrição de Entrevista Sujeito 6	XXXVIII
Transcrição de Entrevista Sujeito 7	XLIX
Transcrição de Entrevista Sujeito 8	LIV
Transcrição de Entrevista Sujeito 9	LVI
Análise de conteúdo.....	LX
Matriz de análise de conteúdo – S1.....	I
Matriz de análise de conteúdo – S2.....	XIII
Matriz de análise de conteúdo – S3.....	XXXIV
Matriz de análise de conteúdo – S4.....	XXXVIII
Matriz de análise de conteúdo – S5.....	XLVI
Matriz de análise de conteúdo – S6.....	LV
Matriz de análise de conteúdo – S7.....	LXVII
Matriz de análise de conteúdo – S8.....	LXXVI
Matriz de análise de conteúdo – S9.....	LXXXI

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Competências atribuídas ao município português

Tabela 2 - Distribuição da população do concelho por freguesias entre 1960 e 2011

Tabela 3 - Instituições Públicas de Educação no concelho de Sesimbra

Tabela 4 - Instituições Solidárias no concelho de Sesimbra

Tabela 5 - Instituições Privadas no concelho de Sesimbra

Tabela 6 - Quadro Comunitário de Apoio - QREN 2007-2013

Tabela 7 - Quadro Comunitário de Apoio – Portugal 2020

Tabela 8 – Legislação do Concelho Local de Educação à formação do Concelho Municipal de Educação

Tabela 9 - Composição do Conselho Municipal de Educação (artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003)

Tabela 10 - Questões de Investigação e Objetivos

Tabela 11 – Caracterização dos Sujeitos Participantes por Grupo de Estudo

Tabela 12 - Calendarização das entrevistas

Índice de Figuras

Figura 1 - O Concelho de Sesimbra no contexto da envolvente

Figura 2 - Organograma do executivo da Câmara Municipal de Sesimbra

Figura 3 - Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Sesimbra

Figura 4 – Estrutura orgânica do Pelouro da Educação

Introdução

No desenvolvimento de qualquer pesquisa está sempre subjacente a vontade de conhecer algo que extrapola a simples curiosidade e que vai ao encontro da transformação. É com este pensamento subjacente que encetamos esta investigação, na esperança que a mesma contribua para a clarificação da posição que os diversos intervenientes no processo educativo, no Concelho de Sesimbra, possuem.

As questões educacionais ocupam na atualidade um protagonismo inquestionável sendo um fenómeno social que tem por base a transmissão de conhecimentos cultural ou científicos, muitas vezes condicionados pelas características do meio envolvente e das interações entre várias estruturas, nomeadamente, entre escola e município.

Nos últimos anos, a discussão sobre o papel que o Estado detém nos processos de decisão política e de administração da educação tem sido colocado em causa, devendo o número de competências a transferir para o poder local ser mais significativo, promovendo dessa forma a descentralização do ensino. Nesta linha de pensamento, Barreto (1995), afirma que "...a centralização contemporânea, além de razoavelmente inútil, se vem transformando num obstáculo ao desenvolvimento educativo e num prejuízo social." (Barreto, 1995, p.195)

Convicto que nos próximos anos o percurso do sistema educativo passa pelo aumento da transferência das competências, do Poder Central para o Poder Local, no que à educação diz respeito, o município assume um papel preponderante, como afirma Fernandes (1996) "...os municípios serão sempre um parceiro insubstituível de qualquer processo de descentralização." (Fernandes, 1996, p.120)

A possibilidade do município assumir um papel tão relevante na esfera educativa, tratar-se-á de um novo paradigma organizacional que carece de adaptação e adoção pelos diversos atores envolvidos.

Durante o meu percurso profissional de duas décadas e meia, tive a oportunidade de lecionar todos os ciclos de ensino, assim como desempenhar funções nos mais diversos cargos pedagógicos e administrativos, possibilitando-me um contato direto com os diversos intervenientes no sistema educativo. Esta experiência facultou-me o contato direto com diferentes autarquias locais e, consequentemente, com realidades muito díspares, evidenciando a existência de um grande desequilíbrio e diferenciação de atuações face ao mesmo quadro legislativo.

Constatei também, que a relação entre esses atores, principalmente entre a escola e o município, pautava-se por uma desconfiança mútua, apresentando cada uma das partes argumentos que, na sua perspetiva, faziam todo o sentido na

discussão de determinado assunto. Agora, que vários diplomas legislativos direcionam a sua ação numa articulação conjunta, na procura da melhoria do sistema educativo, como será?

Foi querendo saber mais sobre este “novo” paradigma da relação entre os diversos atores, que me motivou na realização deste trabalho. Para a realização deste estudo, optou-se pela metodologia de estudo de caso, por se concentrar numa situação específica, identificando e recolhendo a opinião dos diversos atores intervenientes na problemática em causa, através da entrevista. O presente texto organiza-se em capítulos, que se encontram divididos em duas partes.

Na parte I, procede-se à contextualização teórica, de forma a facilitar a tarefa de compreender o tema tratado aplicado num contexto específico.

Assim, no primeiro capítulo focamos a nossa atenção na participação das autarquias na educação, estabelecendo o seu percurso evolutivo das origens até à atualidade.

Procuramos ainda explicitar os conceitos da centralização, desconcentração e descentralização, evidenciando as dissemelhanças entre cada um deles, assim como esclarecer, segundo diversos autores, quais as diferenças, vantagens e desvantagens, entre municipalização e descentralização.

No segundo capítulo, e tratando-se de um estudo de caso, procedeu-se à caracterização do Concelho de Sesimbra, evidenciando algumas marcas fundamentais que possibilitam a sua caracterização, quer ao nível do contexto histórico quer do contexto humanizado,

No terceiro capítulo, e após a contextualização histórica e humanizada, debruçamo-nos sobre o universo educativo do Concelho de Sesimbra, passando pela organização do Pelouro da educação, pela intervenção do município na procura de dotar o parque escolar de melhores condições de funcionamento.

Ainda neste capítulo, apresenta-se o percurso evolutivo do Conselho Local de Educação (CLE) até ao Conselho Municipal da Educação (CME), assim como a composição e competências deste último.

A parte II, dedicada às opções metodológicas é composta pelo capítulo quatro, onde se apresenta a questão de partida e as subquestões que dela advém, assim como os objetivos que visam alcançar. São também apresentadas e explicitadas todas as razões pelas opções tomadas, no que diz respeito à utilização da metodologia qualitativa e os cuidados na sua aplicação, ao “porquê” da escolha dos participantes, ao contexto, aos instrumentos e procedimentos de recolha de dados, à análise e à interpretação dos dados.

No capítulo cinco, são apresentados os resultados da análise dos dados das entrevistas e a discussão dos mesmos, finalizando com a identificação da percepção que os diversos atores participantes neste estudo possuem em relação à problemática em estudo.

Concluindo, esperamos que a realização deste trabalho, investigação, seja caracterizada não só pelo rigor acadêmico que lhe é devido mas também pela pertinência do tema, e que os resultados alcançados possam contribuir para a clarificação dos “sentimentos” que os diversos atores, docentes, autarcas, Associações de Pais, possuem em relação à transferência de competências, ao nível da educação, do Poder Central para o Poder Local, pois só com essa clarificação poderemos refletir, definindo um percurso educativo de sucesso que respeite os interesses dos envolvidos, e assim ir de encontro às necessidades dos verdadeiros interessados, os alunos.

Pertinência do Estudo

A importância da Educação e da Formação nas sociedades contemporâneas assume uma importância decisiva, levando os seus diversos atores, a defender e propor novos caminhos, uma nova política e uma nova administração dos sistemas educativos, que conduzam à sua melhoria efetiva.

A procura por essa melhoria implica, não só envolver as escolas, mas também as comunidades locais, porque muitos dos problemas que afetam os alunos são de cariz social. A relevância atribuída ao município surge como “algo” natural, enquanto instância mais próxima da realidade efetiva da sua população. O poder local assume, assim, um papel privilegiado fazendo dele um parceiro fundamental nas dinâmicas de descentralização política e administrativa.

Historicamente, o papel, que os municípios desempenham na organização e gestão do território e quais as suas competências, emerge desde a remota época do império romano. Entre estas, naturalmente, contam-se também as competências na área da educação, embora só tenham ganho particular relevo após o século XIX, altura em que se iniciou a universalização do ensino, e com maior acuidade no século XX, sobretudo após a década de 1980.

Apesar de boa parte da legislação portuguesa fundamental, como a Constituição da República, a Lei de Bases do Sistema Educativo e a Lei das Finanças Locais, bem como os programas dos sucessivos governos democráticos, ter consagrado à municipalização da educação a necessária dimensão institucional e política, constata-se que a sua aplicação, por diversos motivos, nem sempre surte os efeitos desejados.

Tratando-se de um tema atual, analisado e debatido pelos diversos intervenientes, enquanto relação entre o poder central e o poder local, e porque, profissionalmente, o investigador se tem movimentado neste “jogo do empurra”, o que lhe despertou o interesse para o estudo que agora se apresenta.

O investigador deixou-se, portanto, seduzir por este tema, que transformou no motivo de investigação para este trabalho, pretendendo, mais concretamente, perceber qual a perceção que os principais atores neste processo, Docentes, Autarcas Associações de Pais/Encarregados de Educação têm sobre a referida transferência de poderes.

Sabendo que se trata de um Estudo Caso, não esgotando de forma nenhuma a investigação nesta área, poderá contribuir para um estudo futuro mais amplo, a nível nacional, onde se consiga situar a posição que os atores envolvidos têm sobre uma questão que não sendo nova nem recente, acarreta nos dias de hoje um significado que poderá alterar a forma como vemos o ensino.

Considera-se que são estes e outros aspetos que justificam e dão relevância à investigação a que o investigador propõe dar continuidade.

Parte I – Enquadramento Teórico

Capítulo 1 – A Municipalização

A municipalização ocupa nos dias de hoje um papel de extrema importância no que ao ensino diz respeito, surgindo amiúde normas, decretos que visam transferir para as autarquias um conjunto de competências, nem sempre de forma clara e regulamentada, que permita uma aceitação consensual e pacífica por parte de todos os atores envolvidos.

Na implementação de qualquer novo processo, a existência de “vozes” concordantes e discordantes é uma realidade, à qual a municipalização não é alheia.

Se, para muitos, a municipalização é a solução para melhoria do ensino, outros acreditam que esta porá em risco a existência do ensino público, caminhando para a sua privatização.

Esta polémica, em torno da municipalização, advém da tomada de posição extrema, de quem a discute, posições essas que não contribuem e influenciam aquando da discussão sobre a opção por este caminho.

A questão não pode ser colocada de “quem está favor ou contra”, mas quais os benefícios que traz para o sistema educativo e, conseqüentemente, para a população.

Muitas vezes, pouco interessa à população a instância administrativa que assume a educação. Porém, o importante é que esta seja a mais eficiente possível. Assim, a municipalização “só é desejável e defensável se for colocada a serviço dos cidadãos” (Fonseca, 1990, p.135).

1.1– Evolução Histórica até Atualidade

Historicamente, o município constitui a primeira instância de cidadania, é a categoria autárquica com mais profundas e importantes raízes no nosso país e, porventura, a mais atuante, considerando as atribuições e os recursos que historicamente lhe foram conferidas (Neves, 2004).

Se, nos dias que correm, os municípios representam a “vitória” da vida democrática do nosso País, sendo parceiros por excelência das escolas, a história mostra-nos que o ter alcançado essa “vitória”, não foi de forma alguma um processo pacífico nem tão pouco linear. Foi sim um processo, caracterizado por avanços e retrocessos, que remontam à própria génese do município, como república local e célula do Estado democrático.

Em Portugal, a administração foi marcada, desde muito cedo, por uma forte e longa tradição centralizadora, onde se destaca a ação do Marquês de Pombal, que expulsou do país os Jesuítas e procedeu à reforma dos Estudos Menores, de que aquela ordem religiosa era a provedora principal. De então para cá, a centralização da

educação é uma quase-constante da história de Portugal, com alguns períodos pelo meio de afirmação dos ideais municipalistas.

Apesar da Reforma promovida pelo Marquês de Pombal constituir um momento marcante na história de Portugal, no que à educação diz respeito, será importante salientar que os municípios já tinham algum papel na educação das populações antes da reforma pombalina. Referindo-se aos séculos XV e XVI, Fernandes (2009) salienta que “...as Câmaras Municipais, em numerosos casos, financiavam a ação dos professores particulares e até de certas Ordens Religiosas como os Jesuítas pagando-lhes suplementos em géneros ou dinheiro, para que ensinassem gratuitamente os filhos dos habitantes dos respetivos municípios.” Fernandes (2009, p.66)

Refere ainda o autor que, “por vezes lançavam impostos concelhios ou coimas, em ordem a financiarem a criação de escolas de ler e escrever, de latim, de música e, em algumas regiões, de hebraico”. (Fernandes, 2009, p. 66).

Em meados do século XVIII, e em sintonia, “[...] o Estado toma o lugar da Igreja no controlo da educação, através de processos nem sempre pacíficos, e vai-se tornar o mais importante agente de expansão da instituição escolar.” (Teodoro, 2008, p. 20)

Na verdade, o sistema de ensino foi construído em vários países, entre os quais Portugal, com base no poder e autoridade do Estado (central).

Após a reforma implementada por Marquês de Pombal os primeiros sinais de vontade política descentralizadora manifestaram-se na sequência da revolução liberal de 1820.

A revolução de 1820, que completará a lei de 1790 no que diz respeito à completa integração do município na ordem pública, redefinirá profundamente os objectivos e finalidades deste municipalismo, inscrevendo-lhe agora também responsabilidades no domínio da Educação, Instrução e do Ensino. Mas será tão só o Liberalismo triunfante de pós 1832 que levará o município a integrar-se e participar mais activamente nas reformas e na sustentação da Instrução promovidas por Rodrigo da Fonseca Magalhães em 1835 e Passos Manuel de 1836, e decerto modo também nas de Costa Cabral, em 1844 e D. António Costa em 1870. (Capela, 2000, p.21)

A Constituição Política então aprovada atribuía à Câmara Municipal a responsabilidade de “cuidar das escolas de primeiras letras e de outros estabelecimentos de educação que forem pagos pelos rendimentos públicos” (Martins, Nave & Leite, 2006, p. 71). Esta era uma responsabilidade que vinha de mãos dadas com a afirmação do município em termos políticos e administrativos.

Mais tarde, no século XIX, mais propriamente em 1878 é de destacar a grande reforma da instrução primária, de Rodrigues Sampaio, que promovia uma forte

colaboração entre todas as instâncias da administração pública, o Estado, o município e a paróquia, impulsionando a descentralização da administração e gestão do ensino primário.

Essa reforma visava entre outros objetivos, transferir para os municípios algumas competências até então vedadas às autarquias.

Nesta continuação temporal e, corrobora Fernandes (1994), verificou-se, no âmbito da educação, uma nova tentativa de descentralização de competências para as autarquias, através das seguintes medidas: "construção e manutenção de escolas, a criação e manutenção de cursos de alfabetização, a nomeação e remuneração de professores e a concessão de subsídios aos alunos" (Fernandes, 1994, p. 51).

Rodrigues Sampaio promove a aprovação de um Código Administrativo descentralizador, onde o município assume um papel de relevo principalmente no suporte e implantação da Lei de Instrução Pública de 1878, colocando ao seu dispor os meios financeiros adequados.

Não sendo suficiente a verba para suportar todos os gastos com a instrução, os municípios, através da lei de 11 de junho de 1880, são obrigados a lançar um imposto especial para a Instrução primária. (Fernandes, 2000)

É de realçar que o aumento das receitas destinadas ao Ensino e Instrução teve também o apoio de variados mecenas, de entre os quais se destaca o legado do Conde Ferreira, dada a sua dimensão nacional, que no seu testamento deixou expressa a sua vontade:

Convencido de que a Instrução Pública é um elemento essencial para o bem da sociedade, quero que os meus testamenteiros mandem construir e mobilar cento e vinte casas para escolas primárias de ambos os sexos nas terras que foram cabeças de concelho, sendo todas por uma mesma planta e com acomodação para vivenda do professor, não excedendo o custo de cada casa 1:200\$000 réis, e, pronta que esteja a casa será a mesma entregue à Junta de Paróquia em que for construída, mas não mandarão construir mais de duas casas em cada cabeça de concelho e preferirão aquelas terras aquelas terras que bem entenderem. (Neto & Magalhães, 1969, p.171)

Recuperando a importância da Reforma de Rodrigues Sampaio, como medidas principais, destaca-se a forma como se processa o pagamento do vencimento dos professores e a formação dos professores. A constituição de um corpo de profissionais competentes e autónomos, implementando o modelo de formação pelas Conferências Pedagógicas de inegável alcance e sucesso. (Fernandes, 2000)

No entanto, e como em todas as mudanças existiam forças bloqueadoras, ou pelo menos, na sua perspetiva não viam estas mudanças com bons olhos, e como

refere Nóvoa “o primeiro grande impulso descentralizador, desencadeado pela reforma de 1878, depara-se com a oposição dos professores, receosos de serem transformados em empregados camarários ou, pior ainda, de ficarem novamente à mercê dos pais e das comunidades” (2005a, p. 49)

Com a implantação da República, que resultou de uma revolução organizada pelo Partido Republicano Português, em 1910, a descentralização passa a ser uma das principais medidas, com vista à melhoria da ação educativa, o que, por outro lado, também aumentava o poder das autarquias. Neste sentido, a descentralização administrativa foi uma das propostas do programa dos republicanos que, desde há muito, ambicionavam a sua intensificação.

No entanto, essa descentralização não obteve os resultados desejados, uma vez que começaram a surgir diversos problemas, de entre os quais se destacam os atrasos no pagamento dos vencimentos aos professores, assim como a falta de verba das autarquias para fazer face a diversas despesas com a educação, como refere Adão e Magalhães (2013) “...manutenção das escolas primárias, o que, de resto constituía já um grande encargo para autarquias sem meios e sem dinâmica”. (Adão, & Magalhães. 2013, p.134)

Começaram, então, a surgir problemas sobretudo com a responsabilidade financeira do pagamento dos ordenados. Nem sempre os municípios aplicavam as verbas expressamente realizadas para o pagamento dos professores, distribuindo-as muitas vezes por outras necessidades municipais. Utilizaram e desviaram frequentes vezes estas verbas com o geral protesto e prejuízo dos professores.

Este mal-estar provocou o desejo, pelo menos da parte do professorado, pelo restabelecimento da centralização. Assim, durante este período registaram-se vários momentos de alternância entre a centralização e a descentralização da educação para as câmaras municipais (Fernandes, 2004)

Com a aprovação da Constituição de 1933, entrou em vigor em Portugal um novo regime político, o Estado Novo, com uma lógica centralizadora, autoritária, burocrática e escolocêntrica. Com este novo regime, as atribuições aos municípios de responsabilidades na educação foram praticamente inexistentes.

Ao contrário dos princípios de descentralização que parecia emergir com a I República, o Estado Novo instituiu o centralismo como porta-estandarte da sua política.

As competências municipais eram irrisórias, limitando-se a pouco mais do que conceder licenças e passar atestados e certidões. Quaisquer atribuições ao fomento local ou na promoção cultural esbarravam logo à partida com a pobreza de recursos financeiros (...).

Sobre esta limitação de competências e pobreza de recursos incidia ainda como sombra permanente a tutela administrativa do Estado para o qual a incompetência municipal era a regra e a competência a exceção. (Fernandes, 1999 a, p. 165).

Com as políticas educativas direcionadas para exercer o controlo ideológico, através da adoção do “livro único” para cada classe, da seleção dos professores primários (em muitos casos substituídos por regentes escolares submissos e incompetentes), da vigilância sobre a pureza dos conteúdos e métodos de ensino (Mónica, 1978). Pretendia-se assim, reduzir a escola primária ao “ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal” libertando-a de “estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física da criança” (Preâmbulo da Portaria nº 9015, de 11 de Junho de 1938), considerada a obrigação de cada professor primário.

O Estado assumia-se como Estado-Educador, “a quem incumbia a educação nacional, cuja organização e controlo são deixados à administração central e passam pelo currículo académico, pelos modos de organização dos professores, dos alunos e do processo de ensino” (Formosinho, Ferreira & Machado, 2000, p. 32).

Estes autores resumem as políticas educativas deste período a duas reformas que consideram fundamentais: a reforma liceal de António Carneiro Pacheco (Decreto-Lei n.º 27084, de 14 de Outubro de 1936), que “comporta traços marcadamente ideológicos, estruturadores de uma escola de acordo com a trilogia Deus-Pátria-Família” e a de Fernando Pires de Lima (Decreto-Lei n.º 36507, de 17 de Setembro de 1947), que “já acentua sobretudo as vertentes de controlo burocrático e conformista” do sistema. (Formosinho, Ferreira & Machado, 2000, p. 32)

Assim, as escolas primárias foram durante décadas utilizadas para promover os ideais do Estado Novo, fomentando as relações desiguais e a obediência ao regime. Em 1973, perto do fim do regime do Estado Novo, um dos ministros responsáveis pela educação, Veiga Simão, com o objetivo de realizar uma reforma no sistema, propôs a Lei nº 5/73, de 25 de julho, que mais tarde ficou conhecida como Reforma Veiga Simão.

Esta lei procurava modernizar o ensino em Portugal, de modo a torná-lo numa alavanca do desenvolvimento social e económico e, apesar da defesa que fazia de políticas de democratização do ensino, não promovia a modificação do carácter centralizado da educação em Portugal.

O renascimento do município como expressão da democracia local dá-se com a mudança política ocorrida em 1974 e a aprovação da Constituição da República de 1976 que, no n.º2 do artigo 237º, consagrou as autarquias locais como parte

integrante da organização democrática do Estado, definindo-as como “pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas”.

Assim, com a instituição do regime democrático em 1974, começaram a ser criadas condições para alterar substancialmente o quadro de impotência das autarquias locais e a ideia de descentralização foi retomada, havendo um aparente consenso nacional em torno desta ideia. É claro que, como adverte Nóvoa, esse consenso “é um pouco enganador: alguns querem um maior poder das autarquias; outros insistem num reforço da autonomia das escolas; outros ainda pretendem intensificar a participação das comunidades locais na vida escolar” (2005a, p. 49).

Apesar dessa manifesta vontade, só após a década de 1980 se possa falar em verdadeira transferência de competências para os Municípios, e ainda assim, com algumas hesitações e discrepâncias entre a vontade legislativa e a sua plena aplicação.

O primeiro momento legislativo em que se clarificam as competências municipais surge com o Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de Março. No Capítulo II, Secção I, artigo 8.º, este Decreto-Lei delimita oito domínios de atuação dos municípios, a saber:

- equipamento rural e urbano;
- saneamento básico;
- energia;
- transportes e comunicações;
- educação e ensino;
- cultura;
- tempos livres;
- desporto e saúde.

Para cada uma delas, especifica áreas de intervenção. No caso específico da educação, o Decreto-Lei prevê que a responsabilidade dos municípios compreenda:

- “1) Centros de educação pré-escolar;
- 2) Escolas dos níveis de ensino que constituem o ensino básico;
- 3) Residências e centros de alojamento para estudantes dos níveis de ensino referidos no número anterior;
- 4) Transportes escolares;
- 5) Outras atividades complementares da ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico, designadamente nos domínios da ação social escolar e da ocupação de tempos livres;
- 6) Equipamentos para educação de base de adultos.” (DL 77/84, Artigo 8º)

E foi precisamente no domínio da educação que surgiu maior polémica, Oliveira (1995), num comentário ao referido decreto-Lei nº, expõe que “foi sobretudo a transferência das escolas do 1º Ciclo (...) pelos custos implicados pela sua construção e

aprovisionamento em material, em conjugação com os transportes Escolares (...), que maior controvérsia provocaram, visto as contrapartidas financeiras e os aumentos do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) se revelarem insuficientes para financiar estas atribuições e competências” Oliveira (1995. p.367)

Apesar desta transferência de competências para os municípios, e no que à transferência de verbas diz respeito, este Decreto-lei apresenta lacunas, referindo que para as áreas em questão as mesmas deverão ser realizadas “mediante acordo prévio a celebrar com o Governo, e sem qualquer apoio financeiro não previsto na Lei de Finanças Locais...” (secção II, artigo 12.º).

Com base nesta leitura, podemos concluir que os municípios devem assumir estas competências com base no financiamento de que dispõem, e que se encontra previsto na Lei de Finanças Locais, Lei n.º 1/79, de 2 de Janeiro.

Assim, esta transferência de competências não sendo acompanhada pela congénere financeira, reduziu este ato legislativo a uma simples prescrição teórica sem a adequada concretização prática, o que vai de encontro ao que Portas (1988) refere:

A primeira grande limitação ao Poder Local em Portugal (e não só) reside no grande número de competências imperfeitas ou burocraticamente tuteladas em que se move. A segunda grande limitação provém do facto do Poder Local se ter institucionalizado em plena «crise fiscal» do Estado e de a descentralização de competências ter constituído, portanto, uma descentralização da crise. Ou seja, descentralização de algumas funções particularmente sensíveis às políticas restritivas da última década e meia, por implicarem quer investimento quer aumento de pessoal, ou ambos. (1988, p.64).

Importante será ainda realçar, que das seis competências atribuídas aos municípios, apenas duas foram regulamentadas, os transportes escolares, no Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, e a ação social escolar, no Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de Dezembro.

Dois anos mais tarde, com a publicação da LBSE nº 46, de 14 de outubro de 1986, que representou um marco significativo, em termos legislativos, para o desenvolvimento das ideias de participação e descentralização, na medida em que recusa o modelo burocrático e centralizado de administração na sua forma concentrada, tal qual vem referido no Capítulo I, “Âmbito e Princípios”, em que se diz que o sistema educativo organiza-se de forma a [...] descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes. (artigo 3.º, alínea g).

Ideia que é corroborada com os artigos 38.º e 43.º, onde estão previstas, formas de descentralização e desconcentração da administração educativa, prevendo também a possível regionalização do território nacional. Todavia, esse diploma, para além da descentralização, privilegia também a participação comunitária (n.º 2 do artigo 43º) com a renovação do serviço público educativo, que, segundo Barroso (1998, p. 33), passa pela transferência de “[...] poderes e funções do nível nacional e regional para o nível local, reconhecendo a escola como um lugar central de gestão e a comunidade local (em particular os pais dos alunos) como um parceiro essencial na tomada de decisão.”

Formosinho e Machado (2000) também nos dão conta que esta lei define os princípios a que deveria obedecer a administração e gestão educativa ao nível central, regional autónomo, regional, local e de estabelecimento.

Já Lima (1992) refere que embora a LBSE tenha obtido consenso entre os partidos políticos, acabou, no entanto, por contribuir para a implementação de medidas de desconcentração dos serviços de educação em Portugal e não necessariamente descentralizadoras.

A 3 de fevereiro de 1989, e na sequência dos normativos da LBSE, é publicado o Decreto Lei n.º 43/89, que estabelece o regime jurídico da autonomia das escolas dos 2º e 3º ciclos, dos ensinos básico e secundário.

Este diploma possibilita à própria escola elaborar e definir a sua atividade educativa, através dos seguintes documentos: projecto educativo, plano anual de atividades e regulamento interno. Neste contexto, os municípios são confrontados com a possibilidade de uma maior participação na educação escolar, principalmente como parceiros no projeto educativo. (Baixinho, 2011 pp.81-86)

Todas estas mudanças legislativas ocorridas na década de 1980 contribuíram de forma significativa para a descentralização da gestão do sistema educativo, impensáveis nas décadas anteriores.

Nos anos seguintes, e contrariamente ao espectável, o processo de transferência de competências atravessou um período de acalmia, talvez pelo fato do governo em vigor liderado por Aníbal Cavaco Silva, que venceu as eleições de 1985, 1987 e 1991, governando, assim, até 1995, definiu prioridades para a educação que não passavam pelo reforço das competências atribuídas às autarquias. Espelho dessas decisões é o Programa Eleitoral do XI Governo Constitucional onde “o Governo elege como elevada prioridade para os próximos quatro anos, a renovação do sistema educativo e o arranque para uma profunda reforma do sector”, privilegiando aspetos como a universalização, a reforma curricular, a oferta de

formação profissional e profissionalizante, com “ênfase claro no reforço da autonomia da escola”. (Programa Eleitoral XI Governo, p.64)

Relativamente às autarquias, apenas se refere que a conservação e beneficiação de instalações e equipamentos sociais se fará “em íntima cooperação com as autarquias locais no quadro de um mais efetivo exercício das competências próprias de cada nível da Administração”.(Programa Eleitoral XI Governo, pp.67-68)

Semelhante posição foi tomada no Programa Eleitoral do XII Governo Constitucional, onde nem são mencionadas as autarquias nem o poder local.

Com a mudança de cor política em 1995, com a eleição de António Guterres como Primeiro-ministro, cuja ação define uma linha orientadora diferente, no que à educação diz respeito e à importância que as autarquias têm no seu desenvolvimento, como é referido na alínea d) do seu Programa Eleitoral, o desenvolvimento de mecanismos apropriados a um maior protagonismo do poder local, numa perspetiva de descentralização, estabelecendo, através do diálogo com as autarquias locais, a transferência de competências com afetação dos necessários meios, visando, prioritariamente, a criação de uma rede nacional de educação pré-escolar e a gestão das infraestruturas do ensino básico. (Programa Eleitoral XII, p.119)

Com o desenrolar do mandato, outros normativos foram sendo criados de forma a promover a transferência de competências entre o Estado e as autarquias, são exemplo disso a Lei n.º 42/98 de 6 de agosto que redefine o “regime financeiro dos municípios e das freguesias”.

Em 14 de setembro, a Lei n.º159/99 alarga o leque de competências sob a gestão dos municípios, isto é, transferem-se competências para o “nível da administração melhor colocado para as prosseguir com racionalidade, eficácia e proximidade aos cidadãos.” (artigo 2.º, ponto 2) e faz-se “acompanhada dos meios humanos, dos recursos financeiros e do património adequados ao desempenho da função transferida.” (artigo 3.º, ponto 2) e prevê-se a transferência de pessoal “adequado aos serviços ou equipamentos transferidos” (artigo 12.º).

Quase como um complemento, em 18 de setembro é promulgada a Lei n.º 169/99 que consagra a estrutura, orgânica e funcionamento dos órgãos autárquicos, estabelecendo que “a câmara, sob autorização da assembleia municipal, pode delegar competências nas juntas de freguesia interessadas, mediante a celebração de protocolo” (artigo 66.º), nomeadamente na “conservação e reparação de escolas do ensino básico e do ensino pré-escolar;” (alínea g).

Será de referir ainda que a Lei n.º159/99, no que se refere às atribuições dos Municípios na área da Educação (artigo 19.º), não só reitera algumas das competências já enunciadas em legislação anterior, como incumbe os Municípios de

“elaborar a carta escolar a integrar nos planos diretores municipais” e a “criar os conselhos locais de educação” (CLE). (ponto 2).

Estas medidas foram de extrema importância pela sua inovação, uma vez que “com esta proposta o município deixa de ser considerado apenas um parceiro educativo de estatuto privado para ser uma parte integrante da administração da educação pública” (Fernandes, 2004 p. 38)

No prosseguimento do nosso estudo, referimos o Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro, que promove a concretização da descentralização, e que altera os (CLE) para “os conselhos municipais de educação, regulando as suas competências, a sua composição e o seu funcionamento” assim como a alteração de “carta escolar” para “a carta educativa, regulando o processo de elaboração e aprovação da mesma e os seus efeitos” (artigo 1.º - “objeto”).

Estas pequenas alterações parecem-nos reveladoras duma intenção político-ideológica de valorizar o papel dos municípios no sistema educativo, no sentido em que retira “o local”, substituindo por municipal e “escolar” por educativa, retirando a conotação com a “escola” alargando-a ao conceito educativo que era precisamente o alvo de transferência de competências para os municípios.

O Despacho nº 12 591/2006, de 26 de Maio, que define a responsabilidade pelo desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular, é mais um passo na direção da transferência de competências do Estado para a autarquia ou parceiros locais, como é referido no seu preâmbulo

Tendo presente que o Ministério da Educação partilha com as autarquias locais a responsabilidade pelos estabelecimentos de ensino pré-escolar e de 1º ciclo do ensino básico e a necessidade de consolidar e reforçar as atribuições e competências das autarquias ao nível destes níveis de ensino; Considerando o papel fundamental que as autarquias, as associações de pais e as instituições particulares de solidariedade social desempenham ao nível da promoção de atividades de enriquecimento curricular através da organização de respostas diversificadas, em função das realidades locais..., reforçado pelo (artigo 14.º) “Podem ser promotoras das atividades de enriquecimento curricular as seguintes entidades: a) Autarquias locais; b) Associações de pais e de encarregados de educação; c) Instituições particulares de solidariedade social (IPSS); d) Agrupamentos de escolas.

A 28 de Julho de 2008, o Decreto-Lei n.º 144/2008 retomou a transferência de competências para as autarquias como ponto fulcral. No seu preâmbulo pode ler-se que “...o Programa do XVII Governo prevê o lançamento de uma nova geração de políticas locais e de políticas sociais de proximidade, assentes em passos decisivos e estruturados no caminho de uma efetiva descentralização de competências para os municípios” e que, por isso, “o Governo entende que se impõe um aprofundamento da

verdadeira descentralização, completando o processo de transferência de competências para os municípios, em paralelo com a alocação dos recursos correspondentes”,

Neste diploma, são também reforçadas as transferências de competências em áreas como o transporte escolar; na gestão do parque escolar; pessoal não docente das escolas básica e da educação pré-escolar; nas atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico; na componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar, entre outras, e que na sua maioria não são novidade em relação a diplomas anteriores, tratando-se apenas de uma ampliação das competências já atribuídas.

A tabela 1 apresenta de forma sucinta as competências atribuídas, ao nível da educação aos municípios portugueses.

Tabela 1 - Competências atribuídas ao município português

Nível de Ensino	Competências
• Educação pré-escolar • Ensino Básico	• Gestão de transportes escolares (ou alojamento); • Acção Social Escolar; • Construção, apetrechamento e conservação de edifícios; • Gestão de pessoal não docente; • Actividades Complementares de Acção Educativa, como as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC); • Definição de políticas locais de educação (nomeadamente as referentes às AEC e as decorrentes da Carta Educativa); • Participação em órgãos de gestão escolar (no Conselho Geral) e cooperação na celebração de contratos de autonomia das escolas.

Mais atual, a Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto “estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.”

No que diz respeito à Educação são definidas no Capítulo II, novas competências dos órgãos municipais, a saber:

Artigo 11.º

1 - É da competência dos órgãos municipais participar no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos aos estabelecimentos públicos de educação e de ensino

integrados na rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, incluindo o profissional, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção.

2 - Compete igualmente aos órgãos municipais, no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional:

- a) Assegurar as refeições escolares e a gestão dos refeitórios escolares;
- b) Apoiar as crianças e os alunos no domínio da ação social escolar;
- c) Participar na gestão dos recursos educativos;
- d) Participar na aquisição de bens e serviços relacionados com o funcionamento dos estabelecimentos e com as atividades educativas, de ensino e desportivas de âmbito escolar;
- e) Recrutar, selecionar e gerir o pessoal não docente inserido nas carreiras de assistente operacional e de assistente técnico.

3 - Compete ainda aos órgãos municipais:

- a) Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico e secundário, como alternativa ao transporte escolar;
- b) Assegurar as atividades de enriquecimento curricular, em articulação com os agrupamentos de escolas;
- c) Promover o cumprimento da escolaridade obrigatória;
- d) Participar na organização da segurança escolar.

Este diploma, à semelhança do(s) anterior(es), continua a ser um alargamento das competências já delegadas, principalmente ao nível do 2º, 3º ciclo e secundário, sendo talvez, a mais significativa a que diz respeito à área do pessoal não docente, sobretudo porque se refere à gestão de recursos humanos que, no quadro das alterações atuais, tem suscitado alguma polémica. De fato, os municípios passam a exercer competências nas áreas do recrutamento, afetação e colocação do pessoal, gestão de carreiras e remunerações e poder disciplinar.

Do mesmo modo, à Câmara Municipal cabe a homologação de recursos em matéria da avaliação de desempenho do pessoal não docente.

Assim, parece-nos que a ideia da transferência de competências, a vontade de descentralização há muito já desejada, muitas vezes mitigada e perdida no tempo, continua a não conseguir ultrapassar esse abismo entre aquilo que é a norma legislativa e o que é concretizado.

1.2– Definição de Conceitos

Ao falarmos do tema da municipalização, conceitos como a centralização, descentralização e desconcentração surgem-nos como parte integrante dessa temática embora muitas vezes com interpretações nem sempre de acordo com o seu real significado. Importa assim, clarificar as diferenças entre estes conceitos para que

os mesmos possam ser utilizados de forma adequada, possibilitando uma melhor compreensão de cada um deles.

1.2.1– Centralização

Portugal é um país de tradição centralizada, sendo da responsabilidade do governo central definir e planear as regras do sistema em praticamente todas as áreas, sendo também a principal fonte de financiamento. O Estado é o empregador dos professores, define centralmente as grelhas salariais e as condições de serviço e gere o seu recrutamento, colocação e despedimento. É também ao nível central que se define o currículo mínimo nacional obrigatório e o conteúdo dos programas (geralmente numa conceção unitária para todo o sistema onde se avançam objetivos, conteúdos, volumes horários e sugestões de métodos pedagógicos), bem como a conceção do conteúdo dos exames certificativos.(Batista, 2014)

Assim, e de acordo com Fernandes (2005), o conceito de centralização significa que a responsabilidade e o poder de decidir concentram-se no Estado ou na administração pública, pertencendo às restantes estruturas da administração apenas a função de executar as diretivas e ordens provenientes do poder central. Quer isto dizer que a centralização administrativa típica corresponde a uma orgânica em que, na gestão dos interesses locais, prevalece a hierarquia dos serviços e das competências, de tal modo que os serviços locais e as respetivas chefias estejam sempre subordinados aos serviços das chefias centrais. Desta forma, na centralização o Estado promove, por meio dos serviços centrais e exteriores, todas as ações administrativas, enquanto os serviços locais têm como tarefa executar as ordens ou instruções vindas do Estado central.

Corroborando isso mesmo, Gournay (1978) refere que na centralização, todas as decisões de determinada importância são tomadas ao nível dos serviços centrais, cabendo aos serviços locais apenas a tarefa de as executar. A centralização requer assim uma organização administrativa hierarquizada de órgãos e serviços, sendo que as entidades inferiores prestam contas às superiores e não aos seus clientes ou utentes. As escolas ou outras repartições locais são o prolongamento local da administração central, sem autonomia administrativa própria.

Também Tavares (2000), afirma que estamos perante um sistema centralizado “se a satisfação de todas as necessidades colectivas, de âmbito nacional, regional e local estiver a cargo de uma só pessoa colectiva, em princípio o Estado” (p. 62). É o que se verifica no campo da educação pois o Estado central congrega praticamente todas as competências em matéria de educação. Mesmo as respostas às

necessidades especificamente locais estão, grosso modo, cometidas ao Estado central.

Alguns autores, numa primeira fase dos seus trabalhos identificam aspetos positivos no modelo centralizador, como é o caso de Formosinho (2005), que aponta a garantia da unidade de ação do Estado, a coordenação da atividade administrativa e a respetiva racionalização, com maior impessoalidade (e, portanto, isenção das decisões tomadas) e também uma maior coerência (adoção de decisões uniformes para situações semelhantes) no desenvolvimento da ação governativa. Ainda segundo o autor, a centralização também permite uma maior difusão das inovações oriundas do centro, em momentos de mudança radical, e uma maior potencialização dos recursos dos especialistas, quando estes são em número escasso. Na mesma linha de pensamento Fernandes (2005) evidencia vantagens da centralização, ao referir que permite "impedir o controlo da educação por grupos de interesses corporativos, organizações sindicais, ou movimentos radicais", a de "contrariar a manutenção das desigualdades entre regiões e localidades de um mesmo país" e a de "impedir previsíveis tendências etnocêntricas, racistas ou xenófobas a nível local". (Fernandes. 2005, p.70)

No entanto, e devido à evolução que se tem verificado nas sociedades, um pouco por todo o mundo, a prática da "centralização" deixa de fazer sentido, indo de encontro ao que refere Barreto (1995, p. 159), "que a centralização foi útil tanto à sociedade portuguesa, como também a outras sociedades ocidentais, durante certos períodos." No entanto, e dado que já estão garantidos todos ou quase todos os objetivos pretendidos através dessa centralização, a mesma será agora razoavelmente inútil, transformando-se por isso numa obstrução ao desenvolvimento educativo, que resulta num prejuízo social.

Para este autor, a centralização já só satisfaz interesses e necessidades de grupos restritos, incluindo nesses grupos certos professores, burocratas e governantes e até mesmo alguns sindicatos, em prejuízo de interesses mais vastos e gerais, como a sociedade civil, o poder local, as regiões, os pais, eventualmente os alunos e, possivelmente, o progresso do saber e da formação.

Formosinho (2005), numa fase posterior do seu trabalho, corrobora a opinião de Barreto, referindo que a centralização passou de conquista histórica sobre o arbítrio e a ineficiência a fenómeno negativo, caracterizado por aspetos como os enormes custos inerentes a um aparelho administrativo central gigantesco, a ineficácia, a morosidade dos processos de decisão e a falta de agilidade para dar resposta à crescente complexidade dos problemas com que se confrontam as sociedades contemporâneas.

1.2.2– Desconcentração

O modelo de desconcentração foi aplicado em Portugal, no sistema educativo a partir da instauração da democracia e tem funcionado como uma atenuação da centralização, ou seja, as principais características da centralização mantêm-se, mas algumas decisões são tomadas por agentes em posições intermédias ou numa posição inferior da hierarquia (por exemplo, as antigas Direções Regionais de Educação) que resultaram da desconcentração da administração da educação, sendo identificadas como serviços regionais do Ministério da Educação.

As Autarquias Locais, enquanto promotoras no desenvolvimento educativo, são dotadas de autonomia administrativa, assegurando a orientação, coordenação e apoio às escolas a nível regional. A desconcentração é uma forma limitada de distribuição de poderes quanto ao seu conteúdo e quanto à sua autonomia. Desconcentram-se poderes predominantemente executivos e mantem-se o controlo hierárquico sobre os órgãos desconcentrados através do instituto de delegação de poderes (Esteves, 2009).

Assim, o processo de desconcentração destina-se a descongestionar os serviços centrais tendo como objetivo primordial possibilitar decisões mais rápidas e mais próximas dos problemas, aumentando a eficiência da atividade de administração pública dentro do modelo centralizado.

A perspetiva de Caetano (1973) vai no mesmo sentido, vendo a desconcentração como um processo técnico que procura aumentar a eficiência dos serviços, permitindo um mais estreito conhecimento dos problemas a tratar e uma mais rápida decisão das pretensões dos particulares e das iniciativas públicas.

Já Amaral (2006), utiliza o termo “administração desconcentrada” definindo-a como “o sistema em que o poder de decisão se reparte entre o superior hierárquico e um ou vários órgãos subalternos” (Amaral, 2006. p.578), que permanecem, em regra, sujeitos à direção e supervisão daquele.

Apresenta desta forma, na ótica do Estado, algumas vantagens que passam por aumentar a adequação da organização. A execução das normas centrais por quem está perto dos problemas é mais rápida porque há menos distância geográfica entre os problemas e quem os decide. Contudo, não está em causa o controlo central; incapacidade dos serviços centrais de preverem com exatidão certos problemas que surgirão a nível local; impossibilidade de os serviços centrais assegurarem o volume de resposta a todos os serviços locais; reforçar o controlo central – uma rede desconcentrada multiplica a presença do poder central em todos os locais, mantendo-se a cadeia hierárquica de comando e proporcionando-se a possibilidade de ação de controlo indireto.

1.2.3– Descentralização

O processo de descentralização, consubstanciado na transferência de competências para as autarquias, caracteriza-se pelo prolongamento no tempo, numa dinâmica de avanços e impasses.

A descentralização assume importância no discurso político de modo consensual, pois o País está vinculado à diretiva constitucional da descentralização e ao princípio fundamental comunitário da subsidiariedade (Bodião, 2007). Assim, não é de admirar, que os diferentes governos tenham a descentralização como princípio orientador das suas políticas. Esta descentralização assume particular relevo com a transferência de atribuições e competências da administração central para as autarquias locais, entre outras, na área da educação e do ensino não superior, reforçando o papel dos municípios na gestão do sistema educativo local. A descentralização é um processo evolutivo e passível de aperfeiçoamento permanente.

No entanto, o conceito de descentralização é um tema polémico com uma variedade de entendimentos, quer na literatura internacional quer na nacional. O seu interesse ao nível da educação reveste-se de grande importância e apesar de não ser um tema recente, não desfruta de um consenso acerca do seu significado, nem sequer no campo da administração ou da política de onde partem as suas raízes (Novaes & Fialho, 2010).

O conceito começa por ter uma definição relacionada com a sua dimensão administrativa, que se refere à transferência de atribuições ou competências (no sentido de uma faculdade reconhecida) de planificação, gestão e financiamento do governo central para níveis mais baixos ou unidades de governo especializadas (Rondinelli, 1983).

Para Meirelles (1977), a descentralização administrativa pressupõe, a existência de uma outra pessoa, distinta do Estado, a qual, investida dos necessários poderes de administração, exerce atividade pública ou de utilidade pública.

Assim, a descentralização administrativa consiste numa reorganização do poder administrativo, em que o exercício de competências se transfere de entidades da administração central para entidades regionais ou locais, possibilitando assim a existência de um sistema de governação multinível e cumprindo o princípio da subsidiariedade.

Porém, a descentralização comporta igualmente uma dimensão política: mais do que mudanças técnicas, estes processos constituem formas políticas de reorganização do Estado (Barroso e Pinhal, 1996), afetando a maneira como o sistema é gerido e como as responsabilidades de decisão sobre diversos domínios são distribuídas entre as diferentes instituições, incitando também a participação de

outros organismos locais. Nesse sentido, para além da transferência de competências, o que está em causa é uma redistribuição de poder, recursos e autoridade (Batista, 2014).

Já Martins (2007), referindo-se à dicotomia político-administrativa menciona que a “descentralização pode ser entendida como um processo de criação de múltiplos poderes com autonomia relativa, onde, ao mesmo tempo, convergem e conflituam o interesse do Estado e o interesse autárquico através de sistemas de comando, gestão, financiamento, realização e fiscalização próprios”. Completando ainda, o mesmo autor refere “a descentralização como um processo de repartição de competências entre o centro e as diversas periferias, que visa um certo tipo de desenvolvimento local e que se traduz por vantagens para ambas as partes.” (Martins, 2007, p.78)

Podemos então afirmar que descentralizar, em sentido comum, é afastar do centro; descentralizar, em sentido político-administrativo, é atribuir a outrem poderes de administração.

No entanto, e em relação à descentralização na dimensão de responsabilidades para os municípios, Justino (2013) caracterizou-a como um processo tímido que em rigor não alterou o poder da administração central na regulação do sistema educativo, que permanece com as responsabilidades chave da gestão das escolas e do processo de ensino, indo de encontro ao que Barroso (2013) afirma, na dimensão da autonomia das escolas, que apesar de se ter verificado uma crescente descentralização ao longo dos anos, a autonomia das escolas em termos decisórios, presente dos discursos políticos, tem tido poucos resultados práticos. Este autor chega mesmo a caracterizá-la como “uma mistificação”, cujo objetivo seria utilizar este “discurso da libertação” para justificar o aumento do controlo sobre a escola, através “do discurso da libertação”(Barroso, 2013 p. 2). Ainda o mesmo autor refere que o processo de descentralização faria com que o Estado diminuísse a sua “função de prestador direto de serviço público”, mas mantivesse a sua responsabilidade de garantir a integridade da oferta educativa, assegurando a coesão nacional. Assim, descentralizar contribuiria para a redução da burocracia do estado, libertando a criatividade e estimulando a inovação pedagógica, ao “aproximar o local de decisão do local de aplicação,” levando em linha de conta as “especificidades locais e promovendo a participação dos utilizadores dos serviços públicos na sua gestão” (Barroso 2013, pp. 13-17). Tal condição, e na mesma linha de pensamento, estimularia as populações a uma aproximação à sua identidade territorial, adequando e potenciando as suas aspirações e dinâmicas sociais, de acordo com o referido por

Pinhal (2011), esta descentralização permitiria “potenciar a energia participativa e transformadora dos cidadãos e das suas organizações.”(Pinhal. 2011, p.15)

Após a clarificação dos conceitos de desconcentração e descentralização, podemos, então, concluir que, embora a desconcentração seja basicamente um processo do domínio do administrativo e a descentralização uma estratégia do domínio do desenvolvimento, é neste quadro evolutivo, que a desconcentração precede e “prepara” a descentralização, que, muitas vezes, conduz à confusão entre os dois conceitos (Barroso e Pinhal, 1996).

1.2.4- Municipalização versus Descentralização

A municipalização da educação ocupa um lugar de destaque no fenómeno da descentralização e desconcentração do poder?

Muitos são os receios envolvidos neste processo que está dependente, em grande parte, das cores e vontades políticas.

Talvez por isso a transferência de competências do poder central para os municípios tenha sido, e continua a ser, um processo moroso e nem sempre tranquilo, principalmente no que ao aspeto financeiro diz respeito, uma vez que as referidas transferências nem sempre são acompanhadas do respetivo pacote financeiro.

Com a criação, em 1984, da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), definida como uma entidade de direito privado, que tem, como fim geral, a promoção, defesa, dignificação e representação do poder local e, em especial, representação e defesa dos Municípios e das Freguesias perante os órgãos de soberania, os municípios fortificaram-se neste jogo do “empurra” das competências a transferir.

Já em dezembro de 1994, o presidente da ANMP, no discurso proferido no seminário organizado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e subordinado ao tema "Educação, Comunidade e Poder Local" afirmava "(...) que é prioritário regulamentar a delimitação das atribuições e competências do poder central e local nesta área da educação (...)"(CNE, 1994, p.25).

No entanto, e não obstante a importância atribuída à participação dos municípios para o desenvolvimento da educação e consequentemente do país, alguns autores questionam-se se esta realidade é ditada por uma estratégia de recentralização por parte da administração central, que insiste em não ceder o múnus da decisão estratégica sobre as políticas educativas, ou se ela aponta para um efetivo protagonismo educacional dos municípios, favorecendo o que se designa por municipalização da educação, reconhecendo a centralidade do município, como

organizador, promotor, dinamizador e coordenador de uma política educativa local, bem como de programas e serviços sociais, culturais e educativos desenvolvidos em articulação com instituições da sociedade civil e com os estabelecimentos de ensino, que concorram para a concretização de um projeto educativo municipal, constituindo uma interessante agenda e um ambicioso desafio este de conferir maior poder aos municípios em matéria educativa.

Contudo, e na perspetiva do município educador, algumas dúvidas nos inquietam. Será que as autarquias portuguesas estão tecnicamente preparadas e evidenciam sensibilidade política para assumirem tão amplas funções? Entretanto aumentam as nossas dúvidas quanto às reais intenções que as levam à assunção destas novas responsabilidades.

Já preconizada em outros países, a municipalização da educação contribuiu para o acentuar das assimetrias entre as escolas de diferentes municípios, um maior controlo sobre as escolas em virtude de o poder se encontrar agora mais próximo, o erguer de obstáculos à construção da autonomia da escola, uma maior exposição do pessoal não docente e dos professores à influência e à pressão dos interesses locais, bem como a lógicas de poder dúbias e prepotentes. (Lopes, 2011)

Como acima referimos, vários são os autores que partilham da mesma preocupação, o caso de Lima, referindo que

entre uma administração burocrática centralizada e uma situação de municipalização da educação escolar básica (extremos de um mesmo continuum), existem variados modelos e muitas possibilidades a considerar, muitas das quais, de resto, têm já vindo a ser ensaiadas nos domínios da educação de adultos, do associativismo, dos projetos de intervenção socioeducativa. (Lima, 1987, p.18)

Já na perspetiva de Pires (1993, p. 434), “considera-se essencial valorizar e definir uma participação mais efetiva da autarquia municipal e local no desenvolvimento da educação básica, evitando, porém, a sua municipalização”. Pinhal (1997) corrobora esta ideia, mas ressalva que “não se antevendo que as câmaras municipais possam ser guindadas à posição de governos educativos locais (caso em que se estaria a substituir o Estado-educador pela Câmara-educadora)” Pinhal (1997, p.191).

Na mesma linha de pensamento e comentando o papel do município no âmbito do movimento das cidades educadoras, Fernandes (2004, p. 42) afirma que “ não imaginamos o município como uma reprodução a nível local do paradigma do estado educador com a tentação de hegemonizar a educação da cidade.”

Já Pelozo (2004), com base nas leituras que realizou, apresenta não só argumentos a favor, como contra,

a) Argumentos a favor da municipalização

- tomada de decisões mais próximas: os municípios podem melhor atender e detectar os problemas locais de forma mais eficaz. Assim, com as tomadas de decisões mais próximas, em nível local, tudo que precisar ser resolvido será mais rápido e consequentemente mais econômico.
- Agilidade administrativa: com as decisões sendo tomadas em nível local, os processos burocráticos se tornarão mais eficazes, devido a agilidade administrativa. Ocorre a simplificação nos processos decisórios, pois estes não precisarão passar pelas instâncias superiores para serem aprovados.
- “certa” independência financeira: o orçamento atenderá diretamente a educação. Os municípios poderão aplicar seu dinheiro da maneira que acharem mais conveniente, buscando a melhoria da educação.
- maior clareza dos fatos: com a municipalização tudo se torna próximo. Assim, a população poderá exigir explicações de como o dinheiro destinado à educação foi aplicado, como determinados problemas têm sido resolvidos, etc...
- aumento da participação: assim como a população deve exigir, ela também deve participar. Quando refiro-me a população estou englobando comunidade, professores, funcionários e todos que estejam envolvidos no processo. Com a existência da proximidade entre governantes e governados, a participação é essencial nas tomadas de decisões.
- Autonomia ampliada: fortalecendo o poder municipal com os investimentos à nível local, há “a possibilidade de aumentar o grau de organização da sociedade civil (Nascimento, 1989, 97).

a) Argumentos contra a municipalização

- tomadas de decisões mais próximas: isso acaba prejudicando a educação dentro do município, pois essas tomadas de decisões acabarão sendo tomadas por pessoas que fazem parte do poder local, as quais atendem ao interesse dos coronéis. Municipalizar nada mais é do que atender a “práticas clientelística, e controle do ensino pelas oligarquias locais” (Faoro, 1975: 96).
- Agilidade administrativa: com as decisões sendo tomadas em nível local os processos burocráticos realmente serão mais rápidos, porém não eficazes, pois atenderão a interesses específicos.
- “certa” independência financeira: essa articulação dos recursos financeiros para gerir a educação pode ser incompetente. Ou seja, ao invés do dinheiro ser destinado a educação, este pode ser usado para “construir fontes luminosas, praças públicas inúteis e obras de igual falta de prioridade” (Fonseca, 1990: 139). Outro fator negativo, é que alguns municípios acabarão tendo mais dinheiro, acentuando as desigualdades regionais.
- Maior clareza dos fatos: isso quase nunca acontecerá, pois municipalizando algumas pessoas acabarão sendo responsáveis pelas tomadas de decisões, impedindo que outras nada saibam, ocorrendo uma prefeiturização.
- Aumento da participação: esse argumento, de que todos participarão é totalmente ingênuo. Utilizando as palavras de Oliveira (1990) se o município for grande será impossível que todos consigam chegar aos centros de

tomadas de decisões, se o município for de menor porte, pode ocorrer o clientelismo e a opinião das pessoas pouco adiantarão.

- Autonomia ampliada: a autonomia é apenas financeira, o que pode acabar sendo um mero desvio de verbas, ou seja, ao invés de ser destinada a educação atende outros fins. Mesmo tendo certa autonomia, estaremos sempre subordinados à Órgãos maiores. Esses argumentos contra a municipalização são frutos de propostas que não deram certo. Muitos têm “medo que a história se repita” (Fonseca, 1990: 138). Tal oposição é histórica, é o medo de tentar de novo e fracassar. (Peloza, 2004, pp.2-3)

Perante esta desconfiança, falta de consenso, surge a descentralização como alternativa, que segundo Pinhal (1997), não deverá promover a criação do município educador, mas impulsionar a autonomia das escolas, salientado mesmo que deverá ser ela, a última e mais importante etapa da referida descentralização. Apresentando mesmo alguns aspetos que considera positivos com uma descentralização que persiga esse objetivo, como o aproximar os lugares de decisão dos estabelecimentos escolares mas, por outro lado, lembra que se perde o aspeto distanciado, neutro, da instância de decisão, que se ocupava das arbitragens e velava pela igualdade de tratamento. Um outro aspeto positivo é a implicação e responsabilização dos eleitos, ganhando-se força pela sua legitimidade democrática mas, por outro lado, muitas vezes, os eleitos são incompetentes em matéria educativa, o que pode conduzir a decisões menos corretas. Também positiva é a pressão dos "clientes", mais eficaz do que a máquina administrativa para resolver os problemas, sendo facilitada com a descentralização, mas a demagogia eleitoralista leva, frequentemente, à tomada de decisões para agradar a uns tantos e correndo-se o risco de sacrifício dos sectores pouco interessantes do ponto de vista eleitoral.

A descentralização traz consigo o incitamento entre os atores, em benefício da escola, permitindo o desenvolvimento de parcerias onde existe a obrigatoriedade da concertação e da negociação, mas acabam por se fazer negócios em detrimento de políticas coerentes, chegando-se a situações de bloqueio, devidas a conflitos de competências, com a concorrência política a ser prejudicial à escola. Por último, Pinhal (1997) considera ainda a prevalência de critérios de eficácia que permitem aligeirar o peso das máquinas administrativas e dos corporativismos, permitindo acelerar os procedimentos. No entanto não podemos deixar de considerar que, muitas vezes, sob a capa da eficácia e da flexibilidade põem-se em causa certas conquistas sociais e a tentativa de privatizar.

A descentralização emerge, assim, como alternativa ao Estado centralizado, pois permitirá defender e aprofundar a democracia, uma vez que privilegiaria a participação dos cidadãos na administração. Tal fato permitiria reduzir o fosso entre a administração e os administrados, conseguindo estes que os seus interesses fossem

resolvidos pela maior proximidade com a administração. As decisões seriam também mais céleres, já que seriam tomadas por atores que conhecem o território, sem terem de atravessar as complexas etapas do edifício burocrático. O aumento das unidades de decisão iria promover a inovação e a competitividade, pois emergiria uma dinâmica de concorrência entre essas unidades, contrariando a ineficácia que pudesse prevalecer (Barroso, 1998).

A questão de descentralizar o poder no domínio da educação, transferindo-o para a escala local pode e deve ser vista com alguma preocupação, considerando os “perigos” que uma maior proximidade do poder poderia gerar. A discriminação, os favorecimentos, entre outros comportamentos menos éticos, deverão ser acautelados. Daí que seja imperioso, nesta questão da atribuição de novas competências aos municípios no domínio da educação, definirem-se, com rigor, as competências dos diferentes níveis da administração.

Embora se reconheça a necessidade de uma maior descentralização de competências para os municípios em matéria de educação e de uma maior participação autárquica nos órgãos de direção e gestão das escolas, não se deve desenvolver o princípio da municipalização da educação, estendendo-o a aspetos tão polémicos como a contratação e gestão de pessoal docente, como se tem equacionado. Tal situação, a concretizar-se, pode levar o poder local a assumir uma posição centralizadora sobre a escola, introduzindo lógicas de politização do espaço escolar que reproduzem as lutas políticas locais, favorecendo a criação de rede de influências e dependências características do espaço local que virão a retirar aos profissionais que trabalham no ensino, não só os professores, margens de autonomia e de independência, essenciais à sua ação, colocando-os à mercê de lógicas políticas e partidárias geradoras de incerteza, que anularão a sua capacidade crítica de se posicionarem sobre a sociedade, as realidades e contextos locais. (Lopes, 2011)

Parte II - Estudo empírico

Capítulo 2 – Caracterização do Concelho de Sesimbra

2.1 – Contexto Histórico

Teremos de recuar ao período pré-histórico, mais precisamente ao Neolítico para obtermos dados arqueológicos sobre a ocupação do vale de Sesimbra.

A ocupação pré-histórica dos cumes sobranceiros à baía, com o sítio do Castelo, ao III milénio no sítio do Outeiro Redondo, o qual evidencia o mais antigo testemunho de ocupação organizada e disposição proto urbana do vale.

O Outeiro Redondo, localizado no terceiro cume a nascente do castelo, foi um povoado instalado entre 2800 e 2200 anos a.C., protegido por uma disposição de defesa natural de encostas abruptas envolventes que findavam numa muralha a sul, virada sobre o vale e a baía, à sombra da qual se albergava uma comunidade dedicada à agricultura, pastorícia e caça, pese embora a sua localização também lhe propiciasse oportunidades de comércio atlântico. Os registos arqueológicos reportam a ocupação inicial mediante cerâmicas de decoração simples, artefactos de pedra polida como machados e enxós, ou de sílex como pontas de seta, raspadores e lâminas, mas que na sua ocupação final, evidencia modelos mais complexos de cerâmicas decoradas, com motivos folha de acácia e crucíferas, a que se associa a produção cerealífera e a tecelagem, gente já conhecedora dos primórdios da metalurgia do cobre. (Cardoso, 2009)

Apesar de variados registos arqueológicos associarem a ocupação de Sesimbra a povos pré-celtas e celtas e mais tarde alude-se à presença fenícia e grega, foi na época romana que se encontram vestígios da ocupação da região, seja terrestre seja marítima, casos dos numismas identificados no sítio do Castelo ou das cerâmicas recolhidas na gruta da Lapa do Fumo, com cronologias entre os séculos II a IV. Foi no Atlântico que se recuperaram dos mais importantes vestígios da presença latina, logo no mar de Ancão, a nascente do Espichel, na sucessão de uma amena baía natural de fundeadouro que antevê a travessia do promontório, em que no seu fundo submarino foram recolhidos mais de 13 cepos de âncora em chumbo e em pedra, associados a um contexto cronológico coevo. Também na baía de Sesimbra se realizaram descobertas como o resgate, do leito subaquático, de uma imagem em bronze, associada a uma divindade da época romana, e mais tarde, na marginal sul da vila, com a identificação de um complexo de cetárias, o que valoriza a importância de Sesimbra pela sua proeminência atlântica em termos económicos, seja de transporte e comércio seja de pesca ou da indústria alimentar associada ao mar. (Ferreira, 2015)

Durante o período da Idade Média e a Alta Idade Média, os registos historiográficos são inconclusivos, tornando-se a mais claros com o alvorecer da presença islâmica, marcando assim uma nova ocupação no vale de Sesimbra.

A colonização islâmica, foi facilitada graças às condições singulares propiciadas por um vale dotado de abundantes linhas de água que confluíam para uma espaçosa e abrigada baía, condições propícias ao assentamento populacional, pela presença de recursos ótimos para a agricultura e pastorícia como também para a pesca e passagem naval, importante porto de ancoragem em escala na rota atlântica. Esta comunidade ficou marcada por um quotidiano de simplicidade revelando-se plenamente integrada nos valores culturais e materiais islâmicos, realidade que caracterizou a região de Sesimbra entre os séculos X e XII.

Com a independência do Condado Portucalense em 1143, D. Afonso Henriques dá início à reconquista cristã, lançando uma forte investida rumo a sul. Leiria é conquistada em 1145, Santarém, Lisboa, Almada e Palmela em 1147, investe contra Alcácer do Sal em 1151, porém, intento logrado até 1158 quando o castelo é conquistado pelo monarca, a que se segue a incursão sobre Beja em 1159.

Talvez devido à menor importância do território, afastada dos principais caminhos terrestres, à dificuldade em assegurar a sua conquista, num local agreste da serra e rodeado por extensas áreas de coberto florestal, à menor presença militar islâmica, a qual não causava temor à aceitação de um acordo político que salvaguardava a escusada conquista do território, Sesimbra ficou completamente isolada, cercada pelo mar de sul a ocidente e cerceada pelos cristãos do norte ao levante.

Só a 21 de fevereiro de 1165, D. Afonso Henriques tomou Sesimbra. Mais tarde, já no reinado de D. Sancho I e de forma a assegurar definitiva reconquista, é atribuída aos francos a permissão de povoarem a região de Sisinbriam, “saibam que estes Francos vieram povoar em terra minha para minha própria utilidade e do meu filho e do meu reino. E eu a alguns deles dei-lhes Sesimbra para povoarem, suas lezírias com seus termos”. (Ferreira, 2009, pp.43-44)

Medida que foi consolidada com a atribuição da Carta de foral, em agosto de 1201, e reforçada com a atribuição de um novo foral, por D. Afonso II, em janeiro de 1218.

Em 1236, no reinado de D. Sancho II, a vila e o castelo são doados à Ordem Militar de Santiago, que deveria assegurar a defesa do território, e ao mesmo tempo recompensar a coroa com proventos económicos das suas terras.

Estas medidas foram aplicadas também aos castelos de Almada, Palmela e Alcácer, contribuindo para o monarca aligeira o ónus militar e financeiro da defesa e povoamento da região, então suportado pelo senhorio da Ordem Militar de Santiago. O século XIV marcou a afirmação administrativa do território de Cezimbra, como regista a confirmação de D. Afonso IV dos foros e bons usos dos moradores, em 1325, decisão corroborada pelo mestre da Ordem de Santiago em 1331, e mais tarde por D. Fernando, em julho de 1367.

Ainda neste período, dificuldades climatéricas e meteorológicas que assolaram o reino no início do século XIV, com impacto negativo nas sementeiras, conduziram em 1315 -1317 e em 1333-1334 a períodos continuados de fome a que se sucedeu o flagelo da peste, as guerras fernandinas e crise sucessória de 1383-1385 que evidencia o maior envolvimento de Sezimbra no apoio ao mestre de Avis, pois o seu castelo serviu de refúgio para as hostes envolvidas em escaramuças com os invasores que, pela sua inferioridade numérica, procuravam rápidas vias de evasão e abrigo seguro, foram, também, acontecimentos marcantes. No final da campanha de cerco a Lisboa e Almada, a armada castelhana no regresso empreendeu surtida sobre Sezimbra, “alçado elRei de sobre Lixboa ficou a frota por alguus dias, e quando partio chegou a Sesimbra, omde rroubarõ alguuas cousas que tomar poderom” (Ferreira, 2009, pp.54-55).

Após a devastação de 1384, terá sido retomada a recuperação da póvoa de Sesimbra que devido à sua posição geográfica, como ancoradouro natural privilegiado para abastecimento, amplos e férteis mares, tradição na construção naval com carpinteiros, cordoeiros e calafates, tornaram a póvoa, em finais de trezentos, um espaço privilegiado para o crescimento socioeconómico e cultural.

Os alvares do século XV marcam nova era no reino de Portugal, apaziguado das guerras que nas décadas anteriores o haviam assolado, mas que ao mesmo tempo, tinham tingido uma sociedade mais sólida. O reinado de D. João I principiou uma época de expansionismo político e territorial, social e económico, cultural e intelectual que teve profundo reflexo em Sesimbra, muito especificamente na póvoa marítima. Na costa atlântica, aumentam os fluxos comerciais e piscatórios, são erigidas novas áreas de trabalhos com estaleiros de construção e portos navais, e em muitas das povoações litorais, assiste-se ao crescimento urbano e à afirmação socioeconómica.

A importância estratégica de Sesimbra é realçada desde o reinado de D. João I ao de D. Duarte, prolongado no século XVI nos reinados de D. Manuel e de D. João III, quando são patentes benefícios e se valoriza o ativo desenvolvimento da póvoa

marítima e das suas gentes do mar, através de cartas de privilégios, da regulação de impostos e das suas devidas receitas.

Sezimbra assumia-se como porto de provimento de gente para as armadas e ancoradouro das rotas, passagem de migrantes que, vindos das terras em redor aí acorriam, como de naturais que se adiantavam rumo a mares de pesca e a rotas de comércio ao longo das costas de Portugal, de Castela, da Europa e do Norte de África. (Ferreira, 2015, p.54).

Com o reinado de D. Manuel I , e com a reforma dos forais em 1497, complexifica-se a administração de Cezimbra. A 28 de julho de 1514 foi concedido novo foral à vila de Sesimbra, código de posturas que confirma as normas do anterior foral mas, atualiza as condições para a prática económica e jurídica, nas quais se assume a proeminência do mar e dos dividendos de impostos e receitas devidas.

Cresce assim, a importância de Cezimbra, perceptível, na quantidade de impostos cobrados e consequentes benefícios concedidos pela Coroa e pela importância que as matas da Arrábida ...” cotejavam ao ócio da casa real e da sua corte sucedânea, pousada de alguns dos seus destacados membros...” (Ferreira, 2015, p.57).

A vila de Cezimbra, ficou conhecida, como centro das principais funções de administração e principal núcleo de incidência urbana, polo de crescimento demográfico e expansão económica, de consolidação social e modelo cultural, a sede do concelho.

Com a crise política de 1580 e o ascendente de D. António Prior do Crato, Sezimbra aclamou o pretendente nacional à coroa, em julho desse ano, o qual, passou pelo concelho na sua jornada para Lisboa, como mais tarde, pelas florestas e penedias com os últimos partidários em fuga dos exércitos de Filipe II.

A dinastia Filipina que vigorou em Portugal entre os anos de 1580 e 1640 contribuiu para a perda económica da comunidade local, devido essencialmente ao aumento dos impostos, pese embora seja reconhecido o enorme valor que o peixe de Sezimbra tinha, sobretudo, a sua sardinha.

Como refere Leão (1610, p.57),

...no mesmo mar de Setuual & no de Cezimbra sua vizinha, ha a mais sardinha & mais saborosa q se pode dar: a qual alem de sostentar o reino, se leua per mar a outras partes, & per terra ao reino de Castella para onde sae grande carregaçam ate a corte de Madrid.

Após a restauração da independência, em 1640, urge a necessidade de criar condições que permitam a defesa do reino, especialmente junto a Lisboa.

Em Sesimbra foram edificadas novas fortificações, numa sucessão que se estendia ao longo da costa, vigias e bases para acossar o inimigo e controlar o acesso aos portos, das rotas comerciais e bancos de pesca limítrofes, num conflito que perdurou, na frente naval com os holandeses até 1663 e com Espanha até 1668. (Ferreira, 2011, p.2)

No final do século XVII, Cezimbra cotejava a sua relevância expansionista iniciada com os Descobrimentos e com constituição do império. A sua posição fronteiria ao Atlântico, como ancoradouro natural, a riqueza pesqueira dos seus mares e a abundância dos recursos naturais, a disponibilidade de eirados para a edificação urbana e a capacidade de perseverança das suas gentes, foram contributos decisivos para o progresso socioeconómico e consequentemente melhorias no sistema defensivo, embora tal fato não afastasse o perigo naval que assombrava não só as rotas comerciais marítimas, mas de sobremaneira, a comunidade local, os pescadores na faina diária de armações e embarcações e os residentes da vila, sob o pendente risco de morte ou de captura como cativos para venda no mercado de escravos de Marrocos.

No século XVIII, o dia 1 de novembro de 1755, ficará marcado como uma página sombria na história local, tal como de muitas povoações em redor de Lisboa, em Portugal, quando ocorre o grande terramoto que na costa marítima, foi acompanhado por marmoto.

A povoação de Sesimbra sofreu grande devastação, como noticia António Patto, nas memórias paroquiais da villa de Cezimbra, compiladas em 1759, relato do antes e do depois do cataclisma.

hé esta terra huma das que padecerão mayor estrago no Terramoto de mil setecentos sincoenta e sinco, principalmente na metade da banda de nacente, aonde forão muy poucas as cazas, que ficarão arruinadas porque quase todas cahirão athe os vigamentos e alicerces, mas tambem está já quase igual o reparo com a ruina. Na outra metade tambem vieram ao chão ruas inteiras, e ainda se vê a mayor parte do estrago naquellas que precisão de mayores despezas (Patto, 1759, p.26)

Como resposta à catástrofe, as gentes da povoação de Sesimbra, uniram-se em torno da reconstrução, e poucos anos chegaram para reerguer grande parte dos seus edifícios, destacando-se nesta empreitada as valorosas competências profissionais não só da comunidade, mas sobretudo dos mestres pedreiros, carpinteiros e operários, os quais tinham em seu redor todos os materiais necessários a tal empresa, da areia à madeira das matas ou da vetusta pedra calcária à cal de fornos contíguos.

O início do século XIX marcou a imposição de uma nova realidade bélica, e consequentemente política, suscitada pela revolução francesa e acentuada com as invasões napoleónicas do reino, pese embora os esforços então dedicados pelo príncipe regente D. João, através da reforma do exército e da reestruturação das linhas de defesa, que porém conduziu à redução do número de praças. Em Cezimbra, a fortaleza de Santiago foi mantida como bastião principal da linha de costa, embora carente de recursos. (Ferreira, 2015, p.71)

Alcançada a paz com o tratado de Fontainebleau de 1814, o exército português retoma o controlo da praça costeira e para aí desloca uma companhia fixa.

Apesar do aparente momento de paz, não foram porém sanadas as divergências ideológicas que singravam entre adeptos da tradicional causa absolutista e os novos arautos da causa liberal, período de instabilidade que terá epílogo no pronunciamento militar de 1820, no Porto em agosto e em Lisboa em setembro, em favor da causa liberal.

Neste período, Cezimbra fora favorável ao poder real e partidária de D. Miguel. Com o fim do conflito, a transição política fez eclodir momentos de convulsão social no concelho, com peso sobejo na vila. Após a derrota absolutista e o ulterior acatamento das penas de prisão proferidas aos seus correligionários, as terras de Cezimbra, rendosas em legados familiares rurais, acolheram vários desses antigos partidários, políticos e detentores de cargos públicos então desprovidos de domínio e de fortuna, mas que aos poucos, pelo seu ascendente polido e por uma rede de interesses e de apoios instalados, acabam por alcançar nova proeminência no concelho.(Ferreira, 2015)

Com o decorrer do século XIX, a povoação de Sesimbra foi alvo de grandes alterações, principalmente ao nível das infraestruturas, a construção de uma praça de estacionamento, localizada à entrada da vila, próxima da estrada real, capaz de alojar 100 carroças e assegurar a serventia das carreiras assim como a ordenação de um estudo para a construção de um molhe, suportado pela Câmara e pela classe piscatória local, localizado a nascente, entre o cabo de Aires e o pontal da Varanda.

Apesar de todas as alterações verificadas ao longo deste século, na transição final do século XIX, a vila de Cezimbra assume-se como um espaço de profundas dicotomias, onde se cruza um país progressista e um reino em profunda convulsão social, e em que uma das mais fatídicas limitações decorria da sua posição geográfica e das restrições de comunicação, que confinavam a vila face a centros urbanos vizinhos, então em pleno progresso industrial e social. Os difíceis acessos terrestres, nomeadamente quanto ao escoamento do pescado, pese embora a via oceânica e as jornadas das canoas da picada, abonassem o fluxo de saída rumo a outros mercados,

e a sua proximidade geográfica com os dois grandes centros económicos de Lisboa e de Setúbal, acabaram por condicionar o desenvolvimento da economia marítima de Cezimbra e dos seus limitados recursos piscatórios e industriais, com reflexos no tardio progresso da vila e da sua economia ao longo do século XX.(Ferreira, 2015)

No início do século XX, Sesimbra procurava vencer as limitações geográficas, o mar era via de comunicação e de comércio ativa, pela qual se registava entre 1902 e 1906, embora já no declínio dos transportes marítimos, a aportagem anual no porto de perto de 140 navios, que descarregavam géneros vários e carregavam peixe. (Monteiro, 2001)

Nesta época verificou-se um aumento demográfico, com a chegada de gentes oriundas do campo, ou de povoações mais distantes como Ílhavo ou Murtosa, que para os períodos sazonais de trabalho nas armações acabavam por cá ficar e constituir novas famílias.

Nesta época, mais precisamente a 11 de junho de 1902, Cesimbra foi palco do acontecimento que iria ter grande influência nos anos vindouros. A maior indústria da vila, a fábrica Nacional de Conservas foi consumida pelo fogo, chegando mesmo a ameaçar residências e outros complexos conserveiros, motivando a constituição do corpo de bombeiros nesse mesmo ano. (Marques, 2003)

O decorrer deste século foi caracterizado pelo desenvolvimento urbano, destacando-se o projeto para a distribuição de rede de água canalizada, cemitério, arruamentos, linha de caminho de ferro e a necessidade da construção de um porto de abrigo capaz de acomodar as embarcações e proteger a primeira linha da praia.

Nem mesmo a revolução de 5 de Outubro de 1910 e a implantação do novo regime, apesar dos sobressaltos que ocorreram pelo país e que em Cezimbra decorreu de forma serena, desviou atenção dos melhoramentos a realizar.

O novo executivo de convicção republicana, e apesar do constrangimento orçamental, ficou marcado pelo esforço na procura de compensar as necessidades vitais.

No entanto, a implementação da linha de caminho de ferro, denominada linha de Sesimbra, foi-se deparando com variadíssimos obstáculos, até que perante novas dificuldades técnicas e discordâncias na administração, Companhia do Caminho de Ferro Tejo-Oceano-Sado, acabou por encerrar o projeto. (Bernardo, 1941)

O início da década de 1930 marcou um novo ensejo de desenvolvimento urbano, destacando-se o melhoramento da rede de esgotos, o cobrimento do ribeiro, ligação da vila à angra da ponta do Cavalo, e a conclusão da Esplanada Atlântico, iniciada em 1930 mas que carecia de suporte e acesso à praia, a que se seguiu em

1935 o passadiço para peões entre duas pequenas praias poentes, contribuindo como resposta à afirmação turística, que neste período registava um crescente interesse. Este ambicionado progresso firmou-se no final da década com a contratualização da distribuição de energia elétrica pela Sociedade de Eletrificação Urbana e Rural , que em outubro de 1937 inicia o abastecimento de energia à vila.

Apesar de todos os melhoramentos realizados, o molhe de proteção às embarcações e à própria vila representava uma longa luta da população e das entidades administrativas do concelho, que em petição apresentada em 1935 ao Ministério das Finanças, e em 1938 ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações, colocou Sesimbra no plano de obras portuárias de 1937 com um molhe no pontal da Varanda, porém, as limitações do país no deflagrar da II Grande Guerra, tornaram de novo inviável esse investimento. (Rodrigues, 2003)

A década de 1940 fica marcada, no seu início, a 15 de fevereiro de 1941, como um dos seus mais fatídicos dias, o Ciclone, quando um vendaval, com a sua tempestuosas ondulação e fortes ventos, devastou toda a frente marítima da vila, colhendo a vida a três pescadores. (Marques, 2003)

Embora marcada por esta adversidade, a década de 1940 confirmou o lugar de Sesimbra como uma importante referência de turismo, contribuindo o restauro do Castelo movido pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais entre 1934 e 1944 que, além de promover a recuperação do monumento milenar, deram-no a conhecer como ex-libris da história pátria.

Através da ação da Comissão Municipal de Turismo, fundada em 1937, Sesimbra passou a integrar os circuitos nacionais de visitação, incluída em 1942 na campanha de divulgação das praias portuguesas ou em 1948 no roteiro para turistas franceses em visita à Península de Setúbal, com realce para a sua relação com o mar, praia balnear e vila pitoresca, com a criação do primeiro parque de campismo em 1944, a que se seguirá em 1951, a proposta da Federação Portuguesa de Campismo para a sua expansão e, em 1955, obras de melhoria apoiadas pela Liga dos Amigos do Castelo de Sesimbra. (Martins, 2013)

A década de 1940, fica também marcada pelo envolvimento do município, com a participação do Fundo de Desemprego, na construção de um bairro para as classes marítimas mais pobres em terrenos municipais no lugar do Calvário, iniciado após o Ciclone, e conhecendo grande desenvolvimento após 1947, prolongando-se nos anos seguintes.

A década de 1950 caracteriza-se pelo apoio prestado às comunidades piscatórias, no que à urbanização diz respeito, dando inico à construção de um novo

bairro social, medida destacada pela imprensa da época, em agosto de 1951, os jornais «O Século» e o «Diário Popular». (Ferreira, 2015)

No entanto, este ímpeto construtivo, contribuiu para converter zonas da periferia em novos espaços de habitação para as classes mais desfavorecidas, afastando a comunidade do centro da vila, dando lugar ao interesse imobiliário e turístico.

Foi também na década de 50 que se registou um desenvolvimento de atividades comerciais direcionadas não só para a comunidade mas para o turismo, como o caso das lojas de modistas e costureiras, cafés e cervejarias, que atraíam os visitantes e turistas não só na época balnear, mas cada vez mais ao longo de outras épocas do ano, não esquecendo o aluguer de casas de família a veraneantes, como forma de equilibrar o orçamento familiar.

Com o aumento do interesse, principalmente estrangeiro, pelo lugar de Sesimbra, novos empreendimentos surgiram de forma a dar resposta a esse procura, destacando-se a Pensão Espadarte em 1956, a Pensão Náutico em 1959 e o Hotel do Mar, inaugurado em 1963 e ampliado em 1966.

Sesimbra, como pitoresca estância de veraneio, acompanha assim a evolução da sociedade portuguesa, expressa na aquisição do usufruto de tempo profissional para lazer, as férias, onde famílias, durante semanas, procuram a vila para veraneio, fato acentuado com a inauguração da ponte Salazar em 1966, unindo as duas margens do Tejo e permitindo um maior afluxo de visitantes estrangeiros e nacionais. A vila já não dependia inteiramente da pesca. (Martins, 2003)

A revolução de abril levou os dirigentes municipais a direcionar políticas para o desenvolvimento de outras zonas do concelho, principalmente a vasta zona da freguesia do Castelo, carente em infraestruturas básicas como vias de circulação rodoviária, extensão da rede de abastecimento de água e ampliação da rede elétrica, não esquecendo a necessidades de ordenamento urbanístico face à construção clandestina.

A década de 80 fica marcada pela elaboração do «Plano Geral do Porto de Sesimbra», que visava modernizar as infraestruturas portuárias, com estaleiros de construção naval e unidades de refrigeração, lota coberta e posto de combustível, rampa de variação de embarcações e a construção de novo quebra-mar exterior. O ano de 1985 foi um momento marcante para as gentes de Sesimbra, que assim viam cumprido um desejo antigo.

A década de 1990, regista, como refere Ferreira (2015 p.102),

a afirmação hoteleira na vila, não tanto nos tradicionais hotéis e pensões, com o Hotel do Mar a perdurar e o Hotel Espadarte a encerrar, mas nas unidades de apart-hotels e de apartamentos de segunda habitação, que em novas construções ocupavam lugares vagos pela comunidade, de terrenos a antigos armazéns desocupados das armações e de lojas de companhia, demolidos para dar lugar às novas construções nas avenidas marítimas. Este mesmo ritmo pauta a valorização da frente marginal, espaço de passeio e área privilegiada de restaurantes e bares, que para além da atividade diurna, acolhiam atividade noturna de fim-de-semana, de períodos de férias e de eventos como a passagem de ano ou o carnaval. Fora destes períodos, a vila oculta-se na sua comunidade idosa, realidade que pauta a ausência das gerações jovens que utilizam a urbe pelos seus serviços, espaços de divertimento e de cultura, mas que, tem a atividade profissional e familiar noutros locais.

O novo milénio inicia-se com a crescente importância da vertente turística sobre as demais, principalmente ao nível urbanístico em que antigas habitações e lugares são cerceados por novos edifícios e recintos que encobrem a tradicional teia urbana. É exemplo a marginal atlântica, apinhada de zonas comerciais, bares, restaurantes, gelatarias que ocupam edifícios e fachadas, esplanadas que enchem passeios num sistema caótico, onde o fator tradicional se perde, dissolve, num crescente remoinho económico ou turístico.

A década seguinte é marcada historicamente pela profunda crise económica que marcou não só a vila e o país, mas a própria sociedade europeia. No concelho de Sesimbra a crise atinge todos os setores económicos, em especial a construção civil e todas as pequenas empresas dependentes dela, a restauração a hotelaria e, claro, o setor das pescas.

À época, muitas empresas dos referidos setores, cessaram a sua atividade, obrigando os que dela dependiam a procurar novos caminhos, muitos dos quais passaram pelo abandono do país.

Atualmente, verifica-se a retoma nos diversos setores económicos. O setor piscatório, que historicamente ocupou lugar de destaque no desenvolvimento económico do concelho e das suas gentes, corre o sério risco de ser lentamente absorvido pelo crescente interesse turístico e imobiliário.

2.2 – Contexto Humanizado

2.2.1 – Visão Geográfica

O Concelho de Sesimbra insere-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML), no grupo de 13 Concelhos do Distrito de Setúbal, pertencendo também deste modo à denominada Península de Setúbal composta pelos Concelhos de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal.

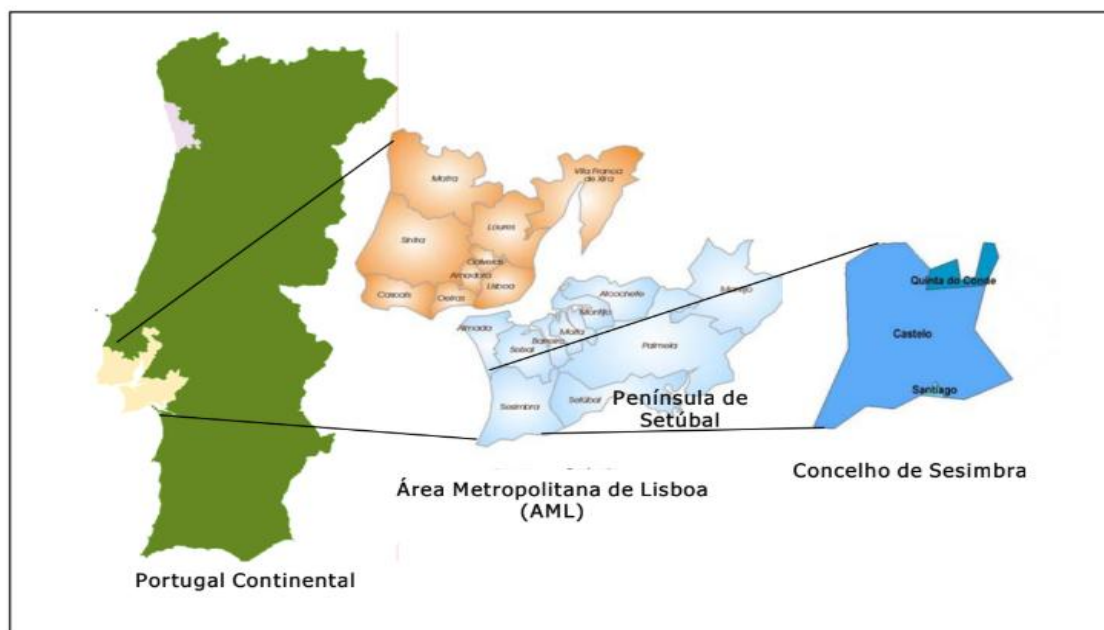


Figura 1 - O Concelho de Sesimbra no contexto da envolvente

Com uma superfície total de cerca de 195 km², liga-se a Norte aos Concelhos de Almada e do Seixal, a Este aos Concelhos do Barreiro, Palmela e Setúbal, tendo a Oeste e a Sul o Oceano Atlântico como fronteira natural, contribuindo sem dúvida esta componente para a sua vocação claramente dirigida para as atividades piscatórias e turísticas.

O concelho de Sesimbra é composto por 3 freguesias: Castelo, Quinta do Conde e Santiago, onde se situa a Vila de Sesimbra (sede administrativa do município).

A vila de Sesimbra, embaçada num profundo vale e numa benéfica angra natural virada para o Atlântico, é pautada pela ambiência natural única da serra da Arrábida. Esta cadeia montanhosa é composta por uma alcantilada cordilheira a sul, fronteira ao oceano, que na sua extensão setentrional se apazigua até encontrar as margens do Tejo, configuração que marca a península de Setúbal. Na vertente austral surge um contínuo de serranias e pontuais vales, com orientação predominante de leste para oeste, ao longo de mais de 32 km, desde os limítrofes de Palmela e Setúbal até ao promontório do cabo Espichel, o que traduz no território uma ampla diversidade de fenómenos que testemunham singular narrativa geológica.

Não obstante a atrativa envolvência paisagística propiciada pela cordilheira da Arrábida, afigura-se aqui uma elevada influência sísmica pela proximidade à falha geológica oceânica a sul do cabo Espichel, a qual tem dominante influência na história

da região, como noticiado nos eventos sísmicos de 1755, de 1858 ou de 1909. (Bernardo, 1941)

Região fronteira ao Atlântico e com dispares tenções altimétricas, na frente rochosa meridional localiza-se a mais elevada escarpa litoral calcária da Europa, a serra do Risco, sujeita a distintas formas de erosão pelos agentes associados à incessante exposição à ação marítima, talhe eólico e erosão pluvial, que conjugadas, moldaram de modo indelével os aglomerados calcários e as camadas argilosas que constituem a faixa austral do território, de falésias abruptas e baías escavadas a grutas, lapas e algares, resultado de contínuos processos de desgaste natural. (Ferreira, 2015)

Este filão de calcários extremamente rijos conduziu à fixação de variadas atividades extrativas que exploraram a serra, cavas e pedreiras que hoje sobrevivem como uma cicatriz difícil de apagar mas que, em séculos anteriores, foram a origem para castelos e capelas, igrejas e fortalezas.

Toda esta riqueza natural propiciou igualmente testemunhos de valor paleontológico, os quais manifestos na extensa plataforma de abrasão, desde o lugar do Zambujal até ao cabo Espichel, onde foram descobertos vários exemplares de fósseis em áreas de cultivo, como na sua presença nas arribas fósseis, as quais associadas a jazidas de icnofósseis com trilhos de pegadas de dinossáurios.

Das mais conhecidas destaca-se no sítio de Zambujal o local da Pedreira do Avelino, pequena plataforma com vários trilhos de pegadas de diferentes espécies do Jurássico, no cabo Espichel o local da Pedra da Mua, associada à lenda de Nossa Senhora do Cabo, com a presença na falésia de vários conjuntos de trilhos de saurópodes em pistas paralelas e de terópodes de há 150 milhões de anos, e o local dos Lagosteiros, onde foram identificados trilhos associados a um ornitópode e a terópodes datáveis de há 130 milhões de anos.

O território da Arrábida também é conhecido pelo seu clima, apresentando particularidades que lhe conferem a conhecida feição de características mediterrânicas, embora, sob influência do Atlântico. As brisas marítimas carregadas de sal e de minerais, conjugadas com a proteção do maciço orográfico da serra, criam condições propícias à atratividade durante todo o ano, tal como já certificado pela Secção de Climatologia da Direção-Geral de Saúde, que na década de 1930 considerava esta como um das mais saudáveis regiões do país. (Bernardo, 1941)

2.2.2 – Visão Económica

As atividades económicas do concelho de Sesimbra que historicamente estiveram durante várias décadas associadas à pesca e consequente à transformação do pescado, têm ao longo das últimas três décadas sofrido uma reconversão das suas atividades mais tradicionais.

Tem-se verificado uma substituição das atividades ligadas ao mar e à agricultura (sector primário), por atividades relacionadas com a restauração e hotelaria (sector terciário).

A localização geográfica do concelho de Sesimbra revelou-se, e ainda se mantém como fator determinante. Respeitando o necessário distanciamento temporal até à atualidade, e a evolução que a pesca como atividade económica alcançou, a verdade é que estes balizamentos ainda perduraram nos dias de hoje, fator negativo nas povoações marítimas com limitações económicas e sociais, reflexos culturais, de governança e ambientais, pese embora todas as oportunidades que o mar propicia, de forma direta na indústria piscatória e suas atividades produtivas, e de forma indireta em atividades subsidiárias ou complementares como o lazer e o turismo, a gastronomia e a produção energética. (Ferreira, 2015)

O incremento da indústria piscatória e conserveira no último quartel do século XIX, modificou o tradicional sistema de relacionamento entre armadores-pescadores e pescadores para um novo modelo de armadores e pescadores, almejando unicamente a perspetiva lucrativa.

Na sua época inicial e de expansão áurea, chegaram a funcionar 14 fábricas até que em 1931, subsistiam sete, ainda com peso importante na economia local, e após 1945, com a redução da procura e com a reduzida capacidade de competitividade, se acentuou o ocaso desta atividade. A indústria conserveira de Sesimbra pautou-se durante muito tempo, sendo essas as causas que abreviaram o seu declínio, pela elevada afetação de espaços e de pessoal laboral, e pela reduzida capacidade de utilização de maquinaria operativa, reflexo da cíclica incapacidade de assegurar o fornecimento regular de peixe, no qual, a sardinha era a matéria-prima por excelência. (Rodrigues 2003)

Na década de 1960, a atividade piscatória apesar duma presença significativa, as artes tradicionais tinham os seus dias contados, e com elas o ocaso das atividades complementares, como a indústria conserveira ou a cordoaria. Ao invés, e com a inauguração da nova ponte sobre o Tejo, atividades como animação turística despertava, seja nos visitantes e veraneantes que procuravam a praia, seja nas áreas de apoio que surgiam com as unidades hoteleiras, marisqueiras e restaurantes, cafés e bares.

Por todo o concelho, principalmente nas freguesias banhadas pelo Atlântico, o pequeno comércio emergia como resposta a uma procura cada vez mais exigente e duradoura, destacando-se a carvoaria a drogaria, colchoaria, farmácias, latoaria e estâncias de materiais de construção, móveis, louças e vidraçaria, áreas de combustíveis e lubrificantes, artigos de pesca, tecidos e retrosaria, tipografia, papelaria e fotógrafos, mercearias, cafés e cervejarias, hotelaria e restauração, tabernas e talhos, sapatarias e casas de costura, oficinas de serralharia, mecânica e equipamento elétrico.

O elevado número de estabelecimentos comerciais era ainda complementado pelo mercado municipal, primeiro de rua e mais tarde reconvertido pelo mercado coberto na antiga fábrica conserveira Lusitana, no qual as gentes do campo com os seus produtos trazidos em carroças e ao dorso de burros vendiam a produção agrícola, pequenos animais de capoeira e alguns bens produzidos como queijos e enchidos.

Embora o desenvolvimento comercial fosse uma realidade, a localização geográfica do concelho, continuava a revelar-se fator redutor de progresso. Com difíceis acessibilidades e consequentes limitações de infraestruturas.

O progresso de Sesimbra tende assim a assentar na capacidade de aproveitar as realidades locais para criar um destino diferenciado onde a cultura, fonte expressiva de identidade, é terminante aptidão de inovação porquanto vantagem competitiva do território, é um esteio de crescimento integrado para o território e para a sua comunidade. (Ferreira, 2015)

Nas décadas seguintes, vários foram os fatores de expansão económica que vocacionaram a atividade turística como um dos mais proeminentes vetores de crescimento local. Desde o interesse turístico no concelho, como estância balnear e praia de banhos, roteiros de visita por áreas de beleza natural e locais de interesse histórico, galvanizados pela afirmação da Arrábida com o projeto turístico da «Região dos três Castelos», do pitoresco da faina marítima, do gosto pela gastronomia do peixe, à afirmação de função residencial secundária. Com os anos, tais interesses não se materializaram na consolidação de fatores distintivos, ou até de uma oferta competitiva, à qual faltou uma autenticidade qualificada e uma identidade própria, diferenciada e peculiar de um território e de uma forma de vida.

Nesta perceção, e recorrendo a Ferreira,

...a vila tem o mais recente percurso da sua identidade, não só na sua tipicidade piscatória mas, na forma como ao longo de diferentes gerações viveu o seu quotidiano, tido este como fator de atração cultural, de animação ou de divulgação, que urge entender e aproveitar para benefício

local, intrínseco e indissociável do que é hoje e, do que será no futuro.
(Ferreira, 2015, p.171)

2.2.3 – Visão Sociodemográfica

O concelho de Sesimbra é composto por 3 freguesias, que apesar de parecerem complementar-se, apresentam diferenças substanciais em termos de dimensão física, população residente e características das mesmas, tornando-as únicas.

Segundo os Censos de 2011, o concelho de Sesimbra, apresenta uma população residente total de 49500 habitantes distribuídos pelas três freguesias (ver tabela 2). Na freguesia da Quinta do Conde reside mais de metade da população total (51,7%) do concelho, registando um crescimento populacional de 54,6% na última década, ou sejam mais cerca de 9 mil habitantes do que em 2001.

Na freguesia do Castelo, em semelhante período, registou-se um crescimento de 3800 habitantes, contrariamente à freguesia de Santiago (sede de concelho), que viu a sua população reduzida em 16,4%.

Na última década, a tónica no crescimento ao nível do concelho manteve-se elevada (31,8%), sendo uma vez mais o crescimento demográfico da freguesia da Quinta do Conde (54,8%) o responsável pela manutenção de tão elevada taxa, com mais cerca de 9 mil residentes.

Tabela 2 - Distribuição da população do concelho por freguesias entre 1960 e 2011

Freguesias / Concelho	1960	1970	1981	1991	2001	2011	variação (%) entre décadas					% de população em 2011
							60/70	70/81	81/91	91/01	01/11	
Castelo	9215	9401	14659	11967	15207	19053	2,0	55,9	-18,4	27,1	25,3	38,49
Santiago	7622	7255	8140	7321	5793	4841	-4,8	12,2	-10,1	-20,9	-16,4	9,78
Quinta do Conde *				7958	16567	25606				108,2	54,6	51,73
Sesimbra	16837	16656	23103	27246	37567	49500	-1,1	38,7	17,9	37,9	31,8	100,00

Fonte: INE (Censos de 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011)

A freguesia do Castelo manteve sensivelmente a mesma taxa de crescimento populacional, contribuindo pouco para o crescimento demográfico global.

Neste período também se verificou um abrandamento na redução de população residente na sede de concelho, na freguesia de Santiago, tendendo a uma certa estabilização, sendo esta redução decorrente do fluxo migratório de jovens para a freguesia do Castelo e outros concelhos (refira-se um numero cada vez menor), e

principalmente dos movimentos naturais da população, que se evidenciam por uma muito reduzida taxa de natalidade, e uma população residente com idade igual e superior a 65 anos que totaliza nestes Censos, cerca de um terço da população total.

Em suma, em termos de percentagens, as três freguesias apresentam três modelos de crescimento distintos, que se mantem próximos dos verificados entre 1991-2001, pautando-se por um crescimento exponencial na freguesia da Quinta do Conde, por uma quase manutenção verificada na freguesia do Castelo e também por um abrandamento da redução na freguesia de Santiago tendendo à estabilização.

Na distribuição da população residente por grandes grupos etários em 2011 por freguesia e concelho, há a destacar o facto de, na freguesia de Santiago (sede do concelho de Sesimbra), cerca de um 1/3, ou sejam 32,2% da sua população terem mais de 65 anos de idade, evidenciando um forte envelhecimento, contrapondo-se aos 7,9% de crianças com idades inferiores a 14 anos, sendo que na freguesia da Quinta do Conde esta faixa etária atinge mais do dobro (19,9%).

Nesta dimensão, e quando comparado ao contexto nacional, o concelho de Sesimbra apresenta em 2011 um rejuvenescimento nos grupos etários mais jovens, nomeadamente nos grupos dos 0-4, 5-9 e 10-14 anos (em ambos os sexos), com variações entre os 0,3% e 1,4%.

O inverso acontece nos grupos etários dos 15-19 e 20-24 anos, apresentando o concelho de Sesimbra valores inferiores face ao verificado em Portugal. Estes valores inferiores que se verificam no concelho estarão intimamente ligados à mobilidade dos jovens que ocorre quando entraram no ensino secundário, devido à reduzida oferta de cursos deste nível de ensino (disponíveis apenas em duas escolas do concelho, Sampaio e Quinta do Conde), a não existência de escolas profissionais, que levam a que muitos jovens saiam do concelho, residindo em Lisboa e outros concelhos, ficando deste modo mais próximos das escolas. Esta situação torna-se mais sensível quando os alunos frequentam o ensino superior, visto no concelho não haver oferta a este nível, procurando os jovens esta reposta nos concelhos de Almada, Barreiro, Setúbal e Lisboa. A reduzida oferta dos transportes públicos rodoviários para esses centros, nomeadamente para os jovens residentes nas freguesias de Castelo e de Santiago, dificultam a sua mobilidade pendular diária. Muitos jovens optam inclusive por ficarem em casa de familiares/amigos e/ou alugarem casa/quarto para evitarem deslocações morosas e dispendiosas.

Os jovens residentes na freguesia da Quinta do Conde beneficiam duma ligação direta a Setúbal e Lisboa por via rodoviária e quase direta também por via ferroviária, através da estação de Coina, que deste modo facilita a sua mobilidade,

tendo disponíveis horários mais alargados e maior frequência diária de ligações, encurtando em muito os tempos de deslocação e os custos dos mesmos.

Na sequência do crescimento populacional registado entre 2001-2011 no concelho de Sesimbra, também existiu um incremento acentuado do número de famílias residentes. Uma vez mais a freguesia de Santiago foi a exceção a esse crescimento, onde o envelhecimento da população residente associada à saída dos jovens para outras freguesias, resultou num decréscimo do número de famílias, sendo que a redução populacional é mais afetada pela migração dos jovens e por morte de idosos isolados ou institucionalizados.

Na freguesia do Castelo um crescimento ligeiramente superior a 23% (1372 famílias), a contrastar com o triplo (74.5%, 4220 famílias) que se verificou na freguesia da Quinta do Conde.

Ao nível das habilitações literárias da população residente, em 2001, Sesimbra apresentava uma taxa de analfabetismo próxima dos 7,8%, e nos Censos de 2011, essa taxa tinha reduzido em 4,1%. Como causas desta alteração, para além do trabalho da escola no processo de alfabetização e educação, podemos apontar o fluxo migratório de residentes com níveis de ensino mais elevados, o que também contribuiu para a substituição das atividades que historicamente sustentaram as gentes do concelho, pesca e agricultura, por atividades relacionadas com a restauração e hotelaria.

Não existindo empregabilidade para a mão de obra existente, a grande maioria destes novos residentes dependiam do desenvolvimento da sua atividade profissional fora do concelho, e mais ligados ao sector da indústria e maioritariamente ao sector do comércio e dos serviços.

Capítulo 3 – A Educação no Concelho de Sesimbra

3.1 – Retrato da Situação

O Executivo municipal (2019/2020) é constituído pelo presidente, quatro vereadores executivos (sendo um deles vice-presidente) e dois vereadores não executivos. Para uma perceção mais adequada de como os serviços executivos se organizam, observe-se o atual organograma.

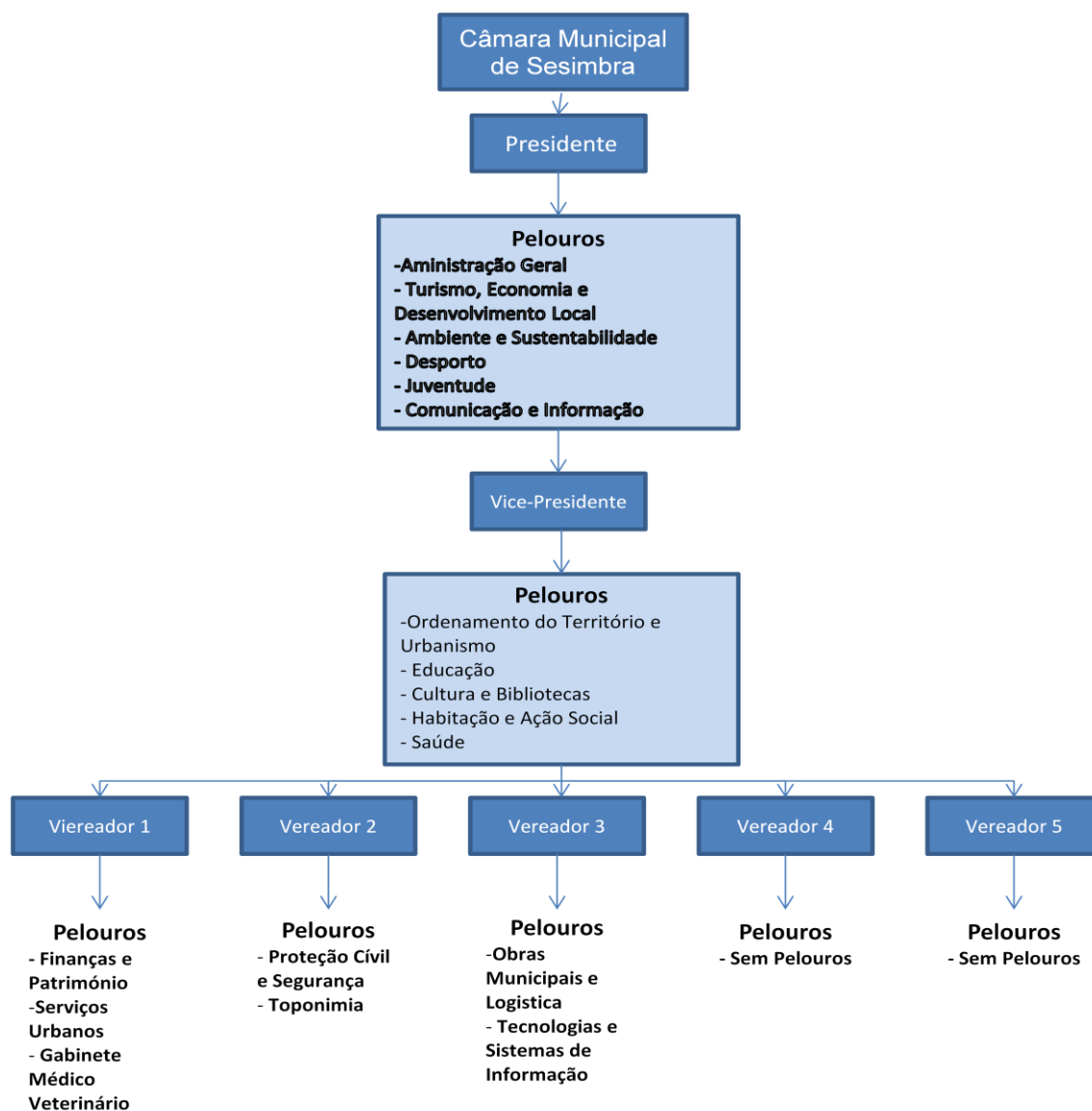


Figura n.º 2 - Organograma do executivo da Câmara Municipal de Sesimbra

Como se pode verificar, o presidente tem a seu cargo os pelouros da administração geral, turismo, economia e desenvolvimento local, ambiente e sustentabilidade, desporto, juventude e comunicação e informação.

Os restantes pelouros encontram-se divididos por três vereadores da CDU e pelo vereador da coligação PPD/PSD, CDS/PP, sendo que os vereadores afetos ao PS não possuem pelouros atribuídos.

O pelouro da educação é da responsabilidade da vice-presidente, a qual para além do referido pelouro acumula ainda, os pelouros do ordenamento do território e urbanismo, cultura e bibliotecas, habitação e ação social e saúde.

A rede escolar no concelho de Sesimbra, à semelhança da grande maioria dos concelhos portugueses, encontra-se dividida em pública, solidária e privada.

A rede escolar pública engloba todas as instituições educativas públicas, dispersas pelas três freguesias do concelho, de acordo com o exposto na tabela 3.

Tabela 3 - Instituições Públicas de Educação no concelho de Sesimbra

Instituições				
Agrupamento Navegador Rodrigues Soromenho	Agrupamento de Escolas Michel Giacometti	Agrupamento de Escolas de Sampaio	Agrupamento de Escolas da Boa Água	Agrupamento de Escolas da Quinta do Conde
♦ EB 2,3 Navegador Rodrigues Soromenho ♦ EB de Aiana de Cima ♦ EB de Aldeia do Meco ♦ EB de Alfirim ♦ EB de Azóia ♦ EB de Sesimbra ♦ Jardim de Infância de Alfirim	♦ EB 2,3/S Michel Giacometti ♦ EB n.º 3 da Quinta do Conde ♦ Jardim de Infância da Quinta do Conde	♦ Escola Secundária de Sampaio ♦ EB 2,3 do Castelo ♦ EB da Cotovia ♦ EB de Sampaio ♦ EB do Zambujal	♦ EB n.º 2 da Quinta do Conde ♦ EBI Boa Água ♦ EB Pinhal do General ♦ Jardim de Infância Pinhal do General	♦ EBI da Quinta do Conde ♦ EB1/JI Casal do Sapo

Será de salientar que o parque escolar no concelho de Sesimbra, principalmente nas freguesias do Castelo e Santiago, é caracterizado por edifícios do plano centenário, construídas entre os anos de 1941 e 1969, apresentando muitas limitações estruturais.

A Rede escolar solidária engloba um conjunto de entidades que visam o apoio à população em geral e especificamente aos grupos com maiores dificuldades, sendo esse apoio também ao nível da educação, como explanado na tabela 4.

Tabela 4 - Instituições Solidárias no concelho de Sesimbra

Instituições	Valências ao nível da educação	Localidade
Casa do Povo de Sesimbra	ATL e Jardim de Infância	Sesimbra
Cascuz	ATL, Creche e Jardim de Infância	Sesimbra
Cercizimbra	Creche e Jardim de Infância	Sesimbra
Externato Santa Joana	Jardim de Infância	Sesimbra
Centro Paroquial de Bem-Estar Social do Castelo	ATL, creche e Jardim de Infância	Sesimbra
Centro Comunitário da Quinta do Conde	ATL, creche e Jardim de Infância	Quinta do Conde
Liga dos Amigos da Quinta do Conde	Creche e Jardim de Infância	Quinta do Conde

A tabela 5, ilustra, ao nível da educação as instituições privadas existentes, visando de uma maneira geral o apoio à população, colmatando deficiências existentes, principalmente ao nível do horário de funcionamento.

Tabela 5 - Instituições Privadas no concelho de Sesimbra

Instituições	Valências ao nível da educação	Localidade
Caso Notável	ATL	Quinta do Conde
Colégio Educa a Brincar	ATL, Creche, Jardim de Infância e 1ºCiclo	Sesimbra
Externato Infantil “Regaço Materno	Creche e ATL	Quinta do Conde
Infantário “Os Catitas”	Creche e Jardim de Infância	Quinta do Conde
Jardim de Infância “A Nuvem”	ATL, Creche e Jardim de Infância	Quinta do Conde
Jardim de Infância das Andorinhas	ATL, Creche e Jardim de Infância	Quinta do Conde
Jardim de Infância “Piano Mágico”	Creche e Jardim de Infância	Quinta do Conde
O Recanto dos Nenucos	Creche	Quinta do Conde

3.2 – As Redes de Comunicação

As redes de comunicação são inseparáveis das atividades sociais e comportamentais, assim, em qualquer organização, seja ela pública ou privada, a sua existência, assume elevada importância, sendo o seu objetivo geral mostrar uma imagem cuidada e coerente que leve ao aumento da visibilidade e confiança da entidade em questão. É uma das ferramentas mais importantes da sociedade, pois a partir dela conseguimos comunicar, organizar e produzir algo.

No caso de uma autarquia, a importância que as redes de comunicação assumem, seja nos setores internos, seja na relação com os seus parceiros externos, é imperativa, uma vez que da sua eficiência surgirão, ou não, situações que poderão colocar em causa a sua imagem e consequentemente a confiança do cidadão em geral.

Não nos podemos esquecer, e como referimos acima, as redes de comunicação são inseparáveis das atividades sociais e comportamentais de indivíduos ou grupos, logo são “pressionados” a agir de determinada forma, existindo assim restrições tanto de carácter físico como emocional, ou até mesmo contingencial, na estrutura dessas interações. Segundo Jesuíno (1999) é a “essas diferentes estruturas, resultantes de diferentes restrições, que se dá a designação de redes de comunicação”. (Jesuíno, 199, p.304)

Já Ferreira, Abreu & Caetano (1999), referem que as redes de comunicação são um dos “aspectos da estrutura de um grupo ou de uma organização, e configuram

os padrões de transmissão de mensagens que se estabelecem entre os membros do grupo ou da organização”. (Ferreira, Abreu & Caetano, 1999, p.181)

Neste nosso estudo, no caso específico da autarquia de Sesimbra a liderança é assumida pelo Presidente da Câmara, toma conhecimento de todos os assuntos, delegando-os aos responsáveis dos respetivos pelouros, da mesma forma que o diretor do Agrupamento, delega nos adjuntos da direção. No caso das associações de pais e encarregados de educação, a informação é transmitida ao presidente, que em reunião a passa aos restantes membros.

Se para cada um dos atores envolvidos, individualmente, é relativamente tranquilo o sentido que as redes de comunicação seguem, nas interações entre eles, o caminho nem sempre é o mais claro.

3.3 – O Pelouro da Educação

A Câmara Municipal de Sesimbra, como qualquer outra instituição, tem, ao longo dos anos, sido alvo de reestruturações organizacionais com objetivo de responder, de forma eficaz, aos desafios que uma sociedade em constante mudança exige.

Foi neste sentido que, em 30 de novembro de 2018, segundo o Despacho n.º 175 de 2019, foi aprovado em Assembleia Municipal, o novo modelo de estrutura orgânica dos Serviços da Câmara Municipal de Sesimbra, que integra as unidades orgânicas nucleares e respetivas competências.

Para que se compreenda o modo como se organizam e/ou articulam os diferentes serviços municipais, veja-se o atual organograma do município de Sesimbra patente na figura 3.



Figura 3 – Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Sesimbra

Especificamente em relação ao Pelouro da Educação, a vereadora responsável, também vice-presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, conduz o destino desta valência há três mandatos, contribuindo a sua experiência para um conhecimento efetivo da realidade educativa do concelho.

Assim, e de acordo com a nova estrutura orgânica, a Divisão da Educação, está organizada de acordo com o organograma abaixo, patente na figura 4.

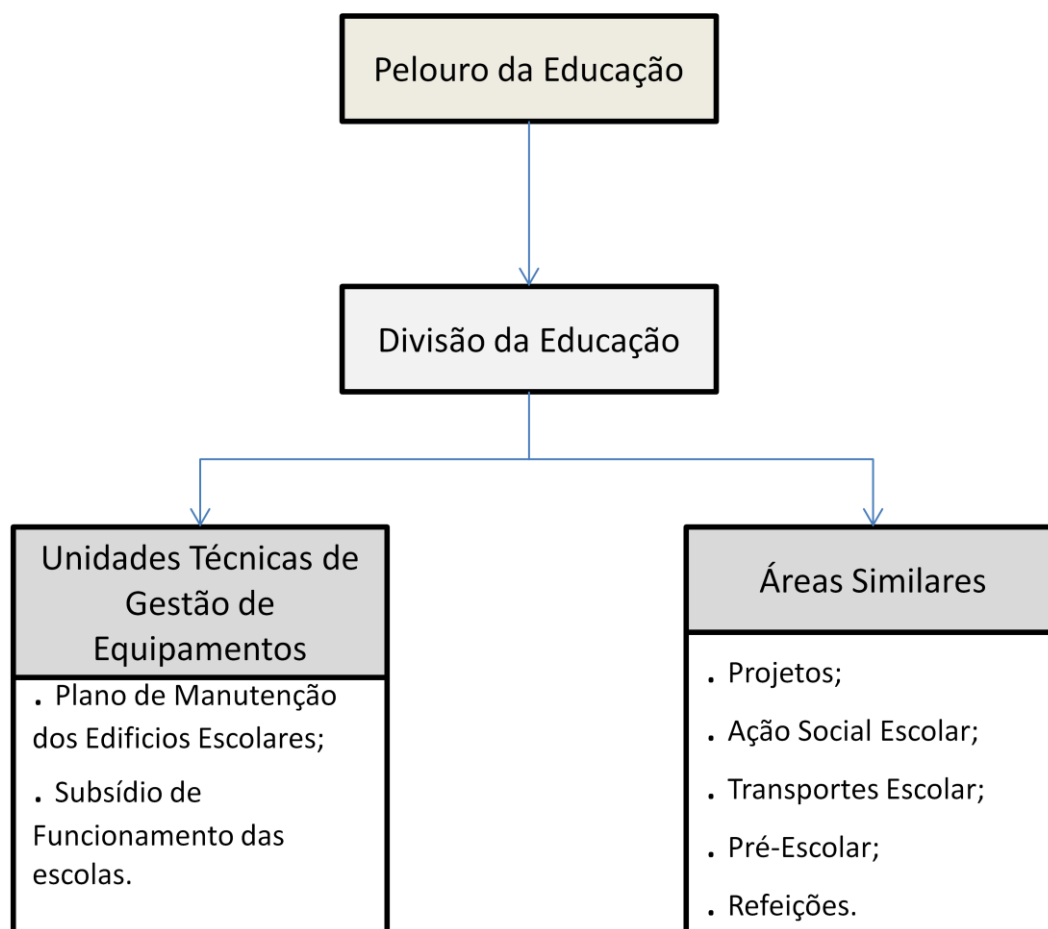


Figura 4 – Estrutura orgânica do Pelouro da Educação

Como se pode verificar, a Divisão da Educação, divide-se em duas áreas, responsáveis pelo desenvolvimento e apoio às valências que lhes estão diretamente afetas.

A Divisão da Educação, assim denominada, tem como competências:

- a) Promover e implementar medidas de desenvolvimento educativo no concelho;
- b) Promover e acompanhar todas as atividades e ações necessárias ao desenvolvimento dos projetos educativos e culturais, em colaboração com a comunidade educativa;
- c) Superintender e monitorizar o cumprimento dos objetivos definidos na Carta Educativa do Município;
- d) Garantir a gestão dos recursos educativos de responsabilidade municipal;
- e) Promover o desenvolvimento e o sucesso educativo do concelho, em articulação com os respetivos agentes e instituições, quer ao nível da definição de estratégias, quer ao nível de programação de ações conjuntas;
- f) Garantir e coordenar a intervenção municipal nas áreas da ação social escolar, da animação socioeducativa e dos projetos socioeducativos;
- g) Gerir os refeitórios dos estabelecimentos de educação pré -escolar e do ensino básico;
- h) Organizar e gerir a rede de transportes escolares, em articulação com a DPEU e a UTTRV;
- i) Participar e assegurar os trabalhos do Conselho Municipal de Educação;
- j) Promover a cooperação com entidades e instituições com relevância para o prosseguimento das ações a desenvolver na área da educação;

- k) Apoiar e incentivar a dinamização de projetos em parceria, que contribuam para o desenvolvimento da comunidade educativa;
- l) Acompanhar e gerir os projetos no âmbito do Desporto Escolar, em articulação com a UTDJ;
- m) Coordenar os processos de desenvolvimento, manutenção e renovação do parque escolar concelhio;
- n) Providenciar as aquisições de equipamento necessário às atividades educativas e que se considerem indispensáveis para o cumprimento dos objetivos do ensino;
- o) Gerir o pessoal não docente afeto aos níveis de ensino sob a responsabilidade da autarquia. (DN 175/19, Artigo 42º)

3.4 – Investimentos Diretos do Município na Educação

De acordo com o previsto por lei, os orçamentos das autarquias são aprovados para o ano civil seguinte, os quais poderão ser alvo, ou não, de reforço ou diminuição das dotações previstas inicialmente.

As tabelas 6 e 7 mostram os últimos investimentos realizados pela autarquia de Sesimbra até à data, assim como os previstos no quadro comunitário Portugal 2020.

Tabela 6 - Quadro Comunitário de Apoio - QREN 2007-2013

Tipologias	Operações					
	Denominação	Data Inicio	Data Fim	Investimento	Elegível	FEE
Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo e de Educação Pré-Escolar	<i>Escola Básica 1.º Ciclo + Jardim de Infância do Pinhal General</i>	21-05-2007	03-02-2012	1.956.305,17	1.868.894,97	1.214.781,73
	Construção de um edifício escolar dotado com 12 salas do 1.º ciclo e 3 de Pré-Escolar, que desativará uma escola de 1.º ciclo EB com pavilhões pré-fabricados, danificados e obsoletos, sem condições para o funcionamento normal das atividades letivas. A construção é na área geográfica da Quinta do Conde, em crescente aumento populacional e com as escolas locais sobrelotadas.					
	<i>Escola Básica 1.º Ciclo + Jardim de Infância de Sampaio</i>	15-09-2009	15-09-2013	2.425.286,81	2.298.332,37	1.418.071,07
	Um edifício escolar dotado de 12 salas do 1.º ciclo e 3 de educação pré-escolar. Terá um único piso, facilitando a circulação dos alunos. Há áreas para biblioteca/mediateca, salas polivalentes, refeitório, cozinha. Os campos de jogos vão funcionar isolados para poderem ser utilizados pela comunidade. Desativará uma escola 1.º ciclo Santana que já não tem condições para o normal funcionamento das atividades letivas.					
	Total	21-05-2007	15-09-2013	4.381.591,98	4.167.227,34	2.632.852,80
Promoção e Capacitação Institucional	<i>Orquestras Sinfónicas Juvenis</i>	15-06-2009	15-06-2011	59.668,21	59.668,21	23.867,29
	O projeto "Orquestras Sinfónicas Juvenis" visa a inserção de crianças e jovens com dificuldades de integração social e educativa, provenientes de bairros sociais problemáticos. O projeto é inspirado no Sistema Nacional das Orquestras Juvenis e Infantis da Venezuela, que integra nos seus agrupamentos mais de 200 orquestras juvenis locais provenientes de bairros problemáticos, com problemas de insucesso e abandono escolar e de integração social.					
	Total	15-06-2009	15-06-2011	59.668,21	59.668,21	23.867,29
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	<i>Plano Tecnológico de Educação para 1.º Ciclo Ensino Básico</i>	12-07-2007	03-02-2012	39.200,00	39.200,00	15.680,00
	O plano tecnológico de Educação para o 1.º Ciclo do Ensino Básico visa equipar os centros escolares melhorando os acessos à Internet por parte dos alunos e docentes através de redes de área local, melhorando a produção de conteúdos com novos equipamentos, beneficiando a segurança das instalações escolares com sistemas de videovigilância.					
	Total	12-07-2007	03-02-2012	39.200,00	39.200,00	15.680,00

Em primeiro lugar importa realçar o investimento realizado pela autarquia, no melhoramento da rede escolar do concelho com a construção de dois centros escolares.

Na freguesia da Quinta do Conde, no sítio do Pinhal General, e na freguesia do Castelo em Sampaio. Ambas infraestruturas substituíram edifícios que não reuniam as condições para o normal funcionamento das atividades letivas.

Em segundo lugar, destacar o investimento realizado no projeto “Orquestras Sinfónicas Juvenis”, como forma de inserção de jovens provenientes de bairros problemáticos.

Será ainda de referir, o esforço realizado ao nível do plano tecnológico, para equipar as escolas do primeiro ciclo com as condições necessárias para que os seus alunos e docentes possam usufruir de um acesso mais eficaz à rede local de internet.

Tabela 7 - Quadro Comunitário de Apoio – Portugal 2020

Tipologias	Operações						
	Denominação	Data Início	Data Fim	Investimento	Elegível	FEE	Município
Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (PDCT-AML)	Intervenção Jovem para o Sucesso Escolar	18-09-2017	14-08-2020	999.750,45	749.177,01	374.588,51	625.161,94
	Apostar na partilha de respostas face às situações de insucesso e de abandono, envolvendo a comunidade educativa num programa de ações que congrega componentes pedagógicas TIC, parcerias institucionais e práticas de trabalho colaborativo, permitindo às escolas incorporar os desafios suscitados pela diversidade social dos seus alun@s como reativos de uma cultura positiva para o sucesso escolar.						Concelho
	Total	18-09-2017	14-08-2020	999.750,45	749.177,01	374.588,51	625.161,94
Infraestruturas de Ensino Básico e Secundário (PDCT-AML)	Ampliação Infraestruturas de Ensino EB n.º 2 Quinta do Conde	01-03-2018	29-02-2020	2.235.233,28	1.237.353,73	618.676,87	1.616.556,41
	Ampliação das infraestruturas de ensino na Quinta do Conde com salas de aulas para o pré-escolar e o 1.º ciclo, suprimindo a carência na qualificação dos equipamentos escolares e de apoio educativo com a valorização de medidas de sustentabilidade ambiental e de eficiência energética, integrando as novas tecnologias e gerindo o espaço partilhado com a comunidade local, valorizando a missão da Escola.						Quinta do Conde - Quinta do Conde
	Ampliação EB 2.3 Naveg. Rodrigues Soromenho Sesimbra	01-01-2020	30-06-2021	2.765.787,84	351.809,82	175.904,81	2.589.883,03
	Qualificação das infraestruturas de ensino no município de Sesimbra com a ampliação do edifício da EB 2.3 ciclo, permitindo faseadamente assegurar a requalificação de uma escola sede do Agrupamento, central no território concelhio, assegurando a qualificação do equipamento, a implementação de medidas de eficiência energética e a partilha do espaço com a comunidade, reforçando a missão da Escola.						Santiago - Sesimbra
	Total	01-03-2018	30-06-2021	5.001.021,12	1.589.163,35	794.581,68	4.206.439,44

Ao nível do quadro comunitário de apoio Portugal 2020, continua a ser notório o esforço realizado pela autarquia no melhoramento das infraestruturas escolares, assim como a aposta em planos inovadores que permitam o combate ao insucesso escolar.

3.5 – Carta Educativa

Com base numa leitura mais atenta da legislação afeta à educação, é facilmente observável a necessidade premente da criação de um documento/instrumento que contribua para uma melhoria efetiva do estado da educação, reduzindo as desigualdades, promovendo a criação de condições para uma igualdade efetiva.

Já a LBSE, de 1986, no seu artigo 37º, evidencia a preocupação de implementar de forma igualitária e uniforme, a nível de todo o território nacional, a rede educativa, de modo a “contribuir para a eliminação de desigualdades e assimetrias locais e regionais”.

Nesta linha de atuação, a lei 159/99, de 14 de setembro, mais propriamente no seu ponto n.º 2 do artigo 19.º, transferiu para as câmaras municipais a responsabilidade de elaborar a Carta Escolar, a qual concentrava nos municípios a responsabilidade do levantamento dos edifícios escolares, ficando “esquecida” as particularidades específicas de cada município, o que nos parece pouco abrangente e redutor.

Esta denominação acabou por ser alterada pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, para Carta Educativa, que enquanto instrumento de planeamento estratégico e de orientação de políticas educativas locais para a educação, deverá prever respostas adequadas a um desenvolvimento integral e sustentado de qualquer concelho, visando responder de forma mais eficiente aos anseios e necessidades educativas da população concelhia e melhorar a utilização dos recursos educativos.

Assim, a Carta Educativa surge como um documento através do qual se faz toda uma planificação respeitante à educação, mas tendo necessariamente presente todo o contexto, incluindo aspetos sociais, económicos e demográficos.

Com tal abrangência, a Carta Educativa será um documento/instrumento em permanente evolução, acompanhando a dinâmica do concelho, permitindo tomar decisões com a máxima informação possível e logo as melhores decisões possíveis relativamente à oferta e procura educativa e formativa do concelho. Concluindo,

A carta educativa é, necessariamente, o reflexo a nível municipal do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respectivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projectos educativos das escolas. (DL 7/2003 artigo 11º)

No seguimento destes pressupostos legais, a Câmara Municipal de Sesimbra avançou para a elaboração da primeira Carta Educativa do Concelho (2007), contando com o apoio de toda a comunidade escolar.

Com a elaboração da referida Carta, foi possível realizar-se uma caracterização escarpada do contexto geral do Concelho, destacando, logicamente, o educativo. A posterior análise permitiu identificar os aspetos positivos e os aspetos a melhorar, tomando-se as medidas mais adequadas para que o concelho seguisse uma rota educativa de sucesso, caracterizada pela qualidade, criando as estruturas, julgadas necessárias e possíveis, para satisfazer as necessidades locais, tendo sempre como suporte o seu contexto global.

A Carta Educativa de Sesimbra apresentava várias medidas de promoção da qualidade do ensino, que passavam indubitavelmente por propostas que visavam o Reordenamento da Rede Escolar do 1º Ciclo do ensino Básico, a saber:

- . Construção de raiz de dois estabelecimentos de educação e ensino na freguesia da Quinta do Conde, a Escola Básica Integrada da Boa Água e a Escola Básica com Jardim de Infância do Pinhal do General;
- . Construção de raiz da Escola Básica com Jardim de Infância de Sampaio, na freguesia do Castelo;
- . Implementação de um pavilhão monobloco para apoio à Escola Básica com Jardim de Infância do Casal do Sapo;
- . Obras de ampliação nos Jardins de Infância de Alfarim e da Quinta do Conde com o objetivo de assegurar o prolongamento de horário e serviço de refeições.

Em suma, de acordo com o previsto na referida Carta Educativa, as obras de intervenção, seja de construção de raiz ou de restauro exigiram um esforço financeiro de €1.748.739,18.

Será de referir, que ao abrigo do quadro comunitário de apoio do Portugal 2020, está previsto a requalificação da Escola Básica número dois da Quinta do Conde e Escola Básica do segundo e terceiro ciclo Navegador Rodrigues Soromenho, com um investimento por parte da autarquia em €4.206.439,44.

O esforço realizado pela autarquia vai assim, e como já referido, ao encontro das necessidades identificadas, contribuindo para o fomento da melhoria educativa no concelho e, consequentemente, para o seu desenvolvimento.

3.6 – Conselho Local de Educação/Conselho Municipal da Educação

3.6.1 – Do Conselho Local de Educação ao Conselho Municipal de Educação

A descentralização da administração central, no âmbito da administração educativa é uma condição fundamental para a construção de um sistema educativo mais autónomo e capaz, pois implica a transferência de competências do governo central para o governo local e para as escolas. Sob o manto desta transferência de competências, surgiu a necessidade de criar instâncias que permitissem agilizar todo este processo.

Os Conselhos Locais de Educação (CLE), enquanto órgãos de articulação e coordenação local, surgem de uma proposta apresentada por João Formosinho, António Sousa Fernandes e Licínio Lima, no âmbito dos trabalhos desenvolvidos em 1988 pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo (pp. 622-628), materializando-

se, posteriormente, no Projeto de Lei nº723, apresentado em abril de 1991 pelo partido socialista.

Embora despertasse o interesse dos diversos parceiros educativos, o referido projeto não foi alvo de qualquer produção normativa.

O primeiro reconhecimento normativo deste órgão surge através do Decreto Lei nº115-A/98, no seu artigo 2º, que refere a necessidade da criação de estruturas que promovessem a participação dos diversos agentes e parceiros, sociais e educativos, com vista ao melhoramento do ensino.

Será importante salientar que, vários municípios, ainda antes da publicação daquele diploma, sentindo a necessidade de possuírem uma estrutura que agilizasse o processo de articulação entre todos os parceiros educativos locais, tivessem partido para a criação desses órgãos, uma vez que os consideravam instrumentos promotores de consensos em torno das decisões a tomar localmente.

Em maio de 1999, o Ministério da Educação assina um Protocolo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, estabelecendo as linhas orientadoras à viabilização e formalização deste órgão.

Martins (2007), refere que "...a criação de conselhos locais de educação, pretendiam aumentar o envolvimento e a participação dos diferentes parceiros na definição de objectivos e na melhoria dos processos de ação municipal". (Martins, 2007, p.15)

O surgimento do Conselho Local de Educação resulta assim de uma nova maneira de ver e sentir a administração da educação, valorizando o local na gestão das políticas educativas, promovendo a participação democrática de todos os atores educativos envolvidos.

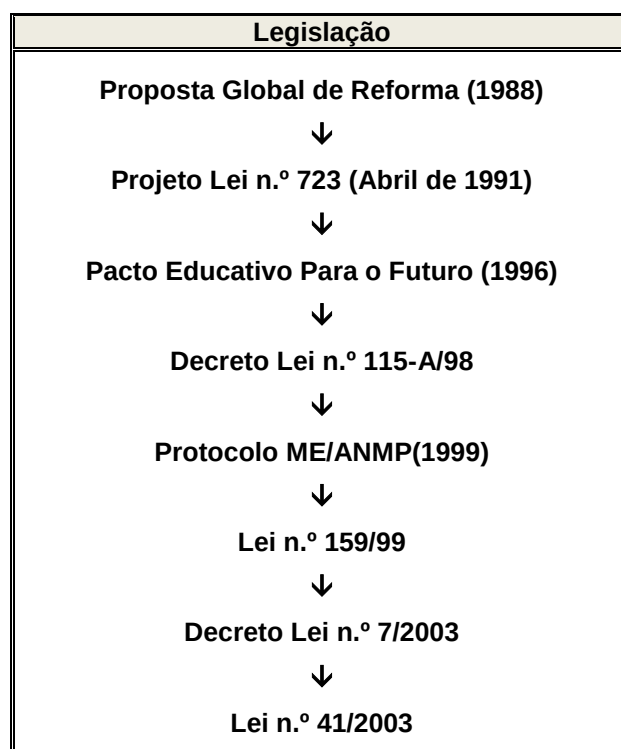
A Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro veio reforçar a competência dos municípios ao criar os Conselhos Locais de Educação e, apesar de não ter sido publicada regulamentação relativa a este órgão, muitos municípios portugueses construíram um percurso próprio, contextualizado à sua realidade e especificidades locais, que funcionou até meados de janeiro de 2003.

Com a publicação do Decreto Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro que, para além de outros aspetos, extinguiu o CLE, substituindo pelo Conselho Municipal de Educação, de agora em diante (CME), mas desta feita regulamentado, espartilhado numa constituição e competências arquitetadas pelo poder central, delegando no município maior intervenção no que às políticas educativas diz respeito, aspeto evidenciado pela substituição de local por municipal.

Para Formosinho e Machado (2005), aparentemente trata-se do mesmo órgão, surgindo como uma instância de coordenação e consulta, cujo objetivo é coordenar localmente a política educativa.

Na tabela 8 fazemos referência à legislação de referência desde a criação dos CLE aos CME:

Tabela 8 – Legislação do Concelho Local de Educação à formação do Concelho Municipal de Educação



3.6.2 – Composição do Conselho Municipal da Educação

Com o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, os CME passam a ser de constituição obrigatória, cabendo às autarquias a sua constituição (artigo 23.º).

Todo este processo tem gerado alguma controvérsia, principalmente no que se refere à sua natureza, colocando-se a questão de estes serem órgãos de coordenação ou órgãos de consulta. Ao nível da sua composição, algumas vezes críticas fazem-se ouvir, considerando-a desajustada e pouco coerente com as suas atribuições. Pinhal (2004) refere que o normativo respeitante a esta matéria surpreendeu pela negativa, tendo em conta a história da criação destes órgãos e as expectativas que estavam criadas.

Para Formosinho e Machado (2005),

A regulamentação do Conselho Municipal de Educação dá, assim, corpo a uma política de dupla direcção. Por um lado, corresponde a um movimento de recentralização política, que se manifesta na “reposição” da legitimidade

de intervenção do governo central na governação (nunca abandonada) das escolas, ao mesmo tempo que tenta o fortalecimento da sua governabilidade. Por outro lado, concretiza uma política de desconcentração administrativa que, ao mesmo tempo que aproxima os serviços das populações, garante um controlo mais próximo das políticas definidas a nível central. (pp. 154-155)

Apesar da “incerteza” sobre qual a verdadeira função dos CME, a sua composição sugere-nos tratar-se de um meio de operacionalizar a intervenção do município no domínio educativo, reforçando-a, uma vez que, convocando diversos atores locais, contribui para desenhar as políticas educativas do respetivo concelho.

Assim, e de acordo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, a composição inicial do CME era a que consta na tabela 9.

Tabela 9 - Composição do Conselho Municipal de Educação (artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003)

Estruturas	Representantes
Poder Local	- Presidente da Câmara - Presidente da Assembleia Municipal, Vereador responsável pela Educação, Presidente da Junta de Freguesia, em representação das freguesias do concelho
Poder Central	- Diretor Regional de Educação
Instituições de Ensino	- Um representante das instituições de ensino superior público - Um representante das instituições de ensino superior privado - Um representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privados
Pessoal Docente	- Um representante do ensino secundário público - Um representante do ensino básico público - Um representante da educação pré-escolar pública
Associação de Pais e Encarregados de Educação	- Dois representantes
Associações de Estudantes	- Um representante
IPSS	- Um representante das instituições que desenvolvam atividades na área da educação
Serviços Públicos	- Um representante dos serviços de saúde - Um representante da segurança social - Um representante dos serviços de emprego e formação profissional - Um representante da área da juventude e do desporto - Um representante das forças de segurança

Ao analisarmos a composição deste órgão, encontramos algumas lacunas que podem limitar as suas potencialidades.

Desde logo, não estão incluídos representantes das instituições educativas públicas, do pessoal não docente, setor dos transportes, assim como do setor económico.

Em relação à representatividade das forças de segurança, a questão é ambígua, uma vez que o diploma regulamentador não indica qual das forças PSP ou GNR deverá estar representada, nos concelhos em que ambas coexistam.

Para além destes constrangimentos, e outros de ordem política, como o fato de estar assegurada a presença do presidente da Assembleia Municipal em representação da autarquia não garante a representação das outras sensibilidades políticas representadas naquele órgão autárquico. Apesar de este elemento ser eleito pela Assembleia Municipal, não deixa de estar afeto à tendência política pela qual se candidatou. (Formosinho & Machado, 2005)

Parece-nos assim que, inicialmente, a composição deste órgão, para além de privilegiar alguns atores, apresentava na sua composição uma rigidez legal que poderia colocar em causa a adequação às realidades concretas de cada município. Com toda a certeza que as necessidades do município de Avis são diferentes do de Lisboa.

Após a experiência de vários anos de funcionamento dos conselhos municipais de educação e no âmbito do processo de aprofundamento da descentralização administrativa na área da educação, o Decreto Lei n.º 72/2015, de 11 de maio, introduziu alterações ao Decreto Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro, realizando uma revisão e atualização da sua composição e competências, enquanto órgão de coordenação e consulta para os assuntos de educação no território.

Destaca-se a garantia da participação de todos os diretores dos agrupamentos de escola ou escolas não agrupadas.

No que diz respeito ao CME do Concelho de Sesimbra, e após leitura atenta do seu regimento, preconiza a promoção da coordenação da

política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e de eficácia do mesmo.(p. 1),

o que vai de encontro ao definido na legislação em vigor sobre o tema, à exceção das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio.

3.6.3 – Competências do Conselho Municipal da Educação

Como já referimos anteriormente, em Portugal, o CME foi criado pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pelas Leis n.ºs 41/2003, de 22 de agosto, e 6/2012, de 10 de fevereiro e 72/2015 de 11 de maio, que regulamentou, entre outros aspetos, as competências dos conselhos municipais de educação.

Assim, e para a prossecução dos seus objetivos, o Conselho Municipal de Educação detém um conjunto vasto de competências, cabendo-lhe deliberar sobre as seguintes matérias:

- a) Coordenação do sistema educativo e articulação da política educativa com outras políticas sociais, em particular nas áreas da saúde, da ação social e da formação e emprego;
- b) Acompanhamento do processo de elaboração e de atualização da carta educativa, a qual deve resultar de estreita colaboração entre os órgãos municipais e os serviços do Ministério da Educação, com vista a assegurar a salvaguarda das necessidades de oferta educativa do concelho, garantir o adequado ordenamento da rede educativa nacional e municipal;
- c) Participação na negociação e execução dos contratos de autonomia, previstos nos artigos 47.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio;
- d) Apreciação dos projetos educativos a desenvolver no município;
- e) Adequação das diferentes modalidades de ação social escolar às necessidades locais, em particular no que se refere aos apoios socioeducativos, à rede de transportes escolares e à alimentação;
- f) Medidas de desenvolvimento educativo, no âmbito do apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, da organização de atividades de complemento curricular, da qualificação escolar e profissional dos jovens e da promoção de ofertas de formação ao longo da vida, do desenvolvimento do desporto escolar, bem como do apoio a iniciativas relevantes de carácter cultural, artístico, desportivo, de preservação do ambiente e de educação para a cidadania;
- g) Programas e ações de prevenção e segurança dos espaços escolares e seus acessos;
- h) Intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar.

2 - Compete, ainda, ao CME analisar o funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino, em particular no que respeita às características e adequação das instalações, ao desempenho do pessoal docente e não docente e à assiduidade e sucesso escolar das crianças e alunos, refletir sobre as causas das

situações analisadas e propor as ações adequadas à promoção da eficiência e eficácia do sistema educativo.

Após a análise das competências atribuídas ao CME, é claro para nós, que as mesmas são essencialmente do domínio consultivo e de coordenação. Exemplo disso é a Carta Educativa, em cuja elaboração a participação do CME se resume ao seu acompanhamento, sendo a aprovação da mesma submetida ao Ministério da Educação.

Pelo fato de considerarmos as suas competências meramente consultivas e apesar de existir uma obrigação legal de todos os referidos serviços estarem representados nesse órgão, os mesmos não possuem uma ligação institucional, ficando a sua participação dependente das “boas vontades” dos seus atores. (Formosinho & Machado 2005).

Capítulo 4 – Características do Estudo e Opções Metodológicas

4.1 – Questão(ões) de Partida e Objetivos da Investigação

Como refere Carmo e Ferreira (2008, p.46) “o ponto de partida de qualquer investigação deve ser a definição do que se quer investigar.” Na mesma linha de pensamento, Pardal e Correia (1995) refere “A investigação parte de um problema, pergunta de partida operacional, precisa, unívoca e realista, formulada com uma intenção de compreensão ou explicação da realidade do objecto de estudo”. (Pardal & Correia, 1995, p.13)

De facto, sem estar claro o que se pretende investigar, o delinear de qualquer que seja o percurso de investigação torna-se numa tormenta, que só sossegará com o reencontrar do rumo que nos conduza a bom porto.

Assim, a definição da(s) questão(ões) e objetivos de investigação, garantindo que a(s) mesma(s) se integravam num quadro teórico que as fundamente de modo a dar-lhe sustentabilidade servindo de guia, assumem uma importância decisiva, estando todas as etapas subsequentes dependentes dessa definição.

Conhecedores dessa importância definimos a questão de partida, que deu origem a subquestões, cada uma associada a um objetivo (tabela 10), as quais julgamos ir de encontro aos requisitos enunciados por Quivy e Champenhoudt (2003), quando referem que a definição da pergunta de partida deve distinguir-se pela “clareza”, “exequibilidade e pertinência”(Quivy & Champenhoudt 2003, pp.35-38).

Podemos então afirmar, que esta trilogia é condição imprescindível para garantir o bom percurso da investigação.

Tabela 10 - Questões de Investigação e Objetivos

Questões de Investigação	Objetivos
Questão de Partida Que perceção têm os atores, docentes, autarcas e pais/encarregados de educação, da transferência de competências na educação do poder central para os municípios no Concelho de Sesimbra	Objetivo Geral Conhecer as perceções dos atores, docentes, autarcas e pais/encarregados de educação sobre a transferência de competências na educação do poder central para os municípios no Concelho de Sesimbra.
Subquestão 1 O que sabem e pensam os docentes sobre a transferência de competências na educação do poder central para os municípios?	Objetivo Específico 1 Identificar o conhecimento e as opiniões dos docentes sobre a transferência de competências na educação do poder central para os municípios no Concelho de Sesimbra.
Subquestão 2 Como veem os autarcas a transferência de competências na educação do poder central para os municípios, designadamente que condicionalismos indicam?	Objetivo Específico 2 Conhecer a perceção dos autarcas sobre a transferência de competências na educação do poder central para os municípios no Concelho de Sesimbra.
Subquestão 3 Quais as expectativas e preocupações dos representantes da comunidade, (Associações de Pais, Forças Locais), face à transferência de competências na educação do poder central para os municípios?	Objetivo Específico 3 Elencar as expectativas e preocupações dos representantes da comunidade, (Associações de Pais, Forças Locais), face à transferência de competências na educação do poder central para os municípios.
Subquestão 4 Em que medida a transferência de competências, na educação do poder central para os municípios, contribui para a melhoria da qualidade do processo educativo na perspetiva dos atores inquiridos?	Objetivo Específico 4 Identificar os contributos da transferência de competências na educação do poder central para os municípios para a melhoria da qualidade do processo educativo na perspetiva dos atores inquiridos.

4.2 – Opção pela Metodologia Qualitativa

Num trabalho de cariz científico, como é uma dissertação de mestrado, a escolha do método a utilizar reveste-se de grande importância, conduzindo a investigação na direção correta, assumindo os resultados extrema importância.

A investigação científica assenta na dicotomia das abordagens, qualitativa e quantitativa, que parecem não reunir o consenso dos investigadores, quanto às vantagens de uma sobre a outra.

Frequentemente, coloca-se a questão: qual das abordagens gera resultados mais concludentes? A resposta é que ambas são importantes, sendo a utilização de uma ou outra condicionada pelo estudo que pretendemos realizar, e as perguntas que desejamos ver respondidas. As abordagens qualitativas e quantitativas têm sido usadas, com muito sucesso, conjuntamente. Os dados qualitativos podem, também, ser usados para suplementar, validar, explicar, iluminar ou reinterpretar dados quantitativos obtidos dos mesmos sujeitos. A este propósito atente-se nas palavras de Bell (2004),

os investigadores quantitativos recolhem os factos e estudam a relação entre eles” enquanto que os investigadores qualitativos “estão mais interessados em compreender as percepções individuais do mundo. Procuram compreensão, em vez de análise estatística. (...). Contudo, há momentos em que os investigadores qualitativos recorrem a técnicas quantitativas, e vice-versa. (Bell, 2004, pp.19-20)

Nesta linha de pensamento, as abordagens de investigação, quantitativa e qualitativa, devem ser vistas como técnicas complementares, cada uma delas dando as suas próprias visões a um determinado problema, podendo ser mais complementares que dicotómicas.

Assim, que método utilizar?

O delinear de um percurso metodológico e respetiva seleção do modelo conceptual que oriente a investigação, assim como os critérios para a recolha, interpretação e análise de dados devem “pautar-se por critérios de coerência e de pertinência em relação ao objeto de estudo e não por uma qualquer decisão apriorística sobre a validade das teorias ou das práticas de investigação” (Nóvoa, 1991, p. 30).

Como anteriormente referido, o método científico é, normalmente, definido como quantitativo ou qualitativo em função do tipo de dados recolhidos.

No presente trabalho, optou-se por recorrer a uma metodologia em que é notória a prevalência das práticas qualitativas, permitindo a descrição e compreensão interpretativa na recolha e análise dos dados sobre os atores intervenientes, na medida em que “interagem acontecimentos, eventos implícitos e verbalizados: percepções, representações, opiniões, discursos, gestos, práticas, experiência” (Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 1994, p.38)

Na mesma linha de pensamento, Bogdan & Biklen (1994), referem tratar-se de uma metodologia de investigação cuja tónica recai sobre a descrição, a indução, a teoria fundamentada, sendo que o estudo das percepções pessoais se reveste de grande relevância.

Já Pacheco (1995) considera que a “investigação qualitativa proporciona aos investigadores em educação um conhecimento intrínseco aos próprios acontecimentos, possibilitando-lhes uma melhor compreensão do real, com a subjectividade que estará sempre presente, pela conjugação do rigor e da objectividade na recolha, análise e interpretação dos dados”. (Pacheco, 1995, p.17)

Neste sentido, pretende-se avaliar a inteção dos vários atores envolvidos, quanto à sua perceção da transferência de competências na educação do poder central para os municípios, no Concelho de Sesimbra.

Ao aplicarmos o método qualitativo, podemos direccionar a investigação para um caso específico, dedicando-lhe a maior atenção, indo de encontro ao pensamento de Bell (1997), quando refere que a “grande vantagem deste método consiste no facto de permitir ao investigador a possibilidade de se concentrar num caso específico ou situação e de identificar, ou tentar identificar, os diversos processos interactivos em curso” (Bell, 1997, p. 23).

Podemos então afirmar, que com o uso deste método não se pretende montar um “quebra-cabeça” que já se conhece de antemão, mas construir um quadro que vai ganhando forma na medida em que se recolhe e se examina as informações recolhidas, ou seja, as hipóteses não são definidas antes do início da recolha dos dados.

Assim, e recorrendo às várias possibilidades de investigação inerentes à investigação qualitativa, a nossa opção recaiu pelo estudo de caso, dado tratar-se de uma abordagem metodológica de investigação, que julgamos especialmente apropriada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos complexos, nos quais estão envolvidos diversos fatores, e que devido à sua abrangência, tem sido amplamente utilizado em investigação em ciências sociais.

Yin (1998), define o estudo caso “como sendo uma abordagem empírica que investiga um fenómeno actual no seu contexto real e, nele, são conjugadas diversas técnicas de recolha e tratamento de fontes.” (1998, cit. in Carmo & Ferreira, 2008, p.234)

O mesmo autor refere as características que um estudo de caso deve abranger, tais como: ser relevante; ser completo; considerar perspetivas alternativas de explicação; evidenciar uma recolha de dados adequada; ter uma apresentação que motive o leitor (1998, cit. in Carmo & Ferreira, 2008).

Já Dooley (2002), refere que a vantagem do estudo de caso é a sua grande aplicabilidade a situações humanas, em contextos contemporâneos da vida real. Para este autor:

Investigadores de várias disciplinas usam o método de investigação do estudo de caso para desenvolver teoria, para produzir nova teoria, para contestar ou desafiar teoria, para explicar uma situação, para estabelecer uma base de aplicação de soluções para situações, para explorar, ou para descrever um objeto ou fenómeno. (Dooley, 2002, p. 343-344)

Assim, e na nossa perspetiva, o estudo realizado, embora não prima pela originalidade do tema, é-o pelo contexto onde foi realizado, pois ainda não é conhecido um deste género. Com a importância que a transferência de competências na educação do poder central para o município vem ocupando no panorama nacional, a sua pertinência parece relevante. Compilamos, analisamos e refletimos sobre todos os aspetos que julgamos mais pertinente e relacionados com o tema, criando uma base, que julgamos sólida e que suporte a nossa investigação.

Embora consciente, refletida e decisiva, a opção pela metodologia qualitativa (estudo caso), a qual é justificada pelos próprios objetivos inerentes a esta dissertação, levou-nos a adotar uma atitude de prudência, cuidados a ter quando se parte para uma investigação desta natureza, como se poderá verificar de seguida.

4.3 – Cuidados a Adotar com a Utilização da Metodologia Qualitativa

Como referimos anteriormente, a opção por qualquer uma das abordagens depende em grande medida pelo estudo que pretendemos realizar. Ambas encerram em si um conjunto de valores e metodologias, que ocupam um lugar de credibilidade, reconhecida por todos os setores da sociedade, e assegurando que qualquer que seja a vertente utilizada, é circunscrita por potencialidades, mas também por fragilidades.

Assim, a realização de um trabalho desta índole, impõe um cuidado redobrado, evitando “deslizes”, e consequentemente críticas.

Conscientes deste fato e sem querermos camuflar os fatores que não abonam a favor desta tipologia de investigação, procurou-se adotar uma atitude de prudência e de cautela perante os eventuais “pontos fracos”, contornando-os e fazendo com que as possíveis dificuldades fossem ultrapassadas.

Como pontos fracos, autores como Fachin (2003) questionam a verdadeira natureza científica da abordagem qualitativa, uma vez que entendem ciência como medida exata, seguindo uma metodologia, baseada na realidade de fatos e fenómenos capaz de analisar, descobrir, concluir, criar e resolver novos e antigos problemas. Contudo, não podemos esquecer que um dos pilares que suporta a investigação científica são os dados, o que não contraria, de modo algum, os preceitos qualitativos.

Outro dos aspetos apontados passa pela presença do investigador, podendo alterar o comportamento dos sujeitos em estudo. Neste ponto, empreenderam-se

esforços para que a presença do investigador, ao longo de todo o processo de recolha de dados, não influenciasse a opinião dos atores em estudo. Procurou fazer-se o que fazem os investigadores qualitativos, ou seja, “tentam interagir com os seus sujeitos de forma natural, não intrusiva e não ameaçadora” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 68).

Foi exatamente isso que se procurou fazer no presente estudo, pois só desta forma poderão ser recolhidas informações verdadeiramente relevantes e não construídas de modo fictício ou virtual. Realmente, a interação com os sujeitos em análise, sempre imprescindível, foi moldada de modo a não interferir nas informações fornecidas nem nas opiniões dadas.

4.4 – Participantes na Investigação

A investigação concretiza-se no concelho de Sesimbra, fato que não é alheio aos trinta anos que o investigador tem como membro da comunidade, dos quais dezasseis foram passados no exercício das suas funções profissionais, na interação com as “gentes” do referido concelho.

Para realizarmos esta investigação, indo de encontro aos objetivos definidos, a escolha dos sujeitos participantes não foi aleatória, mas sim dirigida a indivíduos específicos cuja posição e/ou função decisora em matéria educativa, de modo a ser potenciadora da obtenção de dados relevantes para o estudo, de modo a assegurar as suas validade e fidelidade

Julgamos, que sem a escolha/participação destes atores, registar-se-ia, uma lacuna ao nível da tessitura educativa do concelho de Sesimbra, sem os quais a realização desta investigação teria sido impossibilitada, ou resultaria, certamente, bastante mais empobrecida.

Semelhante posição tem Lakatos e Marconi (1990), quando referem que a “...amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”. (Lakatos & Marconi, 1990, p.161).

Nesta pesquisa a escolha dos sujeitos participantes recaiu em três grupos específicos da população do Concelho de Sesimbra, realizada segundo um conjunto de critérios, que julgamos serem os mais pertinentes, para obtermos resultados mais fiáveis e consistentes.

O grupo dos docentes obedeceu aos seguintes critérios:

- Diretores dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Sesimbra;
- Docentes com mais de 25 de serviço, com o objetivos de já estarem a lecionar quando foi publicado o Decreto-Lei n.º 115-A/98, diploma que aprovou o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação e que alterou

de forma significativa o papel dos municípios na educação, particularmente no que se refere à sua intervenção na administração e gestão das escolas e à orientação da educação;

➤ Docentes colocados nos quadros de escola dos Agrupamentos do Concelho de Sesimbra, por terem uma perceção, conhecimento mais próximo das alterações verificadas;

➤ Docentes de diferentes géneros e de ciclos diferentes.

Pela autarquia:

➤ Vereadora do Pelouro da Educação;

O grupo dos pais e encarregados de educação:

➤ Presidentes das Associações de Pais dos Agrupamentos do Concelho de Sesimbra;

Na tabela 11, apresentamos uma breve caracterização dos sujeitos inquiridos.

Tabela 11 – Caracterização dos Sujeitos Participantes por Grupo de Estudo

Docentes					
Sujeito	Cargo	Género	Anos de serviço	Nível de Ensino	Formação Académica
1	Diretora	Feminino	28	3º Ciclo	Licenciatura
2	Diretor	Masculino	28	2º Ciclo	Licenciatura
3	Diretor	Masculino	42	Secundário	Licenciatura
4	Coordenadora Departamento	Feminino	40	1º Ciclo	Licenciatura
5	Antigo Delegado Escolar/Conselho Geral	Masculino	42	1º Ciclo	Licenciatura
Autarcas					
6	Vereadora	Feminino	Não aplicável	Não aplicável	Licenciatura
Pais e Encarregados de Educação					
7	Presidente da Associação de Pais 1º Ciclo	Masculino	Não aplicável	Não aplicável	Licenciatura
8	Presidente da Associação de Pais 2º, 3º Ciclo	Feminino	Não aplicável	Não aplicável	12º Ano
9	Presidente da Associação de Pais Secundário	Feminino	Não aplicável	Não aplicável	Licenciatura

Será importante referir que todas as entrevistas obedeceram a um acordo prévio de confidencialidade, sendo o anonimato e a utilização exclusiva destas entrevistas unicamente utilizadas no âmbito do presente trabalho de teor académico. Assim, foi completamente excluída a hipótese da sua utilização em qualquer outro contexto ou circunstância.

Todas as entrevistas foram gravadas, permitindo a posterior recolha de dados.

4.5 – Técnica de Recolha de dados

Neste estudo, vamos de encontro ao que refere Yin (2005) quando propõe que os estudos caso possam basear-se em seis fontes de recolha de dados: documental, registos em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefactos físicos.

Assim, e para que pudéssemos efetuar uma recolha de dados que permitisse a concretização dos objetivos deste estudo, optámos por recorrer à análise documental, a partir do qual recolhemos informação que permitiu a elaboração de um quadro conceptual que suportasse a investigação, a caracterização do Concelho de Sesimbra, e à realização de entrevista, como técnica dominante. Ambas foram realizadas dentro do contexto de estudo: autarquia e agrupamento de escolas.

No que diz respeito às entrevistas que foram realizadas, e como referido anteriormente, houve a preocupação de envolver todos aqueles que assumem, de forma direta, responsabilidades na área da política local da Educação.

4.5.1- Recolha e Análise Documental

Devido ao seu valor global, os documentos desempenham um papel fundamental em qualquer recolha de dados num estudo de caso e o seu uso serve para corroborar e valorizar as evidências provenientes de outras fontes (Yin, 2005).

Segundo Albarello, Digneffe, Hiernaux, Maroy, Danielle e Saint-Georges (1997), os documentos escritos são vistos como testemunhos que importa examinar, metodicamente, de modo a que se consiga determinar o seu alcance real, e tentar avaliar o grau de confiança a ser concedido, tanto no que são em si mesmos, como no seu conteúdo, indo de encontro ao pensamento de Bell (1997), quando afirma que na seleção dos documentos é necessário salvaguardar a sua qualidade intrínseca, ou seja, deve-se evitar obter apenas os documentos que venham comprovar o nosso ponto de vista.

Será de referir que a enormidade de documentos disponível, despertou-nos o receio de cairmos numa situação de sobre informação, no entanto, a sua análise acabou por possibilitar um tratamento adequado e recolher os aspetos que nos pareciam dignos de registo.

4.5.2. – Entrevista

Neste estudo, e como referido anteriormente, optou-se pela realização de entrevistas, fundamentais no processo global de recolha de dados, tratando-se de “uma técnica que permite um acesso ao que está na cabeça das pessoas, ao não-observável: opiniões, atitudes, representações, recordações, afetos, intenções, ideais e valores que animam uma pessoa de determinado modo” (Amado, 2009, p. 184).

Já Tuckman (2000), aprofunda mais, referindo que a entrevista é

um dos processos mais directos para encontrar informação sobre um determinado fenómeno, consiste em formular questões às pessoas que, de algum modo, nele estão envolvidas. As respostas de cada uma das pessoas vão reflectir as suas percepções e interesses. Dado que pessoas diferentes têm também diferentes perspectivas, pode emergir assim um quadro razoavelmente representativo da ocorrência ou ausência do fenómeno (Tuckman, 2000, p. 517).

O grau de estruturação das entrevistas é variável. Fortin (2003) refere que a “entrevista estruturada (...) é a que requer o máximo de controlo sobre o conteúdo, o desenvolvimento, a análise e a interpretação da medida”, recorrendo-se normalmente a questões fechadas. Em oposição, o mesmo autor refere que “a entrevista não estruturada (...) é aquela em que a formulação e a sequência das questões não são predeterminadas, mas deixadas à discrição do entrevistador” (Fortin, 2003, p.246), podendo, no entanto, ser parcialmente estruturada ou totalmente não estruturada.

Bogdan e Biklen (1994), utilizam a nomenclatura de entrevista semiestruturada, referindo que,

certamente a mais utilizada em investigação social (...), o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado. (...) Tanto quanto possível, «deixará andar» o entrevistado para que este possa falar abertamente (...) O investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objectivos. (Bogdan & Biklen p.194)

Na mesma linha de pensamento, Quivy e Campenhoudt, (2003), destacam as vantagens para a utilização deste tipo de entrevista, como a possibilidade de acesso a uma grande riqueza informativa contextualizada e através das palavras dos intervenientes e das suas perspectivas e a possibilidade do investigador esclarecer alguns aspetos no seguimento da entrevista, o que a entrevista mais estruturada ou questionário não permite.

Lüdke e André (1986) corroboram essa posição ao afirmarem que

a entrevista semiestruturada, desenvolve-se a partir de um esquema inicial, mas que não implica a sua aplicação de forma rígida e restrita por ser um instrumento mais flexível (permitindo as adaptações necessárias) e mostrando-se mais apropriado às pessoas a contactar e à especificidade das informações a recolher. (Ludke & André, 1986, p.34)

Concluindo o pensamento, Flick (2004) salienta que as entrevistas semiestruturadas têm vindo a ganhar interesse e têm sido utilizadas frequentemente. “Este interesse está associado com a expectativa de que é mais provável que os sujeitos entrevistados expressem os seus pontos de vista numa situação de entrevista desenhada de forma relativamente aberta do que numa entrevista estandardizada ou num questionário.” (Flick, 2004, p. 89).

Assim, no caso concreto das entrevistas realizadas no âmbito desta dissertação, foram utilizadas as entrevistas semiestruturadas por se considerar ser a melhor opção para recolher informações sobre perceções que se pretendiam ver bem esclarecidas. As questões apresentadas versaram sobre opiniões, ideias, experiências e conhecimentos que os entrevistados tinham sobre a transferência de competências na educação do poder central para os municípios, no caso específico do concelho de Sesimbra.

No presente estudo, as entrevistas englobaram três momentos: planificação, realização e transcrição.

Num primeiro momento, a planificação incluiu a preparação do protocolo das entrevistas através da construção de um guião elaborado em consonância com os objetivos já definidos, procurando abarcar, do modo mais abrangente possível, as diferentes perceções dos atores envolvidos, para desta forma atingirmos a coerência e clareza necessárias a trabalhos desta índole.

Deve referir-se o facto de o guião possuir um conjunto de questões comuns a todos os entrevistados, sendo óbvio, que cada entrevistado respondeu às questões apresentadas de acordo com a sua perspetiva e no âmbito do cargo ocupado e dos conhecimentos possuídos sobre a matéria em causa.

Será ainda importante referir, de acordo com as características da entrevista semiestruturada, a estruturação do guião tem subjacentes os objetivos que possibilitam flexibilidade na condução da entrevista.

Antecedendo o segundo momento, e como é recomendado por Carmo e Ferreira (1998), os entrevistados foram contactados previamente, de forma a garantir a sua disponibilidade para participar no estudo, e de modo a explicitar os motivos de terem sido escolhidos para serem entrevistados.

No seguimento, procedeu-se à escolha do local para a realização das entrevistas, levando em consideração que o investigador deve dar ao entrevistado a oportunidade de escolher o local da entrevista, não por uma questão de comodidade, mas para que naturalmente se gere um clima de maior confiança Woods (1998). E, por isso, foi dada toda a liberdade de escolha aos entrevistados, recaindo essa escolha nos gabinetes onde desempenham as suas funções profissionais, no caso dos autarcas e diretores de agrupamento, e no caso dos professores e representantes dos pais e encarregados de educação, salas de aula disponíveis (tabela 12).

Com o aparecimento da Pandemia provocada pelo Covid - 19, as entrevistas já agendadas tiveram de ser alteradas de acordo com as especificações e normas emanadas pela Direção Geral de Saúde, realizando-se as mesmas recorrendo à plataforma digital Zoom.

Numa primeira abordagem da entrevista, foram explicitados os procedimentos inerentes à sua legitimação, ou seja, procedeu-se a uma apresentação geral do estudo, explicando os seus objetivos e pertinência, tendo sido solicitada a autorização para a gravação áudio da entrevista, a qual seria transcrita (terceiro momento), depois enviada ao entrevistado para que pudesse clarificar ou retificar as suas declarações, indo de encontro à preocupação manifestada por Bodgan e Bilken (1994) quando referem que a validação das entrevistas reflete “a preocupação com o registo tão rigoroso quanto possível do modo como as pessoas interpretam os significados.” (Bodgan & Bilken, 1994, p.51).

A opção pela gravação das entrevistas neste estudo prende-se com vários fatores que poderão colocar em causa a precisão da informação recolhida, como tomar notas durante a entrevista, o que poderia ser motivo de distração para os intervenientes na mesma, assim como “os limites da memória humana (...) e a distorção” (Gil, 1999, p.126)

Aglutinando todos estes procedimentos, julgamos, que na realização das entrevistas, fomos de encontro às recomendações de Guerra (2006), quando refere,

Não se deve esquecer as questões prévias a colocar no início das entrevistas, tais como a explicitação do objecto de trabalho, a valorização do papel do entrevistado no fornecimento de informações considerando o seu estatuto de informador privilegiado, a duração e a licença para gravar, etc. (Guerra, 2006, p.60)

Em todo este processo, será na entrevista, que o papel do investigador assume fulcral importância, como refere Carmo e Ferreira (1998), que durante a entrevista é importante saber escutar, ou seja, dar tempo para o entrevistado se

expressar, e caso existam perguntas delicadas, estas devem ser feitas no final da entrevista e enquadradas por perguntas preparatórias, evitando constrangimentos que poderão melindrar o entrevistado.

O entrevistador nunca pode esquecer que o entrevistado dirá apenas o que pode e o que quer; daí ser “de extrema importância o conhecimento por parte do pesquisador da realidade estudada e uma sensibilidade para captar as nuances das quais estão carregados os discursos, seja nas expressões, contradições, pausas ou repetições (...)” (Silva, Gobbi & Simão, 2005, p.76).

Será então imprescindível, não se perder de vista o objetivo fulcral da entrevista, mantendo a neutralidade e aproveitar o tempo de um modo eficiente, pelo que a elaboração de um guião, referido anteriormente, devidamente estruturado que, embora permitindo “desvios”, assegura a fidelidade ao núcleo essencial das questões em investigação. (Tuckman, 2000)

Observe-se a tabela 12, que metodiza a calendarização das entrevistas.

Tabela 12 - Calendarização das entrevistas

Nome	Cargo	Data da Entrevista	Local
S1	Diretora do Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho	24-06-2020	Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho
S2	Diretor Agrupamento de Escolas da Boa Água	30-03-2020	Agrupamento de Escolas da Boa Água
S3	Diretor Agrupamento de Escolas de Sampaio	29-03-2020	Agrupamento de Escolas de Sampaio
S4	Coordenador Departamento	23-03-2020	EB de Sesimbra
S5	Antigo Delegado Escolar/Conselho Geral	14-05-2020	Agrupamento de Escolas da Boa Água
S6	Vice-Presidente e Vereadora da Educação da Câmara Municipal de Sesimbra	14-07-2020	CM Sesimbra
S7	Presidente da Associação de Pais 1º Ciclo	21-05-2020	Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho
S8	Presidente da Associação de Pais 3º Ciclo	24-03-2020	Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho
S9	Presidente da Associação de Pais Secundário	18-03-2020	Agrupamento de Escolas de Sampaio

Capítulo 5 – Apresentação, Análise e Interpretação dos Resultados

Tal como o mineiro apanha uma pedra, perscrutando-a na busca de ouro, também o investigador procura identificar a informação importante por entre o material encontrado durante o processo de investigação. (Bogdan & Biklen, 1994).

Na procura de identificar a informação que julgamos pertinente, evitando possíveis desvios que colocassem em causa a validade dos dados recolhidos, a utilização das técnicas de análise de conteúdo de (Bardin, 1979), pareceu-nos a mais indicada. (vide Apêndices, I - LXXXVII)

Neste capítulo, pretende-se esboçar um desenho representativo da perceção dos diversos atores que interagem no cenário educativo do Concelho de Sesimbra no que concerne à relação entre a educação e a municipalização.

Como já referido anteriormente, os critérios para a escolha dos entrevistados, no que ao grupo de docentes diz respeito, basearam-se nos cargos desempenhados, tempo de serviço geral e tempo de serviço a desempenhar funções no Concelho de Sesimbra.

As entrevistas, obviamente, procuraram obter informações sobre as perceções que os diferentes atores envolvidos possuem sobre a relação entre educação e municipalização na atualidade.

Suportando-nos no trabalho teórico já realizado, constatamos que a participação da autarquia nos assuntos educativos, há muito é desejada pelo poder central, é agora, chegado o momento de verificarmos qual a perceção que os diferentes atores educativos no Concelho de Sesimbra possuem sobre essa participação, sejam eles docentes, com as suas dúvidas e preocupações, a autarquia com o aumento das suas competências, estará preparada? E as Associações de Pais e Encarregados de Educação, que receios?

Para permitir uma leitura mais fácil e clara, organizamos este capítulo de acordo com a perceção de cada um dos atores separadamente, seguindo o guião de entrevista, culminando com uma síntese, abordando os aspetos convergentes e divergentes.

Para uma melhor perceção da posição de alguns dos entrevistados sobre algumas matérias incluímos excertos literais das suas entrevistas.

5.1 – Perceção dos Docentes Sobre a Transferência de Competências na Educação do Poder Central para os Municípios no Concelho de Sesimbra?

Questão 1 - Que melhorias do sistema educativo português estão previstas na transferência de responsabilidades para as autarquias no âmbito da educação?

Através da análise do conteúdo das entrevistas realizadas aos docentes, podemos constatar, relativamente às competências transferidas, que os mesmos referem a gestão do parque escolar e do equipamento educativo, gestão de recursos humanos, ação social escolar, transportes escolares, atividades de enriquecimento curricular e a componente de apoio à família, como competências que poderão

promover melhorias no sistema educativo português, essencialmente devido à questão da proximidade, que, com certeza, fomentará, uma articulação mais eficiente entre a escola e o município.

Essa articulação dependerá assim de duas questões que os entrevistados levantam: a questão organizativa e económica.

A questão organizativa prende-se com a capacidade de resposta dos municípios às questões educativas com que se vão deparando, quer ao nível de recursos humanos quer pela existência de técnicos competentes nas autarquias, para fazer a gestão desses recursos humanos.

A questão económica é aquela que mais preocupação levanta a todos os entrevistados. Serão as verbas atribuídas apropriadas ao volume de intervenções necessárias?

Como explanado em diversos suportes legislativo ao longo das últimas décadas, a transferência de encargos, no âmbito da educação, para os municípios tem sido uma tradição constante da legislação portuguesa, na verdade, a atuação educativa municipal é já um dado adquirido nos dias de hoje, e a experiência diz-nos que o respetivo acompanhamento financeiro fica muito aquém do desejado, levando alguns municípios a colocar em causa esta transferência de competências.

A este propósito refere Fernandes (2005a):

Em relação à contribuição dos municípios para a construção dos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclos do ensino básico, as reacções têm variado. Se alguns aceitam outros recusam dar essa contribuição considerando que se trata de uma tentativa governamental de transferir unilateralmente encargos para o município sem qualquer reforço nas finanças locais (Fernandes, 2005ª, p. 213).

Apesar de todas estas questões que poderão colocar em causa o melhoramento do sistema educativo, é consensual entre os entrevistados, que a proximidade entre os atores educativos e, tendo em conta o princípio da subsidiariedade, que considera que tudo o que é gerido localmente e melhor gerido do que centralmente, contribuirá para ultrapassar essas questões, promovendo, assim, o desenvolvimento do sistema de ensino português.

Não obstante a essas preocupações legítimas, a verdade é que o envolvimento dos municípios na educação é cada vez mais reconhecido, ainda que, de um modo geral, se limite ao aspeto físico e material da questão. No entanto é opinião de todos que deverá continuar a manter-se a abertura da escola à comunidade, alterando o papel do município, deixando de ser um simples figurante neste “filme educativo”, para ocupar um papel de relevância, que em estreita relação com os restantes atores educativos, promoverá o tão desejado sucesso educativo,

contribuindo para a construção de um bem local comum, que garanta em condições de igualdade, equidade e eficácia, a educação de todas as crianças e jovens.(Barroso, 2005)

Questão 2 - Qual a sua opinião sobre essa transferência de competências?

Nesta questão, a opinião dos entrevistados é unânime. Todos defendem a transferência de competências ou consideram ser inevitável que essa transferência de competências se concretize. No entanto, como em qualquer processo de mudança, é expectável o aparecimento de vantagens e desvantagens.

No que concerne às vantagens, é referido, mais uma vez, a questão da proximidade como fator para uma mais rápida solução de um possível problema. A sensibilidade dos autarcas, a envolvência da autarquia no meio escolar, as colaborações realizadas, entre outros aspetos, permitem ao município ter um conhecimento mais efetivo das necessidades das escolas.

Dependendo da localização do estabelecimento de educação, as necessidades são com toda a certeza diferentes, têm realidades e formas de atuar diferentes, sendo necessário proceder a reajustamentos, algo que ao nível central é mais difícil, promove-se assim a desburocratização.

Como desvantagens, alguns dos entrevistados referem que o primeiro passo para esta descentralização de competências deveria passar por um estudo prévio, por parte do poder central, no sentido de se capacitar da realidade dos municípios, verificando a sua competência e preparação para essa descentralização, uma vez que consideram que grande parte dos municípios não estão devidamente esclarecidos acerca dos papéis que cada um dos atores envolvidos desempenha. No entanto, no que ao Concelho de Sesimbra diz respeito todos os entrevistados são unânimes no reconhecimento de competências à autarquia.

Caso esse reconhecimento não se verifique, poderá assistir-se a uma sobreposição de papéis, contribuindo para o aumento de distúrbios no funcionamento e, conseqüentemente, um aumento da burocracia nos serviços.

Outro aspeto, referido como negativo, é a possibilidade dos interesses políticos, cor partidária, interferir nas tomadas de decisão, colocando em causa o cumprimento de determinados objetivos educativos municipais.

No entanto, é consensual, entre os entrevistados, que todos os aspetos aqui enunciados como vantagens e desvantagens sofrerão um agravamento substancial se o aspeto económico não for acautelado.

Independentemente da disponibilidade, motivação e vontade em fazer mais e melhor, se não existir a disponibilização das tão desejadas verbas, a atuação

educativa de qualquer município estará claramente comprometida, podendo mesmo levar a um distanciamento entre os diversos atores envolvidos.

Questão 3 - Quais as implicações para a escola da passagem do poder de decisão em matéria de educação para o poder local?

É óbvio que, cada vez mais o Município é visto não só como um recurso, mas também como parceiro das escolas/agrupamento, sendo pertinente considerar que o seu papel, enquanto um dos principais promotores do desenvolvimento educativo do concelho, seja mais ativo e interventivo no que às políticas educativas locais diz respeito. Claro está que a definição que temos de escola, de educação, está desadequada, e que este novo paradigma da educação que promove uma aproximação mais estreita entre os diversos atores educativos contribuirá para a resolução de muitos dos problemas que a escola hoje enfrenta.

Assim, e como refere Prata (2008), o município passa de uma participação totalmente periférica a uma participação colaborativa e desta a uma participação colaborativa e integradora.

Lógico que, se existe uma maior responsabilização do município pelos destinos da educação local, o seu poder de decisão atingirá, consequentemente maior protagonismo, no que diz respeito a decisões educativas, até aqui reservadas à escola e ao ministério da educação.

Neste âmbito, e segundo os entrevistados, as implicações dessa passagem do poder de decisão para o poder local são vantajosas, uma vez que a articulação entre a escola e o município, fruto da proximidade, e da reconhecida capacidade e competência dos técnicos da autarquia, associadas ao profundo conhecimento das necessidades e características de cada escola, permitem uma resolução mais rápida e eficaz das situações problemáticas que surgem, como transparece do seguinte registo:

Vamos começar pelas coisas boas, e as coisas boas são aquelas que eu já referi, teoricamente ao passarem uma série de competências, gestão de pessoal, gestão de equipamentos para as autarquias, é mais fácil para as escolas fazerem esta articulação, os exemplos clássicos são em relação à colocação do pessoal não docente ou em relação à realização de obras, teoricamente seria mais fácil para as escolas fazerem esta articulação por princípio, e eu acredito que em Sesimbra, no nosso Concelho, por exemplo, isso seja bastante mais fácil, porque já existe aqui uma tradição de articulação entre as escolas e a autarquia muito anterior a isso, às vezes não estando regulamentada mas que a autarquia assume, trabalhando em conjunto com os agrupamentos.(S2)

Outra das vantagens apontadas pelos entrevistados centra-se na possibilidade que os agrupamentos do concelho possuem, através do Projeto

Educativo Concelhio, de desenvolverem e adequarem as suas atividades educativas de acordo com as necessidades existentes, promovendo assim o trabalho em rede, como evidencia um dos diretores:

Considero que essa é a forma correta de agir, que cada escola encontre uma resposta adequada à sua realidade sem descurar aquilo que são as orientações concelhias para a educação, e integrando-as no seu próprio projeto educativo.

Os cinco agrupamentos de escolas não deverão competir entre si mas sim deverão trabalhar em rede, complementando-se e articulando-se. (S3)

Considerando que o Conselho Municipal de Educação e o Conselho Geral, enquanto órgãos representativos dos diversos atores educativos, devem ser os locais por excelência para a promoção desse trabalho em rede.

Apesar de considerarem as vantagens aqui apresentadas como caminhos de esperança para a obtenção de uma política educativa municipal concertada e eficaz, alguns aspetos se levantam, como possíveis entraves ao tão desejado sucesso.

Como duas faces da mesma moeda, a proximidade apresenta também aspetos considerados desvantajosos para alguns dos entrevistados, como se verifica de seguida:

...depois na realidade quando chegamos à altura de trabalharmos em consonância com os autarcas, com os técnicos da autarquia, nós sabemos que é mais difícil, cada um de nós tem o nosso espaço, o nosso espaço físico, o nosso espaço psicológico e às vezes é difícil adaptarmo-nos e seguirmos orientação e indicações de outras pessoas de outros técnicos..., e agora é a câmara,... é a câmara que vem mandar na escola...e às vezes as nossas capelinhas...chocam aqui um bocadinho...eles próprios, nas autarquias dirão o mesmo...(S5)

Esta possível dificuldade de adaptação, poderá contribuir para uma desarticulação entre os diversos atores políticos e a uma consequente (re)centralização do poder, agora na autarquia.

Ainda como aspeto negativo, alguns docentes referiram os interesses políticos como um possível foco de destabilização:

“Preocupa-me mesmo é a cor política.”(S4)

Note-se que aqui, não está em causa o facto dos atores políticos, utilizarem a escola como palco privilegiado para dar visibilidade aos seus ideais políticos, relegando os interesses educativos, mas sim na contratação e gestão do pessoal não docente, como refere um dos entrevistados:

“O pessoal não docente pode ser por favor é por elitismo é por favoritismo e acho que não é por competência. E o que é competência para uns não é para outros.”(S4)

Questão 4 - Com o aumento de competências atribuídas às autarquias, deverá a sua participação nos órgãos de direção da escola ser reforçada?

O Poder Local tem vindo nos últimos anos a ganhar relevância significativa ao nível da sua participação em órgãos de administração educativa, sendo da opinião de todos os entrevistados que a sua participação tem contribuído para o melhoramento das condições físicas das escolas ao nível do 1º ciclo e pré-escolar, e frequentemente, ultrapassando as suas competências, apoiando também as escolas do 2º e 3º ciclo, assim com as secundárias. No entanto, também é opinião consensual dos entrevistados que a participação das autarquias nos órgãos de direção da escola não deve ser reforçada, uma vez que o princípio da representatividade está assegurado no Conselho Municipal de Educação e Conselho Geral, como explanado na opinião de alguns dos entrevistados:

As competências atribuídas às autarquias não interferem com os órgãos de direção da escola. A participação da autarquia nos órgãos de gestão das escolas continuará a ser a mesma, ter representantes no conselho geral. (S3)

...porque em Sesimbra eu acho que essa participação é a adequada, aquilo que está previsto é que existam dois órgãos essenciais e o maior, o órgão mais responsável da escola, que é o Conselho Geral, o Conselho Geral aprova tudo o que é, não só em termos executivos mas tudo o que são contas e tudo o que é o trabalho da escola, plano de atividades ao nível de desenvolvimento anual, o Conselho Geral tem conhecimento regular daquilo que acontece e aprova tudo o que é feito por parte da direção e depois o Conselho Municipal de Educação define as políticas locais, tem todos os outros órgãos... (S2)

...Não estou a ver essa necessidade, eu acho que a representação que “eles” têm já é mais do que suficiente para exercerem o poder que têm, “eles” estão representados no conselho geral, portanto as grandes decisões da escola passam pelo conselho geral “eles” podem opinar e podem decidir, tem poder de decisão, por isso não estou a ver grande necessidade reforçar, acho que é mais do que suficiente. (S5)

Alguns dos entrevistados referem que os representantes do Conselho Geral e o Conselho Municipal da Educação deveriam ter uma participação mais efetiva na definição das políticas educativas locais, uma vez que reúne um conjunto diversificado de setores da sociedade, contribuindo para uma consciencialização coletiva da educação local. No entanto, é opinião de alguns dos entrevistados que os representantes dos referidos órgãos, nem sempre intervêm de forma ativa, assumindo muitas vezes uma postura de meros espectadores, desperdiçando a possibilidade de utilizar o cargo que ocupam para alterar, criar e inovar novos caminhos educativos, como é referido por um dos diretores:

Em Sesimbra, eu pessoalmente acho, por exemplo, que o Conselho Municipal de Educação não tem todo o potencial ainda aproveitado, ainda está um bocadinho longe disso e muitas vezes é mais visto como um órgão ilustrativo daquilo que faz em vez de deliberativo e orientativo...(S2)

...o Conselho Geral acaba por ser um órgão mais de fachada, digamos assim e é a direção em si que resolve tudo praticamente ao nível da escola. Se o Conselho Geral poder ser, se conseguir ser, não é só uma vontade, se conseguir ser mais interventivo...já estão lá representados os diversos elementos da comunidade e depois...por outro lado ao nível local há o Conselho Municipal de Educação, que inclui mais as autarquias, sobretudo, e depois os outros órgãos, os representantes do agrupamento da comunidade local do ministério, também se esse órgão...de que a gente ouve falar duas ou três vezes por ano, ou se calhar nem tanto, dar conselhos à comunidade, aos representantes da educação, hão de dar esses conselhos para seguir a política educativa local é verdade, mas parece que apesar de tudo estes órgãos onde está muita gente representada ainda são órgãos de fachada, com vontade em fazer mas depois quem decide são vereações, presidências direções dos agrupamentos, (S4)

Conscientes deste aspeto menos positivo, apontado ao Conselho Municipal de Educação a importância, que este órgão ocupa no desenvolvimento das políticas educativas locais, é reconhecida por todos os entrevistados. E apesar de não o expressarem de forma concreta, fica a ideia que os seus representantes, enquanto membros responsáveis da comunidade e legalmente nomeados, não só têm o direito, mas acima de tudo a responsabilidade de zelar pela educação do concelho.

Questão 5 - Na sequência dessa transferência de responsabilidades, como prevê que se venha a fazer a articulação entre o Ministério da Educação, a Escola e a autarquia?

Reconhecendo a importância que a articulação entre os diversos atores educativos ocupa no correto desenvolvimento das políticas educativas locais, contribuindo para alcançar o desejado sucesso, coloca-se a questão de como a operacionalizar.

Apesar de, nas últimas décadas, se ter verificado uma aproximação entre o poder local e a escola, o mesmo não tem acontecido com o Ministério da Educação, limitando-se este a legislar unilateralmente, desconhecendo as realidades locais e as condições que as escolas possuem para desenvolver as suas atividades.

Assim, e de acordo com dois dos entrevistados, surge o Conselho Municipal de Educação, como a principal instância de articulação entre os atores educativos envolvidos.

Penso que essa articulação passará também pelo Conselho Municipal de Educação onde o Ministério da Educação tem um representante e onde têm

assento todos os diretores das várias escolas, bem como outros representantes locais.” (S3) “...essa articulação é feita ao nível daquilo que vem previsto na legislação, neste momento o Ministério da Educação tem representatividade no Concelho Municipal da Educação. (S2)

Um dos entrevistados refere que essa articulação deveria ser da responsabilidade de uma comissão restrita do (CME).

Eu suponho que irão funcionar através daquele órgão, o conselho municipal de educação, se calhar vai ter uma comissão mais restrita, se calhar com um representante..., essas chamadas comissões de acompanhamento, qualquer coisa assim, se calhar com um representante regional do ministério da educação, se calhar com um representante da autarquia e do agrupamento, ou dos agrupamentos, em princípio haverá um grupo mais restrito que vá fazendo o acompanhamento de tudo isso. (S5)

Refere um dos entrevistados que essa articulação será realizada a dois, ou três de acordo com as questões tratadas. No que diz respeito ao parque escolar, equipamentos, transporte, pessoal não docente, enfim competências da responsabilidade da autarquia, a articulação será realizada a três, uma vez que a solicitação parte da escola para a autarquia, que por sua vez recebe verbas do ministério para fazer face às necessidades, articulação a três.

Questões pedagógicas e relacionadas com o pessoal docente, articulação a dois.

Bem a escola terá de articular com os dois, a autarquia e o ministério. A escola terá que articular com a autarquia em tudo o que se refere ao parque escolar, equipamentos e pessoal não docente, e esta por sua vez terá que se articular com o ministério como é lógico, portanto é escola autarquia e autarquia ministério depois a escola também se articula diretamente com o ministério no resto, no diz respeito ao pessoal docente e questões pedagógicas, portanto vai haver aqui uma articulação a dois e uma articulação a três. (S1)

Um outro entrevistado salienta que a articulação entre estas três valências se avizinha como problemática, podendo mesmo levar a uma nova (re)centralização do poder, agora focalizada na autarquia.

Estamos a falar em três valências e como será a articulação entre elas. Eu acho que se era complicado as escolas gerirem com o ministério, imagina aqueles contratos de autonomia, agora com a Câmara acaba por ser um contrato na mesma, se calhar o poder passa a estar centralizado na autarquia. (S4)

Questão 6 - Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Recorrendo a Ferreira (2005) que afirma que, “ A educação não é apenas a escola e o local não é apenas o lugar.” (Ferreira, 2005, p. 86), percebemos que o afastamento entre estes dois parceiros locais em nada contribuiu para o desenvolvimento e sucesso das políticas educativas locais.

Acreditando que a interação entre parceiros promove o progresso e o aperfeiçoamento da área em causa, com a descentralização do poder central para as autarquias criam-se condições para uma aproximação real entre instituições dentro do mesmo concelho.

Assim, a escola perde o seu estatuto de instituição isolada no seio comunitário, passando a ser um elemento constituinte da comunidade local, estabelecendo relações de índole dialética com outras instâncias, nomeadamente a autarquia.

É com base nesta relação próxima entre estas instituições, e outros parceiros educativos, que todos os entrevistados afirmam que a existência de uma política local de educação contribui de forma decisiva para a promoção do sucesso educativo.

...considero que uma política local de educação é imprescindível. (S3)

Sim. Isto é fundamental. (S2)

Claro que sim. É importante haver uma visão da educação ao nível do concelho...(S1)

Considero importante haver uma política local de educação... (S4)

Sim (S5)

Os entrevistados baseiam a sua opinião no entendimento da proximidade como fator facilitador de articulação entre os diversos parceiros educativos, na discussão e consecução de um Projeto Educativo Concelhio que vise a perseguição de objetivos comuns, funcionamento como linha orientadora das políticas educativas locais e, desta forma, promovendo o trabalho em rede, conforme explanado a seguir:

O projeto educativo concelhio é fundamental para que cada escola incorpore as medidas preconizadas no seu próprio projeto educativo, o que implica que todas as escolas caminhem no mesmo sentido.

Não esquecer que, de uma forma holística, o todo será sempre mais do que a soma das partes. (S3)

...opção política em termos da Câmara Municipal de Sesimbra de ter um projeto educativo na altura em que algumas câmaras tinham só cartas educativas que eram documentos orientadores da política de construção de escolas, de onde se põem os equipamentos educativos, a autarquia, na minha opinião e bem, a autarquia de Sesimbra tomou a decisão de ter um documento orientador em relação às políticas educativas e às opções pedagógicas do concelho, não vamos estar aqui a discutir se foi um documento ótimo logo do início, ou não, mas foi uma boa iniciativa que já foi tomada há mais de 10 anos, e isso foi evidente para a orientação das

políticas educativas dos agrupamentos no concelho é muito importante que em termos locais haja esse género de orientação... (S2)

Questão 7- Que contributos poderá trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

A transferência de competências, ao nível da educação, para os municípios tem sido uma tradição constante da legislação portuguesa, assumindo as políticas de educação diferentes formatos.

A este propósito, Barroso (2006) refere que o sistema educativo português, nas últimas décadas, tem-se caracterizado por diversas reformas, nem sempre consensuais, dependentes da cor política do governo.

Na atualidade, fruto do aumento do conhecimento da sociedade em geral, a educação ocupa uma posição primordial no desenvolvimento não só pessoal mas da comunidade em si, neste sentido Prata (2008), afirma que “a educação é hoje a principal condição de progresso humanizado das comunidades e da promoção da qualidade de vida das pessoas.” (Prata, 2008, p.49) Logo, alvo de críticas e acérrimas discussões sobre qual o melhor caminho a seguir.

Com o aflorar da transferência de competências, ao nível da educação, para as autarquias, seja através de obrigatoriedade legal ou por iniciativa própria, a relação entre escola e autarquia e demais parceiros assume uma importância insofismável.

Para Prata (2008),

Esta não interessa apenas aos decisores políticos e aos profissionais, antes deve constituir uma preocupação de todos, já que a complexidade dos seus desafios exige um diálogo permanente e uma estreita cooperação entre os diferentes intervenientes do sistema educativo. (p. 49)

É com a preocupação de percebermos quais os contributos dessa cooperação, entre os diferentes atores educativo, no sentido de promover a melhoria e consequente sucesso do processo educativo, que questionamos aos nossos entrevistados.

Foi unânime a questão da gestão de proximidade como principal contributo para a melhoria do processo de ensino, através de um conhecimento mais aprofundado das diversas realidades existentes no concelho, o que pode permitir uma resposta mais célere e eficaz às questões da sua competência, seja no âmbito da gestão do pessoal não docente, equipamentos, parque escolar, transporte como outros.

...,como acontece em Sesimbra, for o parceiro próximo, local, conhecedor da realidade e que te pode ajudar nas tomadas de decisão de uma forma

muito mais efetiva e muito mais produtiva do que uma tomada de decisão centralizada.” “...existe aqui um grande potencial para melhorar a qualidade do processo educativo, desde logo porque as autarquias estão muito mais sensíveis às questões locais do que está o poder central, portanto quando tomas determinadas decisões em termos do processo educativo é muito mais importante que tu as tenhas pensadas de acordo com questões locais do que gerais (S2)

Para mim são todos contributos positivos, o exemplo que eu dou é o da gestão do pessoal não docente, todas as escolas se queixam com falta de pessoal não docente e manifestam constantemente essa necessidade junto do ministério da educação e a resposta vem tardia ou nunca vem..., a autarquia vai certamente acelerar o processo e vai-nos responder quando há necessidade de uma substituição, isto é um aspeto..., e tudo aquilo que eu disse..., para mim é uma mais valia para as escolas. (S1)

À partida deve contribuir para resolver mais rapidamente as tais necessidades locais e o processo educativo em geral.” “...se nós tivermos os nossos problemas resolvidos, satisfeitos, os nossos colegas também satisfeitos com essa resolução, os alunos bem, a comunidade bem ou a caminhar nesse sentido, de certeza que o ambiente para levar à prática a parte educativa, a parte curricular, em geral melhorará, o processo educativo será mais facilitado. (S5)

Um dos entrevistados referiu ainda como contributo para a melhoria da qualidade do processo educativo, a agilização na adequação de mecanismos que permitam alterar, por exemplo, o funcionamento de uma escola.

...se quiseses mudar, por exemplo, a maneira como trabalhas numa escola, é muito mais difícil fazeres isso se tiveres de passar por não sei quantos órgãos centrais que não têm a mínima noção da realidade, do que fazes, isso ao nível local, onde tens pessoas que diariamente entram e saem da escola essa é a tua realidade e sabem qual é a necessidade específica daquela comunidade,...(S2)

No entanto, e como os contributos nem sempre são válidos, dois dos entrevistados nesta questão, e apesar de todos os outros já a terem referenciado em questões anteriores, foram perentórios ao evidenciarem o aspeto financeiro como possível entrave à concretização de um processo educativo adequado e promotor do sucesso.

Preocupa-me o financiamento para a gestão e manutenção das escolas, que passa a ser da responsabilidade da autarquia, mas sobretudo a incapacidade da autarquia para responder às necessidades do parque escolar caso não seja dada uma contrapartida financeira por parte do estado central. (S3)

...principal risco no nosso concelho é mesmo o subfinanciamento, é o nível de exigência que as escolas estão habituadas a solicitar à autarquia, e que tem sido respondido, não é compatível com uma transmissão de competências como está previsto e com o subfinanciamento que está previsto, porque quando isto acontecer vai tudo cair em cima da autarquia....(S2)

Esta questão preocupa todos os entrevistados, colocando em causa a relação existente entre as diversas escolas do concelho e a autarquia, relação essa que, na atualidade, se pauta por uma articulação saudável e profícua.

5.2 - Perceção dos Autarcas Sobre a Transferência de Competências na Educação do Poder Central para os Municípios no Concelho de Sesimbra

Questão 1 - Enquanto responsável autárquico pelo pelouro da educação, como vê a transferência de competências do poder central para a autarquia? Quais os aspetos positivos e os negativos dessa transferência?

Como já referimos, a história da intervenção municipal em matéria educativa tem vindo ao longo das últimas décadas a adquirir maior protagonismo, fruto de um trabalho de proximidade que tem contribuído, no caso do Concelho de Sesimbra, para uma aproximação entre estes dois parceiros educativos, autarquia e escola.

Com esta nova transferência de competências, muitas têm sido as autarquias que, a todo custo, tentam protelar ao máximo a assinatura desse protocolo de transferência de competências, essencialmente por considerarem desajustadas as verbas contempladas.

No âmbito dessa nova transferência de competências, do Poder Central para o Poder Local, a autarca entrevistada começou por destacar aquilo que considera positivo, a proximidade.

Nós sempre entendemos e temos afirmado publicamente em vários fóruns que vemos com bons olhos a transferência de competências, achamos que a municipalização da educação é uma mais valia para a comunidade educativa, desde logo porque as câmaras estão muito mais próximas, conhecem muito mais a realidade das escolas e os seus problemas... e o trabalho, hoje está feito no terreno e portanto hoje todos os municípios provam que esta aproximação do poder local à comunidade educativa traz benefícios muito grandes... portanto o que nós achamos é que a transferência de competências é boa é desejável, esta proximidade é produtiva e torna-se, na minha perspetiva, muito eficaz... (S6)

Essa proximidade permitiu um conhecimento da realidade efetiva das necessidades das escolas do concelho, logo os responsáveis pela divisão da educação, conseguem adequar as intervenções necessárias de forma célere e eficaz, como refere a vereadora do pelouro da educação:

“...podemos definir estratégias locais específicas de acordo com as nossas realidades, de acordo com as necessidades de cada escola, que são diferentes de escola para escola, de projetos educativos para projetos educativos...,”(S6)

Como aspeto negativo, o financiamento evidencia-se como um obstáculo, manifestando-se na escassez de recursos humanos e materiais, capaz de condicionar toda a ação da autarquia, contribuindo para o desacreditar da instituição junto do parceiro educativo, assim como continuar o “mau trabalho feito pelo ministério” (S6).

O problema não é este princípio base, se o princípio base é aceitável por nós e defendemo-lo, a questão que se coloca é de financiamento... e a verba que é proposta transferir para os municípios para resolver problemas que não foram resolvidos durante décadas é na nossa perspetiva mais do que insuficiente... estamos a falar de verbas que são quase residuais, 20 mil euros por ano para uma escola de segundo e terceiro ciclo, quase não dá para substituir os vidros que se partem ou as torneiras das casas de banho que se avariam... (S6)

Assumindo a educação para este executivo um papel fundamental no desenvolvimento do concelho, sendo as verbas transferidas nesse âmbito manifestamente insuficientes, verbas de outros setores terão de ser alocadas à educação, fazendo com que esses setores, já da responsabilidade da autarquia, fiquem deficitários.

...às autarquias só cabe duas soluções, ou continua o mau trabalho feito pelo ministério até aqui, ou deixam de fazer outras intervenções que são hoje da sua competência, como por exemplo da limpeza urbana do asfaltamento de vias públicas...(S6)

Questão 2 - Quais são as condições que a autarquia dispõe para essa transferência de competências/responsabilidades e quais as que deveria ter e não tem/as que estão em falta?

A intervenção educativa da autarquia de Sesimbra, à semelhança de outras, tem-se pautado por um acréscimo significativo, ultrapassando em muito aquilo que são as suas competências legais, aquilo que Pinhal (2006) refere como “não competências” (Pinhal, 2006, p.122), no sentido de dar resposta às necessidades locais, promovendo uma aproximação ao parceiro educativo escola.

Com certeza que o sucesso dessa aproximação está diretamente relacionado não só com a importância que os autarcas atribuem às escolas, mas também com os recursos que podem disponibilizar para efetivar essa aproximação.

Partindo do princípio de que o que é gerido localmente obtém melhores resultados, o sucesso dessa gestão é condicionado, obviamente, pelas condições existentes.

No caso concreto do Concelho de Sesimbra, tem-se verificado um grande esforço no sentido de efetivarem as competências legalmente atribuídas. Apesar

desse esforço, muitas vezes, esse esforço significa, para a autarquia, lutar com armas que não possui, e encarar este novo pacote de transferências, como um presente “envenenado”, uma vez que as condições quer financeiras quer de recursos humanos ficam muito aquém do desejado.

Não obstante estes condicionalismos, é consensual entre os responsáveis municipais que as competências a transferir para a autarquia, devem ser todas aquelas que, independentemente do seu cariz, permitam uma aplicação mais eficaz dos recursos e, conseqüentemente, a obtenção de sucesso educativo.

A vereadora do Pelouro da Educação referiu como principal condição para a obtenção de tão desejado sucesso, um corpo técnico experiente, com um conhecimento efetivo da realidade e necessidades das escolas, adequando as respostas e intervindo com a prontidão desejada.

As condições que a autarquia de Sesimbra concretamente tem é um corpo técnico quer da divisão da educação quer de outras divisões, que tem acompanhado ao longo de muitos anos as escolas, nesta relação de proximidade e conhecimento e que permitirá também agilizar muitos dos problemas....(S6)

...problemas não se resolvem só com questões financeiras ou com questões de recursos humanos, resolvem-se com a prontidão da resposta, com o conhecimento profundo da realidade...(S6)

Claro está que, se essa experiência do corpo técnico da divisão de educação permite agilizar todo o processo educativo concelhio, mas se não for reforçado, toda a experiência aqui relatada ficará em causa, uma vez que com a nova transferência de competência prevê um aumento significativo de responsabilidades não só ao nível dos equipamentos, parque escolar, transporte e outros, mas também ao nível da gestão do pessoal não docente e todas as tarefas inerentes aos mesmos, como avaliação, vencimentos, férias etc., desta forma, o volume de trabalho ultrapassará em muito a sua capacidade de resposta.

Nas palavras da entrevistada:

...o que está estimado com esta nova transferência de competências, onde vêm todas as escolas do 2, 3 ciclo e secundário é cerca de mais quinhentas pessoas e portanto é 50% do que é hoje o corpo de funcionários da câmara, isto vai obrigar aos próprios serviços internos da câmara, nomeadamente ao nível dos recursos humanos da divisão de educação de se reajustarem, no fundo é quase como um renascimento que temos todos de fazer para poder absorver estas quinhentas pessoas, que não é absorve-las é também gerir-las, ao nível das faltas, das avaliações ao nível da gestão do pessoal...(S6)

Mais uma vez. a questão financeira é apontada como condição fulcral para a correta aplicação deste pacote de transferências: "...para além dos aspetos financeiros que são incontornáveis e que estão sempre presentes...",(S6)

Aliás, o "fantasma" do financiamento tem assombrado os sonhos de alguns autarcas que correm o risco de ver a sua posição junto da escola e da própria comunidade fragilizada, uma vez que as verbas previstas para fazer face às necessidades são desadequadas em relação ao conjunto de competências a transferir, e que a questão da proximidade, embora positiva, poderá comprometer, como refere a vereadora do Pelouro da Educação:

Sabemos também que depois a pressão será feita sobre as autarquias, pela proximidade mais uma vez, a proximidade é boa mas também tem aspetos negativos, porque é difícil falar com o secretário de estado ou com o ministro da educação, mas é muito fácil encontrar o presidente da câmara e colocar estas questões. (S6)

Questão 3 - Que contributos poderão trazer essa transferência de competências, do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

Como largamente temos referido ao longo deste trabalho, a autarquia ocupa um lugar privilegiado neste processo de transferências de competências, porque, além de as "receber", tem a responsabilidade de estabelecer parcerias, criar e desenvolver projetos que envolvam as escolas, na procura de dar respostas não só às necessidades da escola, mas do próprio concelho.

Uma articulação estreita entre estes dois parceiros, contribuirá definitivamente para a melhoria do processo educativo, promovendo a criação de um Projeto Educativo Concelhio, que fruto dessa articulação, passará a criar uma linha orientadora comum, assente nas reais necessidades, às quais tentará dar uma resposta cabal.

Uma articulação que se pretende eficaz e arrojada só poderá resultar de uma proximidade estreita entre estes parceiros, onde o conceito de confiança terá de se sobrepor aos interesses individuais. "Há aqui um conjunto de intervenções que fazemos em articulação com a comunidade educativa que essas sim são a grande mais valia entre a proximidade do município e a sua comunidade educativa, ...(S6)

As intervenções que visam contribuir para um maior sucesso da escola, e com base nas linhas orientadoras definidas no Projeto Educativo Concelhio, levaram a autarquia a atribuir técnicos especializados nas áreas deficitárias:

...foi esse projeto educativo que foi muito discutido com as escolas que nos permitiu avançar para questões como a orientação vocacional, que foi uma das questões levantada no âmbito dessas reuniões de diagnóstico que depois levaram ao plano de ação,...” “...as escolas estavam carenciadas de psicólogos para fazer esse acompanhamento e a câmara colocou...,” “todos os agrupamentos têm uma psicóloga colocada pela câmara a fazer orientação vocacional...,” “O EPIS apareceu a pedido das escolas, porque sentiam que havia muitos alunos que iam para as aulas, que estavam em abandono, não em abandono efetivo, mas que iam à escola não iam às aulas...,” “foi mais um esforço que a câmara fez, são mediadoras e psicólogas colocadas pela câmara que estão a fazer este acompanhamento com os alunos e com as famílias, alunos que são referenciados pela escola, mais uma vez são as escolas que nos dizem quais são os problemas e nós vamos tentar resolvê-lo. (S6)

Apesar desta articulação ser uma realidade no Concelho de Sesimbra, o facto da intervenção da autarquia, de acordo com o novo pacote de transferências, está condicionada a aspetos administrativos e logísticos, como refere a entrevistada:

... o que se está a falar é uma desresponsabilização, porque na verdade as competências que vêm são meramente administrativas, nós vamos ter competências para fazer obras nos equipamentos para contratar pessoal não docente, para resolver os problemas administrativos e logísticos das escolas...,” “...a proposta é a parte toda administrativa e burocrática, que podíamos fazer nós como podia fazer o ministério se tivesse dinheiro, portanto nós o que vamos fazer no fundo é um intervenção física, aquilo que está a ser passado é uma intervenção física, seja ao nível dos edifícios seja ao nível de colocação de pessoal não docente.” “...portanto nós vamos estar aqui a servir de secretaria por um lado e de empreiteiro por outro, não é mais do que isto... (S6)

Segundo opinião da vereadora, o papel da autarquia deveria ultrapassar a questão administrativa e logística prevista nessa transferência de competências.

...,ao nível educativo não está a ser passada nenhuma competência para as autarquias que permita que as autarquias tenham um papel mais ativo na definição do que é um projeto educativo local de educação, os territórios educativos, aquilo que é a essência da educação que é a formação dos alunos....(S6)

Sobressai do discurso da entrevistada que, apesar da articulação entre os diversos parceiros educativos ser saudável e profícua, a participação da autarquia na definição do que às políticas de educação concelhias diz respeito, deveria pautar-se por uma intervenção mais próxima no que concerne ao currículo.

Infelizmente o protocolo de descentralização nem prevê esta relação em termos curriculares, em termos formativos e pedagógicos...,esta possibilidade de usar estes dinheiros e estes recursos que nós temos para

garantir que as escolas tenham maior sucesso curricular, aquilo que nos querem passar não tem nada a ver com isso. (S6)

Questão 4 - Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Mais uma vez, a proximidade surge como fator fundamental para uma política de educação local, na medida que permite que a articulação entre os atores educativos gere conhecimentos facilitadores na definição do caminho a seguir, apesar das diferenças e assimetrias.

As escolas não são iguais, apesar de sermos um território pequeno, há necessidades diferentes em termos educativos, pedagógicos, não estou a falar daquilo que é o básico que são os edifícios, há projetos educativos que são distintos e portanto temos uma política local que define o que é que é a realidade de cada território educativo..., uma estratégia educativa local é fundamental e orgulho de dizer que nós temos-la aqui no nosso concelho. (S6)

Podemos então concluir que a proximidade permite conhecer todas as peculiaridades do meio, onde os parceiros educativos atuam, envolvendo e responsabilizando-os, conseguindo adaptar e adequar os recursos humanos e materiais às necessidades existentes e assim responder de forma global e célere, indo de encontro a Canário (1999), quando afirma que é necessário:

...responsabilizar todos os elementos de uma comunidade na tarefa educativa é reconhecer formalmente um papel que, de modo informal, muitas vezes, eles desempenham, mesmo que disso não tenham consciência (Canário, 1999, p. 1).

5.3– Perceção dos Pais e Encarregados de Educação Sobre a Transferência de Competências na Educação do Poder Central para os Municípios no Concelho de Sesimbra.

Questão 1- Enquanto representante da comunidade, como vê a transferência de competências do poder central para a autarquia? Quais os aspetos positivos e os negativos dessa transferência?

Com base na análise das entrevistas realizadas aos presidentes das Associações de Pais, é consensual que a transferência de competências se assume como um aspeto positivo, promovendo a proximidade e, consequentemente, uma resolução mais adequada e célere das necessidades das escolas.

Os aspetos mais positivos é uma maior proximidade com as reais necessidades da comunidade educativa do Concelho de Sesimbra, dar ao

poder local essa gestão e essa aproximação e a capacidade de priorizar dentro daquilo que será o espectro da gestão da educação dentro do concelho. (S7)

À partida pensamos imediatamente que seja algo positivo porque há uma maior proximidade...para nós é importante ter alguém mais próximo, alguém conhecido em vez de uma coisa distante lá no ministério da educação...(S9)

No meu ponto de vista é positivo, acho que a proximidade permite conhecer melhor a realidade onde estamos inseridos...(S8)

Como fatores negativos, dois dos entrevistados referem o aspeto financeiro, como o aspeto mais preocupante, o qual poderá não acompanhar as competências transferidas, gerando possíveis conflitos entre os atores educativos.

...no entanto vejo com grande preocupação aquilo que é a gestão das verbas, essa transição que poderá ser deficitária por parte do poder central... (S7)

No entanto gera-se uma certa apreensão porque essa responsabilidade poderá não vir acompanhada das verbas efetivamente necessárias. A proximidade é excelente, mas o poder central não pode delegar nas autarquias uma responsabilidade “desresponsabilizante...(S9)

Um dos entrevistados refere que, decorrente da questão financeira, a indefinição de prioridades na aplicação de verbas poderá ser um fator negativo, colocando em risco o entendimento entre os atores educativos.

O “...que é prioritário para nós enquanto Associação de Pais para determinada escola pode não ser prioritário para o concelho.” (S7)

A questão de uma gestão financeira responsabilizada, como forma de evitar possíveis conflitos entre os atores educativos locais, é apontada por um dos entrevistados como forma de evitar mais um fator negativo.“ Cabe a quem está à frente das diversas entidades arranjar forma de não acontecer aspetos negativos.” (S8)

Questão 2 - Quais as implicações que essa transferência de competências do poder central para a autarquia poderá trazer para o funcionamento da escola?

Como explanado com mais detalhe no capítulo um da presente dissertação, as competências atribuídas às autarquias, no espectro da educação, têm vindo, ao longo das últimas décadas, a evoluir no sentido de reforçar o papel de agente educativo privilegiado.

Com o novo pacote de competências, que se prevê que as autarquias tenham que assumir até 31 de março de 2022, as implicações que essas competências poderão trazer para o funcionamento da escola são reais.

Mais uma vez, a questão da proximidade foi apontada como uma implicação positiva, que permitirá a criação de sinergias entre os atores educativos, no sentido de adequar respostas e ultrapassar dificuldades.

No meu ponto de vista é positivo, acho que a proximidade permite conhecer melhor a realidade onde estamos inseridos...Conhecendo a realidade podemos tentar adaptar determinado tipo de cursos consoante as necessidades, à procura existente. Certamente a realidade da zona de Sesimbra não será igual à de Aveiro, por exemplo, ou do interior. Apareceu aqui uma escola de turismo, hotelaria...porquê? Teve a ver com as necessidades do concelho. Acho que é neste sentido que é positivo. (S8)

...parece que seja importante a questão das sinergias, o facto de abranger todos os ciclos fará com que certamente consigamos resultados mais efetivos, mais assertivos e conseguir unir esforços para resolver problemas comuns a todas as escolas e a todos os ciclos...a mais valia, será realmente as sinergias e o acompanhamento de perto da Câmara a todos os ciclos. (S9)

A questão da gestão do pessoal não docente foi afluída por dois dos entrevistados, colocando-se em causa a capacidade que os técnicos da autarquia possuem, ou não, para fazer face a um aumento significativo do pessoal afeto à autarquia.

Sabemos que a gestão de pessoas é um dos grandes desafios e estamos a atravessar uma crise pandémica sem precedentes e que irá lançar novos desafios sobre a gestão de recursos humanos isso será incontornável. ...,não sei eu enquanto munícipe se a Câmara Municipal de Sesimbra terá pessoas com competência para fazer gestão de recursos humanos na educação, ou seja, é uma incógnita, não sei se estaremos aptos ou não para esta gestão de pessoas... (S7)

A minha preocupação é que agora vão ter muito mais recursos humanos para gerir. (S9)

A questão da mobilidade foi apontada como possível implicação negativa no processo de transferência de competências, permitindo a colocação de funcionários sem qualquer tipo de experiência, a desenvolver trabalho na área da educação.

Atendendo à mobilidade que existe dentro do poder público poderá haver algumas complicações, porque neste momento, abrindo o espectro da mobilidade, poderemos ter, sem qualquer desprimor, podemos ter um electricista da Câmara Municipal de Sesimbra a poder-se candidatar a um posto de educação... (S7)

Mais uma vez, a questão financeira foi apontada, por um dos entrevistados, como um aspeto que poderá colocar em causa todo o processo de transferência de

competências.“ A questão mais uma vez é o dinheiro, é o financiamento, o que percebi, mesmo a vereadora do pelouro está preocupadíssima...” (S9)

As implicações identificadas por todos os entrevistados, positivas ou negativas, apontam na direção de responsabilizar a autarquia, pelo sucesso ou não, da implementação desse novo pacote de transferência.

Questão 3 - Em que medida essa transferência de competências do poder central para a autarquia contribuirá para uma articulação mais próxima entre os parceiros da comunidade?

Todos os entrevistados possuem efetivamente consciência que esta transferência de competências promoverá uma articulação mais próxima entre os parceiros educativos, uma vez que foram unânimes em constatar que a proximidade será o produto final dessa transferência, e que será através dela a solução para muitos dos problemas existentes nas nossas escolas.

Eu diria que este é um ponto positivo, que haverá maior possibilidade de articulação através da proximidade... (S7)

...o facto de estar perto de conhecer as realidades faz toda a diferença,... também tem uma melhor noção das prioridades... (S9)

Se as pessoas já se conhecem, já existe algum contacto, já existe algum conhecimento é mais fácil o relacionamento. Eu acredito mais na proximidade. (S8)

Questão 4 - Que contributos poderão trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

Como contributos para a melhoria da qualidade do processo educativo, os entrevistados referiram a facilidade em adaptar parte dos programas escolares à realidade escolar concelhia, através de um conhecimento mais profundo das reais necessidades locais, promovendo um ensino integrado e ajustado.

Vamos conseguir adaptar os programas à educação local, às necessidades futuras do município, em termos de mão de obra. (S7)

...os contributos serão essencialmente um ensino integrado em todos os ciclos... (S9)

...o conhecimento da realidade local que permite que se adapte o ensino a essa realidade, porque a verdade é que ensinar em Sesimbra não será a mesma coisa que ensinar em outras escolas do país...(S8)

Referiram também que, através de uma articulação concertada entre os parceiros educativos, promovendo sinergias e fomentando uma gestão orçamental capaz, atenta às prioridades do Parque Escolar, contribuíam para a compreensão deste novo paradigma de gestão de verbas e recursos humanos com que se depara a autarquia.

Aqui, mais uma vez, o grande desafio é perceber como vai ser a articulação entre a Câmara Municipal de Sesimbra e a Comunidade Educativa e se esta articulação não for bem feita podemos ter uma situação complicada, se for bem feita, penso que temos tudo para ter sucesso nesta transição, portanto eu diria que o ponto chave tem haver como é que a Câmara Municipal, vai saber gerir esta transição e esta continuação desta nova realidade. (S7)

...lá está as tais sinergias entre as escolas, e não só, mas entre agrupamentos, entre professores entre..., enfim todos os intervenientes... portanto aqui há uma maior noção dessas prioridades, e as autarquias irão passo a passo tentando chegar a todas as escolas... (S9)

Questão 5 - Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

A crescente desresponsabilização da administração central em relação ao ensino público, visível através de inúmeros dispositivos legais e a assunção de competências por parte da autarquia que não são da sua responsabilidade, as “não competências”, segundo Pinhal (2006, p.122), têm contribuído para modificar a maneira como vemos a educação.

A existência de uma política local de educação assume, assim, uma importância decisiva na prestação de um serviço que, até há pouco tempo, estava confinado ao Poder Central.

É nessa importância, que o papel educativo da autarquia, enquanto parceiro mais próximo, conhecedor das necessidades locais dos municípios e consequentemente da escola, assume no espectro concelhio, uma dimensão indispensável ao seu desenvolvimento.

Assim, quando colocada a questão sobre a importância da existência de uma política local de educação, todos os participantes nesta investigação foram unânimes ao considerarem fundamental a sua existência. “Sim. Sim...é fundamental...,”(S7) “Acho que é fundamental.” (S9) “Claro é muito importante.” (S8)

Como motivo, a proximidade volta a assumir papel preponderante, contribuindo através dos seus órgãos intermédios, como o Conselho Municipal de Educação, para a criação de um “Consenso Concelhio”, que possibilita, não só, um conhecimento mais efetivo das necessidades ao nível dos equipamentos e de

recursos humanos, mas também ao nível de formação, adequando a oferta às reais necessidades do concelho.

... esta proximidade que temos entre as pessoas é fundamental, proximidade local, e também será importante conseguirmos talvez no futuro, não sei se isto está também previsto ou não, a proximidade na educação com aquilo que é a cultura e as tradições locais, eu acho que este será um aspeto fundamental... olhar para o futuro da nossa zona, e talvez começar desde logo a preparar, futuros empregados, futuros trabalhadores, adaptando àquilo que são as necessidades locais..., se Sesimbra conseguir adaptar a sua formação e ensino ao percurso escolar dos alunos, orientado às necessidades do concelho, poderemos influenciar e até manter as pessoas a trabalhar no seu próprio concelho...(S7)

... há determinadas especificidades de cada escola, mesmo de cada concelho, de cada freguesia e portanto é muito importante nós sabermos lidar com cada uma das questões com muita clareza e portanto aí acho que a política local é fundamental, porque independentemente das diretrizes centrais há que saber adaptar às circunstâncias... há uma noção geral e consensual sobre as intervenções a realizar...(S9)

É então, possível afirmar, que uma política educativa local não só é necessária como desejada de forma consensual.

Conclusões

O processo da municipalização da Educação em Portugal foi, ao longo dos anos, caracterizado por avanços e recuos. Podemos mesmo afirmar que a participação dos municípios na educação, antes da revolução do 25 de abril de 1974, era quase inexistente.

Na verdade, só após a revolução de 1974, com todas as alterações que daí advieram, quer a nível social quer político, o processo da municipalização da educação começou a dar os primeiros passos com a descentralização de competências do Poder Central para o Poder Local.

Uma retrospectiva do percurso da municipalização em Portugal permite-nos perceber que se foi caminhando no sentido de alargar, cada vez mais, o leque das áreas de intervenção dos municípios no âmbito da Educação. No entanto, essa retrospectiva também nos permite afirmar que as intervenções municipais ao nível de educação, nalguns concelhos, antecederam a publicação da legislação que atribuiu aos municípios competências específicas no campo da educação. A esse respeito, Fernandes (1998) refere que, os municípios já “tinham iniciado um enorme esforço nesse domínio, pressionados, aliás, pelos seus munícipes e eleitos locais”. (Fernandes, 1998, p.34)

Essa pressão decorre do sentido de pertença que é condição intrínseca da espécie humana, independentemente da cor, ideologia política ou crença religiosa. Assim, o meio onde estamos inseridos influencia o desenvolvimento do indivíduo, mas o próprio meio pode, também ele, ser influenciado pelo indivíduo. Resumindo e nas palavras de Morin (2000), “todo o desenvolvimento verdadeiramente humano significa desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertença à espécie humana” (Morin, 2000, p.59)

É este sentimento de pertença que fará com que a municipalização da educação, através da articulação dos diversos atores envolvidos, conduza à criação de uma “identidade local” que se afirmará como uma peça chave na formação integral do aluno ou jovem, em primeira instância, e do cidadão, em última análise, como o caminho lógico a seguir, fornecendo as competências necessárias a esses atores para desempenharem um papel preponderante, dando voz a quem melhor conhece a realidade, e assim, munir-se de um conjunto de instrumentos que permitam uma articulação mais eficaz entre as reais necessidades dos concelhos e as exigências legais a que todos estão obrigados.

A importância deste tema tem sido alvo de estudo, particularmente no âmbito da administração e gestão escolar, de diversos autores, tais como Sousa Fernandes,

João Barroso, João Formosinho, João Pinhal, Graça Guedes e Gomes Evangelista, constituindo contributos importantes ao proporcionar informação acerca desta temática. A educação enquanto pedra basilar do desenvolvimento de qualquer sociedade encerra em si um conjunto de condições que obriga a uma estreita articulação entre todos os parceiros envolvidos visando alcançar objetivos comuns.

A constatação de que essa articulação no panorama nacional tem gerado alguma celeuma entre os atores envolvidos, fazendo da intervenção dos municípios na regulação do sistema educativo “(...) num terreno de negociação, disputa, e “jogo político” permanente, entre a administração central e local (um “jogo do gato e do rato”) (...)” (Pinhal, 2006, p.126), foi o mote para o presente estudo, que assentou na análise das perceções que os diferentes atores educativos do concelho de Sesimbra possuem sobre a transferência de competências, ao nível da educação, do Poder Central para o Poder Local.

Lógico será pensar que a elaboração de uma dissertação de mestrado, embora de uma forma despretensioso, poderá de alguma forma contribuir para reforçar a investigação do tema que se propôs trabalhar, acreditando nessa possibilidade, o trabalho realizado, será mais um pequeno contributo para a perceção que os diversos atores educativos têm sobre um tema atual que vem assumindo cada vez maior relevo, uma vez que, e segundo Fernandes (2005, p.221), “hoje, o município é reconhecido como um parceiro e como autoridade educativa, em certos domínios, pela própria legislação”, corroborado por Martins (2007) quando afirma “o renovado interesse pelo “local” tornou-se numa marca característica das sociedades contemporâneas” (Martins, 2007, p. 21).

Esperamos, assim, que esta investigação contribua para o entendimento do papel que cada um dos atores educativos envolvidos tem neste processo, e desta forma cimentar essa relação que se pretende duradoura, promovendo o desenvolvimento e eficácia da educação, dando resposta aos atuais desafios colocados ao Sistema Educativo.

Podendo ser colocado, ou não, em causa o que referimos nestes últimos dois parágrafos, o desenvolvimento de um trabalho desta natureza contribui, sempre, para o crescimento do seu autor enquanto “investigador”, profissional e principalmente enquanto ser humano. Constantes avanços e recuos, o questionar da capacidade, o esforço, o empenho, as dificuldades as incertezas, foram sentimentos e experiências que contribuíram, sem qualquer dúvida para o crescimento “deste indivíduo”, e só por isso, valeu a pena.

A metodologia utilizada, e porque julgamos ser a mais apropriada a este caso, foi a qualitativa centrada no estudo de caso, uma vez que permite, “...ao investigador

a possibilidade de se concentrar num caso específico ou situação e de identificar, ou tentar identificar, os diversos processos interactivos em curso” (Bell, 1997, p. 23).

Chegamos desta forma à conclusão, que em qualquer trabalho desta índole é revestido por uma enorme satisfação de dever cumprido, onde apresentamos a descrição e a interpretação das percepções que os diferentes atores educativos que se relacionam no espaço restrito e circunscrito do concelho de Sesimbra, suportado por uma fundamentação teórica, complementado com as informações recolhidas através das entrevistas, possuem.

Para um entendimento mais consistente, iremos apresentar as percepções dos atores envolvidos separadamente.

Da análise dos dados, podemos concluir que a percepção que os docentes têm em relação à transferência de competências ao nível da educação, do Poder Central para o Poder Local, regista-se como fundamental.

E é fundamental porquê?

Porque ao serem transferidas essas competências para o Poder Local, a questão da proximidade assume uma importância decisiva.

Evidenciada por todos os participantes, a questão da proximidade surge como fator imprescindível da melhoria da qualidade do processo educativo, apresentando as seguintes vantagens;

- Proximidade como promotor de conhecimento da realidade local;
- Proximidade como promotor de sinergias;
- Proximidade como promotor de articulação concertada;
- Proximidade como promotor de uma resposta mais célere;
- Proximidade como promotor de uma resposta mais adequada;
- Proximidade como facilitadora de uma gestão orçamental atendendo às prioridades;
- Proximidade como facilitadora do pessoal não docente;
- Proximidade como facilitadora de mecanismos.

Apesar de todas as vantagens enunciadas, os entrevistados também evidenciaram possíveis aspetos negativos dessa proximidade, que poderão colocar em causa o relacionamento entre os atores educativos do Concelho de Sesimbra.

- A possibilidade de interesses políticos locais se sobrepor aos interesses educativos;
- Contratação de pessoal não docente como favoritismo, descurando a competência;
- (Re)centralização do poder na autarquia;
- Insuficiência de verbas como fator de afastamento entre a escola e a autarquia.

Aliás, sabemos que a questão financeira, a transferência de verbas, tem sido apontada por vários autores como condição geradora de tensão entre as autarquias e

o Poder Central, como referido por Fernandes (2004, p. 39). “ elas resultaram da imposição de novos ónus financeiros sem que as finanças locais recebessem uma contrapartida adequada”. Semelhante posição assumem os intervenientes neste estudo, referindo como essencial para que todo processo de transferência de competências atinja os objetivos pretendidos, não comprometendo a atual relação entre a autarquia de Sesimbra e as escolas, que se pauta por uma relação dialética de articulação e entendimento, onde a confiança mútua é fator incontornável.

A contratação de pessoal não docente assume uma ambiguidade característica das instituições que gerem “pessoas”. Se, por um lado, a questão do facilitismo e compadrio coloca em causa a honestidade dos serviços da instituição, a alocação de funcionários, destacados em outros serviços, como suprimento de faltas aos serviços de educação, é vista como uma mais valia nesta transferência de competências.

A questão da participação da autarquia nos órgãos de direção da escola é apontada, por todos os docentes, como desnecessária, cabendo aos professores e respetiva direção a sua organização educativa.

Apesar das questões apresentadas no guião de entrevista aos docentes não fazer referência à gestão do pessoal docente, e por isso não constar na análise dos resultados da perceção dos docentes sobre esta transferência de competências, o tema foi abordado pelos entrevistados, sendo a opinião unânime que tal possibilidade não deve ser equacionada. O porquê de tal pressuposto, com certeza que seria interessante de aprofundar.

Concluindo, podemos afirmar que a perceção que os docentes possuem em relação a esta transferência de competências, no caso do concelho de Sesimbra, é positiva no sentido que a proximidade, que daí advém, coloca à disposição da escola um conjunto de condições que, em princípio, contribuem para a melhoria das condições das escolas e, conseqüentemente, para a melhoria do processo educativo.

À semelhança dos docentes, a perceção que os autarcas possuem em relação a esta transferência de competências, assenta no princípio da proximidade e, conseqüentemente, vislumbra a articulação entre os diversos parceiros educativos como uma mais valia na resposta às necessidades educativas do concelho. Assim, a posição dos responsáveis pela autarquia, em matéria de educação, é marcada pela aceitação do alargamento de competências na área da educação.

A autarquia de Sesimbra tem demonstrado, ao longo dos últimos anos, atribuir grande prioridade à Educação. Essa tomada de posição é visível na disponibilidade para responder de forma célere e adequada às solicitações que lhe vão chegando dos vários Agrupamentos, na tomada de medidas exigidas por lei e,

principalmente, pela assunção de competências que ultrapassam, em muito, as impostas por decreto.

Esta tomada de posição da autarquia prende-se com o profundo conhecimento que os responsáveis autárquicos possuem do contexto educativo e da valorização atribuída à educação no sentido de capacitar os munícipes para uma vida ativa e responsável.

Como forma de operacionalizar esta tomada de posição, é referido pela vereadora da educação, a experiência que o corpo técnico, afeto à divisão de educação possui, como garante do sucesso dessa intervenção autárquica.

Esse conhecimento profundo da realidade das escolas do concelho, das suas necessidades, quer de infraestruturas, quer de pessoal especializado, tem permitido à autarquia atuar em conformidade, destacando-se a colocação de técnicos especializados em áreas, que ainda sendo da responsabilidade do Ministério da Educação, foram assumidas pela autarquia.

Se a total disponibilidade que a autarquia tem revelado ao longo dos últimos anos, no desenvolvimento das políticas educativas do concelho, assumindo prioritariamente o papel de financiador, apoiando ao nível das infraestruturas e logística, na contratação de técnicos especializados, afetando verbas a competências que não são da sua responsabilidade e num futuro próximo, a gestão do pessoal não docente, que irá subcarregar os serviços de educação, com a gerência de mais 500 funcionários (cerca de metade de todos os funcionários afetos à autarquia), não encontrar reflexo no que à parte pedagógica e curricular diz respeito, é opinião da vereadora, que poderá contribuir para um desfasamento dos interesses dos diversos parceiros educativos.

A participação da autarquia na definição de práticas educativas parece ser um aspeto desejável, no entanto, a transferência dessas competências, ainda não estão contempladas neste novo pacote legislativo, sendo da responsabilidade do Poder Central e das escolas.

A autarquia, apesar de todos os esforços, financeiros e humanos, que tem vindo a realizar, ainda é vista, por força de decretos, como um ator externo às políticas educativas das escolas.

Esta visão da autarquia, como provedor de recursos materiais e administrativos, ainda está muito enraizada entre o corpo docente, e que assim deve continuar, uma vez que o aumento da participação da autarquia na definição de aspetos pedagógicos poderá levar à perda de autonomia das escolas e à sua consequente politização. Em sintonia, Evangelista (2005) refere que

as escolas, dominadas pelos professores, balançam entre a possibilidade de um acréscimo do recurso fornecido por um poder mais próximo do local de intervenção e possibilidade de uma «intromissão» das autoridades locais nos assuntos internos da escola, até agora feudo da classe docente (Evangelista, 2005, p.103)

Independentemente da posição que estes atores locais têm em relação ao envolvimento de cada um em questões pedagógicas, nas restantes áreas, a participação da autarquia é vista como um aspeto fundamental para o desenvolvimento da educação no concelho de Sesimbra.

No entanto, refere a responsável pelo pelouro da educação que o grande entrave à continuação desta prestação de serviços centra-se no aspeto financeiro, uma vez que o pacote financeiro não acompanha as necessidades que a transferência de competências exige, indo mais longe, que em caso de necessidade, serão alocadas verbas de outros setores, para fazer face às necessidades das escolas.

É esta disponibilidade da autarquia que nos leva a acreditar que a municipalização da educação no Concelho de Sesimbra tem sido um processo sério, fruto de uma crescente proximidade entre os atores locais, que caminhando no mesmo sentido, lado a lado, vêm ultrapassando os obstáculos que vão surgindo, na perseguição do objetivo comum, de criar uma educação local de qualidade, capaz de dar uma resposta efetiva e eficaz às necessidades dos seus munícipes promovendo o desenvolvimento do concelho.

No que diz respeito à perceção dos pais e encarregados de educação, é aceite que a relação entre escola, comunidade educativa e autarquia vem assumindo uma centralidade crescente nas últimas décadas, fruto da importância que a sua relação assume na perseguição do desenvolvimento de políticas educativas capazes de promover o sucesso dos alunos.

Neste sentido, estas entidades não podem ser entendidas como organizações isoladas, mas como parte integrante de uma comunidade, à qual devem dar uma resposta convincente, responsabilizando-se pela adequação da mesma às necessidades existentes.

Este novo paradigma de gestão educativa, consubstanciado pela transferência de um novo pacote de competências para a autarquia, tem criado algumas expectativas assim como preocupações no seio dos representantes dos pais e encarregados de educação.

Como expectativas, a questão, mais uma vez, da proximidade, é vista como aspeto fundamental desta transferência de competências, enquanto promotora de

sinergias entre os diversos parceiros educativos, capaz de facilitar o desbloquear de situações que individualmente seriam problemáticas.

Uma gestão orçamental partilhada e responsabilizada pelos parceiros locais, é apontada como dissimulador de possíveis conflitos entre eles, contribuindo para a construção de consensos.

No verso da medalha surgem as preocupações que, há semelhança dos outros sujeitos desta investigação, destacam o aspeto financeiro como a maior preocupação na procura dos referidos consensos, que não se verificando colocará uma pressão acrescida aquando da definição de prioridades.

Podemos afirmar, também, que a gestão do pessoal não docente é vista como preocupante, colocando-se não só em causa a capacidade dos serviços educativos camarários em dar resposta ao acréscimo de funcionários previstos com esta transferência, como a competência em conseguir gerir a mobilidade interna dos mesmos, no sentido de suprir hipotéticas ausências.

Concluindo, e sem pretensão de futurologia, baseando-nos nos dados recolhidos, julgamos que apesar do aspeto financeiro colocar em causa o correto desenvolvimento das políticas educativas do Concelho de Sesimbra, a autarquia tudo fará para garantir uma política local de educação digna dos seus munícipes.

Agora que chegamos ao fim desta “carga de trabalhos” (Martins, 2007, p.5), deixamos aqui algumas sugestões que poderão constituir objetos de estudo, para investigações futuras:

- Estudo de maior amplitude, com a participação de vários agrupamentos e municípios, de várias regiões do país, de forma a permitir a generalização dos dados;
- Estudo comparativo da aplicação da transferência de competências do Poder Central para o Poder Local, em concelhos com diferentes ideologias política;
- No futuro, replicar o estudo no concelho de Sesimbra, tendo o município uma cor política diferente, comparando-o.

Bibliografia

- Adão, Á., & Magalhães, J. (2013). *História dos municípios na educação e na cultura: incertezas de ontem, desafios de hoje*. Lisboa: Instituto da Educação da Universidade de Lisboa.
- AlbareloL, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.P., Maroy, C., Danielle, R. e Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Amado, J. (2009). *Introdução à Investigação Qualitativa em Educação* (Investigação Educacional II). Universidade de Coimbra.
- Amaral, F. (2006). *Curso de Direito Administrativo* (Vol. 1, 3ª ed.). Almedina;
- Amaro, R. (1996). Descentralização e desenvolvimento em Portugal: Algumas perspectivas tendo especialmente em conta a questão da educação. In João Barroso (Ed.), *A administração da educação: Os caminhos da descentralização* (pp. 15-24). Edições Colibri.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Persona
- Barreto, A. (1995). *Centralização e descentralização no sistema educativo, Análise Social*, Vol. XXX. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Barroso, J. (1998). *Descentralização e autonomia: devolver o sentido cívico e comunitário à escola pública. Colóquio/educação e sociedade*, 4.
- Barroso, J. (2005). *Políticas Educativas e Organização Escolar*. Universidade Aberta
- Barroso, J. (org.) (2006). *A Regulação das Políticas Públicas de Educação. Espaços, dinâmicas e actores*. Educa.
- Barroso, J. (2013). *A Emergência do Local e os Novos Modos de Regulação das Políticas Educativas. Educação: Temas e Problemas*. N.º 12 e 13. CIEP (Centro de Investigação em Educação e Psicologia). Portugal.
- Barroso, J.; e Pinhal, J. (1996). *A Administração da Educação. Os caminhos da descentralização*. Edições Colibri.
- Baixinho, A. F. (2011). *Educação e autarquias: Lógicas de acção do poder autárquico face ao poder central e aos micropoderes locais. Revista Lusófona de Educação*, (18, pp.81-95)
- Batista, S. (2014). *Descentralização educativa e autonomia das escolas: para uma análise da situação de Portugal numa perspectiva comparada*. Instituto Universitário de Lisboa. Portugal.
- Bell, J. (1997). *Como Realizar um Projecto de Investigação* (2ª ed.). Editora Gradiva.
- Bell, J. (2004). *Como realizar um projecto de investigação*. Gradiva.

Bernardo, H. (1941). *Monografia de Sesimbra. Estudo Geo-económico do Concelho*. Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra.

Bodião, C.(2007). *A Regulação Local da Educação: Os Conselhos Municipais da Educação Na Definição de Políticas Educativas* (Dissertação de Mestrado não publicada). Lisboa: Universidade de Lisboa.

Bogdan, R., e Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria dos métodos*. Porto Editora.

Caetano, M. (1973). *Manual de Direito Administrativo* (Tomo 1, 10ª ed.). Coimbra editora.

Carmo, H. e Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação – Guia para AutoAprendizagem*. Universidade Aberta.

Capela, J. (2000). O Município e a Escola Primária no Século XIX. In Machado, J., Formosinho, J. & Fernandes, A. (Coord.). *Autonomia Contratualização e Município* (p.21). Atas de Seminário; Lusografe.

Cardoso, J. (2009). Outeiro Redondo. In AA.VV - O tempo do Risco. Carta Arqueológica de Sesimbra. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, pp.154-155.

Dooley, L. (2002). *Case Study Research and Theory Building. Advances in Developing Human Resources*. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1523422302043007> (18 de dezembro de 2019)

Carmo, H. e Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação – Guia para AutoAprendizagem*. Universidade Aberta.

Carmo, H. e Ferreira, M. (2008) *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-Aprendizagem*. 2ª edição. Universidade Aberta.

Comissão de Reforma do Sistema Educativo (1988). *Proposta global de reforma: Relatório final*. Ministério da Educação.

Esteves, T. (2009). *A descentralização da administração da educação: as autarquias locais enquanto promotoras do programa das atividades de enriquecimento curricular no 1º CEB*. Universidade de Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Fachin, O. (2003). *Fundamentos de metodologia*. 4. ed. Saraiva.

Fernandes, D. (1991). *Notas sobre os paradigmas de investigação em educação*. Noesis, (18, 64-66).

Fernandes, A. (1994). Educação e poder local. In Conselho Nacional de Educação, *Educação comunidade e poder local. Actas do seminário*. Conselho Nacional de Educação. (pp.45-63)

Fernandes, A. (1996). Os Municípios Portugueses e a Educação: As normas e as práticas. In Barroso, J. e Pinhal, J. (Org.), *A Administração da Educação: Os caminhos da descentralização*. Edições Colibri.

Fernandes, A. (1998). Os Municípios Portugueses e a Educação: Entre os Fantasmas do Passado e os Desafios do Futuro: Actas do Seminário “*A Territorialização das Políticas Educativas*”. Guimarães: Centro de Formação Francisco de Holanda. (pp. 28-42).

Fernandes, A. (1999). Os municípios portugueses e a educação: entre representações do passado e os desafios do presente. In J. Formosinho et al., *Comunidades educativas. Novos desafios à educação básica*. Universidade do Minho. (pp.159-180).

Fernandes, A. (1999a). Descentralização Educativa e Intervenção Municipal. Noesis nº 50 – Abr/Jun.

Fernandes, A. (2000). *Municípios e escolas: normativização e contratualização da política educativa local. Autonomia, Contratualização e Município*. Actas do Seminário. Braga: Centro de Formação de Associação de Escolas Braga/Sul.

Fernandes, A. (2004). Município, cidade e territorialização educativa. In Costa, J., Neto-Mendes, A. e Ventura, A. *Políticas e gestão local da educação*. Universidade de Aveiro.

Fernandes, A. (2005). Descentralização, desconcentração e autonomia dos sistemas educativos: uma panorâmica europeia. In Formosinho, J., Fernandes, A., Machado, J. e Ferreira, F. (2005) *Administração da Educação – Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação*. Asa

Fernandes, R. (2009). O município e a instrução em Portugal no século XIX. In Odete Graça e Margarida Felgueiras, (coord), *Escolas Conde de Ferreira – Marco histórico da instrução pública em Portugal*. Sesimbra: Assembleia Municipal de Sesimbra.

Ferreira, J., Abreu, P. e Caetano, A. (1999). *Psicossociologia das Organizações* (1ª ed.) Amadora: McGraw Hill

Ferreira, L. (2009). Da pedra ao acorde. O Castelo de Sesimbra. Sextante Editora.

Ferreira, F. (2005). *O local em educação. Animação, gestão e parceria*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Ferreira, L. (2015). *Que futuro nestas ruas cheias de memórias? A identidade histórica do espaço urbano no crescimento europeu 2020*. (Tese de doutoramento não publicada). Universidade de Lisboa.

Flick, U. (2004). *Introducción a la investigación cualitativa*. Morata.

Fonseca, J. (1990). *Municipalização do Ensino: entre medos e esperanças às vésperas do terceiro milênio*. RBPAE. (v.13, nº2). (pp. 152-180)

Formosinho, J. (2005). Centralização e descentralização na administração da escola de interesse público. In J. Formosinho; A. S. Fernandes; J. Machado e F. I. Ferreira, *Administração da Educação: Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação*. Asa.

Formosinho, J., Ferreira, F. e Machado, J. (2000). *A administração das escolas no Portugal democrático. Políticas educativas e autonomia das escolas*. ASA.

Formosinho, J. e Machado, J. (2005). A Administração da Escola de Interesse Público em Portugal – políticas recentes. In *Administração da Educação: Lógicas burocráticas e lógicas de mediação*. ASA.

Fortin, M. F. (2003). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização* (3ª ed.). Loures: Lusociência.

Gimeno, J. (1997). *Docencia y cultura escolar: reformas y modelo educativo*. Lugar

Gournay, B. (1978). *Introdução à Ciência Administrativa*. Europa América.

Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Quantitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Princípia Editora.

Hermano, C. e FERREIRA, M. (2008). *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-Aprendizagem*, 2ª edição, Universidade Aberta.

Jesuíno, J. (1999). *Processos de Liderança* (2ª ed.) Livros Horizonte, Lda.

Leão, D. (1610). *Descrição do Reino de Portugal. Dirigida ao illistrissimo & muito excelente snr Dom Diogo da Sylua, Duque de Francauilla, Conde de Salinas & Riudeo, Presidente do conselho da coroa de Portugal*. Iorge Rodriguez. <<http://www.bnportugal.pt>>.consultado em 28 de novembro de 2019.

Lessard-Herbert, M.; Goyette, G e Boutin, G. (1994). *Investigação qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Instituto Piaget.

Lima, L. (2015). O Programa Aproximar Educação, os municípios e as escolas: descentralização democrática ou desconcentração administrativa? *Questões Atuais de Direito Local*, (nº5, janeiro/março). (pp. 8-24)

Lima, L. (1987). *Intervenção e Participação Autárquica na Educação*. Acção Social. Cadernos Municipais . (Ano 8º, n.º 44. Novembro/Dezembro) (pp. 15-18)

Lima, L. (1992). *A escola como organização e a participação na organização escolar. Um estudo da escola secundária em Portugal (1974-1988)*. Instituto de Educação da Universidade do Minho.

Lopes, P.(2011). *Cartas Educativas: Participação e Autonomia dos Municípios na Educação*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade do Minho.

- Meirelles, H. (1997). *Direito Administrativo Brasileiro*. 22ª Ed. Ed. Malheiros.
- Marques, A. (2003). *Bombeiros Voluntários de Sesimbra. Origem, formação e percurso* (1903-2003), «Colecção Livros de Sesimbra». Câmara Municipal de Sesimbra.
- Martins, J. (2007). *O papel dos municípios na construção das políticas educativas*. (Tese de doutoramento não publicada). Universidade do Porto.
- Martins, M., Nave, G. e Leite, F. (2006). *As Autarquias e a Educação em 2001/2002 na Região Norte*. Coimbra: Associação Nacional de Professores.
- Martins, L. (org.)(2013). *Mares de Sesimbra. História, memória e gestão de uma frente marítima*. «Colecção Novos Mares». Âncora Editora.
- Mónica, M. (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar* (A escola primária salazarista, 1926-1939). Editorial Presença.
- Monteiro, R. (2001). «*Alguns mareantes desconhecidos da terra de Sesimbra*» e outros textos. Sesimbra: «Colecção Livros de Sesimbra», Câmara Municipal de Sesimbra.
- Morin, E. (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Cortez Editora.
- Gonçalves Neto, W., e Magalhães, J. (1). Estado e particulares na escolarização de Portugal na segunda metade do século XIX: a escola Conde de Ferreira em Maфра. *Revista História & Perspectivas*, 1(38). Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19181>
- Neto-Mendes, A. (2014). “*Descentralização*”, “*Municipalização*” ou *Desregulação da Educação?* (Nova Ágora, nº 4, setembro). (pp. 7-10)
- Neves, M. (2004). *Governo e Administração Local*. Coimbra Editora.
- Novaes, I., e Fialho, N. (2011). Descentralização educacional: características e perspectivas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela (ANPAE, 26(3).) (pp. 585-602)* doi:<https://doi.org/10.21573/vol26n32010.19800>
- Nóvoa, A. (1991). As ciências da educação e os processos de mudança. In AAVV, *Ciências da Educação em Portugal*. Sociedade Portuguesa de Educação.
- Nóvoa, A. (2005a). Evidentemente: Histórias da Educação. In A. Nóvoa e F. Bandeira (Eds.), *Evidentemente: Histórias da educação*. Porto: Edições Asa.
- Oliveira, C. (1995). A República e os municípios. In César Oliveira (Dir.). *História dos municípios e do poder local*. Círculo dos Leitores.
- Pacheco, J. (1995). *O Pensamento e a Acção do Professor*. Porto Editora;
- Pardal, L. e Correia, E.(1995) *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Areal.

Pires, E. (1993). Escolas Básicas Integradas como centros locais de educação básica. Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Pinhal, J. (2006). A intervenção do município na regulação local da educação. In J. Barroso (org.). *A regulação das políticas públicas de educação*. Educa/ UI&DCE. (pp. 101-128)

Pinhal, J. (2011). A construção do sistema educativo local em Portugal: uma história recente. *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*, 6 (12), 13-27. Disponível em: <https://seer.utp.br/index.php/a/article/view/425>

Portas, N. (1988). “*Sobre Alguns Problemas da Descentralização*”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Centro de Estudos Sociais. (N.º 25/26). (pp.61-78).

Patto, A. (1759). Respostâ que dê Antonio José Patto Prior do habito de Santiago aos interrogatórios que lhe-remeteu o Seu Sñor Dezembargador Vigario Geral da Villa de Setubal Henrique Henriques da Maya. In “*Diccionario geográfico*”, vol. X, m. 285, rolo 321.

Pelozo, R. (2004). Municipalização: Descentralizar ou Aumento de Poder?. *Revista Científica Eletrônica da Pedagogia*. ISSN 1678-300X - Ano II N.º4 - J

Prata, M. (2008). *Autarquias e Educação – Lideranças emergentes na política educativa local*. (Tese de doutoramento não publicada). Universidade do Minho.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.

Rodrigues, R. (2003). *Artes & Ofícios em Sesimbra (1925-1950)*. Sesimbra: «Colecção Livros de Sesimbra», Câmara Municipal de Sesimbra.

Rondinelli, D.(1983).Decentralization in developing countries : a review of recent experience (English). Staff working paper ; no. SWP 581. Washington, D.C. : The World Bank. (pp. 9-14)

Silva, C., Gobbi, B. e Simão, A. (2005). *O Uso da Análise de Conteúdo como uma Ferramenta para a Pesquisa Qualitativa*: Descrição e aplicação do método. Texto policopiado.

Tavares, J. (2000). *Administração Pública e Direito Administrativo* (3ª ed.). Almedina.

Tuckman, B. (2000). *Manual de Investigação em Educação*. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian.

Woods, P. (1987/1998) La escuela por dentro. La etnografia em la investigación educativa. Barcelona. Temas de educación. Paidós/MEC: 4950. (p. 220)

Yin, R. (2005). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. (3ª Ed.). Bookman.

Legislação consultada

- . Portaria nº 9015, de 11 de Junho de 1938. Reforma de Carneiro Pacheco e adoção do livro único.
- . Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de Março. Estabelece o regime da delimitação e da coordenação das atuações da administração central e local em matéria de investimentos públicos.
- . Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro. Regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 42/83 de 31 de Dezembro, e no Decreto-Lei n.º 77/84 de 8 de Março.
- . Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro. Estabelece normas relativas à transferência para os municípios das novas competências em matéria de ação social escolar em diversos domínios.
- . Lei de Bases do Sistema Educativo nº 46, de 14 de outubro de 1986. Estabelece o quadro geral do sistema educativo.
- . Lei n.º 42/98 de 6 de agosto que redefine o regime financeiro dos municípios e das freguesias.
- . Lei n.º 159/99, de 14 de setembro. Transfere competências para o nível da administração melhor colocado para as prosseguir com racionalidade, eficácia e proximidade aos cidadãos.
- . Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias
- . Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro. Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.
- . Despacho nº 12591/2006, de 26 de Maio. Define a responsabilidade pelo desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular.
- . Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho de 2008. Retoma a transferência de competências para as autarquias.
- . Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto. Estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.
- . Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro de 2019. Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.
- . Despacho n.º 175/2019, de 4 de janeiro de 2019. Aprova o novo modelo da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais de Sesimbra.

. Decreto-Lei n.º 72/2015 de 11 de maio. Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração da carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

Apêndices

Guião de Entrevista - Docente

Como forma de aproximar o poder de decisão, nas últimas décadas, foram atribuídas às autarquias diversas responsabilidades no âmbito da educação, explanadas em diversos normativos legais.

Questão 1

- Que melhorias do sistema educativo português estão previstas na transferência de responsabilidades para as autarquias no âmbito da educação?

Questão 2

- Qual a sua opinião sobre essa transferência de competências?

Questão 3

- Quais as implicações para a escola da passagem do poder de decisão em matéria de educação para o poder local?

Questão 4

- Com o aumento de competências atribuídas às autarquias, deverá a sua participação nos órgãos de direção da escola ser reforçada?

Questão 5

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Questão 6

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Questão 7

- Que contributos poderá trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

Guião de Entrevista - Autarca

Como forma de aproximar o poder de decisão, nas últimas décadas, foram atribuídas às autarquias diversas responsabilidades no âmbito da educação, explanadas em diversos normativos legais.

Questão 1

- Enquanto responsável autárquico pelo pelouro da educação, como vê a transferência de competências do poder central para a autarquia? Quais os aspetos positivos e os negativos dessa transferência?

Questão 2

- Quais são as condições que a autarquia dispõe para essa transferência de competências/responsabilidades e quais as que deveria ter e não tem/as que estão em falta?

Questão 3

- Que contributos poderão trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

Questão 4

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Guião de Entrevista - Pais/Encarregados de Educativa

Como forma de aproximar o poder de decisão, nas últimas décadas, foram atribuídas às autarquias diversas responsabilidades no âmbito da educação, explanadas em diversos normativos legais.

Questão 1

- Enquanto representante da comunidade, como vê a transferência de competências do poder central para a autarquia? Quais os aspetos positivos e os negativos dessa transferência?

Questão 2

- Quais as implicações que essa transferência de competências do poder central para a autarquia poderá trazer para o funcionamento da escola?

Questão 3

- Em que medida essa transferência de competências do poder central para a autarquia contribuirá para uma articulação mais próxima entre os parceiros da comunidade?

Questão 4

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Questão 5

- Que contributos poderão trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

Transcrição de Entrevista Sujeito 1

Como forma de aproximar o poder de decisão, nas últimas décadas, foram atribuídas às autarquias diversas responsabilidades no âmbito da educação, explanadas em diversos normativos legais.

Questão 1

- Que melhorias do sistema educativo português estão previstas na transferência de responsabilidades para as autarquias no âmbito da educação?

Melhorias...eu não sei se são melhorias, relativamente à transferência de competências no âmbito de equipamentos, conservação de materiais e edifícios escolares, alargados para o 2 e 3 ciclo é assim, eu acho que irá funcionar muito melhor, a autarquia já tem o pré escolar e o primeiro ciclo e nós deparamo-nos com situações que são resolvidas muito mais rapidamente por parte da autarquia no diz respeito ao pré escolar e primeiro ciclo e quando passa para o 2 e 3 ciclo que é da responsabilidade da tutela, a coisa leva mais tempo e por vezes não obtemos a resposta que queríamos, portanto neste aspeto vai melhorar de certeza absoluta, relativamente à gestão de pessoal não docente também acho que vai melhorar, como tu sabes e como todas as escolas se queixam, não temos funcionários que as escolas precisam, nem pouco nem mais ou menos...., não estou a ver com a proximidade que temos com a autarquia, pelo menos eu falo pelo concelho de Sesimbra, porque nós temos uma relação privilegiada,... eu tenho colegas meus que se queixam muito da forma como a autarquia resolve os problemas das escolas e nós aqui em Sesimbra somos um bocadinho privilegiados porque eu acho que aqui a autarquia vai um pouco além das suas competências. Por exemplo ao nível do 2 e 3 ciclo há coisa que não da competência da autarquia e muitas vezes “eles” resolvem-nos a situação, por exemplo nós agora não temos eletricista e apesar de não ser a autarquia a ter que resolver esses problemas mas quando temos algum problema são “eles” que resolvem, portanto eu acho que nestes dois aspetos dos equipamentos/edifícios e pessoal não docente, as escolas terão muito a ganhar com essa transferência de competências para as autarquias, não estou a ver a autarquia deixar-nos pendurados com falta de auxiliares...,imagina que alguém fica doente e nós necessitamos de substituir, o ministério é uma dor de cabeça até vir a substituição de alguém, acho que quando isso passar para a Câmara o processo será mais célere. Para mim estes são os dois aspetos que eu acho...se “eles” aceitarem, mas compreendo porque é que não aceitam, ou ainda não quiseram aceitar, nós vamos estar muito melhor.

- Sim nós nesse aspetos somos um pouco privilegiados...

Sim, somos muito privilegiados, quando converso com outros diretores de outros agrupamentos, até mesmo aqui perto, o colega de Azeitão e de Setúbal queixam-se um bocadinho, quando nós dizemos que temos isto temos aquilo..., por exemplo temos o EPIS, são poucos os concelhos que é a autarquia a suportar, “eles” não têm esse benesse, nos acabamos por ter essa oferta na escola graças à autarquia. Pronto esses são os aspetos que eu acho que realmente melhoram de certeza, porque não nos vão deixar “pendurados”, como muitas vezes ficamos com a tutela.

- Em princípio, em princípio....

Sim, se continuarem com postura que tem tido, acho que não nos vão deixar pendurados, e são aspetos que nós em relação 1 ciclo, quando há um problema num equipamento ou qualquer coisa “eles” estão lá...e fazem aquelas rondas todos os anos para ver o que faz falta... e nas escolas do 2 e 3 ciclo “tá quieto”, andamos chorar que precisamos disto e daquilo...ou não vem mesmo ou quando vem, já vem fora de horas.

Questão 2

- Qual a sua opinião sobre essa transferência de competências?

Concordo. Considero que possibilita um maior e melhor articulação à realidade local. É muito mais fácil dar uma resposta a uma necessidade que surja em termos de equipamento, a nível do pré escolar e do 1 ciclo já está resolvido, mas em termos do 2 e 3 ciclo a resposta será também muito mais rápida.

Agora compreendo a resistência de algumas autarquias face às condições que lhe são propostas, nomeadamente no que diz respeito às verbas, não sei precisar exatamente, mas já foi discutido em conselho municipal de educação, os valores, mas quando discutimos esse assunto ficou claro que a verba que “eles” querem transferir para a autarquia não dá nem de longe nem de perto para as necessidades que as escolas têm.

- Não te preocupa que a autarquia possa desviar essas verbas que já são poucas para outros setores?

Eu acredito e quero acreditar que a autarquia nos dá uma resposta em tempo útil e célere às necessidades da escola, se “eles” desviarem essas verbas, ficaríamos pior do que aquilo que já estamos, não estou a ver no nosso caso isso acontecer, não estou a ver da forma como a educação funciona cá no nosso caso, não estou ver deixarem as escolas andarem aflitas com a necessidade de repararem qualquer coisa e não darem resposta...desviarem as verbas na altura que elas chegam depois tem de ir buscar a outro sítio...mas vão dar resposta de certeza absoluta..., a não ser que isto dê uma grande volta. Mas há autarquias onde possivelmente isso aconteça. Na nossa não quero acreditar que isso possa acontecer.

Mas..., as verbas são significativamente baixas, nós quando discutimos isso foram dados mesmo os valores e vimos que há escolas onde...escolas então...e nós com um parque escolar no nosso concelho...a nossa agora vai sofrer obras, a escola sede, possivelmente é uma escola que nos próximos anos não ter assim grandes necessidades de intervenção, agora há outras escolas, a maioria, que precisam quase anualmente de intervenção...

- Pois é que o nosso parque escolar está um pouco degradado... Não está um bocadinho, está muito..., aquelas verbas não dão nem de longe nem de perto para fazer face às necessidades das escolas.

Por exemplo a nossa escola, a escola sede, esta obra que está a ser feita, foi realizado o acordo com o ministério da educação mas há uma grande parte que a autarquia vai ter que suportar, porque o orçamento subiu assim drasticamente e o ministério não dá nem mais um cêntimo em relação aquilo que ficou acordado, portanto “eles” vão ter que suportar ainda uma pipa de massa.

- Pois vão..., e será que isso depois não se irá refletir, em falta nas outras escolas? A questão não é essa, “eles” acabam por estar a investir na educação do concelho e ter uma visão local, uma visão das necessidades do concelho e é assim neste momento vão ter mesmo que desviar uma parte da reserva para ali, agora assumiram a obra, a obra vai andar e vão ter que pagar..., se faltar noutra situação qualquer é compreensível porque foi utilizada na educação..., se “eles” utilizassem noutras coisas que não a educação é que era...mais complicado.

Mas eu acho que no nosso concelho essa situação não se coloca.

Todos os diretores de agrupamento de Sesimbra são de acordo com a transferência de competências, compreendemos a recusa da autarquia mas preferíamos.

Questão 3

- Quais as implicações para a escola da passagem do poder de decisão em matéria de educação para o poder local?

Implicações...implicações..., as escolas só têm a ganhar, já referi os dois aspetos que eu acho que realmente são uma mais valia tendo em conta a nossa realidade, acredito que não é igual em todo lado, como já referi na primeira questão com o pessoal não docente temos a ganhar de certeza e isso é uma mais valia para as escolas, que é um problema que nós temos, em termos de equipamentos, parque escolar também. Em termos da parte pedagógica, pessoal não docente isso não vai ser transferido para a autarquia, essa parte continua com a tutela, portanto nessa parte nem vamos ganhar nem vamos perder, vamos ficar iguais, portanto e como eu já referi só temos a ganhar, a parte da gestão e pedagógica e a parte de nós termos mais autonomia é tutela que nos poderá dar mais autonomia ou não, e que dão-nos

alguma autonomia na parte pedagógica mas na parte financeira “tá quieto”, não há autonomia nenhuma, portanto o temos a ganhar é o que eu já referi.

- A nível de gestão do pessoal não te preocupa o fato de as pessoas que estão à frente terem ou não competência para o fazerem, uma vez que não conhecem as realidades das escolas?

Eu acho que no nosso caso “elas” conhecem muito bem a realidade das escolas, o departamento da educação e as pessoas que estão à frente acho que neste momento conhecem muito bem a realidade das escolas do concelho, no nosso caso perfeitamente e sabem as necessidades que nós temos. E digo-te se tivesse noutra concelho preocupava-me neste não.

Conhecem muito bem a realidade das escolas e vão conseguir certamente gerir e dar resposta.

Questão 4

- Com o aumento de competências atribuídas às autarquias, deverá a sua participação nos órgãos de direção da escola ser reforçada?

Não estou a ver essa necessidade, eu acho que a representação que “eles” têm já é mais do que suficiente para exercerem o poder que têm, “eles” estão representados no conselho geral, portanto as grandes decisões da escola passam pelo conselho geral “eles” podem opinar e podem decidir, tem poder de decisão, por isso não estou a ver grande necessidade reforçar, acho que é mais do que suficiente.

Não sei se calhar..., não, acho que não..., “eles” terem representatividade nos conselhos pedagógicos, podiam ter..., mas não estou a ver, as grandes decisões nas áreas que lhes compete acaba por passar pelo conselho geral, o conselho pedagógico é mais a parte pedagógica, se bem que eu acho que a visão local que é necessária em termos pedagógicos com a existência de um projeto educativo concelhio que tenha em conta as missões das várias escolas e as necessidades das várias escolas acho extremamente importante, cada concelho é um concelho e nós temos de ter respostas educativas para o nosso concelho e neste momento com a flexibilidade curricular que permite que as escolas possam alterar e criar percursos diferenciados a autarquia tem aqui também um papel importante tendo uma visão geral das necessidades do concelho e puder concentrar tudo isso num projeto onde as escolas vão “beber” um bocadinho também para formular os seus projetos. Mas a representatividade.....A Hipótese poderia ser ter representatividade no conselho pedagógico se bem que acho que não é assim tão importante quanto isso.

Questão 5

- Na sequência dessa transferência de responsabilidades, como prevê que se venha a fazer a articulação entre o Ministério da Educação, a Escola e a autarquia?

Bem a escola terá de articular com os dois, a autarquia e o ministério. A escola terá que articular com a autarquia em tudo o que se refere ao parque escolar, equipamentos e pessoal não docente, e esta por sua vez terá que se articular com o ministério como é lógico, portanto é escola autarquia e autarquia ministério depois a escola também se articula diretamente com o ministério no resto, no diz respeito ao pessoal docente e questões pedagógicas, portanto vai haver aqui uma articulação a dois e uma articulação a três.

- E achas que isso vai contribuir de alguma forma para agilizar, facilitar o processo de ensino?

A parte pedagógica e a gestão do pessoal docente será sempre uma articulação entre a escola e o ministério, não temos o intermediário autarquia, as outras competências claro que são fundamentais para o funcionamento das escolas e estarmos em condições de dar a resposta que os nossos alunos precisam. Eu acho que poderá, com a autarquia e com o ministério as coisas às vezes não correrem como nós desejaríamos mas se depois a autarquia der a volta à situação e dar resposta acho que funciona bem. Eu acho que poder local não vai deixar as escolas penduradas e se “eles” já vão para além das suas competências e dão-nos resposta onde não é da sua competência, portanto nessa altura mesmo que o ministério não dê resposta que pretendem possivelmente não irão deixar as escolas penduradas, digo eu com muita esperança.

Neste campo sou positiva porque nunca tive problemas e como te digo as respostas que “eles” me dão que não fazem parte da sua competência, por exemplo neste momento eu tenho a situação de terem que mandar abaixo os pavilhões, tudo bem, a Câmara é a dona da obra, os pavilhões inicialmente não estavam previstos ir abaixo e conseguia funcionar mais um ano utilizando os pavilhões e a obra a decorrer, mas não, vai ter que ir abaixo já, eu pelo menos três salas cá fora e pelo menos uma sala lá dentro que está atulhada com as coisas das outras três não tenho capacidade para dar resposta às turmas que tenho que está previsto no rede. Reuni com a câmara..., eu também achei que era normal ser o ministério a suportar algum custo que tenha com as salas...ou com contentores...colocou-se a hipótese de nós ocuparmos salas no ginnodesportivo...os miúdos tem aulas de educação física lá em baixo e podem ter algumas aulas a decorrer lá em baixo, a resposta do ministério foi redondinha, a dona da obra agora é a câmara, logo é a câmara que tem de descalçar a bota...eu acho que isto era competência do ministério, porque...tudo bem a câmara é dona da obra mas

eu tenho que dar resposta aos alunos...imagina que a camara agora batia o pé e não pagava...quando chegasse a setembro punha os alunos à porta de escola e não tinha condições para eles terem aulas e a câmara já avançou, disse...é assim, no meio de tanta coisa que vamos ter de pagar também não é por aí...daí o meu otimismo em relação a isto da transferência de competências.

- Vamos lá ver se a cor política não muda.

É claro que essas politiquices mexem muito, mas eu falo tendo em conta a realidade que eu vivo neste momento, agora o que vem a seguir..., nós não somos futurologistas..., como eu te digo há outras autarquias que eu sei que as coisas não funcionam bem onde os meus colegas se queixam imenso e quando às vezes eu falo que a câmara faz isto, isto e aquilo...e eles dizem que temos sorte estás em Sesimbra e a câmara está sempre ao vosso lado.

Claro que há concelhos com muitas escolas onde “eles” depois não conseguem dar resposta e nós não somos assim tantos agrupamentos, mas ainda somos...ainda há algumas escolas.

Questão 6

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Claro que sim. É importante haver uma visão da educação ao nível do concelho, deve ser definido um projeto educativo concelhio, seja construído com base na missão das várias escolas e que preveja no seu plano estratégico a melhoria dos pontos fracos e das ameaças do concelho e de cada escola tem em conta uma análise Swat do concelho e dar resposta às necessidades educativas do concelho, ter uma noção uma visão de quais são as necessidades educativas do concelho e que está previsto nesse projeto educativo dar resposta a essas necessidades, e isso só é possível se houver uma política de educação local, se não existir nada disto é possível.

- Não achas que depois poderá restringir um bocadinho a saída educativa dos nossos alunos?

Eu não digo que tenhamos de oferecer só aquilo que faz falta no nosso concelho, temos de alargar mais um bocadinho até porque há alunos que podem estar agora aqui e depois não exercerem no nosso concelho e estarem fora do nosso concelho e ficarem limitados, agora terá que haver uma oferta mais abrangente, mas é importante ter a noção de quais são as necessidades de quais são as respostas que o concelho pode dar e focar-nos um bocadinho nisso, uma grande tranche dos nossos alunos permanecem cá e tem que ter uma formação numa área que o concelho também possa dar alguma resposta..., isto é um pouco quando se fala nos cursos profissionais..., mas mesmo agora nos cursos regulares a história da autonomia e

flexibilidade permite-os adaptar um bocadinho às realidades de cada escola, também não são assim tão diferentes..., quer dizer, nós falamos nas escolas do nosso concelho, se calhar quando falamos da Quinta do Conde e aqui nestas da freguesia do Castelo e das de Santiago poderá haver alguma diferença, mas por exemplo entre o nosso agrupamento e o agrupamento de Sampaio são realidades muito próximas, portanto há que haver aqui um conhecimento e uma articulação para que a oferta que nós temos e que nós possamos fazer com os nossos alunos se enquadre o bocadinho naquilo que é o nosso concelho.

Eu acho que mesmo nos cursos regulares com autonomia e flexibilidade curricular consegue-se..., e agora com os planos de inovação, as propostas dos planos de inovação consegue adaptar e dar resposta às nossas necessidades.

Questão 7

- Que contributos poderá trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

É um pouco o resumo de tudo aquilo que já falei.

Para mim são todos contributos positivos, o exemplo que eu dou é o da gestão do pessoal não docente, todas as escolas se queixam com falta de pessoal não docente e manifestam constantemente essa necessidade junto do ministério da educação e a resposta vem tardia ou nunca vem..., a autarquia vai certamente acelerar o processo e vai-nos responder quando há necessidade de uma substituição, isto é um aspeto..., e tudo aquilo que eu disse..., para mim é uma mais valia para as escolas.

Estava-te a falar da escola sede..., qualquer problema que nós tenhamos é célere, eu telefono e digo que há este problema de eletricidade ou outro e no próprio dia ou no outro a seguir o problema resolve-se.

A autarquia não tem que dar resposta a isso..., noutra autarquia qualquer poderiam dizer que era da responsabilidade do ministério.

Tendo em conta todas estas situações só posso estar otimista em relação à transferência de competências.

Agora vamos ver se depois quando acontecer essas transferências se as coisas continuam iguais.

Transcrição de Entrevista Sujeito 2

Como forma de aproximar o poder de decisão, nas últimas décadas, foram atribuídas às autarquias diversas responsabilidades no âmbito da educação, explanadas em diversos normativos legais.

Questão 1

- Que melhorias do sistema educativo português estão previstas na transferência de responsabilidades para as autarquias no âmbito da educação?

Bom. Como tu sabes e os diretores penso que também, a questão principal aqui, tem haver com a questão de responsabilizar as autarquias por esta gestão de proximidade. O nosso sistema tem sempre funcionado um bocadinho na perspetiva da centralização e todas as decisões serem tomadas ao nível central mas isso torna as decisões pouco adaptadas e pouco específicas relativamente às realidades locais, e penso que esta é uma das principais razões, depois a outra principal razão é a economicista, que é a questão de rentabilizar o investimento, responsabilizando as autarquias e rentabilizando o financiamento, isto é tudo teoricamente, porque se esse financiamento for gerido localmente, teoricamente é mais bem aproveitado do que ser gerido ao nível central. Estas são as duas principais razões. Não vejo aqui grandes razões pedagógicas á partida, portanto são questões organizativas, questões economicistas e questões de rentabilização destes dois campos, principalmente.

Questão 2

- Qual a sua opinião sobre essa transferência de competências?

Sempre fui um defensor desta transferência de competências. Se calhar algumas não para as autarquias, algumas deviam ter vindo diretamente para os agrupamentos de escolas, mas para as autarquias já não é mau, e fui defensor porquê? por causa das razões anteriores, não faz sentido que uma série de questões e uma série de decisões que devem ser tomadas ao nível local continuem centralizadas e algumas delas não vão ser resolvidas agora, por exemplo a contratualização dos professores é uma questão que não faz sentido que fique centralizada e vai continuar centralizada. Para mim é claro que se o financiamento e se a decisão estiver mais próxima das comunidades educativas vai ser mais fácil tomar as decisões certas, neste momento não é possível porque muitas delas ficam dependentes de decisões centralizadas e de opções políticas centralizadas e isso atrasa muito questões que são fundamentais para a escola e que tem a ver com mudança com opções pedagógicas específicas. Eu acredito que na base política, a decisão de mudança, transferência de competências para as autarquias locais, se calhar não tanto para as autarquias todas,

na sua essência têm princípios que eu acho que são os certos. Depois se é a maneira certa de a fazer, se as condições são as ideais isso é outra questão, agora por principio, sim, acredito que esse é um bom principio.

Ainda há pouco referiste que também deveria passar para a alçada dos municípios a contratualização do pessoal docente.

Não. Eu não disse isso. Disse que não devia estar centralizada. Poderia passar para os Conselhos Gerais, porque os Conselhos Gerais têm representantes de todas as áreas políticas, desde os representantes da comunidade até à autarquia, e mesmo que não fosse, porque nós estamos num sistema centralizado, nós não estamos a falar aqui... vou dar um exemplo, que não tenha professores do quadro, mas tudo o que fosse novos docentes e tudo o que fosse colocações dos docentes do quadro de zona pedagógica por determinadas áreas deviam passar por critérios pedagógicos em que as comunidades deviam ter uma palavra a dizer e as comunidades aqui, nós sabemos que em termos sindicais é sempre muito problemático, por exemplo isso passar pelas direções, os diretores já se sabe que são sempre pessoas muito más e que só contratam os amigos e não querem saber nada das questões pedagógicas, portanto aqui teria que ser um órgão com todos os representantes, e para mim essa contratualização ou essa afetação de docentes deveria ter, pelo menos parcialmente, uma responsabilidade por parte dos Conselhos Gerais, não tanto da autarquia, porque a autarquia não está direcionada para contratualizar os técnicos específicos que são os docentes, mas os Conselhos Gerais poderiam fazer isso e podemos começar com uma questão parcial por exemplo, a contratação dos professores externos, os contratados que ainda não são do quadro, a afetação dos QZPs teria que passar por critérios pedagógicos dos Conselhos Gerais, sem alterar nada do que são os quadros das escolas, todos estes professores podiam passar por aí, portanto quando nós estamos aqui a falar de autarquia, não é autarquia, são órgãos locais que poderão ter representantes da autarquia mas que têm aqui outras responsabilidade, neste caso, os Conselhos Gerais para mim, eram os ideais para fazer essa tarefa, aliás é assim que já funciona em muitos países da Europa, a contratualização quando não é centralizada, por exemplo na Inglaterra, são os órgãos locais que contratualizam os professores, neste caso são todos, eu aqui já não dizia todos mas diria parcialmente, porque aí havia uma responsabilidade totalmente diferente, neste momento quando a coisa corre bem nunca é da responsabilidade de ninguém, quando a coisa corre mal, por exemplo em relação a um professor quem é responsável, não é ninguém, porque a Dgae está lá não sei onde, não houve ninguém local envolvido nisso e portanto tinha que haver aqui um sistema diferente, que eu acho que era vantajoso para toda a gente

(o aumento) da responsabilização local para estes recursos humanos, que são recursos humanos fundamentais na escola.

Questão 3

- Quais as implicações para a escola da passagem do poder de decisão em matéria de educação para o poder local?

Em relação a esta questão podemos falar de dois pontos, uma vez que eu acho que há muitas implicações para a escola. Vamos começar pelas coisas boas, e as coisas boas são aquelas que eu já referi, teoricamente ao passarem uma série de competências, gestão de pessoal, gestão de equipamentos para as autarquias, é mais fácil para as escolas fazerem esta articulação, os exemplos clássicos são em relação à colocação do pessoal não docente ou em relação à realização de obras, teoricamente seria mais fácil para as escolas fazerem esta articulação por princípio, e eu acredito que em Sesimbra, no nosso Concelho, por exemplo, isso seja bastante mais fácil, porque já existe aqui uma tradição de articulação entre as escolas e a autarquia muito anterior a isso, às vezes não estando regulamentada mas que a autarquia assume, trabalhando em conjunto com os agrupamentos. Essa seria teoricamente uma vantagem, é claro que depois aqui temos outros riscos, que são...há riscos por parte de quem toma as decisões ao nível central e para mim os riscos principais são os financiamentos, de certeza que os financiamentos são assegurados? Os financiamentos serão os certos para esta transição? Não acredito e não acredito que, se calhar estou a ser um bocadinho mau, mas não acredito que o Poder Central abra mão destas competências sem daí tentar poupar e isso é mau. Não acredito que os financiamentos sejam os certos e depois isso vai sobrar para as autarquias e depois há a outra questão, que nem todas as autarquias são como a autarquia de Sesimbra, ou seja, por aquilo que eu conheço a maioria das câmaras não está preparada, a maioria não digo, mas algumas que eu conheço não estão preparadas para trabalhar numa perspetiva de parceira com as escolas e portanto vai haver aqui um risco de para algumas autarquias isto ser mais uma maneira de exercer um controlo político, em vez de ser uma maneira de melhorar o sistema educativo.

Essas câmaras não estão preparadas em que aspeto?

Não estão preparadas em termos de terem um trabalho prévio de articulação com as escolas, não conhecem as escolas, não há articulação com os órgãos das escolas, muitas escolas não têm Conselhos Gerais a funcionar convenientemente e isso representa um risco grande porque há o risco de tomares decisões sem teres a informação toda, desconhecendo a realidade local, ou porque são determinadas opções políticas que a autarquia acha que são as melhores, mas não pergunta a ninguém e toma decisões unilateralmente. E isso é um risco, grande, porque essas

competências passam para a decisão autárquica e portanto ou ficam na mesma, só que em vez de ser em termos centrais, em que as decisões são tomadas muitas vezes unilateralmente, continuam a ser unilateralmente mas em termos locais, sendo outro tipo de centralização e com risco acrescido porque para algumas autarquias a questão da substituição ou representação em determinados órgãos ser de índole política é muito mais evidente, é muito mais levada em conta do que em termos nacionais. Se tivermos uma nomeação nacional política, há um controlo muito maior por parte da comunidade, se tivermos uma nomeação política para um determinado órgão local, isso pode ser um problema muito maior, mas é ao nível local.

Há sempre esse risco, ou seja os princípios são bons, agora os riscos é bom que as pessoas saibam que também existem.

Em relação à questão quais as implicações para a escola da passagem de poder, tens aqui as implicações teóricas são todas, para mim, altamente vantajosas em termos de melhoria e otimização da gestão de recursos, sejam eles recursos humanos, físicos ou financeiros e termos de tomada de decisão pedagógica e de orientação pedagógica que já vamos falar mais para a frente na questão dos projetos educativos e de orientação pedagógica para as escolas, isto depois tem todos os riscos aqui relativos a estes fatores e que são que na minha opinião poderiam ser minimizados por exemplo, se fossem delegados em órgãos representativos, como é o caso dos Concelhos Municipais de Educação ou dos Conselhos Gerais, porque aqui está representada toda a gente, se as decisões forem passadas por aí é muito mais difícil haver a tal subversão dos princípios se as decisões não forem passadas por esses órgãos e forem apresentadas como definitivas é mais problemático e nalguns sítios nós sabemos que é muito provável que isso aconteça.

Como sabes tenho passado por muitos concelhos em palestras e outras atividades , e sei que há muitas dinâmicas positivas e muitas dinâmicas que vão tirar daqui grande partido dessa descentralização, mas depois há outras realidades que se vão aproveitar dela, também há outras realidades que vão achar que este financiamento é mais um financiamento para a câmara que em vez de ser todo direcionado para a educação é direcionado para outras coisas que façam falta, enfim...

Em termos de princípio aqui...e eu sou um otimista, quero acreditar que nalgum momento nós temos que fazer isto, porque a questão da centralização é sempre muito difícil... tu mudares sistemas e mudares coisas a partir da centralização, nomeadamente num sistema onde tu tens dezenas, milhares de atores, não sei quantos milhares de alunos, milhares de professores, milhares de funcionários, fazer uma mudança com as especificidades do sistema educativo, uma mudança ao nível

central como nós precisamos, não é possível...então ou comesas a confiar, a confiar e a delegar, tens é de ter sistemas de controle.

Poderá esta transferência ser encarada como uma privatização do ensino?

Eu acho que isso é um risco que é minimizado pelas questões da representatividade e tu tens sítios onde isso é decidido, eu acho que é positivo que a autarquia defina, tenha um projeto educativo, tenha uma linha orientadora e acho que é importante que as escolas do concelho saibam qual é essa linha orientadora e ajustem os projetos educativos a essa linha orientadora, para mim não é um sistema melhor deixar as escolas fazerem as coisa de acordo com aquilo que acham, quer nós queiramos quer não, nós servimos uma população num determinado concelho, mas não nos podemos esquecer que há outra realidade que é a realidade global, mas também há a realidade do concelho e a questão é, não te vais só preocupar com a realidade global ou só com a realidade do concelho e se tiveres conhecimento suficiente sobre e a realidade do teu concelho, e terás a partir de um projeto educativo que dê resposta às duas questões, não só à questão concelhia mas também à questão global, até porque a minha perspetiva aqui em termos locais é que é muito mais fácil as políticas de educação serem avaliadas depois..., neste momento a avaliação em termos políticos é sempre de quatro em quatro anos, mas é muito mais fácil para ti avaliares as políticas de educação se forem tomadas ao nível local, nas eleições autárquicas por exemplo, do que ao nível nacional com políticas de educação nacionais, podes concordar ou podes não concordar e portanto em quatro anos tu consegues saber isso, sabes por que caminho a autarquia quer investir mais, se na formação se para pessoas que vão trabalhar na Auto europa, mais para as pescas ou mais para o turismo, isto não quer dizer que grande parte da população, também nós não saibamos que vai para fora do concelho e vai ter que trabalhar fora do concelho, OK, então temos que ter uma oferta para isso, que tens, por exemplo, um elevado número de reformados franceses que estão a comprar casas nas praias de Sesimbra e que tenhas de ter uma oferta, por exemplo de Língua Portuguesa para estes. A questão é, é muito mais fácil isso ser tratado ao nível local do que ao nível central e depois também é avaliado, auditado pela população de quatro em quatro anos, não penso que seja o principal risco.

Questão 4

- Com o aumento de competências atribuídas às autarquias, deverá a sua participação nos órgãos de direção da escola ser reforçada?

Não. Penso que não. Penso que o mecanismo..., aqui a resposta direta é NÃO, não pela minha experiência, e posso estar enganado em relação a Sesimbra e nos outros

não ser assim, porque em Sesimbra eu acho que essa participação é a adequada, aquilo que está previsto é que existam dois órgãos essenciais e o maior, o órgão mais responsável da escola, que é o Conselho Geral, o Conselho Geral aprova tudo o que é, não só em termos executivos mas tudo o que são contas e tudo o que é o trabalho da escola, plano de atividades ao nível de desenvolvimento anual, o Conselho Geral tem conhecimento regular daquilo que acontece e aprova tudo o que é feito por parte da direção e depois o conselho municipal de educação define as políticas locais, tem todos os outros órgãos sociais, forças de segurança, sei lá, forças de saúde representados e deve seguir as orientações e aprovar as orientações gerais de política local, agora, se todos os concelhos estão preparados para fazer isso? Não, não estão, a questão é Porquê? Porque, na minha opinião ainda não estão...não têm todo o potencial destes órgãos aproveitados, envolvidos. Em Sesimbra, eu pessoalmente acho, por exemplo, que o conselho municipal de educação não tem todo o potencial ainda aproveitado, ainda está um bocadinho longe disso e muitas vezes é mais visto como um órgão ilustrativo daquilo que faz em vez de deliberativo e orientativo e essa é uma questão que só vai melhorar com o tempo e com o aumento de responsabilidades, já não vejo assim o conselho geral, em termos locais o conselho geral da Boa Água por exemplo funciona bastante bem em termos de aprovação, orientação dos documentos, encontros regulares, tomadas de decisão que são importantes a passarem sempre pelo Conselho Geral e em termos de representatividade a autarquia e os outros elementos da comunidade tem sido bastante interventivos, aliás, nem nós conseguíamos fazer as coisas que fazemos se não fosse a questão do Conselho Geral, e depois daí, passando através dessas tomadas de decisão, passando aqui a parte da responsabilidade para a autarquia, por exemplo em termos de planos nacionais, vou só dar-te um exemplo, se não fosse o plano nacional de promoção do sucesso escolar, nós nunca tinhas recebido, por exemplo, reforço de equipamentos informáticos, computadores, que recebemos agora, OK, esses computadores estão todos emprestados aos nossos alunos que não têm equipamentos para poderem fazer aulas síncronas, neste momento nós temos á volta de 70 computadores emprestados a alunos para eles poderem fazer as aulas síncronas, isso só foi possível, porque foram tomadas determinadas decisões em termos de orientação por parte do Conselho Geral da aprovação de um projeto que passou por uma candidatura da autarquia e que foi especificamente para os agrupamentos...direcionados para as necessidades que eles apresentaram, as nossas necessidades eram estas, mas outros agrupamentos apresentaram outras necessidades, tu nunca conseguias fazer isto em termos centrais e nunca conseguias fazer isto em termos locais se não tivesse um órgão como o Conselho Geral que não

funcionasse corretamente, mas se calhar como também sabes, na zona, por exemplo de Setúbal houve dois concelhos a participar com as autarquias no plano nacional de promoção do sucesso escolar e outros não participaram, nem entregaram projeto nem sequer pediram coisíssima nenhuma, isto era financiamento europeu específico para a melhoria do processo educativo, portanto por isso é que eu digo, se as pessoas conseguirem tirar o potencial que está previsto, que consigam tirar dos diversos órgãos, o sistema funciona bem e consegue-se tirar todo o potencial. Se o nosso país e todos os concelhos e as autarquias estão preparadas para isto, não, não estão e vai demorar um bocado. Se isto é razão para pararmos o processo, não sei, francamente não sei. Em relação à realidade de Sesimbra acho que não é razão, em relação a outras realidades, tenho muitas dúvidas que as coisas consigam funcionar bem nos próximos anos, mas também sei há muitas realidades como as de Sesimbra, e que há muitas autarquias, não só aqui na zona, mas para o norte que já estão muito à frente em relação à articulação, conselhos gerais e órgãos sociais autárquicos e locais e tudo, e que já existe muita articulação nesse âmbito. Eu acho que aqui devia ser uma questão mais de decisão ponto a ponto, não me parece que seja essa a política, porque em termos centrais é martelado para ser numa determinada data e também me parece que é um opção mas se calhar devia ser dada aqui um conjunto de datas vá lá para uma mudança progressiva mas, há um aspeto que me parece fundamental que está aqui a encalhar isto, que é a questão do financiamento, porque os financiamentos que vêm previstos na lei de transferência de competências são manifestamente insuficientes, e aí não dá para garantir sequer o funcionamento que nós temos agora a nível central.

Essa é uma das razões pela qual algumas autarquias não veem de bom grado esta transferência. Sem ovos não se fazem omeletes e portanto a questão passa um pouco por aí. Quando tu tens um concelho como Sesimbra, por exemplo, com as necessidades que tem ao nível da intervenção escolar, Sesimbra deve ter sido dos poucos concelhos ao nível do país que não teve uma intervenção da Parque Escolar, tu tens concelhos do país que todas as escolas foram intervencionadas, Sesimbra não teve nenhuma, neste momento não tens no nosso concelho nenhuma escola secundária intervencionada, aliás a única supostamente secundária que tens é na Quinta do Conde uma escola a funcionar como se fosse secundária, com pavilhões de madeira e tens mil e não sei quantos alunos a irem para fora da Quinta do Conde para terem aulas ao nível secundário noutro concelho, portanto há aqui questões, que são questões profundas e que não foram resolvidas não sei durante quantos anos, e com os financiamentos como estão previstos e globalmente como se o país fosse igual... vai ser muito difícil resolver estas questões, portanto na minha perspetiva, a maneira

certa de fazer a transição era uma negociação ponto a ponto com as diversas autarquias, é claro como as que já foram mais cedo e já estão agora a fazer ajustes, outras irão mais tarde, outras que já tiveram investimentos enormíssimos em termos de equipamento, não vejo razão, por exemplo para terem determinados apoios financeiros e outras que não tiveram nenhum deviam ter um apoio financeiro diferente, se isso é possível ou não já não te consigo dizer mas esta para mim devia ser a maneira de fazer a transição do central para o local

Questão 5

- Na sequência dessa transferência de responsabilidades, como prevê que se venha a fazer a articulação entre o Ministério da Educação, a Escola e a autarquia?

Tal como já disse, essa articulação é feita ao nível daquilo que vem previsto na legislação, neste momento o ministério da educação tem representatividade no Concelho Municipal da Educação, OK, este aspeto é um aspeto que precisa claramente de ser reforçado porque neste momento a representatividade...eu não acho, por exemplo que o ministério da educação tenha que passar a ter representatividade nos conselhos gerais, ou que seja criado aqui mais um órgão... a questão aqui é que temos sempre a mania de fazermos mais um órgão, mais uma coisa para que as coisas funcionem melhor e não nos apercebemos que quando mais salganhada e diversificação de competências existir pior é, porque neste momento já passas por não sei quantos níveis até chegar a um poder de decisão, as escolas se tiverem alguma coisa, por exemplo no conselho pedagógico para decidir, tem de passar por um conselho geral, depois tem de passar por uma direção geral intermédia até chegar a um determinado sítio onde se toma decisão, se for uma decisão importante nem sequer na direção geral intermédia é tomada tem que passar para uma aprovação do secretário de estado ou qualquer coisa assim. Vais estar aqui a criar mais um órgão, onde as pessoas vão estar sem saber muito bem o que vão fazer, a questão aqui é responsabilizar os órgãos por aquilo que têm de fazer, essa articulação deve ser feita através do conselho municipal de educação, porque já existe lá um representante do ministério da educação, não pode é ser um representante do ministério da educação que vai lá estar sentado sem dizer nada, só a ouvir o que os outros estão a dizer e que depois vai levar essa informação não sei para quem, para a Dgeste, comunica mas nunca traz informação nova. Tem aqui de haver uma participação do ministério da educação como entidade que aprova faz sugestões e diga como é que é, o que não é possível fazer ou o que está previsto ou não que aconteça, em vez de ser apenas aqui um órgão ou um representante de recolha de informação que vai levar não sei muito bem o quê para quem.

Neste momento os representantes do ministério da educação dos concelhos municipais de educação nem se responsabilizam por determinadas decisões, nem votam contra nem a favor, não votam, estão lá para recolher informação e aí nesse aspeto é necessário um aumento da responsabilização do ministério da educação, de resto os órgãos que já existem são perfeitamente capazes de fazer essa articulação, como tu sabes não vai haver aqui uma série de competências, algumas vão ser mantidas no ministério da educação, nomeadamente em termos pedagógicos já não falo em termos de recrutamento de pessoal docente, portanto vai ter que continuar aqui haver uma série de articulação direta entre as escolas e o ministério da educação portanto não vale a pena estarmos aqui a criar mais órgãos, mas vale a pena reforçar a representatividade do ministério da educação nos órgãos que já existem e nomeadamente no conselho municipal da educação, porque esse devia ser órgão primordial de articulação entre as decisões tomadas em termos locais centrais e nos agrupamentos

Questão 6

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Sim. Isto é fundamental. Esse é um dos aspetos primordiais que já falamos anteriormente, uma das grandes vantagens, não sei se foi uma das vantagens, mas foi uma opção política em termos da Câmara Municipal de Sesimbra de ter um projeto educativo na altura em que algumas câmaras tinham só cartas educativas que eram documentos orientadores da política de construção de escolas, de onde se põem os equipamentos educativos, a autarquia, na minha opinião e bem, a autarquia de Sesimbra tomou a decisão de ter um documento orientador em relação às políticas educativas e às opções pedagógicas do concelho, não vamos estar aqui a discutir se foi um documento ótimo logo do início, ou não, mas foi uma boa iniciativa que já foi tomada há mais de 10 anos, e isso foi evidente para a orientação das políticas educativas dos agrupamentos no concelho é muito importante que em termos locais haja esse género de orientação, não quer dizer que seja aqui prescritora, ou seja, não deve ser a autarquia a dizer o que as escolas vão dizer, vão fazer, mas deve ser a autarquia a decidir as linhas principais de atuação das escolas, precisamos disso fundamentalmente, como é que tu sabes, por exemplo, em termos de Sesimbra, se precisas de criar uma oferta para adultos, há adultos que precisem dessa oferta, ou não, quais são as necessidades, por exemplo, nos setores ativos e profissionais do concelho, há carpinteiros suficientes, há pescadores suficientes, há pessoal do turismo suficiente, esse género de informação e orientação para as linhas de ação das escolas que depois se refletem em termos de oferta profissionais em termos de ofertas de adultos ou mesmo em termos de ofertas opcionais que existem para o básico e

secundário é muito importante e da mesma forma quando vamos para o pré escolar sabes lá se tens uma elevada ou uma baixa população a necessitar de uma oferta do pré escolar, tens uma rede solidária que te pode garantir isso, ou precisas aqui de uma política diferente ao nível da rede pública, tudo isso são opções que devem estar num projeto educativo e estavam, para toda a gente saber com o que é que pode contar, como tu sabes, a oferta de pré escolar que existe no concelho de Sesimbra, por exemplo, é muito boa, foi criada com base nas necessidades referidas e com base naquilo que se detetou na análise desse projeto educativo e, eu não conheço ou que me lembre, não existe aqui próximo um concelho que tenha uma oferta de pré escolar tão alargada como tem a de Sesimbra e este é só um exemplo, isto é fundamental e só consegues se tiveres aqui um projeto educativo porque o financiamento nunca dá para tudo, o ideal era teres aqui todas as ofertas e um largo investimento, mas não tendo tens que tomar opções e essas opções quer ao nível das escolas quer ao nível local, devem ser conhecidas por todos e devem ser partilhadas, depois especificamente com certeza uma escola secundária não vai ter as mesmas ofertas que vai ter uma básica um pré-escolar, mas elas tem que ir ao encontro do mesmo projeto educativo, porque o projeto educativo deve ser comum em termos locais, a nossa unidade local aqui é o concelho portanto deve ser comum para todas as escolas do concelho, mas isto é apenas a minha opinião.

Questão 7

- Que contributos poderá trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

Aqui em termos do processo educativo, eu vejo isto, mais especificamente direcionado para os agrupamentos e para as escolas, tal como nós já falamos, existe aqui um grande potencial para melhorar a qualidade do processo educativo, desde logo porque as autarquias estão muito mais sensíveis às questões locais do que está o poder central, portanto quando tomas determinadas decisões em termos do processo educativo é muito mais importante que tu as tenhas pensadas de acordo com questões locais do que gerais, eu posso ter uma enorme quantidade, até excesso de oferta educativa na área do turismo no país todo, mas no concelho de Sesimbra essa oferta ser deficitária, portanto, voltas ao mesmo, às questões de política local, eu se souber isso, posso direcionar a minha oferta, atendendo às especificidades da população e tudo para questões mais locais, outro exemplo é a questão do pré-escolar, ou mesmo em termos do segundo e terceiro ciclo do básico teres determinadas opções que, no caso de poderem se tomadas ao nível local, se quiseses mudar, por exemplo, a maneira como trabalhas numa escola, é muito mais difícil fazeres isso se tiveres de passar por não sei quantos órgãos centrais que não têm a

mínima noção da realidade do que fazeres isso ao nível local, onde tens pessoas que diariamente entram e saem da escola essa é a tua realidade e sabem qual é necessidade específica daquela comunidade, portanto em termos da qualidade do processo educativo a proximidade e a especificidade, o conhecimento que a autarquia tem da especificidade de cada escola é importante, e agora voltamos ao primeiro caso, á primeira pergunta que é, no caso da autarquia ter este conhecimento e não ter trabalhado durante não sei quantos anos num afastamento completo da escola e não conhecer minimamente aquilo que acontece, que eu sei que algumas autarquias infelizmente trabalham assim, portanto aqui em relação às melhorias, eu acho que entre o risco de não teres melhoria nenhuma e o risco de teres uma série de melhorias, o teres processos que pioram, se calhar se houver aqui uma questão ou questões relacionadas com tomadas de decisão desinformadas ou tomadas de decisão especificamente para determinadas opções políticas poderá haver aqui algum risco, mas eu penso que, ou não tens aqui nenhuma melhoria e continua tudo a funcionar na mesma no caso de substituir o poder central pela autarquia e esta continuar a ser um órgão de decisão afastado e um parceiro distante ou podes ter grandes ganhos se a autarquia, como acontece em Sesimbra, for o parceiro próximo, local, conhecedor da realidade e que te pode ajudar nas tomadas de decisão de uma forma muito mais efetiva e muito mais produtiva do que uma tomada de decisão centralizada.

As vantagens e desvantagens, elas existem, a questão é, as autarquias vão fazer, ou... as autarquias não, a comunidade educativa, porque é toda a gente, a participação, é a responsabilidade, ou esta tomada de decisão é responsabilidade partilhada, começa logo na comunidade educativa, conselhos gerais, concelhos municipais da educação, se esses órgão forem capazes de tirarem o melhor desta transição eu acho que o potencial é grande, se todos os concelhos estão preparados para isto, não, também acho que a maioria não está preparada para esta transição ser assim, por isso é que eu digo que isto devia ser uma decisão tomada ponto a ponto, mas uma coisa é certa, tem de haver aqui um grande acompanhamento por parte das comunidades e por parte desses órgãos (conselhos municipais e gerais) que deviam, ou devem funcionar como órgãos de supervisão e controladores, órgãos efetivos, a exercer efetivamente esses poderes. Eu sei que para alguns é difícil, que as pessoas não percebem muito bem como devem fazer isso, porque não têm disponibilidade, não temos tempo, enfim, mas assim não dá, tem de participar nestes órgãos de decisão e nas tomadas de decisão que são importantes, se isso acontecer, eu acho que a longo prazo é isso que tem que acontecer, mas ainda vai demorar um bocadinho.

Como te disse, eu em Sesimbra eu acho que as coisas correriam bem e o principal risco no nosso concelho é mesmo o subfinanciamento, é o nível de exigência que as escolas estão habituadas a solicitar á autarquia, e que tem sido respondido, não é compatível com uma transmissão de competências como está previsto e com o subfinanciamento que está previsto, porque quando isto acontecer vai tudo cair em cima da autarquia, a querer as coisas feitas, que não foram feitas há trinta, quarenta ou cinquenta anos e o pacote financeiro não permite isso, e a questão depois é que nós já não temos maneira de chatear ou responsabilizar o ministério da educação porque agora é a autarquia, e a autarquia não tem a capacidade financeira para fazer obras em não sei quantas escolas do concelho, mais a escola nova que sempre defendeu que fosse feita, não dá, não vai ser possível e depois começam a surgir as tais crises e isso pode ser prejudicial ao sistema, porque as pessoas tem tendência a focar-se muito nas necessidades e naquilo que corre mal em vez naquilo que já têm e que é bom.

A questão é, sempre se defendeu a construção de uma escola na Quinta do Conde, daqui a três ou quatro anos nós estamos nisto, já passaram, transferiram as competências para as autarquias há não sei quantos anos e porque é que a escola da Quinta do Conde ainda não está a ser construída, só que uma escola na Quinta do Conde custava treze milhões se for nova, portanto, se nem o ministério da educação nestes anos todos foi capaz de fazer isso, depois como é que vai ser? Eu acho que esse vai ser o principal risco para a nossa autarquia. Para outras serão outros, para a nossa este será o principal.

Transcrição de Entrevista Sujeito 3

Como forma de aproximar o poder de decisão, nas últimas décadas, foram atribuídas às autarquias diversas responsabilidades no âmbito da educação, explanadas em diversos normativos legais.

Questão 1

- Que melhorias do sistema educativo português estão previstas na transferência de responsabilidades para as autarquias no âmbito da educação?

Como sabe estão previstas transferências no âmbito da responsabilidade pelos edifícios escolares e pelo pessoal não docente. Esta responsabilidade que já era das autarquias no que respeita ao pré-escolar e 1ºciclo será alargada ao 2ºciclo, 3ºciclo e Secundário.

Se tivermos em atenção o princípio da subsidiariedade, que considera que tudo o que é gerido localmente é melhor gerido do que centralmente, então isso constitui uma melhoria para o sistema de ensino português.

Questão 2

- Qual a sua opinião sobre essa transferência de competências?

Eu sou absolutamente favorável a esta transferência de competências, desde que a mesma seja acompanhada de uma transferência financeira correspondente.

No caso de Sesimbra o parque escolar encontra-se muito degradado e se a transferência de competências não for acompanhada de uma transferência de verbas adequada, a CMS não irá ter a curto/médio prazo capacidade de dar resposta a todas as necessidades.

Questão 3

- Quais as implicações para a escola da passagem do poder de decisão em matéria de educação para o poder local?

Eu penso que isso é um mito, o poder de decisão continuará em grande parte nas escolas e na sua capacidade de intervenção local. No caso de Sesimbra já temos desde há largos anos uma boa experiência com a autarquia, que vai muito além daquilo que são as suas responsabilidades na Educação. Muita da política que é seguida nas escolas enquadra-se no projeto educativo concelhio que é definido no conselho municipal de educação.

Considero que essa é a forma correta de agir, que cada escola encontre uma resposta adequada à sua realidade sem descurar aquilo que são as orientações concelhias para a educação, e integrando-as no seu próprio projeto educativo.

Os cinco agrupamentos de escolas não deverão competir entre si mas sim deverão trabalhar em rede, complementando-se e articulando-se.

Questão 4

- Com o aumento de competências atribuídas às autarquias, deverá a sua participação nos órgãos de direção da escola ser reforçada?

As competências atribuídas às autarquias não interferem com os órgãos de direção da escola. A participação da autarquia nos órgãos de gestão das escolas continuará a ser a mesma, ter representantes no conselho geral.

Os diretores eleitos pelo conselho geral e as suas equipas continuarão a ser os responsáveis pela gestão pedagógica e financeira das escolas.

Questão 5

- Na sequência dessa transferência de responsabilidades, como prevê que se venha a fazer a articulação entre o Ministério da Educação, a Escola e a autarquia?

Penso que essa articulação passará também pelo conselho municipal de educação onde o ME tem um representante e onde têm assento todos os diretores das várias escolas, bem como outros representantes locais.

Considero até que a transferência de competências para as autarquias vem trazer maior importância e dinamismo aos conselhos municipais de educação.

Questão 6

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Penso que das respostas anteriores já ficou patente que considero que uma política local de educação é imprescindível. Fui um dos proponentes no conselho municipal de educação para a necessidade de se elaborar um projeto educativo concelhio, que felizmente é uma realidade. O projeto educativo concelhio é fundamental para que cada escola incorpore as medidas preconizadas no seu próprio projeto educativo, o que implica que todas as escolas caminhem no mesmo sentido. Não esquecer que, de uma forma holística, o todo será sempre mais do que a soma das partes.

Questão 7

- Que contributos poderá trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

Apenas posso falar pelo caso de Sesimbra e, neste caso, considero que não irá mudar muito do que já é feito em termos da política da educação, a meu ver muito positiva e muito para além daquilo que são as responsabilidades atuais. Preocupa-me o financiamento para a gestão e manutenção das escolas, que passa a ser da responsabilidade da autarquia, mas sobretudo a incapacidade da autarquia para responder às necessidades do parque escolar caso não seja dada uma contrapartida financeira por parte do estado central.

Transcrição de Entrevista Sujeito 4

Como forma de aproximar o poder de decisão, nas últimas décadas, foram atribuídas às autarquias diversas responsabilidades no âmbito da educação, explanadas em diversos normativos legais.

Questão 1

- Que melhorias do sistema educativo português estão previstas na transferência de responsabilidades para as autarquias no âmbito da educação?

Acho que sei que eles querem transferir, principalmente, competências ao nível do 2º, 3º e secundário, porque ao nível do pré-escolar e primeiro ciclo as competências já são todas do município, praticamente todas, menos a do pessoal não docente. Penso que o fato de estarmos mais próximos do poder de decisão será o principal contributo para a melhoria do sistema educativo.

Questão 2

- Qual a sua opinião sobre essa transferência de competências?

Não sei. Tenho um bocadinho de receio que além da escola, além do ministério as escolas ainda fiquem com uma resposta a dar a outra tutela que será a Câmara Municipal, o meu maior receio é por aí, em vez de termos de dar resposta a uma entidade passamos a ter duas para dar resposta. Acho que é muito mais por aí.

Não vejo que haja grande capacidade das duas entidades se entenderem para nos pedirem depois só uma coisa. Acho que vai haver aqui uma falta de articulação.

Porquê?

Não sei. Acho muito...a autarquia ter que dar resposta...não sei...é porque não há nenhuma...quando nós tínhamos...a autonomia das escolas não chegou a ser efetiva, tínhamos de dar resposta ao ministério, agora a autonomia das escolas perde-se um bocadinho porque vamos ter de dar resposta à Câmara Municipal também, e não sei no meio de isto tudo onde é que as escolas vão interagir, não sei, a minha dúvida está muito por aí, e não sei se a parte política depois não vai estar a fazerTenho muito receio da parte política...quem é que nos vai governar daqui...

Em que sentido é que tu tens receio?

Não sei. Quem é que nos vai governar daqui para a frente. A mim, já estou na idade em que isto não me vai afetar grande coisa, estou no fim, agora a vocês, não sei haverá uma politiquice aqui no meio, que por enquanto ainda não existe escolas. Estou com receio que essa politiquice possa comprometer o funcionamento da escola.

Tem a ver com a tua experiência?

...já apanhei uns quantos presidentes de câmara, já passei por uns quantos, comecei a trabalhar aqui na Azóia em 78.

A transferência a nível do pré escolar, acho que ganhamos, e no primeiro ciclo acho que estamos melhor em termos dos edifícios, por exemplo, olhas para as escolas secundárias e estão todas numa miséria, embora tenham apoio por parte da autarquia. A Câmara tem atuado nas nossas. A nível de pré escolar e primeiro ciclo, a coisa tem sido gerida sempre de maneira diferente, aqui falo só ao nível das infraestruturas, que não tem sido o secundário, apesar da participação da câmara. Apesar deles terem lá os duodécimos e aquela parte do orçamento do estado, nunca chega para uma obra nem para nada, estão sempre dependentes que a tutela decida que...

Questão 3

- Quais as implicações para a escola da passagem do poder de decisão em matéria de educação para o poder local?

Preocupa-me mesmo é a cor política.

A nível do primeiro ciclo, nós nem sequer vamos sentir esta mudança e não nos temos preocupado, a nossa preocupação tem sido só o pessoal docente, o pessoal docente para a autarquia não, essa parte ficou assegurada. Os concursos devem ser a nível nacional...

A nível nacional recebes tudo...a nível do município por um lado seria mais justo, tem a ver com a competência, mas por outro lado não estamos habituados, nem faz parte do nosso panorama sermos colocados numa escola só por a competência, aqui tem sido sempre, e se calhar é esse sempre que alguma vez vai mudar, não sei.

Acho que a nossa classe não está preparada para um concurso dessa natureza.

É por favor é por elitismo é por favoritismo e acho que não é por competência. E o que é competência para uns não é para outros.

Mas o fato de os professores terem um determinado tempo de serviço e uma determinada nota final de curso, também não lhes dá competência para. Pois não. E nem a avaliação de professores ajuda nessa parte também.

Questão 4

- Com o aumento de competências atribuídas às autarquias, deverá a sua participação nos órgãos de direção da escola ser reforçada?

Em relação ao conselho geral acho devia estar representado a Câmara Municipal e as juntas de freguesia e para mim chegava.

Em relação ao Conselho Pedagógico ..., se a autarquia vai ficar com as competências todas, também vai querer gerir uma parte do currículo local com certeza.

Mas para já não me parece que o Conselho Pedagógico deva ter um representante da autarquia, porque se o conselho municipal de educação já vai aprovar o projeto educativo da escola, eu acho que por aí, ficávamos.

A nível da direção , pois a nível da nossa direção, enquanto escola só até ao nono ano também não...a parceria que se tem acho que está bem, se me perguntares ao nível de uma escola secundária ou de uma escola profissional se calhar aí a resposta já tem que ser outra. Mas também não me faz sentido que a Câmara esteja representada na direção da escola.

Questão 5

- Na sequência dessa transferência de responsabilidades, como prevê que se venha a fazer a articulação entre o Ministério da Educação, a Escola e a autarquia?

Estamos a falar em três valências e como será a articulação entre eles. Eu acho que se era complicado as escolas gerirem com o ministério, imagina aqueles contratos de autonomia, agora com a Câmara acaba por ser um contrato na mesma, se calhar o poder passa a estar centralizado na autarquia. E agora como é que eles se vão juntar? Em vez do ministério ter os contratos de autonomia para gerir e ter as escolas para gerir, agora passa a ter uma quantidade de planos de estudos, sei lá, o que vai aparecendo agora, depende dos projetos educativos locais e dos projetos de cada escola e não vamos ter projetos iguais com certeza mas se calhar o município aquilo que vai dar mais jeito será uniformizar se calhar programas...sei lá,...não sei.

Achas que o município irá solicitar às escolas que direcionem as suas práticas para as necessidades do município?

Pois eu estou a pensar que sim. E os alunos que não se enquadram? Será o município a encontrar respostas? Estou a lembrar-me do nosso contrato de autonomia prevê estágios para aqueles miúdos que fazem a maior parte da escolaridade numa empresa qualquer. É a escola a encontrar soluções e a fazer os contratos. O projeto é da escola cada escola tem o seu projeto educativo e cada escola tenta dar resposta a esses miúdos através do seu projeto educativo. E a Autarquia consegue gerir os interesses dos vários agrupamentos mantendo a individualidade de cada um, sem querer uniformizar um modelo?

Cada escola está inserida num meio e o município tentará dar resposta aos problemas que aparecem em cada contexto?

Há uma realidade envolvente que faz sentido para um projeto concelhio, mas onde cada escola tem de ter o seu projeto independente.

Acho que não pode ser de outra maneira. O nosso projeto educativo não conseguimos dar-lhe corpo, não é exequível se não tivermos uma parceria com a autarquia. E aí, se calhar fazia sentido a autarquia ter respostas para enquadrar os jovens que estão com dificuldades de integração na escola.

Questão 6

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Considero importante haver um política local, porque sendo um concelho tão pequeno há sempre coisas comuns a toda a gente, não faz sentido...os problemas dentro do concelho se calhar acabam por ser mais ou menos parecidos, se calhar a Quinta do Conde não tem muito a ver com Sesimbra, os problemas da Quinta do Conde são outros, mas temos aqui dois agrupamentos juntinhos e mesmo assim a realidade é diferente. Tens sempre diferenças, está um bocadinho mais esbatido porque Sesimbra deixou de ser aquela escola só de pescadores, portanto acho que houve uma grande melhoria a nível cultural. E acho que era mais fácil trabalhar com alunos do campo do que trabalhar com alunos de Sesimbra.

Às vezes quando se fala nas visitas de estudo, nunca vos ouço a vocês com tantos problemas como nós temos, às vezes para os pais pagarem as visitas de estudo. Não sei se a população investe menos na cultura ou se é uma questão de dinheiro, sei que é sempre mais difícil, mesmo qualquer material, qualquer coisa que a gente peça em Sesimbra, que está ali ao lado da livraria que até poderia ir comprar, os miúdos aparecem com os materiais muito mais tarde do que por exemplo se fores para Aiana ou Alfarim. Tu pedes uma coisa e os miúdos tentam responder a isso.

Tinha a ideia que em relação à Quinta do Conde que Sesimbra estaria melhor, depois eu chego a escolas da Quinta do Conde e deparo-me com muito melhores condições, quer físicas quer materiais do que as nossas. No plano tecnológico existe um maior investimento naquele lado que neste.

Mas esse investimento achas que foi por parte da autarquia ou por causa dos projetos em que as escolas estão envolvidas?

Se calhar por causa dos projetos, por causa do número de alunos e por causa dos diretores.

Estamos muito atrasados em relação aos meio informáticos.

A autarquia paga ao agrupamento para fazer a manutenção dos computadores, por exemplo, mas paga mal, a quantia é tão irrisória que...queres uma resposta, tens de carregar com o computador para a escola sede para ser lá reparado por um auxiliar, a manutenção não existe, os equipamentos estão obsoletos e não dão resposta ao trabalho que era suposto ser feito.

Questão 7

- Que contributos poderá trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

Sinceramente até posso ver algumas vantagens a nível dos técnicos e do pessoal não docente. Gerir bem os recursos pode trazer melhorias significativas. Será uma gestão

de maior proximidade e talvez os problemas de ausências seja resolvido mais facilmente.

Falo dos que a câmara tem e dos que poderá vir a gerir. (Como por exemplo os técnicos do CRI)

Mas se as competências forem transferidas para as autarquias como se prevê, achas que o poder central vai ter voto nessa matéria?

Acho. Acho que não vai ser assim, a câmara recebe as transferências mas o poder central terá sempre uma palavra a dizer.

Também não sei se seria bom, senão cada município faria do ensino aquilo que queria.

Transcrição de Entrevista Sujeito 5

Como forma de aproximar o poder de decisão, nas últimas décadas, foram atribuídas às autarquias diversas responsabilidades no âmbito da educação, explanadas em diversos normativos legais.

Questão 1

- Que melhorias do sistema educativo português estão previstas na transferência de responsabilidades para as autarquias no âmbito da educação?

Na sequência do que já tem havido nos outros anos eu suponho que as melhorias que estão previstas, tanto quanto me lembro, é um alargar das responsabilidades das autarquias locais, na ação social escolar, neste momento já tem refeitórios, transporte, apoio a alunos com necessidades económicas e necessidades educativas especiais mas para o pré escolar e primeiro ciclo, agora prevê-se o alargamento para o segundo e terceiro ciclo, prevê-se também que as autarquias fiquem com a responsabilidade da melhoria e do acompanhamento das construções e manutenção dos edifícios escolares, neste momento é só o pré escolar e o primeiro ciclo, passarão a ter uma abrangência ao nível do segundo e terceiro ciclo, depois, também a parte do pessoal não docente, já tem o acompanhamento do pessoal do pré escolar, passará também a ter o acompanhamento e a gestão do pessoal do primeiro, segundo, terceiro e parece-me também que do secundário. E parece-me que é sobretudo nesta área que pode trazer vantagens embora a custo para alguns de nós, dos nossos hábitos, não estamos habituados...gostamos muito e conhecemos todos os autarcas os funcionários das autarquias, mas depois quando isso nos é proposto, ficamos assim um bocado indecisos, será que funcionará, mas suponho que sim. Tudo o que é mudança custa um bocadinho, mas suponho que trará vantagens. Penso que são essas as grandes mudanças que irá existir na passagem para.....é claro que as câmaras e as juntas de freguesia hão de vir a ter outro tipo de apoios por parte do ministério, as chamadas contrapartidas. Teremos de esperar para ver se vem a tempo e horas e sobretudo se há uma parte...nós queixamo-nos muito que o ministério é muito burocrático, que as decisões levam muito tempo a ser tomadas, mas o que é facto é que as autarquias locais apesar de estarem mais perto das escolas, apesar de estarem aqui mesmo ao nosso lado e de colaborarem connosco, também são muito burocratizadas, nós sabemos disso, às vezes uma pequenina decisão, de uma secretária para a outra leva dias, e esperemos que tudo isso seja mais agilizado, para responderem mais rapidamente e mais concretamente aquilo que a escola precisa.

Questão 2

- Qual a sua opinião sobre essa transferência de competências?

A minha opinião é que ela é inevitável. Depois da constituição, da lei de bases, depois de toda a legislação que veio da criação dos agrupamentos de escolas com o novo modelo de gestão é uma decisão que a pouco a pouco é inevitável, cada vez mais... as bases..., a comunidade local, que é felizmente, cada vez mais educada do ponto de vista democrático, do ponto de vista social, do ponto de vista científico, as pessoas cada vez sabem mais, e os meios de comunicação, a internet, ajudam a tudo isso, cada vez mais as pessoas serão capazes localmente de tomar as decisões e escolher os caminhos que querem para a sua comunidade local. É lógico que as decisões centrais de um currículo, no caso da educação, da organização da rede escolar, isso terá que ser à mesma o ministério a fazer, mas as decisões locais de adaptar mais aquele currículo à necessidade de uma comunidade mais virada para o mar, como é o nosso caso aqui, virada mais para a agricultura e para a extração de produtos da terra será mais para o interior do país, acabará por ser tomada localmente, para além do que, como disse antes a resposta local, á partida, será mais rápida do que a resposta a nível nacional, embora, existirão com certeza, como já existem, desigualdades por exemplo municípios pequeninos com menos possibilidades terão mais dificuldades em responder do que outros municípios mais ricos, maiores, onde há partida terão mais apoios do estado, terão mais facilidade esses do que os outros mais pequenos.

A minha opinião é favorável, tem é que haver, uma desburocratização, não é que eu seja contra a burocracia, mas acho que ela serve para qualquer coisa e não para existir apenas enquanto burocracia.

Questão 3

- Quais as implicações para a escola da passagem do poder de decisão em matéria de educação para o poder local?

Parece-me ainda que uma maior ligação às autarquias locais, tem que existir. Se já existe se nós já estamos em consonância com as autarquias e se já trabalhamos ao nível de pré escolar e primeiro ciclo com as autarquias locais, depois os outros ciclos ainda terão de trabalhar mais, isso é fácil de dizer e é fácil de perceber que terá de ser assim, agora., depois na realidade quando chegamos á altura de trabalharmos em consonância com os autarcas, com os técnicos da autarquia nós sabemos que é mais difícil, cada um de nós tem o nosso espaço já, o nosso espaço físico, o nosso espaço psicológico e às vezes é difícil adaptarmo-nos e seguirmos orientação e indicações de outras pessoas de outros técnicos..., e agora é a câmara,... é a câmara que vem mandar na escola...e às vezes as nossas capelinhas...chocam aqui um

bocadinho...eles próprios, nas autarquias dirão o mesmo, se calhar haverá alguma dificuldade inicialmente em conseguirmos conviver, conviver no sentido desta organização mas suponho que será este o caminho, haver uma maior ligação ainda entre a escola e autarquia, teremos de nos abrir ainda mais, no nosso caso do primeiro ciclo e pré escolar trabalhamos muito com eles, mas nos outros ciclos, suponho, que ainda terá de haver uma maior abertura às autarquias e às políticas autárquicas, claro que depois aqui a gente fala em política, às vezes vem logo á mistura as politiquices as partidarices e tudo isso, e às vezes se há sítios onde...num meio mais ou menos consensual aqui em Sesimbra parece que apesar das diferenças políticas e partidárias.... Nós aqui damo-nos bem mas há sítios onde isso não acontece, pronto há sítios onde isso é mais difícil e as questões partidárias, às vezes, se sobrepõem a tudo mais...haverá com certeza mais dificuldades. Aqui tem sido mais calmo, apesar de algumas divergências, consegue-se superar tudo, enfim o bom senso tem-se sobreposto a isso tudo.

Questão 4

- Com o aumento de competências atribuídas às autarquias, deverá a sua participação nos órgãos de direção da escola ser reforçada?

Tenho estado a tudo a dizer que sim, aqui digo que não, aqui já digo que não. “cada macaco no seu galho”, se for preciso que haja um elemento...que a organização da gestão das escolas se altere para ter mais um elemento...mas não vejo necessidade disso, para já, acho que o funcionamento atual tem funcionado, tem resultado, mas o atual órgão, o Conselho Geral, tem lá o representante das autarquias, as autarquias e as escolas e os pais e a comunidade já estão ali representados terá é que haver, não só no nosso agrupamento mas suponho que também nos outros na maioria, uma maior responsabilização do Conselho Geral, o Conselho Geral acaba por ser um órgão mais de fachada, digamos assim e é a direção em si que resolve tudo praticamente ao nível da escola.

Se o Conselho Geral poder ser, se conseguir ser, não é só uma vontade, se conseguir ser mais interventivo...já estão lá representados os diversos elementos da comunidade e depois...por outro lado ao nível local há o Conselho Municipal de Educação, que inclui mais as autarquias, sobretudo, e depois os outros órgãos, os representantes do agrupamento da comunidade local do ministério, também se esse órgão...de que a gente ouve falar duas ou três vezes por ano, ou se calhar nem tanto, dar conselhos à comunidade, aos representantes da educação, hão de dar esses conselhos para seguir a política educativa local é verdade, mas parece que apesar de tudo estes órgãos onde está muita gente representada ainda são órgãos de fachada, com vontade em fazer mas depois quem decide são vereações, presidências direções

dos agrupamentos e são aqueles mesmos órgãos que decidem, agora maior participação e integração dos órgãos de gestão da escola, parece-me que não, que não será necessário.

Questão 5

- Na sequência dessa transferência de responsabilidades, como prevê que se venha a fazer a articulação entre o Ministério da Educação, a Escola e a autarquia?

Eu suponho que irão funcionar através daquele órgão, o conselho municipal de educação, se calhar vai ter uma comissão mais restrita, se calhar com um representante..., essas chamadas comissões de acompanhamento, qualquer coisa assim, se calhar com um representante regional do ministério da educação, se calhar com um representante da autarquia e do agrupamento, ou dos agrupamentos, em principio haverá um grupo mais restrito que vá fazendo o acompanhamento de tudo isso.

Deve ser um conselho municipal de educação mais restrito. Irá acompanhando e vendo as decisões que se irão tomando, vendo se as decisões estão integradas no plano local de educação, se essas decisões se integram nesse plano local de educação. Suponho que será por aí, não estou ver que venha a ser criado mais um órgão para se tratar disso. Para além daquela articulação que há normalmente, o ministério da educação apesar de passar as coisas, passar muitas competências para as autarquias, não vai abdicar de supervisionar de ver se está tudo em ordem. Mesmo agora com a gestão que existe nas escolas, a gente vê...a escola tem autonomia, mas está sempre dependentes de um sim que venha lá de cima, sobretudo nas questões que tem a ver com dinheiros.

Questão 6

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Sim. Política local de educação é aquela que se vem seguindo em cada um dos municípios e é importante que aconteça. Quem está mais perto vem cada vez mais respondendo às necessidades locais. Nos temos o exemplo da ampliação da escola do segundo e terceiro ciclo Navegador Rodrigues Soromenho, foi sobretudo, além dos órgãos de gestão, mas sobretudo a CM de Sesimbra a fazer muita pressão junto do governo para conseguir que a escola avançasse que a ampliação comesse, e nas outras escolas a mesma coisa. Por isso é importante uma política local, servindo, respondendo mais rapidamente mais concretamente com mais proximidade às necessidades locais. Não quer dizer que o ministério, o governo não saiba o que se tem de fazer aqui ou ali, mas aqui estão bem mais perto..., o nível de preocupação

será o mesmo mas a quantidade de preocupação é muito menor, por isso localmente responde-se, de certeza, mais rapidamente e com maior eficiência às necessidades locais. Daí uma política local mas não podendo desviar-se da política nacional, os currículos tem de ter uma base comum, todos temos que falar o português, e o português é igual para todos, todos temos as mesmas noções de matemática, por isso um comum a todos nós, à nossa realidade portuguesa tem ser geral, mas depois o local, as necessidades locais, essa política local de educação há de responder mais rapidamente...suponho que sim.

Questão 7

- Que contributos poderá trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

À partida deve contribuir para resolver mais rapidamente as tais necessidades locais e o processo educativo em geral. Se isso estiver resolvido nós localmente..., vemos a coisa na perspetiva do professor, responsáveis pela nossa organização pela nossa escola mas se nós tivermos os nossos problemas resolvidos, satisfeitos, os nossos colegas também satisfeitos com essa resolução, os alunos bem, a comunidade bem ou a caminhar nesse sentido, de certeza que o ambiente para levar à prática a parte educativa, a parte curricular, em geral melhorará, o processo educativo será mais facilitado.

À partida poderá ser muito fácil dizer isto, mas quando as pessoas estão felizes ou se sentem bem a coisa corre melhor e aqui a coisa será o processo educativo, há-de correr melhor, há-de fluir melhor e ter melhores resultados se localmente houver melhores instalações se os assistentes estiverem satisfeitos, enfim se tudo estiver a correr bem. Claro que aqui coloca-se a questão de os assistentes passarem para a alçada das câmaras, porque não somos assistentes, quando se fala nisso e aflora-se a questão “E os professores um dia poderão também passar para a alçada da Câmara”, aqui começamos logo com as reticências. A mim não me faz grande espécie, mas há sítios, não é o caso de Sesimbra, onde temos a perfeita noção que não corre bem, os professores não se dão bem com o presidente da câmara, com o presidente da junta, mas não me faria grande diferença que isso acontecesse, pessoalmente.

Por outro lado há um outro aspeto, de que já tenho falado no conselho geral, para que a comunidade educativa tenha outra inserção na escola...de fato o conselho geral é o suficiente para que as autarquias estejam presentes na vida da escola, parece-me que sim, mas há um aspeto que me parece importante, embora isso vá mexer com as nossas “capelinhas”...se calhar o presidente do conselho geral não tem que necessariamente ser um professor ou um educador um docente, se calhar se fosse um autarca ou um encarregado de educação seria uma forma diferente de organizar o

conselho geral, porque nós docentes organizamo-lo de acordo com as nossas necessidades e eles organizariam um conselho geral de acordo com alguém que representa comunidade, ou um encarregado de educação fá-lo-ia de outra forma. Por isso acho que os contributos para essa transferência do poder central para o poder local é a resolução mais rápida dos problemas e o processo educativo melhorará.

Transcrição de Entrevista Sujeito 6

Como forma de aproximar o poder de decisão, nas últimas décadas, foram atribuídas às autarquias diversas responsabilidades no âmbito da educação, explanadas em diversos normativos legais.

Questão 1

- Enquanto responsável autárquico pelo pelouro da educação, como vê a transferência de competências do poder central para a autarquia? Quais os aspetos positivos e os negativos dessa transferência?

Nós sempre entendemos e temos o afirmado publicamente em vários fóruns que vemos com bons olhos a transferência de competências, achamos que a municipalização da educação é uma mais valia para a comunidade educativa, desde logo porque as câmaras estão muito mais próximas, conhecem muito mais a realidade das escolas e os seus problemas do que o ministério que está longe e portanto que tem que tratar todos os territórios educativos de uma forma idêntica e nós aqui podemos definir estratégias locais específicas de acordo com as nossas realidades, de acordo com as necessidades de cada escola, que são diferentes de escola para escola, de projetos educativos para projetos educativos, portanto para nós a transferência de competências foi sempre vista com bons olhos e sempre a assumimos, quando assumimos a transferência ao nível dos jardins de infância e do 1º ciclo, achamos que foi essa a solução de competências que permitiu um trabalho de qualidade, requalificando os equipamentos escolares do 1º ciclo, construindo novas salas do jardim de infância, e o trabalho, hoje está feito no terreno e portanto hoje todos os municípios provam que esta aproximação do poder local à comunidade educativa traz benefícios muito grandes.

O problema não é este princípio base, se o princípio base é aceitável por nós e defendemo-lo, a questão que se coloca é de financiamento, ou seja, se não houver financiamento, o mau trabalho que é hoje feito pelo ministério, em termos de equipar os edifícios escolares com todos os materiais didáticos necessários, a intervenção ao nível do nível do parque escolar, todos nós conhecemos a diferença que existe entre os edifícios construídos pela câmara municipal, seja ela a de Sesimbra ou outra qualquer, penso que a este nível todos as câmaras tem sido exemplares na intervenção e na afetação de recursos financeiros para as escolas da sua responsabilidade, mas todos nós conhecemos a diferença abissal que existe entre equipamentos da responsabilidade da autarquia e os equipamentos escolares da responsabilidade do ministério e portanto esta falta de investimento que se traduz

depois no terreno, nesta diferença entre os equipamentos é aquilo que irá resultar na dificuldade das câmaras poderem intervir na resolução de problemas que vão herdar, as escolas que passarão para a responsabilidade da autarquia por via dessa descentralização de competências vem todas em mau estado, ou a maioria está em mau estado, e a verba que é proposta transferir para os municípios para resolver problemas que não foram resolvidos durante décadas é na nossa perspetiva mais do que insuficiente.

Quando estamos a falar de verbas que são quase residuais, 20 mil euros por ano para uma escola de segundo e terceiro ciclo, quase não dá para substituir os vidros que se partem ou as torneiras das casas de banho que se avariam, e é esta a verba que está indicada no pacote de transferência de competências, portanto o que nós achamos é que a transferência de competências é boa é desejável, esta proximidade é produtiva e torna-se, na minha perspetiva, muito eficaz, agora é uma questão investimento, se o desinvestimento que até aqui se tem verificado por parte do ministério se for passado para as autarquias e o pacote nós sabemos, obviamente, que não vai dar para fazer muita coisa, às autarquias só cabe duas soluções, ou continua o mau trabalho feito pelo ministério até aqui, ou deixam de fazer outras intervenções que são hoje da sua competência, como por exemplo da limpeza urbana do asfaltamento de vias públicas, estou a falar da intervenção em equipamentos desportivos e culturais, estou a falar de um investimento que se tem que fazer ao nível da rede de esgotos e de água que regularmente tem que ser substituída para permitir que os munícipes tenham a água em casa de qualidade e que também não haja roturas ao nível dos esgotos, são tudo trabalhos e obrigações que a câmara tem e que poderá ter que deixar de garantir porque o orçamento dos municípios não irá aumentar, portanto se não vai para um lado terá que ir para outro, ou se vamos ter que investir nas obras teremos que desinvestir em áreas que hoje são já da nossa responsabilidade direta, onde afetamos grande parte dos nossos recursos financeiros, portanto o problema para nós é este.

O ponto forte é exatamente essa proximidade, a noção que com essa proximidade e com uma relação estreita, sobretudo num município como Sesimbra que apesar de fazer parte de uma área metropolitana, e sabemos que é nas áreas metropolitanas é onde há mais concentração de alunos e de população e portanto tem problemas distintos de um município do interior com realidades totalmente distintas, mas apesar dessa concentração de pessoas que agrava sempre as necessidades os problemas, as urgências nas respostas, porque há sempre muito maior pressão por parte da comunidade, mas apesar disso consideramos que essa proximidade é importante.

Estava a dizer que Sesimbra apesar de fazer parte da área metropolitana de Lisboa, tem características que a distinguem de Sintra, Almada ou Oeiras, somos um

município ainda com características muito rurais, somos pouco mais de cinquenta mil habitantes temos ainda uma relação de conhecimento e proximidade muito próximo, onde nos conhecemos, à parte do exagero, quase todos, e portanto esse trabalho de proximidade até é mais fácil de conseguir, apesar de estarmos integrados numa área metropolitana, isto será portanto um ponto forte.

Como ponto fraco é o desinvestimento que no fundo o ministério se propõe fazer, transferindo o desinvestimento de décadas para as autarquias e obrigar as autarquias a resolver um problema que no fundo é quase a quadratura do círculo..., dar uma resposta de maior qualidade se os recursos financeiros e humanos não estiverem adequadas às necessidades.

E quando digo recursos financeiros também não podemos esquecer os recursos humanos.

Nós vamos receber um pacote de transferências que nos diz, e por exemplo nós sabemos que a maior parte do pessoal não docente das escolas são da responsabilidade do ministério e que são pessoas idosas, muitas delas estão com baixas continuadas que são necessárias substituir, aliás todos os anos assistimos os senhores diretores dos agrupamentos a vir para a comunicação social, e os pais a fazerem também pressão, para que as escolas sejam dotadas de mais recursos humanos, são sempre insuficientes, mas sabemos que o ministério vai transferir aquele rácio, que mesmo que não estejam a trabalhar, porque estão de baixa prolongada, não podem ser substituídos porque não há verba para isso, portanto, ou câmara assume mais uma vez à conta do seu erário a substituição a contratação para estas faltas ou então vamos manter aquilo que tem sido o panorama atual das escolas e este efetivamente o ponto mais fraco e que tem levado muitos municípios como Sesimbra a rejeitar e a resistir a assinar o contrato de renovação de transferências.

Questão 2

- Quais são as condições que a autarquia dispõe para essa transferência de competências/responsabilidades e quais as que deveria ter e não tem/as que estão em falta?

As condições que a autarquia de Sesimbra concretamente tem é um corpo técnico quer da divisão da educação quer de outras divisões, que tem acompanhado ao longo de muitos anos as escolas, nesta relação de proximidade e conhecimento e que permitirá também agilizar muitos dos problemas, alguns dos problemas não se resolvem só com questões financeiras ou com questões de recursos humanos, resolvem-se com a prontidão da resposta, com o conhecimento profundo da realidade e portanto penso que esta é uma realidade, é uma condição fulcral para que o trabalho

possa ser bem executado, portanto essa é uma condição que a câmara tem, que tem vindo a apurar e a desenvolver ao longo dos anos e que pode ser uma garantia que estas competências ou este trabalho que teremos que fazer no futuro com a assunção destas competências poderá ter resultados positivos, obviamente que depois temos a ausência de outras condições, e a ausência de outras condições, para além das financeiras que são sempre abordadas, é a necessidade de ter em termos da própria gestão interna da câmara, repare neste momento temos cerca de 1000 funcionários, toda a estrutura da câmara, dividido nas várias áreas, obras municipais, urbanismo, limpeza urbana, o que está estimado com esta nova transferência de competências, onde vêm todas as escolas do 2, 3 ciclo e secundário é cerca de mais quinhentas pessoas e portanto é 50% do que é hoje o corpo de funcionários da câmara, isto vai obrigar aos próprios serviços internos da câmara, nomeadamente ao nível dos recursos humanos da divisão de educação de se reajustarem, no fundo é quase como um renascimento que temos todos de fazer para poder absorver estas quinhentas pessoas, que não é absorve-las é também geri-las, ao nível das faltas, das avaliações ao nível da gestão do pessoal e nós sabemos, pela experiência que temos só com os auxiliares dos jardins de infância que são da nossa competência, as dores de cabeça que temos. Sempre que uma entra de baixa, como fazemos a substituição, como é que se faz a gestão como é que se reajusta tudo isso, mais quinhentas pessoas vai ser muito complicado. Essa vai ser uma das grandes preocupações que temos neste momento, bem como gerir depois aquilo que são as estruturas ao nível, por exemplo dos refeitórios escolares. Os refeitórios escolares ao nível do 1º ciclo obrigam a câmara a realizar um concurso para fornecimento de refeições aos alunos do pré escolar e primeiro ciclo, vamos ter que ir dar, ao nível dos refeitórios por exemplo, situações tão díspares, como, há agrupamentos que têm contratos com uma empresa, outros que têm contratos com outras, outros quase com administração direta em termos das refeições que são servidas nas escolas de 2 e 3 ciclo, portanto toda esta parte administrativa que é muito pesada e que vai ser nossa, e as regras de funcionamento da função pública são cada vez mais estreitas e cada vez mais rigorosas que muitas vezes tornam os processos, que até seriam processos relativamente simples, prolongados no tempo e difíceis de desenvolver, portanto esta é outra preocupação que temos em relação a assunção destas competências e da forma como vamos conseguir responder. Ao nível recursos diria que é mais uma vez, que os recursos que não temos e que necessitaríamos, para além dos financeiros que são incontornáveis e que estão sempre presentes, mas é esta readaptação que os serviços da câmara vão ter para reabsorver este elevado número de pessoas com o número de problemas que cada agrupamento tem, a nível de contratos como

fornecimento de gás, contratos informáticos e outros..., há um conjunto disparate de realidades de agrupamento para agrupamento que vão passar todos para a gestão da câmara.

Portanto são preocupações, que não foram as mais imediatas, no início a nossa rejeição prendeu-se com a questão financeira, quando vimos os valores de referência dados pelo ministério, mas todas estas questões que surgem depois, são tão ou mais penosas do que as questões financeiras, além daquelas que poderão surgir depois.

Sabemos também que depois a pressão será feita sobre as autarquias, pela proximidade mais uma vez, a proximidade é boa mas também tem aspetos negativos, porque é difícil falar com o secretário de estado ou com o ministro da educação, mas é muito fácil encontrar o presidente da câmara e colocar estas questões.

E nós temos uma experiência que é bastante exemplificativa, o agrupamento de Sampaio precisa há muitos anos de obras profundas, mas uma das coisas que precisa, e muito rapidamente, muito urgente, que já era urgente há 10 anos atrás é o muro, a vedação, muro está a cair, a vedação está partida, o que significa que aquele agrupamento há muitos anos que anda a colocar ao ministério a necessidade de realizar obras no muro e da vedação até para impedir a intrusão de elementos estranhos à escola e por uma questão de segurança dos próprios alunos e equipamento. Há mais de dez anos que o diretor anda a colocar esta questão, esta necessidade urgente de fazer reparações no muro, o ministério nunca fez, há tempos atrás nós precisamos de uma faixa de terreno da escola do castelo para fazermos uma intervenção ao nível da mobilidade externa, no âmbito da candidatura ao (PAMUS ???), alargamento dos passeis em torno da escola do castelo, e precisávamos para alargar o passeio de entrarmos dentro do perímetro da escola, fazer recuar o muro da escola, uma faixa que tinha à volta de 150 metros de comprimento e 5 metros de largura, para melhorar também as acessibilidades dos próprios alunos e professores e dos pais aquela escola, o ministério disse: “Sim senhora eu cedo essa faixa, podem avançar com o muro esses cinco metros para dentro da escola, mas em contrapartida têm que fazer a obra da vedação, do muro.

Nós aceitamos, apesar de acharmos que era uma negócio que não era benéfico para nós, mas aceitamos essa proposta. Ainda não tivemos oportunidade de a concretizar, porque isto obviamente pelo valor são cento e tal mil euros é necessário fazer um concurso, uma consulta a três, temos o período do covid, portanto ainda não conseguimos avançar com a obra. O diretor e a escola que durante dez anos andaram a colocar esta questão ao ministério sem conseguir, neste momento estão completamente aborrecidos com a autarquia, porque a câmara ao fim de seis meses ainda não efetuou a obra, isto só para perceber a diferença de pressão que é exercida

sobre o ministério e sobre uma autarquia, quando nós sabemos o estado degradado em estão todas as escolas e que nós câmara vamos receber.

Outro exemplo que poderei dar é a retirada do amianto, que para nós é preocupante, nós vamos ter que assumir, fazer uma candidatura para aquilo que está anunciado, que são 60 milhões para todo o território nacional para retirar amianto das escolas de 2 e 3 ciclo, sendo que 60 milhões para o país todo é muito pouco, porque este processo de retirado amianto é complexo e é caro, tem que ser feito com empresas especializadas e não é barato, portanto 60 milhões não é muito e o valor de referência que temos, à partida é abaixo da estimativa que já conseguimos aferir de custos desta operação. Mas o problema não é a retirado do amianto, para além do que nos está a ser propostos ser deficitário, é que a retirada do amianto, vai implicar nalgumas escolas do nosso concelho a desmoronação do edifício onde o telhado está colocado, porque são pavilhões velhos, pavilhões já com muito défice ao nível estrutural, já com muitas patologias na sua estrutura, são pavilhões pré-fabricados de madeira e ao retirarmos a cobertura o pavilhão cai, portanto é este estado de equipamentos que vamos receber, agora imagine as intervenções que são necessárias fazer com uma verba de 20 mil euros ano.

Questão 3

- Que contributos poderão trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

A maior parte dos diretores estão ansiosos, quando nas reuniões do Conselho Municipal de Educação, ou noutros fóruns eu manifesto essas preocupações com as transferências de competências e tento justificar, ano após ano, que a câmara de Sesimbra, mais uma vez decidiu não avançar, não aceitar a delegação de competências, vemos da parte dos senhores diretores dos agrupamentos alguma deceção e incompreensão porque acham que a câmara deveria aceitar essa delegação de competências porque o trabalho seria muito melhor, aliás aquilo que é a opinião consensual de todos os diretores é que se a câmara já tivesse essas competências as coisas estariam a correr muito melhor, portanto isto só por si já responde um pouco quais os contributos para a comunidade da própria opinião da comunidade educativa, dos diretores dos professores e dos próprios pais que se essas competências fossem já assumidas pelas câmaras as coisas funcionariam melhor, portanto quando eu digo não, nós não vamos aceitar por estes motivos percebe-se alguma deceção, no fundo tentam sempre perceber o nosso ponto de vista mas percebe-se que todos prefeririam que tivéssemos outra posição, eu corroboro a posição dos senhores diretores, acham que a assunção destas competências

poderiam contribuir melhor para a qualidade do ensino no nosso concelho, também não tenho dúvida nenhuma, portanto quando obrigatoriamente tivermos de assinar e como costume dizer que Sesimbra é como a aldeia gaulesa, rodeada de romanos e a resistir, nesta situação também iremos resistir até ao fim, no entanto vai haver uma altura em que isto sai no pacote legislativo e é uma obrigatoriedade e obviamente sendo nós uma entidade pública temos que assinar e cumprir a lei, ou seja mais cedo ou mais tarde vamos ter que aceitar isto.

Quando acontecer acredito que vamos poder fazer uma intervenção que vai melhorar a qualidade de vida das escolas, dentro daquilo que também é este cenário, vamos ter que tirar de algum lado para aplicar na educação e mesmo aquilo que vamos ter que retirar de algum lado não vai ser suficiente para resolver os problemas que hoje já estão identificados, e que com o passar do tempo se vão agravando, acredito que mesmo com essa canalização de verbas para afetar à comunidade escolar e à comunidade de escolas do 2, 3 ciclo e secundário, não vamos conseguir resolver, nem de perto nem de longe todos os problemas que hoje as escolas apresentam, mas vamos melhorar, não tenho dúvida que vamos melhorar.

Mas também na verdade quando se fala na descentralização de competências, e esta é uma questão que me preocupa, o que se está a falar é uma desresponsabilização, porque na verdade as competências que vêm são meramente administrativas, nós vamos ter competências para fazer obras nos equipamentos para contratar pessoal não docente, para resolver os problemas administrativos e logísticos das escolas, mas ao nível educativo não está a ser passada nenhuma competência para as autarquias que permita que as autarquias tenham um papel mais ativo na definição do que é um projeto educativo local de educação, os territórios educativos, aquilo que é a essência da educação que é a formação dos alunos, para as autarquias não está a ser passado nada, portanto o que vamos ter neste momento a proposta é a parte toda administrativa e burocrática, que podíamos fazer nós como podia fazer o ministério se tivesse dinheiro, portanto nós o que vamos fazer no fundo é uma intervenção física, aquilo que está a ser passado é uma intervenção física, seja ao nível dos edifícios seja ao nível de colocação de pessoal não docente, mas não é a parte essencial da educação porque essa poderia ser a capacidade das autarquias intervirem na definição dum projeto educativo.

Seria esse aspeto que deveríamos refletir e que não vai mudar com este pacote de descentralização, portanto nós vamos estar aqui a servir de secretaria por um lado e de empreiteiro por outro, não é mais do que isto, agora o que é facto é que em Sesimbra nós temos vindo ao longo dos anos a interagir com as escolas no sentido, mesmo em escolas que não são da nossa área de intervenção, escolas do 2, 3 ciclo e

secundário, em termos de projetos educativos a ter um papel ativo, aliás Sesimbra tem sido considerada pioneira, e penso que o professor sabe disto, quando eu digo que temos sido considerada pioneiro não somos nós que o dizemos é o próprio ministério, na definição de projetos educativos que vem de alguma forma garantir o reforço da escola e do projeto educativo da escola à comunidade, por exemplo, promover um melhor sucesso escolar ou combater o abandono escolar, fomos pioneiros na elaboração de um projeto educativo local, e neste momento já estamos na 3ª geração do projeto educativo local que reuniu todas as escolas, a primeira vez que iniciamos a elaboração deste projeto educativo local foi em 2006, fizemos várias reuniões com a comunidade educativa com as escolas, com os agrupamentos para definir aquilo que eram as áreas de intervenção consideradas prioritárias e não definimos só para as escolas da nossa área de intervenção, fizemo-lo de uma forma geral, para todas as escolas, onde é que era necessário apostar, se era na formação de professores se era necessário apostar em mais recursos, em transportes, quais eram as áreas onde este território educativo estava carenciado, quais eram as potencialidades quais eram as fragilidades e o que é que nós podíamos em termos de comunidade para resolver estas questões e foram apontados vários eixos que nos orientaram na nossa intervenção com as escolas, portanto, na altura não havia projetos educativos, eu lembro-me porque eu andei à procura, porque nós queríamos encontrar um projeto educativo local e andei a tentar perceber se havia algum exemplo que nós pudessemos nos basear. O que havia de exemplos de projetos educativos eram uma súmula de projetos que a câmara punha à disponibilidade, aquilo que chamamos os PES, os serviços de acompanhamento para as escolas, no fundo projetos que a câmara tinha à disponibilidade para as escolas, seria a hora do conto na biblioteca, no fundo eram aqueles projetos que nós também temos, mas isto são apenas ações, porque um projeto educativo é muito mais, tem que definir estratégias definir as fragilidades e apontar caminhos para as resolver, portanto isto é um projeto educativo, e quando eu digo que fomos inovadores é porque à época não havia nenhum idêntico ao nosso, hoje já há, as cidades educadoras há outros municípios que fazem parte das cidades educadoras, como faz Sesimbra e que já tem os seus projetos educativos, um pouco à semelhança do nosso, já vamos agora para a terceira revisão, porque a realidade vai mudando, mas foi esse projeto educativo que foi muito discutido com as escolas que nos permitiu avançar para questões como a orientação vocacional, que foi uma das questões levantada no âmbito dessas reuniões de diagnóstico que depois levaram ao plano de ação, que muitos alunos chegavam ao nono ano e não sabiam exatamente qual era a área que deveriam seguir, portanto as escolas estavam carenciadas de psicólogos para fazer esse acompanhamento e a câmara colocou....

desde 2006 temos nas escolas, e o professor conhece essa realidade, a orientação vocacional, portanto todos os agrupamentos têm uma psicóloga colocada pela câmara a fazer orientação vocacional, foi esse projeto educativo também, isto sempre em discussão com os diretores, até porque nós temos aqui uma filosofia que é, a câmara não tem que oferecer coisas às escolas, a câmara tem que perceber quais as necessidades das escolas e depois responder, não é elaborar um pacote que é muito bonito e faz um floreado e depois o que verificamos é que os professores estavam cheios de trabalho, tinham uma série de outras atividades e aquilo que a câmara estava a querer fazer com as escolas só para aparecer na fotografia, não só não trazia mais valias como ainda ia ser uma entropia dentro daquilo que era a vida da escola e portanto isto foi logo definido ao nível do projeto educativo, o papel da câmara é de ouvir as escolas e responder aquilo que são as necessidades, ao invés de oferecermos algo que não seria uma necessidade, portanto foi nessa avaliação do projeto educativo que nós avançamos para a orientação vocacional, para o EPIS.

O EPIS apareceu a pedido das escolas, porque sentiam que havia muitos alunos que iam para as aulas, que estavam em abandono, não em abandono efetivo, mas que iam à escola não iam às aulas, havia muitos alunos com taxas de insucesso escolar porque no fundo os alunos não tinham métodos de aprendizagem e estudo e portanto o EPIS aparece também..., e neste momento começamos com o EPIS para os alunos do 1 ciclo, já tínhamos para o 2 e 3 ciclos, e isto foi mais um esforço que a câmara fez, são mediadoras e psicólogas colocadas pela câmara que estão a fazer este acompanhamento com os alunos e com as famílias, alunos que são referenciados pela escola, mais uma vez são as escolas que nos dizem quais são os problemas e nós vamos tentar resolvê-lo. Foi também com base nesse diagnóstico que fizemos várias reuniões com o ministério da educação e com o IEP para criar alguns cursos de educação formação e aquelas salas PIEF, que estabelecemos duas em cada agrupamento, e com alguma relutância da escola em receber estes alunos porque alguns alunos que integraram esta resposta nem eram alunos daquela escola, eram alunos de outras escolas, os maus alunos, aqueles que não tinham nenhuma possibilidade de passar de ano, de ter progresso letivo, e que para os pais foi necessário arranjar alguma estratégia para que possamos dar a escolaridade mínima obrigatória para eles poderem mais tarde, mesmo que não queiram acabar os estudos, poderem estar capacitados para integrar o mercado de trabalho de uma forma mais qualificada, portanto isto é uma resposta articulada entre o centro de emprego o ministério da educação e muitas vezes a segurança social, foram respostas que a câmara foi parceira com as escolas e com as outras entidades para consolidar determinadas necessidades emergentes, portanto há aqui um conjunto de ações, de

projetos que fomos desenvolvendo que resultaram deste projeto educativo e daquilo que eram os levantamentos dessas prioridades, os próprios PES são adequados todos os anos aquilo que são as necessidades levantadas pelas escolas, a oferta educativa que vamos oferecendo ao nível dos vários serviços da câmara, não é aquela que nós achamos interessante, não é porque temos agora aqui uma animadora que..., a oferta é adaptada às necessidades, portanto as necessidades são apontadas pelas escolas e tentamos dar resposta, o serviço do cine teatro funciona um pouco assim, as escolas dizem que na área de português vamos trabalhar Gil Vicente, nos vamos trazer aqui para os nossos serviços do cine teatro, seja ao nível de espetáculos ao nível de teatro atividades adaptadas às necessidades da escola, portanto toda a nossa oferta educativa é resposta aquilo que são as necessidades da escola, portanto se estão a dar determinado autor vamos tentar fazer com que os alunos percebam essa autor através de uma visão mais integrada.

Esta interação que o projeto educativo propôs é uma mais valia, e não precisamos de um protocolo de descentralização para o fazer. Infelizmente o protocolo de descentralização nem prevê esta relação em termos curriculares, em termos formativos e pedagógicos, mas já o estamos a fazer com as escolas efetivamente, iremos continuar a fazer esse trabalho.

O PIPAL é outro projeto que surgiu da necessidade de dar alguma formação aos educadores e aos professores, aquilo que a câmara fez, perante o levantamento que foi apresentado pelas escolas, foi ir à procura de um parceiro, que neste caso é uma universidade, para dar esta formação..., temos outros projetos como o MATMATIC, que é um projeto de matemática à distância, que é para alunos do secundário, porque os níveis dos nossos alunos revelam uma necessidade de reforço nessa área, foi proposto às escolas do secundário, só a Michel Giacometti aceitou, que desenvolve-se através de uma plataforma informática, que os alunos trabalham exercícios em casa, quase em forma de jogo, porque podem competir com alunos de outras escolas com um acompanhamento de um professor de matemática e da sua própria professora e que permite que os alunos aprendam matemática de uma forma até mais apelativa, sem todo aquele peso de sala de aula. O MATMATIC teve resultados positivos, permitiu que os alunos subissem em média dois pontos na sua classificação.

Portanto. Há aqui um conjunto de intervenções que fazemos em articulação com a comunidade educativa que essas sim são a grande mais valia entre a proximidade do município e a sua comunidade educativa, que esta possibilidade de usar estes dinheiros e estes recursos que nós temos para garantir que as escolas tenham maior sucesso curricular, aquilo que nos querem passar não tem nada a ver com isso.

Questão 4

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Claro. Até penso que já respondi a essa questão.

As escolas não são iguais apesar de sermos um território pequeno, há necessidades diferentes em termos educativos, pedagógicos, não estou a falar daquilo que é o básico que são os edifícios, há projetos educativos que são distintos e portanto temos uma política local que define o que é que é a realidade de cada território educativo. Por exemplo a escola Michel Giacometti, apesar de ser uma escola com secundário, não tem nada haver com a escola secundária de Sampaio e portanto temos uma política local que percebe essas realidades distintas que percebe que os projetos educativos são diferentes e que criar não apenas sinergias mas também essa relação estreita entre aquilo que é o projeto educativo e o que é a realidade da sua comunidade acho que é fundamental, portanto um projeto educativo local uma estratégia educativa local é fundamental e orgulho de dizer que nós temos-la aqui no nosso concelho. Às não é bem percebida ou conhecida, mas que existe é um facto e aquilo que é a nossa política é sempre esta, de podermos definir estas ações conjuntas assentes numa visão e num diagnóstico que está explanado no projeto educativo, que se traduz também no observatório de educação que estamos agora a criar, permitindo-nos aferir para onde é possível afetar recursos, para que caminho é que queremos ir, quais as necessidades e quais são as carências até em termos de prosseguimentos de estudos dos alunos e para onde queremos encaminhar os nossos alunos, muitas vezes nós temos também estas dificuldades, é definido em termos de projeto educativo que a maior parte dos nossos alunos gostaria de forma formação em determinada área, ou o mercado de trabalho para onde os nossos alunos querem ir é específica, pois nós tentamos arranjar forma que essa formação seja conseguida..., esbarramos sempre na mesma dificuldade, que é..., as escolas identificam como necessidade de formação determinada área, mas depois os equipamentos escolares não permitem que essa necessidade formativa se desenvolva, portanto as escolas acabam por ter cursos ou avançar para formação no âmbito daquilo que é o mais fácil, que é aquilo que as escolas tem capacidade para dar, quando muitas vezes tínhamos alunos, que mostram a intenção ou a vontade de seguir para outra área.

Transcrição de Entrevista Sujeito 7

Como forma de aproximar o poder de decisão, nas últimas décadas, foram atribuídas às autarquias diversas responsabilidades no âmbito da educação, explanadas em diversos normativos legais.

Questão 1

- Enquanto representante da comunidade, como vê a transferência de competências do poder central para a autarquia? Quais os aspetos positivos e os negativos dessa transferência?

Há um conjunto grande de competências que estão prevista serem transferidas, sendo este um dos grandes pontos, ou pelo menos é uma das grandes prioridades desta legislatura. Esta transferência de competências que é mais abrangente para além da educação, mas focando-me na educação, há aspetos negativos e positivos como em todas as decisões.

Os aspetos mais positivos é uma maior proximidade com as reais necessidades da comunidade educativa do Concelho de Sesimbra, dar ao poder local essa gestão e essa aproximação e a capacidade de priorizar dentro daquilo que será o espectro da gestão da educação dentro do concelho. Também tem aspetos negativos, e uma das experiências que nós já tivemos enquanto Associação foi no final do ano letivo passado, a indefinição que paira de como é feita a gestão de pessoas em primeiro lugar, e em segundo lugar aquilo que é normalmente estipulado como verbas, como orçamentos, quer da gestão de recursos humanos quer na gestão de equipamentos, que aparentemente, já se queixa o poder local, que o poder central não está a disponibilizar verbas dentro dessa grandeza, da grandeza que é expectável, e nós enquanto Associação de Pais tivemos essa abordagem por parte da Câmara Municipal de Sesimbra no final do ano letivo passado, que nos solicitou a nossa disponibilidade de fazermos a gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular, em que o valor que era disponibilizado era manifestamente insuficiente para cativar qualquer tipo de profissional de educação em se deslocar à escola para lecionar uma hora uma hora e meia.

Estamos a falar que nós pertencemos a um Concelho que embora geograficamente estejamos entre duas cidades, a capital Lisboa e a cidade de Setúbal, a verdade é que não somos assim tão centrais e verificamos isto em várias atividades em que a captação de recursos humanos nesta zona, especializada na área de educação e que se possa deslocar uma hora, uma hora e trinta por dia para lecionar uma aula, por exemplo no caso da escola de Aiana, só a deslocação era mais cara do que o próprio vencimento que a pessoa ia auferir, isto é dizer que também que não estando nós num

eixo central a deslocação por meio públicos é uma dificuldade e isto é algo que Sesimbra também tem que repensar onde se quer posicionar em relação à mobilidade dos seus munícipes.

Como membro da associação de pais e enquanto munícipe, vejo com agrado que haja uma descentralização e uma proximidade sobre aquilo que é a necessidade dos recursos, no entanto vejo com grande preocupação aquilo que é a gestão das verbas, essa transição que poderá ser deficitária por parte do poder central, e depois preocupa-me, como disse haver prioridades, mas depois há prioridades que podem ficar para trás, e que é prioritário para nós enquanto Associação de Pais para determinada escola pode não ser prioritário para o concelho. Temos um bom caso na Aiana, por exemplo o mobiliário da sala do pré-escolar que já foi solicitados há muitos anos, diretamente ao poder local e que continuamos sem ter resposta, portanto eu acredito que ainda se vá agravar mais esta falta de verbas para chegar até às escolas, Queria também dar nota duma situação que nos preocupa que também tem haver com o mobiliário, é que percebemos que há alguma degradação do mobiliário e dos imobiliários, ou seja da escola em si, e esta gestão de manutenção, passando agora para um poder local, havendo já escassez de verbas como está referido por várias autarquias, virá ainda agravar mais o estado do mobiliário e do imobiliário das escolas, portanto é algo que também vemos com preocupação, mas como ainda existe muita indefinição sobre esta gestão, neste momento não consigo dar grandes respostas...mais concretas, porque neste momento no próprio governo tem existido vários avanços e recuos sobre a gestão dessa alteração e que sem termos tudo bem definido o que é cada ponto será difícil estar aqui a fazer futurologia sobre esta gestão.

Questão 2

- Quais as implicações que essa transferência de competências do poder central para a autarquia poderá trazer para o funcionamento da escola?

Penso, se bem estou recordado para além da gestão dos imóveis há também a gestão de pessoas, ou seja tirando as pessoas docentes, toda essa gestão passa do ministério da educação....

Ou seja os auxiliares de educação que hoje estão associados ao ministério da educação, ao poder central transitarão para a autarquia. Sabemos que a gestão de pessoas é um dos grandes desafios e estamos a atravessar uma crise pandémica sem precedentes e que irá lançar novos desafios sobre a gestão de recursos humanos isso será incontornável. Tem vindo a verificar-se na gestão de pessoas algumas dificuldades, estando o poder central a assumir essa responsabilidade, recordamos que durante alguns período do ano e em outros anos letivos tivemos algumas

dificuldades na gestão de pessoas, felizmente estabilizou, mas não sabemos o que será para a frente e não sabemos se, não sei eu enquanto munícipe se a Câmara Municipal de Sesimbra terá pessoas com competência para fazer gestão de recursos humanos na educação, ou seja, é uma incógnita, não sei se estaremos aptos ou não para esta gestão de pessoas, porque depois aquela parte do processamento de salários e tudo mais isso é ciclos, agora na competência do recrutamento, na competência na gestão das pessoas, na gestão de carreiras poderá não ser fácil, ademais não sei se, os quadros, penso que existe quadros salariais de acordo com as funções se eles se irão manter ou não na transição desta gestão, mais uma vez não estão totalmente dentro da informação, mas vejo aqui como grande desafio a gestão de pessoas a gestão de recursos humanos.

E essa gestão de recursos humanos poderá trazer consequências para o funcionamento das escolas?

Atendendo à mobilidade que existe dentro do poder público poderá haver algumas complicações, porque neste momento, abrindo o espectro da mobilidade, poderemos ter, sem qualquer desprimor, podemos ter um eletricista da Câmara Municipal de Sesimbra a poder-se candidatar a um posto de educação, porque atendendo há mobilidade interna dentro das autarquias, enquanto que se estivéssemos num poder central, ministério da educação saberíamos que a mobilidade seria sempre dentro de profissionais ou pessoas com experiência na educação, mas é apenas um pormenor, não sei....isto é já mais uma vez futurologia...não sei se há alguma base nisto que eu estou a transmitir.

Aqui a grande preocupação tem haver com o recrutamento de pessoas, a seleção de pessoas e com a gestão de pessoas com competência para desempenhar funções dentro da área de educação. É a grande preocupação é perceber se a Câmara Municipal de Sesimbra tem essas competências.

Questão 3

- Em que medida essa transferência de competências do poder central para a autarquia contribuirá para uma articulação mais próxima entre os parceiros da comunidade?

Eu diria que este é um ponto positivo, que haverá maior possibilidade de articulação, apesar de, enquanto presidente da Associação de Pais e pertencendo ao Concelho Municipal de Educação, vejo, sempre que há estes encontros, os mesmos são bastante inconclusivos e bastante ineficientes, porque tudo o que é discutido nunca me apercebi que chegasse a algum lado ou que fosse efetivado algumas das ideias que são lá transmitidas...infelizmente tenho que dizê-lo porque é uma verdade. Está sempre presentes elementos da Câmara Municipal de Sesimbra, que não estão dentro

dos assuntos, que não estão ao corrente da atualidade educativa, são administrativos ou secretários que são colocados lá, portanto eu acredito que isto é uma mais valia, este ponto, mas estando à mesa as pessoas que estão efetivamente informadas e dentro da área da educação, por isso a Câmara Municipal de Sesimbra, tem competências das mais diversas, desde a gestão do turismo, da gestão de todo o município, a área da educação é uma área muito mais específica, que sei que tem uma vereadora designada a este pelouro mas que tem de estar presente nas tomadas de decisão. Nas tomadas de decisão e ouvir e oscutar aquilo que os intervenientes da educação tem para dizer, sejam eles os professores, pais, alunos, sejam eles funcionários e auxiliares. Portanto é uma mais valia, mas a Câmara Municipal de Sesimbra terá que saber gerir bem este contacto e estes encontros que existem e essa proximidade com a comunidade educativa.

Questão 4

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Sim. Sim...pegando no último ponto, esta proximidade que temos entre as pessoas é fundamental, proximidade local, e também será importante conseguirmos talvez no futuro, não sei se isto está também previsto ou não, a proximidade na educação com aquilo que é a cultura e as tradições locais, eu acho que este será um aspeto fundamental. A cada região..., neste caso aqui ao nosso concelho, conseguirmos adaptar a nossa educação aquilo que era a nossa cultura e tradições da zona, bem como olhar para o futuro da nossa zona, e talvez começar desde logo a preparar, futuros empregados, futuros trabalhadores, adaptando àquilo que são as necessidades locais, isto porque sentimos e sabemos que o nosso concelho vive muito do turismo, tardou na minha perspetiva, atualmente já há mais formação nesta área, tardou o concelho a perceber que tinha que apostar na formação de pessoas direcionadas ao turismo e tardou muito.

Sabemos que, para além de estarmos a falar de educação, estamos a falar da educação desde o básico, aprender a ler a escrever, ao domínio de conhecimento e evolução, abrindo os conhecimentos, o horizonte das nossas crianças, mas mais tarde sabemos que esse conhecimento termina ou numa escola profissional ou numa faculdade e o que se aprende é uma profissão e se Sesimbra conseguir adaptar a sua formação e ensino ao percurso escolar dos alunos, orientado às necessidades do concelho, poderemos influenciar e até manter as pessoas a trabalhar no seu próprio concelho, no meu caso falo, que uma das grandes dificuldades é conseguir trabalhar dentro do concelho de Sesimbra e eu acho que isso é uma perda para todos e

portanto essa é uma influência que o poder local pode ter nesta mudança de paradigma que vamos assistir.

Questão 5

- Que contributos poderão trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo? Mais uma vez é a influência dos programas, da maneira de educar, da pedagogia adaptada as necessidades locais.

Vamos conseguir adaptar os programas à educação local, às necessidades futuras do município, em termos de mão de obra. Isto irá permitir uma gestão de pessoas, dando talvez prioridade às pessoas locais, por exemplo quando falamos da contratação de recursos humanos para as escolas, podia ser preocupante, mas vamos acabar por dar prioridade aos munícipes, portanto poderá ser positivo, mas como disse há estes aspetos positivos, mas a grande preocupação tem haver com as condições que as escolas e os equipamentos poderão ter e é por aí. Falta de manutenção ou dificuldade em manter os imóveis. Aqui, mais uma vez, o grande desafio é perceber como vai ser a articulação entre a Câmara Municipal de Sesimbra e a Comunidade Educativa e se esta articulação não for bem feita podemos ter uma situação complicada, se for bem feita, penso que temos tudo para ter sucesso nesta transição, portanto eu diria que o ponto chave tem haver como é que a Câmara Municipal, vai saber gerir esta transição e esta continuação desta nova realidade

Transcrição de Entrevista Sujeito 8

Como forma de aproximar o poder de decisão, nas últimas décadas, foram atribuídas às autarquias diversas responsabilidades no âmbito da educação, explanadas em diversos normativos legais.

Questão 1

- Enquanto representante da comunidade, como vê a transferência de competências do poder central para a autarquia? Quais os aspetos positivos e os negativos dessa transferência?

No meu ponto de vista é positivo, acho que a proximidade permite conhecer melhor a realidade onde estamos inseridos e também da parte da comunidade educativa é mais simples chegar a alguém que está perto do que alguém que está no ministério, é muito mais simples, as pessoas acabam por se conhecer, cruzam-se e o funcionamento é muito mais direto, portanto eu acho ser positivo essa transferência de competências.

Ao nível de aspetos negativos, assim de repente não me ocorre nenhum.

Cabe a quem está à frente das diversas entidades arranjar forma de não acontecer aspetos negativos.

Questão 2

- Quais as implicações que essa transferência de competências do poder central para a autarquia poderá trazer para o funcionamento da escola?

Por exemplo a existência de alguns cursos, que estejam mais relacionados com a agricultura ou com a pesca, cursos que vão de encontro às necessidades do concelho. Conhecendo a realidade podemos tentar adaptar determinado tipo de cursos consoante as necessidades, à procura existente.

Não será limitador, uma vez que existe uma oferta global, nacional e depois uma oferta mais específica tendo em conta a realidade. Certamente a realidade da zona de Sesimbra não será igual à de Aveiro, por exemplo, ou do interior.

Apareceu aqui uma escola de turismo, hotelaria...por quê? Teve a ver com as necessidades do concelho. Acho que é neste sentido que é positivo.

Questão 3

- Em que medida essa transferência de competências do poder central para a autarquia contribuirá para uma articulação mais próxima entre os parceiros da comunidade?

Se as pessoas já se conhecem, já existe algum contacto, já existe algum conhecimento é mais fácil o relacionamento, à conta dos anos que já estou no

concelho, do relacionamento com os alunos do concelho, já conheço a vereadora da educação...já existe alguma facilidade no contacto e nas conversas que poderão vir a existir...mais uma vez vejo mais aspetos positivos do que negativos.

Eu acredito mais na proximidade.

Questão 4

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Eu acho que tem de partir de uma coisa geral. Tem que existir uma política de educação do país e depois adaptar à realidade local. Mas tem de existir uma política educativa nacional, não pode cada uma decidir por si, seria uma grande confusão.

Ao fim ao cabo, já é um bocadinho como a autonomia das escolas, já lhes é dado alguma liberdade para gerir algumas coisas, têm de cumprir determinadas regras mas..., depois já tem ali alguma margem de manobra...será neste sentido, que para mim faz mais sentido.

Questão 5

- Que contributos poderão trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

Talvez o conhecimento da realidade local que permite que se adapte o ensino a essa realidade, porque a verdade é que ensinar em Sesimbra não será a mesma coisa que ensinar em outras escolas do país, com bairros sociais mais...portanto a realidade é outra, a maneira de transmitir a informação será diferente. Havendo esta possibilidade de eventualmente gerir a educação, eu acho que se consegue um serviço melhor.

Continuo a dizer que a proximidade apresenta muito mais vantagens do que desvantagens. O conhecer A, B ou C, poderá facilitar a resolução dos problemas.

Acho que terá de existir aquele tronco comum, estabelecer determinado tipo de regras e a partir daí cada uma adaptar-se à sua realidade.

Determinado tipo de cursos que não existem passar a existir, acho que é um pouco por aí.

Transcrição de Entrevista Sujeito 9

Como forma de aproximar o poder de decisão, nas últimas décadas, foram atribuídas às autarquias diversas responsabilidades no âmbito da educação, explanadas em diversos normativos legais.

Questão 1

- Enquanto representante da comunidade, como vê a transferência de competências do poder central para a autarquia? Quais os aspetos positivos e os negativos dessa transferência?

À partida pensamos imediatamente que seja algo positivo porque há uma maior proximidade. No entanto gera-se uma certa apreensão porque essa responsabilidade poderá não vir acompanhada das verbas efetivamente necessárias. A proximidade é excelente, mas o poder central não pode delegar nas autarquias uma responsabilidade “desresponsabilizante”, portanto aí é a grande preocupação, claro que para nós é importante ter alguém mais próximo, alguém conhecido em vez de uma coisa distante lá no ministério da educação, não é, de qualquer forma a minha apreensão é precisamente essa, e há muita coisa que não foi feita antes e que agora é muito fácil para o ministério responsabilizar as autarquias e pronto, agora a responsabilidade a responsabilidade é nossa.

Por exemplo a escola secundária de Sampaio que é uma das escolas que nós temos no nosso agrupamento, que aliás é a sede, que precisa de intervenção urgentíssima que tem vindo a ser protelada, tem vindo a ser constantemente adiada, agora já há uma solução que passa pela autarquia, mas pronto, como ela a escola básica do castelo também, que tem 40 anos, estão completamente sobrelotadas, e segundo eu sei, que tenho participado em algumas reuniões com outros agrupamentos não são casos únicos. Na Quinta do Conde há muitas escolas, há várias escolas a necessitar de intervenção urgente, mas isso não se faz sem dinheiro, portanto, segundo sei existe um orçamento por escola, que certamente nalgumas escolas será completamente insuficiente, portanto essa é a grande preocupação. Claro que a proximidade é bom e eu acho que vai ser bom, desde de que, depois haja o respetivo acompanhamento financeiro.

Creio que aqui nesta questão, sem querer alargar-me, é essa a questão. Eu sou a favor, acho que vai ser muito bom, mas não gostaria de estar na pela da câmara, porque sei que eles neste momento vão ter uma dificuldade muito grande em conseguir gerir todas as questões relacionadas com o Concelho de Sesimbra.

Questão 2

- Quais as implicações que essa transferência de competências do poder central para a autarquia poderá trazer para o funcionamento da escola?

Aqui iria apontar a questão da maior proximidade, principalmente para além do primeiro ciclo e da pré, porque neste momento, e neste momento então, eu acho, que as escolas do segundo e terceiro e do secundário estão um bocadinho em terra de ninguém, é o que eu sinto, quando há alguma necessidade concreta, porque até agora estavam na mão da Dgeste, e tudo o que nós necessitávamos era através da Dgeste, as Associações de Pais funcionam muito como um elemento de pressão, no bom sentido, muitas vezes as escolas fazem pedidos e depois nós reforçamos, e isso surte efeitos, portanto é bom saber que podemos reforçar ao nível do poder local. Aqui também me parece que seja importante a questão das sinergias, o facto de abranger todos os ciclos fará com que certamente consigamos resultados mais efetivos, mais assertivos e conseguir unir esforços para resolver problemas comuns a todas as escolas e a todos os ciclos.

E será que a Câmara terá capacidade, a nível de recursos humanos, para o fazer?

Eu creio que sim. A minha preocupação é que agora vão ter muito mais recursos humanos, mas de uma forma, se calhar complicada não é, porque todos os funcionários passam a ser funcionários da câmara de alguma forma, não sei se direta ou indiretamente. A questão mais uma vez é o dinheiro, é o financiamento, o que percebi, mesmo a vereadora do pelouro está preocupadíssima com isso, porque não se fazem omeletes sem ovos, não é, portanto aqui a maior, a mais valia, será realmente as sinergias e o acompanhamento de perto da Câmara a todos os ciclos.

Questão 3

- Em que medida essa transferência de competências do poder central para a autarquia contribuirá para uma articulação mais próxima entre os parceiros da comunidade?

Eu acho que a autarquia tem uma melhor compreensão das nossas necessidades específicas, o facto de estar perto de conhecer as realidades faz toda a diferença, não é um elemento lá em Lisboa que trata dos nossos assuntos, também tem uma melhor noção das prioridades, porque todas as escolas se calhar precisam de intervenção, algumas que agora já não, felizmente, mas a verdade é que há uma maior capacidade de nós também fazermos também uma certa pressão de estarmos perto, de irmos acompanhando de irmos lembrando, portanto, acho que aí nesse nível é importante. Mas com dinheiro, claro, sem ele nada vai ser possível, e aqui creio que fundamentalmente é isso, transferência contribuirá para uma articulação mais próxima sem dúvida.

Nós ,Associação funcionamos com uma Check List com a Câmara, temos sempre assuntos pendentes e cada vez que lá vamos, levamos os assuntos que ainda estão pendentes, portanto no fundo é muito mais fácil do que com um relacionamento mais distante como seria com a Dgeste, sem dúvida.

Eu dou-lhe um exemplo, nós a propósito das obras que são necessárias na Escola Secundária de Sampaio, enviamos vários mails ao Diretor Regional, creio que é assim, agora não quero estar a enganar-me, mas pronto à Dgest, reforçando o pedido e enviando os elementos que o diretor do agrupamento já tinha enviado, e para que tenha a noção, nem sequer obtivemos qualquer tipo de resposta, nem um OK recebemos, nada, absolutamente nada, eu acredito que não tenha caído em saco roto, mas a verdade é que nem recebemos uma resposta, “sim senhora estamos analisar”, o que fosse, mas...portanto aí um qualquer mail que nós enviamos para a Câmara é sempre diferente, não é, e depois podemos acompanhar, podemos falar com a pessoa X, nos meios mais pequenos também é mais fácil não é?

Questão 4

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Acho que é fundamental. Educação são os nossos jovens, são as nossas crianças que vão ser o futuro de amanhã isso é inequívoco. O que eu acho é que também há determinadas especificidades de cada escola, mesmo de cada concelho, de cada freguesia e portanto é muito importante nós sabermos lidar com cada uma das questões com muita clareza e portanto aí acho que a política local é fundamental, porque independentemente das diretrizes centrais há que saber adaptar às circunstâncias.

E não a preocupa dentro do mesmo concelho existir disparidades ao nível dos apoios prestados às diferentes escolas?

Eu creio que não. Porque aí entraremos todos, os intervenientes...Qualquer um de nós sabe que é fundamental, por exemplo, neste momento, haver uma nova escola secundária, é um exemplo, portanto se começarem a construir a escola, teremos todos noção que durante algum tempo não haverá, se calhar, possibilidade de fazer outras intervenções mais pequenas ou então se calhar umas maiores, porque as mais pequenas poderá ainda ser possível.

A Rodrigues Soromenho, por exemplo, está neste momento a sofrer uma grande intervenção, portanto temos noção que se forem sendo feitas determinadas coisas, a nossa vez chegará, portanto não me parece que...e é muito mais fácil assim do que de outra forma qualquer, porque mesmo ao nível destas reuniões onde estão presentes os vários agrupamentos e até as Associações de Pais e outros intervenientes há uma

noção geral e portanto claro que sabemos que há sempre prioridades não é, há intervenções maiores, há intervenções mais pequenas, portanto não me preocupa, pelo contrário, acho que mesmo assim vai ser muito mais favorável termos a autarquia nesse papel.

Questão 5

- Que contributos poderão trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

Bom, então aqui acho que os contributos serão essencialmente um ensino integrado em todos os ciclos, como eu já referi e entre todos ciclos, lá está as tais sinergias entre as escolas, e não só, mas entre agrupamentos, entre professores entre..., enfim todos os intervenientes e é preciso que não fiquemos perdidos na gestão orçamental nacional á espera que chegue a nossa vez, aquilo que falávamos á pouco das prioridades, portanto para nós estarmos entre as não sei quantas escolas do concelho é completamente diferente estarmos entre as não sei quantas escolas nacionais, não é, que vamos sempre ficando, se calhar, para trás, para trás, portanto aqui há uma maior noção dessas prioridades, e as autarquias irão passo a passo tentando chegar a todas as escolas, isso eu não tenho dúvidas, portanto o primeiro ciclo irão intervir naquelas que têm mais necessidade e por aí fora, ciclo a ciclo, portanto tenho a esperança, mais do que a certeza que isso vai certamente contribuir.

A proximidade vai fazer toda a diferença, para o bem e para o mal, claro.

E a questão das desvantagens da proximidade?

Eu neste momento e pela experiência que tenho, e já levo alguns anos, alguns anos destas coisas das Associações de Pais, a experiência que tenho é que temos que ir sempre recordando, não é, temos que ir sempre reforçando, um reforço local é sempre muito mais simples do que o reforço longínquo que às vezes nem sequer recibes resposta, não quer dizer que tudo se vá responder, não quer dizer que será tudo cor de rosa e que vá ser tudo exequível, mas nós cá estaremos, para ir fazendo sempre o reforço das necessidades, eu acredito que pesando os pratos da balança certamente que pende muito mais para uma vantagem do que uma desvantagem. Claramente.

Análise de conteúdo

Matriz de análise de conteúdo – S1

Questão 1

- Que melhorias do sistema educativo português estão previstas na transferência de responsabilidades para as autarquias no âmbito da educação?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- Transferência de competências. - Proximidade	- Melhorias ao nível da transferência de competências no âmbito do parque escolar;	Melhorias...eu não sei se são melhorias, relativamente à transferência de competências no âmbito de equipamentos, conservação de materiais e edifícios escolares, alargados para o 2 e 3 ciclo é assim, eu acho que irá funcionar muito melhor, a autarquia já tem o pré escolar e o primeiro ciclo e nós deparamo-nos com situações que são resolvidas muito mais rapidamente por parte da autarquia no diz respeito ao pré escolar e primeiro ciclo e quando passa para o 2 e 3 ciclo que é da responsabilidade da tutela, a coisa leva mais tempo e por vezes não obtemos a resposta que queríamos, portanto neste aspeto vai melhorar de certeza absoluta	Sujeito 1
	- Proximidade	- Melhorias ao nível da gestão do pessoal não docente, através de uma articulação com os recursos humanos do município	relativamente à gestão de pessoal não docente também acho que vai melhorar, como tu sabes e como todas as escolas se queixam, não temos funcionários que as escolas precisam, nem pouco nem mais ou menos...., não estou a ver com a proximidade que temos com a autarquia, pelo menos eu falo pelo concelho de Sesimbra, porque nós temos uma relação privilegiada,... eu tenho colegas meus que se queixam muito da forma como a autarquia resolve os problemas das escolas e nós aqui em Sesimbra somos um bocadinho privilegiados porque eu acho que aqui a autarquia vai um pouco além das suas competências. Por exemplo ao nível do 2 e 3 ciclo há coisa que não da competência da autarquia e muitas vezes “eles” resolvem-nos a situação, por	

	- Relação Privilegiada	- Resposta deficiente por parte do ministério na substituição do pessoal não docente	exemplo nós agora não temos electricista e apesar de não ser a autarquia a ter que resolver esses problemas mas quando temos algum problema são “eles” que resolvem, portanto eu acho que nestes dois aspetos dos equipamentos/edifícios e pessoal não docente, as escolas terão muito a ganhar com essa transferência de competências para as autarquias, não estou a ver a autarquia deixar-nos pendurados com falta de auxiliares..., imagina que alguém fica doente e nós necessitamos de substituir, o ministério é uma dor de cabeça até vir a substituição de alguém, acho que quando isso passar para a Câmara o processo será mais célere. Para mim estes são os dois aspetos que eu acho...se “eles” aceitarem, mas compreendo porque é que não aceitam, ou ainda não quiseram aceitar, nós vamos estar muito melhor. - Sim nós nesse aspeto somos um pouco privilegiados... Sim, somos muito privilegiados, quando converso com outros diretores de outros agrupamentos, até mesmo aqui perto, o colega de Azeitão e de Setúbal queixam-se um bocadinho, quando nós dizemos que temos isto temos aquilo..., por exemplo temos o EPIS, são poucos os concelhos que é a autarquia a suportar, “eles” não têm esse benefício, nos acabamos por ter essa oferta na escola graças à autarquia. Pronto esses são os aspetos que eu acho que realmente melhoram de certeza, porque não nos vão deixar “pendurados”, como muitas vezes ficamos com a tutela. Sim, se continuarem com postura que tem tido, acho que não nos vão deixar pendurados, e são aspetos que nós em relação 1 ciclo, quando há um problema num equipamento ou qualquer coisa “eles” estão lá...e fazem aquelas rondas todos os anos para ver o que faz falta... e nas escolas do 2 e 3 ciclo “tá quieto”, andamos chorar que precisamos disto e	
	-----	-----		
	- Relação privilegiada	- A relação com o município de Sesimbra privilegiada, com apoio em diferentes setores da educação.		
	- Proximidade	- Rapidez na resolução de situações problemáticas.		

			daquilo...ou não vem mesmo ou quando vem, já vem fora de horas.	
--	--	--	---	--

Questão 2

- Qual a sua opinião sobre essa transferência de competências?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Percepção dos docentes	- Favorável - Financiamento ----- - Confiança na gestão do município	- Articulação mais estreita com respostas mais rápidas e eficazes - A transferência de competências não é acompanhada pela transferência de verbas necessárias. ----- - As verbas serão canalizadas de acordo com os seus propósitos.	Concordo. Considero que possibilita um maior e melhor articulação à realidade local. É muito mais fácil dar uma resposta a uma necessidade que surja em termos de equipamento, a nível do pré escolar e do 1 ciclo já está resolvido, mas em termos do 2 e 3 ciclo a resposta será também muito mais rápida. Agora compreendo a resistência de algumas autarquias face às condições que lhe são propostas, nomeadamente no que diz respeito às verbas, não sei precisar exatamente, mas já foi discutido em conselho municipal de educação, os valores, mas quando discutimos esse assunto ficou claro que a verba que “eles” querem transferir para a autarquia não dá nem de longe nem de perto para as necessidades que as escolas têm. - Não te preocupa que a autarquia possa desviar essas verbas que já são poucas para outros setores? Eu acredito e quero acreditar que a autarquia nos dá uma resposta em tempo útil e célere às necessidades da escola, se “eles” desviarem essas verbas, ficaríamos pior do que aquilo que já estamos, não estou a ver no nosso caso isso acontecer, não estou a ver da forma como a educação funciona cá no nosso caso, não estou ver deixarem as escolas andarem aflitas com a necessidade de repararem qualquer coisa e não darem resposta...desviarem as verbas na altura que elas chegam depois tem de ir buscar a outro sítio...mas vão dar resposta de certeza	Sujeito 1

		problemas.	compreendemos a recusa da autarquia mas preferíamos.	
--	--	------------	--	--

Questão 3

- Quais as implicações para a escola da passagem do poder de decisão em matéria de educação para o poder local?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- Implicações positivas - Autonomia reduzida -----	- A proximidade permite a resolução mais célere dos problemas, ao nível do parque escolar e pessoal não docente. - Pessoal docente e vertente pedagógica ainda dependentes do Poder Central. -----	Implicações...implicações..., as escolas só têm a ganhar, já referi os dois aspetos que eu acho que realmente são uma mais valia tendo em conta a nossa realidade, acredito que não é igual em todo lado, como já referi na primeira questão com o pessoal não docente temos a ganhar de certeza e isso é uma mais valia para as escolas, que é um problema que nós temos, em termos de equipamentos, parque escolar também. Em termos da parte pedagógica, pessoal não docente isso não vai ser transferido para a autarquia, essa parte continua com a tutela, portanto nessa parte nem vamos ganhar nem vamos perder, vamos ficar iguais, portanto e como eu já referi só temos a ganhar, a parte da gestão e pedagógica e a parte de nós termos mais autonomia é tutela que nos poderá dar mais autonomia ou não, e que dão-nos alguma autonomia na parte pedagógica mas na parte financeira “tá quieto”, não há autonomia nenhuma, portanto o temos a ganhar é o que eu já referi. - A nível de gestão do pessoal não te preocupa o fato de as pessoas que estão à frente terem ou não competência para o fazerem, uma vez que não conhecem as realidades das escolas? Eu acho que no nosso caso “elas” conhecem muito	Sujeito 1

	- Conhecimento e competência	- Os responsáveis do município pelo setor da educação têm um conhecimento real das necessidades das escolas.	bem a realidade das escolas, o departamento da educação e as pessoas que estão à frente acho que neste momento conhecem muito bem a realidade das escolas do concelho, no nosso caso perfeitamente e sabem as necessidades que nós temos. E digo-te se tivesse noutra concelho preocupava-me neste não. Conhecem muito bem a realidade das escolas e vão conseguir certamente gerir e dar resposta.	
--	------------------------------	--	---	--

Questão 4

- Com o aumento de competências atribuídas às autarquias, deverá a sua participação nos órgãos de direção da escola ser reforçada?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- Não - Projeto Educativo Concelhio	- Representados no Conselho Geral, onde podem manifestar a sua opinião. - Visão local através do Projeto Educativo Concelhio, como fio condutor para a elaboração dos projetos educativos dos agrupamentos.	Não estou a ver essa necessidade, eu acho que a representação que “eles” têm já é mais do que suficiente para exercerem o poder que têm, “eles” estão representados no conselho geral, portanto as grandes decisões da escola passam pelo conselho geral “eles” podem opinar e podem decidir, tem poder de decisão, por isso não estou a ver grande necessidade reforçar, acho que é mais do que suficiente. Não sei se calhar..., não, acho que não..., “eles” terem representatividade nos conselhos pedagógicos, podiam ter..., mas não estou a ver, as grandes decisões nas áreas que lhes compete acaba por passar pelo conselho geral, o conselho pedagógico é mais a parte pedagógica, se bem que eu acho que a visão local que é necessária em termos pedagógicos com a existência de um projeto educativo concelhio que tenha em conta as missões	Sujeito 2

	- Representatividade	- Não há representatividade em questões do foro pedagógico	das várias escolas e as necessidades das várias escolas acho extremamente importante, cada concelho é um concelho e nós temos de ter respostas educativas para o nosso concelho e neste momento com a flexibilidade curricular que permite que as escolas possam alterar e criar percursos diferenciados a autarquia tem aqui também um papel importante tendo uma visão geral das necessidades do concelho e puder concentrar tudo isso num projeto onde as escolas vão “beber” um bocadinho também para formular os seus projetos. Mas a representatividade.....A Hipótese poderia ser ter representatividade no conselho pedagógico se bem que acho que não é assim tão importante quanto isso.	
--	----------------------	--	--	--

Questão 5

- Na sequência dessa transferência de responsabilidades, como prevê que se venha a fazer a articulação entre o Ministério da Educação, a Escola e a autarquia?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- Articulação -----	- Articulação a dois e articulação a três. -----	Bem a escola terá de articular com os dois, a autarquia e o ministério. A escola terá que articular com a autarquia em tudo o que se refere ao parque escolar, equipamentos e pessoal não docente, e esta por sua vez terá que se articular com o ministério como é lógico, portanto é escola autarquia e autarquia ministério depois a escola também se articula diretamente com o ministério no resto, no diz respeito ao pessoal docente e questões pedagógicas, portanto vai haver aqui uma articulação a dois e uma articulação a três. - E achas que isso vai contribuir de alguma forma para agilizar, facilitar o processo de ensino? A parte pedagógica e a gestão do pessoal docente	Sujeito 2

	- Articulação - Articulação com Ministério. - Articulação com município. - Proximidade	- Articulação diferenciada de acordo com as questões tratadas. - Pessoal docente/questões pedagógicas. - Parque escolar/pessoal não docente. - Confiança no município	será sempre uma articulação entre a escola e o ministério, não temos o intermediário autarquia, as outras competências claro que são fundamentais para o funcionamento das escolas e estarmos em condições de dar a resposta que os nossos alunos precisam. Eu acho que poderá, com a autarquia e com o ministério as coisas às vezes não correrem como nós desejaríamos mas se depois a autarquia der a volta à situação e dar resposta acho que funciona bem. Eu acho que o poder local não vai deixar as escolas penduradas e se “eles” já vão para além das suas competências e dão-nos resposta onde não é da sua competência, portanto nessa altura mesmo que o ministério não dê resposta que pretendem possivelmente não irão deixar as escolas penduradas, digo eu com muita esperança. Neste campo sou positiva porque nunca tive problemas e como te digo as respostas que “eles” me dão que não fazem parte da sua competência, por exemplo neste momento eu tenho a situação de terem que mandar abaixo os pavilhões, tudo bem, a Câmara é a dona da obra, os pavilhões inicialmente não estavam previstos ir abaixo e conseguia funcionar mais um ano utilizando os pavilhões e a obra a decorrer, mas não, vai ter que ir abaixo já, eu pelo menos três salas cá fora e pelo menos uma sala lá dentro que está atulhada com as coisas das outras três não tenho capacidade para dar resposta às turmas que tenho que está previsto no rede. Reuni com a câmara..., eu também achei que era normal ser o ministério a suportar algum custo que tenha com as salas...ou com contentores...colocou-se a hipótese de nós ocuparmos salas no ginnodesportivo...os miúdos tem aulas de educação física lá em baixo e podem ter algumas aulas a decorrer lá em baixo, a resposta do	
--	---	--	--	--

	----- - Politiquices	----- - Política não deve interferir nas questões da escola. - Confiança no município	ministério foi redondinha, a dona da obra agora é a câmara, logo é a câmara que tem de descalçar a bota...eu acho que isto era competência do ministério, porque...tudo bem a câmara é dona da obra mas eu tenho que dar resposta aos alunos...imagina que a camara agora batia o pé e não pagava...quando chegasse a setembro punha os alunos à porta de escola e não tinha condições para eles terem aulas e a câmara já avançou, disse...é assim, no meio de tanta coisa que vamos ter de pagar também não é por aí...daí o meu otimismo em relação a isto da transferência de competências. - Vamos lá ver se a cor política não muda. É claro que essas politiquices mexem muito, mas eu falo tendo em conta a realidade que eu vivo neste momento, agora o que vem a seguir..., nós não somos futurologistas..., como eu te digo há outras autarquias que eu sei que as coisas não funcionam bem onde os meus colegas se queixam imenso e quando às vezes eu falo que a câmara faz isto, isto e aquilo...e eles dizem que temos sorte estás em Sesimbra e a câmara está sempre ao vosso lado. Claro que há concelhos com muitas escolas onde “eles” depois não conseguem dar resposta e nós não somos assim tantos agrupamentos, mas ainda somos...ainda há algumas escolas.	
--	-----------------------------	---	--	--

Questão 6

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
------------	---------------	----------------------	----------------------	-----------------------

Perceção dos docentes	-Sim. ----- - Oferta diversificada e abrangente	- Projeto Educativo Concelho que engloba uma visão estratégica das necessidades do concelho ----- - A oferta deverá ser diversificada e abrangente de forma a responder às necessidades do concelho assim como permitir outros caminhos aos alunos.	Claro que sim. É importante haver uma visão da educação ao nível do concelho, deve ser definido um projeto educativo concelho, seja construído com base na missão das várias escolas e que preveja no seu plano estratégico a melhoria dos pontos fracos e das ameaças do concelho e de cada escola tem em conta uma análise Swat do concelho e dar resposta às necessidades educativas do concelho, ter uma noção uma visão de quais são as necessidades educativas do concelho e que está previsto nesse projeto educativo dar resposta a essas necessidades, e isso só é possível se houver uma política de educação local, se não existir nada disto é possível. - Não achas que depois poderá restringir um bocadinho a saída educativa dos nossos alunos? Eu não digo que tenhamos de oferecer só aquilo que faz falta no nosso concelho, temos de alargar mais um bocadinho até porque há alunos que podem estar agora aqui e depois não exercerem no nosso concelho e estarem fora do nosso concelho e ficarem limitados, agora terá que haver uma oferta mais abrangente, mas é importante ter a noção de quais são as necessidades de quais são as respostas que o concelho pode dar e focar-nos um bocadinho nisso, uma grande tranche dos nossos alunos permanecem cá e tem que ter uma formação numa área que o concelho também possa dar alguma resposta..., isto é um pouco quando se fala nos cursos profissionais..., mas mesmo agora nos cursos regulares a história da autonomia e flexibilidade permite-os adaptar um bocadinho às realidades de cada escola, também não são assim tão diferentes..., quer dizer, nós falamos nas escolas do nosso concelho, se calhar quando falamos da Quinta do Conde e aqui nestas da	Sujeito 2
------------------------------	--	--	--	------------------

			freguesia do Castelo e das de Santiago poderá haver alguma diferença, mas por exemplo entre o nosso agrupamento e o agrupamento de Sampaio são realidades muito próximas, portanto há que haver aqui um conhecimento e uma articulação para que a oferta que nós temos e que nós possamos fazer com os nossos alunos se enquadre o bocadinho naquilo que é o nosso concelho. Eu acho que mesmo nos cursos regulares com autonomia e flexibilidade curricular consegue-se..., e agora com os planos de inovação, as propostas dos planos de inovação consegue adaptar e dar resposta às nossas necessidades.	
--	--	--	---	--

Questão 7

- Que contributos poderá trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- Positivos. - Proximidade	- Pessoal não docente. - Parque escolar - Resolução de problemas	É um pouco o resumo de tudo aquilo que já falei. Para mim são todos contributos positivos, o exemplo que eu dou é o da gestão do pessoal não docente, todas as escolas se queixam com falta de pessoal não docente e manifestam constantemente essa necessidade junto do ministério da educação e a resposta vem tardia ou nunca vem..., a autarquia vai certamente acelerar o processo e vai-nos responder quando há necessidade de uma substituição, isto é um aspeto.., e tudo aquilo que eu disse..., para mim é uma mais valia para as escolas. Estava-te a falar da escola sede..., qualquer problema que nós tenhamos é célere, eu telefono e digo que há este problema de eletricidade ou outro e	Sujeito 2

			no próprio dia ou no outro a seguir o problema resolve-se. A autarquia não tem que dar resposta a isso..., noutra autarquia qualquer poderiam dizer que era da responsabilidade do ministério. Tendo em conta todas estas situações só posso estar otimista em relação à transferência de competências. Agora vamos ver se depois quando acontecer essas transferências se as coisas continuam iguais.	
--	--	--	--	--

Matriz de análise de conteúdo – S2

Questão 1

- Que melhorias do sistema educativo português estão previstas na transferência de responsabilidades para as autarquias no âmbito da educação?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- Proximidade - Centralização - Aspeto Económico - Questões pedagógicas	- Responsabilizar as autarquias pela gestão da proximidade - Sistema centralizado pouco adaptado à realidade local - Rentabilização do investimento financeiro - A não existência de questões pedagógicas	Bom. Como tu sabes e os diretores penso que também, a questão principal aqui, tem haver com a questão de responsabilizar as autarquias por esta gestão de proximidade. O nosso sistema tem sempre funcionado um bocadinho na perspetiva da centralização e todas as decisões serem tomadas ao nível central mas isso torna as decisões pouco adaptadas e pouco específicas relativamente às realidades locais, e penso que esta é uma das principais razões, depois a outra principal razão é a economicista, que é a questão de rentabilizar o investimento, responsabilizando as autarquias e rentabilizando o financiamento, isto é tudo teoricamente, porque se esse financiamento for gerido localmente, teoricamente é mais bem aproveitado do que ser gerido ao nível central. Estas são as duas principais razões. Não vejo aqui grandes razões pedagógicas á partida, portanto são questões organizativas, questões economicistas e questões de rentabilização destes dois campos, principalmente.	Sujeito 2

Questão 2

- Qual a sua opinião sobre essa transferência de competências?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- A favor - Centralização/descentralização - Proximidade - Descentralização	- Defensor da transferência de competências - Descentralização para as autarquias e escolas - A centralização das decisões económicas e pedagógicas condiciona o desenvolvimento do Sistema Educativo - A descentralização princípio correto, talvez não para todas as autarquias	Sempre fui um defensor desta transferência de competências. Se calhar algumas não para as autarquias, algumas deviam ter vindo diretamente para os agrupamentos de escolas, mas para as autarquias já não é mau, e fui defensor porquê? por causa das razões anteriores, não faz sentido que uma série de questões e uma série de decisões que devem ser tomadas ao nível local continuem centralizadas e algumas delas não vão ser resolvidas agora, , por exemplo a contratualização dos professores é uma questão que não faz sentido que fique centralizada e vai continuar centralizada. Para mim é claro que se o financiamento e se a decisão estiver mais próxima das comunidades educativas vai ser mais fácil tomar as decisões certas, neste momento não é possível porque muitas delas ficam dependentes de decisões centralizadas e de opções políticas centralizadas e isso atrasa muito questões que são fundamentais para a escola e que tem a ver com mudança com opções pedagógicas específicas. Eu acredito que na base política, a decisão de mudança, transferência de competências para as autarquias locais, se calhar não tanto para as autarquias todas, na sua essência têm princípios que eu acho que são os certos. Depois se é a maneira certa de a fazer, se as condições são as ideais isso é outra questão, agora por principio, sim, acredito que esse é um bom principio.	Sujeito 2

	- Conselhos Gerais/ a contratualização de docentes	- A participação mais ativa dos Conselhos Gerais, através da atribuição de novas competências. - Questão Pedagógica.	Ainda há pouco referiste que também deveria passar para a alçada dos municípios a contratualização do pessoal docente. Não. Eu não disse isso. Disse que não devia estar centralizada. Poderia passar para os Conselhos Gerais, porque os Conselhos Gerais têm representantes de todas as áreas políticas, desde os representantes da comunidade até à autarquia, e mesmo que não fosse, porque nós estamos num sistema centralizado, nós não estamos a falar aqui... vou dar um exemplo, que não tenha professores do quadro, mas tudo o que fosse novos docentes e tudo o que fosse colocações dos docentes do quadro de zona pedagógica por determinadas áreas deviam passar por critérios pedagógicos em que as comunidades deviam ter uma palavra a dizer e as comunidades aqui, nós sabemos que em termos sindicais é sempre muito problemático, por exemplo isso passar pelas direções, os diretores já se sabe que são sempre pessoas muito más e que só contratam os amigos e não querem saber nada das questões pedagógicas, portanto aqui teria que ser um órgão com todos os representantes, e para mim essa contratualização ou essa afetação de docentes deveria ter, pelo menos parcialmente, uma responsabilidade por parte dos Conselhos Gerais, , não tanto da autarquia, porque a autarquia não está direcionada para contratualizar os técnicos específicos que são os docentes, mas os Conselhos Gerais poderiam fazer isso e podemos começar com uma questão parcial por exemplo, a contratação dos professores externos, os contratados que ainda não são do quadro, a afetação dos QZPs teria que passar por critérios pedagógicos dos Conselhos Gerais, sem alterar	
	- Autarquia e a contratualização de docentes	- A autarquia não está direcionada para contritualizar docentes		

	- Conselhos Gerais/ a contratualização de docentes	- Atribuição de novas competências aos Conselhos Gerais no que à contratualização dos docentes diz respeito	nada do que são os quadros das escolas, todos estes professores podiam passar por aí, portanto quando nós estamos aqui a falar de autarquia, não é autarquia, são órgãos locais que poderão ter representantes da autarquia mas que têm aqui outras responsabilidade, neste caso, os Conselhos Gerais para mim, eram os ideais para fazer essa tarefa, aliás é assim que já funciona em muitos países da Europa, a contratualização quando não é centralizada, por exemplo na Inglaterra, são os órgãos locais que contratualizam os professores, neste caso são todos, eu aqui já não dizia todos mas diria parcialmente, porque aí havia uma responsabilidade totalmente diferente, neste momento quando a coisa corre bem nunca é da responsabilidade de ninguém, quando a coisa corre mal, por exemplo em relação a um professor quem é responsável, não é ninguém, porque a Dgae está lá não sei onde, não houve ninguém local envolvido nisso e portanto tinha que haver aqui um sistema diferente, que eu acho que era vantajoso para toda a gente (o aumento) da responsabilização local para estes recursos humanos, que são recursos humanos fundamentais na escola.	
--	--	---	--	--

Questão 3

- Quais as implicações para a escola da passagem do poder de decisão em matéria de educação para o poder local?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- Proximidade como facilitador de articulação entre município e escola.	- Proximidade facilita a articulação entre a escola e o município.	Em relação a esta questão podemos falar de dois pontos, uma vez que eu acho que há muitas implicações para a escola. Vamos começar pelas coisas boas, e as coisas boas são aquelas que eu	Sujeito 2

	- No concelho existe já uma tradição de articulação entre as escolas e o município.	- Os financiamentos serão os adequados? - A transferência de competências como uma medida do Poder Central reduzir custos. - Controlo política	já referi, teoricamente ao passarem uma série de competências, gestão de pessoal, gestão de equipamentos para as autarquias, é mais fácil para as escolas fazerem esta articulação, os exemplos clássicos são em relação à colocação do pessoal não docente ou em relação á realização de obras, teoricamente seria mais fácil para as escolas fazerem esta articulação por principio, e eu acredito que em Sesimbra, no nosso Concelho, por exemplo, isso seja bastante mais fácil, porque já existe aqui uma tradição de articulação entre as escolas e a autarquia muito anterior a isso, às vezes não estando regulamentada mas que a autarquia assume, trabalhando em conjunto com os agrupamentos. Essa seria teoricamente uma vantagem,... ...é claro que depois aqui temos outros riscos, que são...há riscos por parte de quem toma as decisões ao nível central e para mim os riscos principais são os financiamentos, de certeza que os financiamentos são assegurados? Os financiamentos serão os certos para esta transição? Não acredito e não acredito que, se calhar estou a ser um bocadinho mau, mas não acredito que o Poder Central abra mão destas competências sem daí tentar poupar e isso é mau. Não acredito que os financiamentos sejam os certos e depois isso vai sobrar para as autarquias e depois há a outra questão, que nem todas as autarquias são como a autarquia de Sesimbra, ou seja, por aquilo que eu conheço a maioria das câmaras não está preparada, a maioria não digo, mas algumas que eu conheço não estão preparadas para trabalhar numa perspetiva de parceira com as escolas e portanto vai haver aqui um risco de para algumas autarquias isto ser mais	
--	---	--	---	--

	----- - A falta de articulação entre os diferentes atores locais poderá levar a uma (re)centralização do poder (local).	----- - Falta de articulação entre os municípios e as escolas. - A inexistência de determinados órgãos como o Conselho Geral. - A tomada de decisão sem o conhecimento da realidade. - A questão partidária poderá assumir uma importância maior.	uma maneira de exercer um controlo político, em vez de ser uma maneira de melhorar o sistema educativo. Essas câmaras não estão preparadas em que aspeto? Não estão preparadas em termos de terem um trabalho prévio de articulação com as escolas, não conhecem as escolas, não há articulação com os órgãos das escolas, muitas escolas não têm Conselhos Gerais a funcionar convenientemente e isso representa um risco grande porque há o risco de tomares decisões sem teres a informação toda, desconhecendo a realidade local, ou porque são determinadas opções políticas que a autarquia acha que são as melhores, mas não pergunta a ninguém e toma decisões unilateralmente. E isso é um risco, grande, porque essas competências passam para a decisão autárquica e portanto ou ficas na mesma, só que em vez de ser em termos centrais, em que as decisões são tomadas muitas vezes unilateralmente, continuam a ser unilateralmente mas em termos locais, sendo outro tipo de centralização e com risco acrescido porque para algumas autarquias a questão da substituição ou representação em determinados órgãos ser de índole política é muito mais evidente, é muito mais levada em conta do que em termos nacionais. Se tivermos uma nomeação nacional política, há um controlo muito maior por parte da comunidade, se tivermos uma nomeação política para um determinado órgão local, isso pode ser um problema muito maior, mas é ao nível local. Há sempre esse risco, ou seja os princípios são bons, agora os riscos é bom que as pessoas saibam que também existem. Em relação à questão quais as implicações para a	
--	---	--	--	--

	- Implicações vantajosas. - Os Conselhos Municipais da Educação e Gerais garantem a representatividade do concelho. - Descentralização - Uso indevido de financiamento	- Implicações vantajosas em todas as vertentes. - Algumas competências delegadas nos Conselhos Locais de Educação ou Conselhos Gerais. - A descentralização como forma de criar novas dinâmicas. - As verbas para a educação desviadas para outros setores.	escola da passagem de poder, tens aqui as implicações teóricas são todas, para mim, altamente vantajosas em termos de melhoria e otimização da gestão de recursos, sejam eles recursos humanos, físicos ou financeiros e termos de tomada de decisão pedagógica e de orientação pedagógica que já vamos falar mais para a frente na questão dos projetos educativos e de orientação pedagógica para as escolas, isto depois tem todos os riscos aqui relativos a estes fatores e que são, que na minha opinião poderiam ser minimizados por exemplo, se fossem delegados em órgãos representativos, como é o caso dos Concelhos Municipais de Educação ou dos Conselhos Gerais, porque aqui está representada toda a gente, se as decisões forem passadas por aí é muito mais difícil haver a tal subversão dos princípios se as decisões não forem passadas por esses órgãos e forem apresentadas como definitivas é mais problemático e nalguns sítios nós sabemos que é muito provável que isso aconteça. Como sabes tenho passado por muitos concelhos em palestras e outras atividades, e sei que há muitas dinâmicas positivas e muitas dinâmicas que vão tirar daqui grande partido dessa descentralização, mas depois há outras realidades que se vão aproveitar dela, também há outras realidades que vão achar que este financiamento é mais um financiamento para a câmara que em vez de ser todo direcionado para a educação é direcionado para outras coisas que façam falta, enfim... Em termos de principio aqui...e eu sou um otimista, quero acreditar que nalgum momento nós temos que fazer isto, porque a questão da	
--	---	--	---	--

	- Paradigma da descentralização. ----- - Representatividade enquanto forma de combater a privatização do ensino.	- As dificuldades em alterar percursos em sistemas centralizados. ----- - Projeto Educativo Concelho enquanto fio condutor das políticas educativas do concelho. -Articulação entre as políticas locais e nacionais.	centralização é sempre muito difícil... tu mudares sistemas e mudares coisas a partir da centralização, nomeadamente num sistema onde tu tens dezenas, milhares de atores, não sei quantos milhares de alunos, milhares de professores, milhares de funcionários, fazer uma mudança com as especificidades do sistema educativo, uma mudança ao nível central como nós precisamos, não é possível...então ou comesças a confiar, a confiar e a delegar, tens é de ter sistemas de controle. Poderá esta transferência ser encarada como uma privatização do ensino? Eu acho que isso é um risco que é minimizado pelas questões da representatividade e tu tens sítios onde isso é decidido, eu acho que é positivo que a autarquia defina, tenha um projeto educativo, tenha uma linha orientadora e acho que é importante que as escolas do concelho saibam qual é essa linha orientadora e ajustem os projetos educativos a essa linha orientadora, para mim não é um sistema melhor deixar as escolas fazerem as coisa de acordo com aquilo que acham, quer nós queiramos quer não, nós servimos uma população num determinado concelho, mas não nos podemos esquecer que há outra realidade que é a realidade global, mas também há a realidade do concelho e a questão é, não te vais só preocupar com a realidade global ou só com a realidade do concelho e se tiveres conhecimento suficiente sobre e a realidade do teu concelho, e terás a partir de um projeto educativo que dê resposta às duas questões, não só à questão concelhia mas também à questão global... ...até porque a minha perspetiva aqui em termos	
--	---	--	--	--

	- A proximidade enquanto facilitador de decisões.	- A avaliação das políticas educativas está facilitada se for realizada localmente. - Adequar a oferta às necessidades do concelho - A tomada de decisão local é mais adequada e célere.	locais é que é muito mais fácil as políticas de educação serem avaliadas depois..., neste momento a avaliação em termos políticos é sempre de quatro em quatro anos, mas é muito mais fácil para ti avaliares as políticas de educação se forem tomadas ao nível local, nas eleições autárquicas por exemplo, do que ao nível nacional com políticas de educação nacionais, podes concordar ou podes não concordar e portanto em quatro anos tu consegues saber isso, sabes por que caminho a autarquia quer investir mais, se na formação se para pessoas que vão trabalhar na Auto europa, mais para as pescas ou mais para o turismo, isto não quer dizer que grande parte da população, também nós não saibamos que vai para fora do concelho e vai ter que trabalhar fora do concelho, OK, então temos que ter uma oferta para isso, que tens, por exemplo, um elevado número de reformados franceses que estão a comprar casas nas praias de Sesimbra e que tenhas de ter uma oferta, por exemplo de Língua Portuguesa para estes. A questão é, é muito mais fácil isso ser tratado ao nível local do que ao nível central e depois também é avaliado, auditado pela população de quatro em quatro anos, não penso que seja o principal risco.	
--	---	--	---	--

Questão 4

- Com o aumento de competências atribuídas às autarquias, deverá a sua participação nos órgãos de direção da escola ser reforçada?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
------------	---------------	---------------------	----------------------	-----------------------

			importantes a passarem sempre pelo Conselho Geral e em termos de representatividade a autarquia e os outros elementos da comunidade tem sido bastante interventivos, aliás, nem nós conseguíamos fazer as coisas que fazemos se não fosse a questão do Conselho Geral, e depois daí, passando através dessas tomadas de decisão, passando aqui a parte da responsabilidade para a autarquia, por exemplo em termos de planos nacionais, vou só dar-te um exemplo, se não fosse o plano nacional de promoção do sucesso escolar, nós nunca tinhas recebido, por exemplo, reforço de equipamentos informáticos, computadores, que recebemos agora, OK, esses computadores estão todos emprestados aos nossos alunos que não têm equipamentos para poderem fazer aulas síncronas, neste momento nós temos á volta de 70 computadores emprestados a alunos para eles poderem fazer as aulas síncronas, isso só foi possível, porque foram tomadas determinadas decisões em termos de orientação por parte do Conselho Geral da aprovação de um projeto que passou por uma candidatura da autarquia e que foi especificamente para os agrupamentos...direcionados para as necessidades que eles apresentaram, as nossas necessidades eram estas, mas outros agrupamentos apresentaram outras necessidades, tu nunca conseguias fazer isto em termos centrais e nunca conseguias fazer isto em termos locais se não tivesse um órgão como o Conselho Geral que não funcionasse corretamente, mas se calhar como também sabes, na zona, por exemplo de Setúbal houve dois concelhos a participar com as autarquias no plano nacional de promoção do sucesso escolar e outros não participaram, nem entregaram projeto	
--	--	--	---	--

	- Inadequação dos apoios. - Legislação desadequada	- Realidades nacionais diferentes obrigam a olhares diferentes e a investimento diferentes. - Os concelhos não estão todos em pé de igualdade, uns já receberam apoios em detrimento de outros. - Apoios financeiros inadequados às realidades existentes.	nem sequer pediram coisíssima nenhuma, isto era financiamento europeu específico para a melhoria do processo educativo, portanto por isso é que eu digo, se as pessoas conseguirem tirar o potencial que está previsto, que consigam tirar dos diversos órgãos, o sistema funciona bem e consegue-se tirar todo o potencial. Se o nosso país e todos os concelhos e as autarquias estão preparadas para isto, não, não estão e vai demorar um bocado. Se isto é razão para pararmos o processo, não sei, francamente não sei. Em relação à realidade de Sesimbra acho que não é razão, em relação a outras realidades, tenho muitas dúvidas que as coisas consigam funcionar bem nos próximos anos, mas também sei há muitas realidades como as de Sesimbra, e que há muitas autarquias, não só aqui na zona, mas para o norte que já estão muito à frente em relação á articulação, conselhos gerais e órgãos sociais autárquicos e locais e tudo, e que já existe muita articulação nesse âmbito. Eu acho que aqui devia ser uma questão mais de decisão ponto a ponto, não me parece que seja essa a política, porque em termos centrais é martelado para ser numa determinada data e também me parece que é um opção mas se calhar devia ser dada aqui um conjunto de datas vá lá para uma mudança progressiva mas, há um aspeto que me parece fundamental que está aqui a encalhar isto, que é a questão do financiamento, porque os financiamentos que vêm previstos na lei de transferência de competências são manifestamente insuficientes, e aí não dá para garantir sequer o funcionamento que nós temos agora a nível central. Essa é uma das razões pela qual algumas autarquias não veem de bom grado esta transferência. Sem ovos não se fazem omeletes e portanto a questão passa um	
--	---	--	--	--

			pouco por aí. Quando tu tens um concelho como Sesimbra, por exemplo, com as necessidades que tem ao nível da intervenção escolar, Sesimbra deve ter sido dos poucos concelhos ao nível do país que não teve uma intervenção da Parque Escolar, tu tens concelhos do país que todas as escolas foram intervencionadas, Sesimbra não teve nenhuma, neste momento não tens no nosso concelho nenhuma escola secundária intervencionada, aliás a única supostamente secundária que tens é na Quinta do Conde uma escola a funcionar como se fosse secundária, com pavilhões de madeira e tens mil e não sei quantos alunos a irem para fora da Quinta do Conde para terem aulas ao nível secundário noutro concelho, portanto há aqui questões, que são questões profundas e que não foram resolvidas não sei durante quantos anos, e com os financiamentos como estão previstos e globalmente como se o país fosse igual... vai ser muito difícil resolver estas questões, portanto na minha perspetiva, a maneira certa de fazer a transição era uma negociação ponto a ponto com as diversas autarquias, é claro como as que já foram mais cedo e já estão agora a fazer ajustes, outras irão mais tarde, outras que já tiveram investimentos enormíssimos em termos de equipamento, não vejo razão, por exemplo para terem determinados apoios financeiros e outras que não tiveram nenhum deviam ter um apoio financeiro diferente, se isso é possível ou não já não te consigo dizer mas esta para mim devia ser a maneira de fazer a transição do central para o local	
--	--	--	--	--

Questão 5

- Na sequência dessa transferência de responsabilidades, como prevê que se venha a fazer a articulação entre o Ministério da Educação, a Escola e a autarquia?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Percepção dos docentes	- Articulação efetiva entre os diversos órgãos existentes.	- Articulação realizada através dos órgãos definidos por lei como o Conselho Municipal de Educação e Conselho geral. - Não existe a necessidade de criar mais um órgão. - As decisões devem mais céleres, em tempo útil. - Participação do Poder Central nos órgãos legislados mais efetiva e resoluto. - Maior responsabilização por parte do Ministério da Educação.	Tal como já disse, essa articulação é feita ao nível daquilo que vem previsto na legislação, neste momento o ministério da educação tem representatividade no Concelho Municipal da Educação, OK, este aspeto é um aspeto que precisa claramente de ser reforçado porque neste momento a representatividade...eu não acho, por exemplo que o ministério da educação tenha que passar a ter representatividade nos conselhos gerais, ou que seja criado aqui mais um órgão... a questão aqui é que temos sempre a mania de fazermos mais um órgão, mais uma coisa para que as coisas funcionem melhor e não nos apercebemos que quando mais salganhada e diversificação de competências existir pior é, porque neste momento já passas por não sei quantos níveis até chegar a um poder de decisão, as escolas se tiverem alguma coisa, por exemplo no conselho pedagógico para decidir, tem de passar por um conselho geral, depois tem de passar por uma direção geral intermédia até chegar a um determinado sítio onde se toma decisão, se for uma decisão importante nem sequer na direção geral intermédia é tomada tem que passar para uma aprovação do secretário de estado ou qualquer coisa assim. Vais estar aqui a criar mais um órgão, onde as pessoas vão estar	Sujeito 2

			sem saber muito bem o que vão fazer, a questão aqui é responsabilizar os órgãos por aquilo que têm de fazer, essa articulação deve ser feita através do concelho municipal de educação, porque já existe lá um representante do ministério da educação, não pode é ser um representante do ministério da educação que vai lá estar sentado sem dizer nada, só a ouvir o que os outros estão a dizer e que depois vai levar essa informação não sei para quem, para a Dgeste, comunica mas nunca traz informação nova. Tem aqui de haver uma participação do ministério da educação como entidade que aprova faz sugestões e diga como é que é, o que não é possível fazer ou o que está previsto ou não que aconteça, em vez de ser apenas aqui um órgão ou um representante de recolha de informação que vai levar não sei muito bem o quê para quem. Neste momento os representantes do ministério da educação dos concelhos municipais de educação nem se responsabilizam por determinadas decisões, nem votam contra nem a favor, não votam, estão lá para recolher informação e aí nesse aspeto é necessário um aumento da responsabilização do ministério da educação, de resto os órgãos que já existem são perfeitamente capazes de fazer essa articulação, como tu sabes não vai haver aqui uma série de competências, algumas vão ser mantidas no ministério da educação, nomeadamente em termos pedagógicos já não falo em termos de recrutamento de pessoal docente, portanto vai ter que continuar aqui haver uma série de articulação direta entre as escolas e o ministério da educação portanto não vale a pena estarmos aqui a criar mais órgãos, mas vale a pena reforçar a representatividade do ministério da educação nos órgãos que já existem e nomeadamente no	
--	--	--	--	--

			conselho municipal da educação, porque esse devia ser órgão primordial de articulação entre as decisões tomadas em termos locais centrais e nos agrupamentos .	
--	--	--	--	--

Questão 6

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	-Sim. - Articulação entre os diversos órgãos. - Resposta às necessidades existentes, ao nível laboral	- Projeto Educativo Concelho como linha orientadora das políticas educativas locais. - Articulação entre o município e as escolas na criação do Projeto Educativo Concelho, que dê resposta às necessidades laborais do concelho.	Sim. Isto é fundamental. Esse é um dos aspetos primordiais que já falamos anteriormente, uma das grandes vantagens, não sei se foi uma das vantagens, mas foi uma opção política em termos da Câmara Municipal de Sesimbra de ter um projeto educativo na altura em que algumas câmaras tinham só cartas educativas que eram documentos orientadores da política de construção de escolas, de onde se põem os equipamentos educativos, a autarquia, na minha opinião e bem, a autarquia de Sesimbra tomou a decisão de ter um documento orientador em relação às políticas educativas e às opções pedagógicas do concelho, não vamos estar aqui a discutir se foi um documento ótimo logo do início, ou não, mas foi uma boa iniciativa que já foi tomada há mais de 10 anos, e isso foi evidente para a orientação das políticas educativas dos agrupamentos no concelho é muito importante que em termos locais haja esse género de orientação, não quer dizer que seja aqui prescritora, ou seja, não deve ser a autarquia a dizer o que as escolas vão dizer, vão fazer, mas deve ser a autarquia a decidir as linhas principais de atuação das escolas, precisamos disso fundamentalmente, como é que tu sabes, por exemplo, em termos de Sesimbra, se precisas de criar uma oferta para adultos, há adultos	Sujeito 2

	- Adequar respostas	- Resposta às necessidades escolares da população.	que precisem dessa oferta, ou não, quais são as necessidades, por exemplo, nos setores ativos e profissionais do concelho, há carpinteiros suficientes, há pescadores suficientes, há pessoal do turismo suficiente, esse género de informação e orientação para as linhas de ação das escolas que depois se refletem em termos de oferta profissionais em termos de ofertas de adultos... ...ou mesmo em termos de ofertas opcionais que existem para o básico e secundário é muito importante e da mesma forma quando vamos para o pré escolar sabes lá se tens uma elevada ou uma baixa população a necessitar de uma oferta do pré escolar, tens uma rede solidária que te pode garantir isso, ou precisas aqui de uma politica diferente ao nível da rede pública, tudo isso são opções que devem estar num projeto educativo e estavam, para toda a gente saber com o que é que pode contar, como tu sabes, a oferta de pré escolar que existe no concelho de Sesimbra, por exemplo, é muito boa, foi criada com base nas necessidades referidas e com base naquilo que se detetou na análise desse projeto educativo e, eu não conheço ou que me lembre, não existe aqui próximo um concelho que tenha uma oferta de pré escolar tão alargada como tem a de Sesimbra e este é só um exemplo, isto é fundamental e só consegues se tiveres aqui um projeto educativo porque o financiamento nunca dá para tudo, o ideal era teres aqui todas as ofertas e um largo investimento, mas não tendo tens que tomar opções e essas opções quer ao nível das escolas quer ao nível local, devem ser conhecidas por todos e devem ser partilhadas, depois especificamente com certeza uma escola secundária não vai ter as mesmas ofertas que vai	
--	---------------------	--	---	--

			ter uma básica um pré-escolar, mas elas tem que ir ao encontro do mesmo projeto educativo, porque o projeto educativo deve ser comum em termos locais, a nossa unidade local aqui é o concelho portanto deve ser comum para todas as escolas do concelho, mas isto é apenas a minha opinião.	
--	--	--	--	--

Questão 7

- Que contributos poderá trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- A Proximidade	- Os municípios possuem um melhor conhecimento da realidade. - Oferta educativa adequada.	Aqui em termos do processo educativo, eu vejo isto, mais especificamente direcionado para os agrupamentos e para as escolas, tal como nós já falamos, existe aqui um grande potencial para melhorar a qualidade do processo educativo, desde logo porque as autarquias estão muito mais sensíveis às questões locais do que está o poder central, portanto quando tomas determinadas decisões em termos do processo educativo é muito mais importante que tu as tenhas pensadas de acordo com questões locais do que gerais, eu posso ter uma enorme quantidade, até excesso de oferta educativa na área do turismo no país todo, mas no concelho de Sesimbra essa oferta ser deficitária, portanto, voltas ao mesmo, às questões de política local, eu se souber isso, posso direcionar a minha oferta, atendendo às especificidades da população e tudo para questões mais locais... outro exemplo é a questão do pré-escolar, ou mesmo em termos do segundo e terceiro ciclo do básico teres determinadas opções que, no caso de poderem se tomadas ao nível local, se quiseres mudar, por exemplo, a maneira como trabalhas	Sujeito 2
	- Adequação de mecanismos.	- Facilidade em alterar o funcionamento de um determinado órgão em função		

	- Desarticulação - Proximidade e articulação.	das necessidades locais. - Ter o conhecimento mas não existiu articulação entre a escola e o município. - Risco de não existir, ou demorar o aparecimento dessas melhorias - O município enquanto substituto do Poder Central, mas igualmente afastado da escola - Articulação equivale a ganhos	numa escola, é muito mais difícil fazeres isso se tiveres de passar por não sei quantos órgãos centrais que não têm a mínima noção da realidade do que fazeres isso ao nível local, onde tens pessoas que diariamente entram e saem da escola essa é a tua realidade e sabem qual é necessidade específica daquela comunidade, portanto em termos da qualidade do processo educativo a proximidade e a especificidade, o conhecimento que a autarquia tem da especificidade de cada escola é importante..., e agora voltamos ao primeiro caso, á primeira pergunta que é, no caso da autarquia ter este conhecimento e não ter trabalhado durante não sei quantos anos num afastamento completo da escola e não conhecer minimamente aquilo que acontece, que eu sei que algumas autarquias infelizmente trabalham assim, portanto aqui em relação às melhorias, eu acho que entre o risco de não teres melhoria nenhuma e o risco de teres uma série de melhorias, o teres processos que pioram, se calhar se houver aqui uma questão ou questões relacionadas com tomadas de decisão desinformadas ou tomadas de decisão especificamente para determinadas opções políticas poderá haver aqui algum risco, mas eu penso que, ou não tens aqui nenhuma melhoria e continua tudo a funcionar na mesma no caso de substituir o poder central pela autarquia e esta continuar a ser um órgão de decisão afastado e um parceiro distante... ou podes ter grandes ganhos se a autarquia, como acontece em Sesimbra, for o parceiro próximo, local, conhecedor da realidade e que te pode ajudar nas tomadas de decisão de uma forma muito mais efetiva e muito mais produtiva do que uma tomada de decisão centralizada.	
--	---	---	--	--

	- Responsabilidade partilhada - Competência	- Participação de toda a comunidade educativa - Os órgãos locais com competência para promover essa alteração	As vantagens e desvantagens, elas existem, a questão é, as autarquias vão fazer, ou... as autarquias não, a comunidade educativa, porque é toda a gente, a participação, é a responsabilidade, ou esta tomada de decisão é responsabilidade partilhada, começa logo na comunidade educativa, conselhos gerais, concelhos municipais da educação, se esses órgãos forem capazes de tirarem o melhor desta transição eu acho que o potencial é grande, se todos os concelhos estão preparados para isto, não, também acho que a maioria não está preparada para esta transição ser assim, por isso é que eu digo que isto devia ser uma decisão tomada ponto a ponto, mas uma coisa é certa, tem de haver aqui um grande acompanhamento por parte das comunidades e por parte desses órgãos (conselhos municipais e gerais) que deviam, ou devem funcionar como órgãos de supervisão e controladores, órgãos efetivos, a exercer efetivamente esses poderes. Eu sei que para alguns é difícil, que as pessoas não percebem muito bem como devem fazer isso, porque não têm disponibilidade, não temos tempo, enfim, mas assim não dá, tem de participar nestes órgãos de decisão e nas tomadas de decisão que são importantes, se isso acontecer, eu acho que a longo prazo é isso que tem que acontecer, mas ainda vai demorar um bocadinho. Como te disse, eu em Sesimbra eu acho que as coisas correriam bem e o principal risco no nosso concelho é mesmo o subfinanciamento, é o nível de exigência que as escolas estão habituadas a solicitar á autarquia, e que tem sido respondido, não é compatível com uma transmissão de competências como está previsto e com o subfinanciamento que está previsto, porque quando	
	- Financiamento	- Aspeto financeiro coloca em risco o desenvolvimento das competências transferida.		

Matriz de análise de conteúdo – S3

Questão 1

- Que melhorias do sistema educativo português estão previstas na transferência de responsabilidades para as autarquias no âmbito da educação?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- Transferência - Responsabilidade - Proximidade	- Transferência de competências - Responsabilidade alargada - Princípio da subsidiariedade	Como sabe estão previstas transferências no âmbito da responsabilidade pelos edifícios escolares e pelo pessoal não docente. Esta responsabilidade que já era das autarquias no que respeita ao pré-escolar e 1ºciclo será alargada ao 2ºciclo, 3ºciclo e Secundário. Se tivermos em atenção o princípio da subsidiariedade, que considera que tudo o que é gerido localmente é melhor gerido do que centralmente, então isso constitui uma melhoria para o sistema de ensino português.	Sujeito 3

Questão 2

- Qual a sua opinião sobre essa transferência de competências?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- Favorável - Degradação/dificuldade de resposta	- Favorável /transferencia financeira adequada - Degradação do Parque Escolar - Transferência de verbas adequada - Dificuldade na resposta	Eu sou absolutamente favorável a esta transferência de competências, desde que a mesma seja acompanhada de uma transferência financeira correspondente - No caso de Sesimbra o parque escolar encontra-se muito degradado e se a transferência de competências não for acompanhada de uma transferência de verbas adequada, a CMS não irá ter a curto/médio prazo capacidade de dar resposta a todas as necessidades.	Sujeito 3

Questão 3

- Quais as implicações para a escola da passagem do poder de decisão em matéria de educação para o poder local?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Percepção dos docentes	- Mito - Articulação entre os atores - Trabalho em rede.	- Mito; - Permanece nas escolas; - Experiência positiva com a autarquia; - Projeto educativo concelhio em comum com as escolas - Projetos Educativos articulados. - Trabalho em rede.	Eu penso que isso é um mito, o poder de decisão continuará em grande parte nas escolas e na sua capacidade de intervenção local. No caso de Sesimbra já temos desde há largos anos uma boa experiência com a autarquia, que vai muito além daquilo que são as suas responsabilidades na Educação. Muita da política que é seguida nas escolas enquadra-se no projeto educativo concelhio que é definido no conselho municipal de educação. Considero que essa é a forma correta de agir, que cada escola encontre uma resposta adequada à sua realidade sem descuidar aquilo que são as orientações concelhias para a educação, e integrando-as no seu próprio projeto educativo. Os cinco agrupamentos de escolas não deverão competir entre si mas sim deverão trabalhar em rede, complementando-se e articulando-se.	Sujeito 3

Questão 4

- Com o aumento de competências atribuídas às autarquias, deverá a sua participação nos órgãos de direção da escola ser reforçada?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Percepção dos docentes	- Não	- Não há necessidade	As competências atribuídas às autarquias não interferem com os órgãos de direção da escola. A participação da autarquia nos órgãos de gestão das escolas continuará a ser a mesma, ter representantes no conselho geral.	Sujeito 3

	- Responsabilidade da escola.	- A responsabilidade continuará a ser da direção da escola	Os diretores eleitos pelo conselho geral e as suas equipas continuarão a ser os responsáveis pela gestão pedagógica e financeira das escolas.	
--	-------------------------------	--	---	--

Questão 5

- Na sequência dessa transferência de responsabilidades, como prevê que se venha a fazer a articulação entre o Ministério da Educação, a Escola e a autarquia?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- Órgão competente - Importância/dinamismo	- Conselho Municipal de Educação - Aumento da importância do Conselho Municipal de Educação	Penso que essa articulação passará também pelo conselho municipal de educação onde o ME tem um representante e onde têm assento todos os diretores das várias escolas, bem como outros representantes locais. Considero até que a transferência de competências para as autarquias vem trazer maior importância e dinamismo aos conselhos municipais de educação.	Sujeito 3

Questão 6

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- Imprescindível - Projeto Educativo Concelhio	- Imprescindível - Presiguição de objetivos comuns	Penso que das respostas anteriores já ficou patente que considero que uma política local de educação é imprescindível. Fui um dos proponentes no conselho municipal de educação para a necessidade de se elaborar um projeto educativo concelhio, que felizmente é uma realidade. O projeto educativo concelhio é	Sujeito 3

	- Trabalho de equipa	- Articulação conjunta	fundamental para que cada escola incorpore as medidas preconizadas no seu próprio projeto educativo, o que implica que todas as escolas caminhem no mesmo sentido. Não esquecer que, de uma forma holística, o todo será sempre mais do que a soma das partes.	
--	----------------------	------------------------	---	--

Questão 7

- Que contributos poderá trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- Positivo - Aspeto financeiro	- Manutenção da política de educação seguida pelo concelho - Verbas insuficientes para fazer face às necessidades	Apenas posso falar pelo caso de Sesimbra e, neste caso, considero que não irá mudar muito do que já é feito em termos da política da educação, a meu ver muito positiva e muito para além daquilo que são as responsabilidades atuais. Preocupa-me o financiamento para a gestão e manutenção das escolas, que passa a ser da responsabilidade da autarquia, mas sobretudo a incapacidade da autarquia para responder às necessidades do parque escolar caso não seja dada uma contrapartida financeira por parte do estado central.	Sujeito 3

Matriz de análise de conteúdo – S4

Questão 1

- Que melhorias do sistema educativo português estão previstas na transferência de responsabilidades para as autarquias no âmbito da educação?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- Proximidade	- A proximidade enquanto fator facilitador da resolução de situações problemáticas.	Acho que sei que eles querem transferir, principalmente, competências ao nível do 2º, 3º e secundário, porque ao nível do pré-escolar e primeiro ciclo as competências já são todas do município, praticamente todas, menos a do pessoal não docente. Penso que o fato de estarmos mais próximos do poder de decisão será o principal contributo para a melhoria do sistema educativo.	Sujeito 4

Questão 2

- Qual a sua opinião sobre essa transferência de competências?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- Receio/dúvida/incerteza - Falta de articulação -----	- Mais uma entidade a quem a escola terá que dar resposta. - Possível falta de articulação entre as diversas entidades. -----	Não sei. Tenho um bocadinho de receio que além da escola, além do ministério as escolas ainda fiquem com uma resposta a dar a outra tutela que será a Câmara Municipal, o meu maior receio é por aí, em vez de termos de dar resposta a uma entidade passamos a ter duas para dar resposta. Acho que é muito mais por aí. Não vejo que haja grande capacidade das duas entidades se entenderem para nos pedirem depois só uma coisa. Acho que vai haver aqui uma falta de articulação. Porquê?	Sujeito 4

	- Receio/dúvida/incerteza - Interferência Política ----- - Vantagens - Financiamento - Centralização	- Perda de autonomia da escola. - Questões partidárias, politiquices que possam colocar em causa o funcionamento da escola. ----- - Vantagens ao nível do pré escolar e primeiro ciclo - Resposta insuficiente do ministério para fazer face às necessidades reais das escolas.	Não sei. Acho muito...a autarquia ter que dar resposta...não sei...é porque não há nenhuma...quando nós tínhamos...a autonomia das escolas não chegou a ser efetiva, tínhamos de dar resposta ao ministério, agora a autonomia das escolas perde-se um bocadinho porque vamos ter de dar resposta à Câmara Municipal também, e não sei no meio de isto tudo onde é que as escolas vão interagir, não sei, a minha dúvida está muito por aí, e não sei se a parte política depois não vai estar a fazerTenho muito receio da parte política...quem é que nos vai governar daqui..., Quem é que nos vai governar daqui para a frente. A mim, já estou na idade em que isto não me vai afetar grande coisa, estou no fim, agora a vocês, não sei haverá uma politiquice aqui no meio, que por enquanto ainda não existe nas escolas. Estou com receio que essa politiquice possa comprometer o funcionamento da escola. Tem a ver com a tua experiência? ...já apanhei uns quantos presidentes de câmara, já passei por uns quantos, comecei a trabalhar aqui na Azóia em 78. A transferência a nível do pré escolar, acho que ganhamos, e no primeiro ciclo acho que estamos melhor em termos dos edifícios, por exemplo, olhas para as escolas secundárias e estão todas numa miséria, embora tenham apoio por parte da autarquia. A Câmara tem atuado nas nossas. A nível de pré escolar e primeiro ciclo, a coisa tem sido gerida sempre de maneira diferente, aqui falo só ao nível das infraestruturas, que não tem sido o secundário, apesar da participação da câmara. Apesar deles terem lá os duodécimos e aquela parte do orçamento do estado, nunca chega para uma obra nem para nada, estão sempre	
--	--	--	---	--

			dependentes que a tutela decida.	
--	--	--	----------------------------------	--

Questão 3

- Quais as implicações para a escola da passagem do poder de decisão em matéria de educação para o poder local?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Percepção dos docentes	- Gestão do pessoal docente - Compadrio	- Preocupação que a gestão do pessoal docente passe para a autarquia. - Elitismo/favoritismo	Preocupa-me mesmo é a cor política. A nível do primeiro ciclo, nós nem sequer vamos sentir esta mudança e não nos temos preocupado, a nossa preocupação tem sido só o pessoal docente, o pessoal docente para a autarquia não, essa parte ficou assegurada. Os concursos devem ser a nível nacional. A nível nacional recebes tudo...a nível do município por um lado seria mais justo, tem a ver com a competência, mas por outro lado não estamos habituados, nem faz parte do nosso panorama sermos colocados numa escola só por a competência, aqui tem sido sempre, e se calhar é esse sempre que alguma vez vai mudar, não sei. Acho que a nossa classe não está preparada para um concurso dessa natureza. É por favor é por elitismo é por favoritismo e acho que não é por competência. E o que é competência para uns não é para outros.	Sujeito 4

Questão 4

- Com o aumento de competências atribuídas às autarquias, deverá a sua participação nos órgãos de direção da escola ser reforçada?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Percepção dos docentes	- Conselho Geral. - Conselho Pedagógico. - Conselho Municipal de Educação.	- Representação no Conselho Geral. - Não há participação no Conselho Pedagógico, uma vez que está representada no Conselho Municipal de Educação - Não á participação na Direção da escola.	Em relação ao conselho geral acho devia estar representado a Câmara Municipal e as juntas de freguesia e para mim chegava. Em relação ao Conselho Pedagógico ..., se a autarquia vai ficar com as competências todas, também vai querer gerir uma parte do currículo local com certeza. Mas para já não me parece que o Conselho Pedagógico deva ter um representante da autarquia, porque se o conselho municipal de educação já vai aprovar o projeto educativo da escola, eu acho que por aí, ficávamos. A nível da direção , pois a nível da nossa direção, enquanto escola só até ao nono ano também não...a parceria que se tem acho que está bem, se me perguntares ao nível de uma escola secundária ou de uma escola profissional se calhar aí a resposta já tem que ser outra. Mas também não me faz sentido que a Câmara esteja representada na direção da escola.	Sujeito 4

Questão 5

- Na sequência dessa transferência de responsabilidades, como prevê que se venha a fazer a articulação entre o Ministério da Educação, a Escola e a autarquia?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Percepção dos docentes	- Centralização	- Dificuldades de articulação. Nova centralização.	Estamos a falar em três valências e como será a articulação entre eles. Eu acho que se era complicado as escolas gerirem com o ministério, imagina aqueles contratos de autonomia, agora com a Câmara acaba por ser um contrato na mesma, se calhar o poder passa a estar centralizado na	Sujeito 4

	- Uniformização. ----- - Projeto Educativo Concelhio - Parceria	- Uniformização de programas concelhios. ----- - Projeto Educativo Concelhio comum que consiga abranger as especificidades de cada escola. - Parceria com a autarquia no sentido de dar resposta aos jovens com dificuldades.	autarquia. E agora como é que eles se vão juntar? Em vez do ministério ter os contratos de autonomia para gerir e ter as escolas para gerir, agora passa a ter uma quantidade de planos de estudos, sei lá, o que vai aparecendo agora, depende dos projetos educativos locais e dos projetos de cada escola e não vamos ter projetos iguais com certeza mas se calhar o município aquilo que vai dar mais jeito será uniformizar se calhar programas...sei lá,...não sei. Achas que o município irá solicitar às escolas que direcionem as suas práticas para as necessidades do município? Pois eu estou a pensar que sim. E os alunos que não se enquadram? Será o município a encontrar respostas? Estou a lembrar-me do nosso contrato de autonomia prevê estágios para aqueles miúdos que fazem a maior parte da escolaridade numa empresa qualquer. É a escola a encontrar soluções e a fazer os contratos. O projeto é da escola cada escola tem o seu projeto educativo e cada escola tenta dar resposta a esses miúdos através do seu projeto educativo. E a Autarquia consegue gerir os interesses dos vários agrupamentos mantendo a individualidade de cada um, sem querer uniformizar um modelo? Cada escola está inserida num meio e o município tentará dar resposta aos problemas que aparecem em cada contexto? Há uma realidade envolvente que faz sentido para um projeto concelhio, mas onde cada escola tem de ter o seu projeto independente. Acho que não pode ser de outra maneira. O nosso projeto educativo não conseguimos dar-lhe corpo, não é exequível se não tivermos uma parceria com a autarquia. E aí, se calhar fazia sentido a autarquia	
--	---	---	--	--

			ter respostas para enquadrar os jovens que estão com dificuldades de integração na escola.	
--	--	--	--	--

Questão 6

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- Sim	- Apesar das especificidades de cada agrupamento existe semelhanças comuns.	Considero importante haver um política local, porque sendo um concelho tão pequeno há sempre coisas comuns a toda a gente, não faz sentido...os problemas dentro do concelho se calhar acabam por ser mais ou menos parecidos, se calhar a Quinta do Conde não tem muito a ver com Sesimbra, os problemas da Quinta do Conde são outros, mas temos aqui dois agrupamentos juntinhos e mesmo assim a realidade é diferente. Tens sempre diferenças, está um bocadinho mais esbatido porque Sesimbra deixou de ser aquela escola só de pescadores, portanto acho que houve uma grande melhoria a nível cultural. E acho que era mais fácil trabalhar com alunos do campo do que trabalhar com alunos de Sesimbra. Às vezes quando se fala nas visitas de estudo, nunca vos ouço a vocês com tantos problemas como nós temos, às vezes para os pais pagarem as visitas de estudo. Não sei se a população investe menos na cultura ou se é uma questão de dinheiro, sei que é sempre mais difícil, mesmo qualquer material, qualquer coisa que a gente peça em Sesimbra, que está ali ao lado da livraria que até poderia ir comprar, os miúdos aparecem com os materiais muito mais tarde do que por exemplo se fores para Aiana ou Alfarim. Tu pedes uma coisa e	Sujeito 4
	- Aspeto socioeconómico	- Diferenças sócio económicas da população de agrupamento para agrupamento.		

	- Investimento ----- - Iniciativa das direções dos agrupamentos. - Financiamento.	- Maior investimento logo melhores condições físicas e materiais. ----- - A participação dos agrupamentos em projetos condiona a aquisição de determinados recursos. - Falta de meios humanos e financeiros para dar resposta às necessidades.	os miúdos tentam responder a isso. Tinha a ideia que em relação à Quinta do Conde que Sesimbra estaria melhor, depois eu chego a escolas da Quinta do Conde e deparo-me com muito melhores condições, quer físicas quer materiais do que as nossas. No plano tecnológico existe um maior investimento naquele lado que neste. Mas esse investimento achas que foi por parte da autarquia ou por causa dos projetos em que as escolas estão envolvidas? Se calhar por causa dos projetos, por causa do número de alunos e por causa dos diretores. Estamos muito atrasados em relação aos meio informáticos. A autarquia paga ao agrupamento para fazer a manutenção dos computadores, por exemplo, mas paga mal, a quantia é tão irrisória que...queres uma resposta, tens de carregar com o computador para a escola sede para ser lá reparado por um auxiliar, a manutenção não existe, os equipamentos estão obsoletos e não dão resposta ao trabalho que era suposto ser feito.	
--	---	--	---	--

Questão 7

- Que contributo poderá trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Unidades de contexto	Unidade de
------------	---------------	---------------------	----------------------	------------

				enumeração
Percepção dos docentes	- Gestão de proximidade. ----- - Poder Centra/Local - Desconfiança.	- Contribui no sentido da resposta ser mais rápida e eficaz. ----- - Articulação entre Poder Centra e Poder Local. - Desconfiança no Poder Local	Sinceramente até posso ver algumas vantagens a nível dos técnicos e do pessoal não docente. Gerir bem os recursos pode trazer melhorias significativas. Será uma gestão de maior proximidade e talvez os problemas de ausências seja resolvido mais facilmente. Falo dos que a câmara tem e dos que poderá vir a gerir. (Como por exemplo os técnicos do CRI) Mas se as competências forem transferidas para as autarquias como se prevê, achas que o poder central vai ter voto nessa matéria? Acho. Acho que não vai ser assim, a câmara recebe as transferência mas o poder central terá sempre uma palavra a dizer. Também não sei se seria bom, senão cada município faria do ensino aquilo que queria.	Sujeito 4

Matriz de análise de conteúdo – S5

Questão 1

- Que melhorias do sistema educativo português estão previstas na transferência de responsabilidades para as autarquias no âmbito da educação?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- Proximidade/aumento das responsabilidades	- Aumento das responsabilidades da autarquia nas várias vertentes do setor da educação.	Na sequência do que já tem havido nos outros anos eu suponho que as melhorias que estão previstas, tanto quanto me lembro, é um alargar das responsabilidades das autarquias locais, na ação social escolar, neste momento já tem refeitórios, transporte, apoio a alunos com necessidades económicas e necessidades educativas especiais mas para o pré escolar e primeiro ciclo, agora prevê-se o alargamento para o segundo e terceiro ciclo, prevê-se também que as autarquias fiquem com a responsabilidade da melhoria e do acompanhamento das construções e manutenção dos edifícios escolares, neste momento é só o pré escolar e o primeiro ciclo, passarão a ter uma abrangência ao nível do segundo e terceiro ciclo, depois, também a parte do pessoal não docente, já tem o acompanhamento do pessoal do pré escolar, passará também a ter o acompanhamento e a gestão do pessoal do primeiro, segundo, terceiro e parece-me também que do secundário. E parece-me que é sobretudo nesta área que pode trazer vantagens embora a custo para alguns de nós, dos nossos hábitos, não estamos habituados...gostamos muito e conhecemos todos os autarcas os funcionários das autarquias, mas depois quando isso nos é proposto, ficamos assim um bocado indecisos, será que funcionará, mas suponho que sim. Tudo o que é mudança custa um	Sujeito 5
	- Mudança nos hábitos	- Dificuldade em mudar velhos hábitos.		

	- Financiamento - Burocratização	- As contrapartidas financeiras serão ou não adequadas. - Apesar da proximidade o fantasma da burocratização permanece	bocadinho, mas suponho que trará vantagens. Penso que são essas as grandes mudanças que irá existir na passagem para.....é claro que as câmaras e as juntas de freguesia hão de vir a ter outro tipo de apoios por parte do ministério, as chamadas contrapartidas. Teremos de esperar para ver se vem a tempo e horas e sobretudo se há uma parte...nós queixamo-nos muito que o ministério é muito burocrático, que as decisões levam muito tempo a ser tomadas, mas o que é facto é que as autarquias locais apesar de estarem mais perto das escolas, apesar de estarem aqui mesmo ao nosso lado e de colaborarem connosco, também são muito burocratizadas, nós sabemos disso, às vezes uma pequenina decisão, de uma secretária para a outra leva dias, e esperemos que tudo isso seja mais agilizado, para responderem mais rapidamente e mais concretamente aquilo que a escola precisa.	
--	--	--	---	--

Questão 2

- Qual a sua opinião sobre essa transferência de competências?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Percepção dos docentes	- Inevitável	- O conhecimento dos diversos atores educativos sobre diferentes temáticas é mais abrangente - Capacidade local para seguir o caminho mais indicado.	A minha opinião é que ela é inevitável. Depois da constituição, da lei de bases, depois de toda a legislação que veio da criação dos agrupamentos de escolas com o novo modelo de gestão é uma decisão que a pouco a pouco é inevitável, cada vez mais... as bases..., a comunidade local, que é felizmente, cada vez mais educada do ponto de vista democrático, do ponto de vista social, do ponto de vista científico, as pessoas cada vez sabem mais, e os meios de comunicação, a internet, ajudam a tudo isso, cada vez mais as pessoas serão capazes localmente de tomar	Sujeito 5

	- Poder Central - Proximidade - Desigualdades - Desburocratização	- Continuidade do Poder Central definir aspetos fundamentais da educação - A proximidade como fator facilitador de adaptação às exigências locais - Desigualdade entre municípios. - Desburocratização dos sistema.	as decisões e escolher os caminhos que querem para a sua comunidade local. É lógico que as decisões centrais de um currículo, no caso da educação, da organização da rede escolar, isso terá que ser à mesma o ministério a fazer... ...mas as decisões locais de adaptar mais aquele currículo à necessidade de uma comunidade mais virada para o mar, como é o nosso caso aqui, virada mais para a agricultura e para a extração de produtos da terra será mais para o interior do país, acabará por ser tomada localmente, para além do que, como disse antes a resposta local, á partida, será mais rápida do que a resposta a nível nacional, embora, existirão com certeza, como já existem, desigualdades por exemplo municípios pequeninos com menos possibilidades terão mais dificuldades em responder do que outros municípios mais ricos, maiores, onde há partida terão mais apoios do estado, terão mais facilidade esses do que os outros mais pequenos. A minha opinião é favorável, tem é que haver, uma desburocratização, não é que eu seja contra a burocracia, mas acho que ela serve para qualquer coisa e não para existir apenas enquanto burocracia.	
--	--	--	---	--

- Quais as implicações para a escola da passagem do poder de decisão em matéria de educação para o poder local?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- Proximidade e articulação - Proximidade sinónimo de conflito - Política	- Maior proximidade e articulação entre a autarquia e a escola. - A proximidade poderá ser causadora também de alguns atritos entre a autarquia e a escola. - O fator político/partidário como possível entrave ao entendimento entre os parceiros locais.	Parece-me ainda que uma maior ligação às autarquias locais, tem que existir. Se já existe se nós já estamos em consonância com as autarquias e se já trabalhamos ao nível de pré escolar e primeiro ciclo com as autarquias locais, depois os outros ciclos ainda terão de trabalhar mais, isso é fácil de dizer e é fácil de perceber que terá de ser assim... ...depois na realidade quando chegamos á altura de trabalharmos em consonância com os autarcas, com os técnicos da autarquia nós sabemos que é mais difícil, cada um de nós tem o nosso espaço já, o nosso espaço físico, o nosso espaço psicológico e às vezes é difícil adaptarmo-nos e seguirmos orientação e indicações de outras pessoas de outros técnicos..., e agora é a câmara,... é a câmara que vem mandar na escola...e às vezes as nossas capelinhas...chocam aqui um bocadinho...eles próprios, nas autarquias dirão o mesmo, se calhar haverá alguma dificuldade inicialmente em conseguirmos conviver, conviver no sentido desta organização mas suponho que será este o caminho, haver uma maior ligação ainda entre a escola e autarquia, teremos de nos abrir ainda mais, no nosso caso do primeiro ciclo e pré escolar trabalhamos muito com eles, mas nos outros ciclos, suponho, que ainda terá de haver uma maior abertura às autarquias e às políticas autárquicas..., ...claro que depois aqui a gente fala em política, às vezes vem logo á mistura as politiquices as partidarices e tudo isso, e às vezes se há sítios onde...num meio mais ou menos consensual aqui em Sesimbra parece que apesar das diferenças políticas e	Sujeito 5

			partidárias.... Nós aqui damo-nos bem mas há sítios onde isso não acontece, pronto há sítios onde isso é mais difícil e as questões partidárias, às vezes, se sobrepõem a tudo mais...haverá com em certeza mais dificuldades. Aqui tem sido mais calmo, apesar de algumas divergências, consegue-se superar tudo, enfim o bom senso tem-se sobreposto a isso tudo.	
--	--	--	--	--

Questão 4

- Com o aumento de competências atribuídas às autarquias, deverá a sua participação nos órgãos de direção da escola ser reforçada?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- Não - Conselho Geral mais interventivo. - Responsabilidade do Conselho Municipal da Educação	- Não se verifica a necessidade de alterar a presente constiuição dos órgãos existentes. - Maior responsabilidade e intervenção do Conselho Geral - Conselho Geral e Conselho Municipal de Educação mais presentes nas decisões das políticas educativas locais.	Tenho estado a tudo a dizer que sim, aqui digo que não, aqui já digo que não. "cada macaco no seu galho", se for preciso que haja um elemento...que a organização da gestão das escolas se altere para ter mais um elemento...mas não vejo necessidade disso, para já, acho que o funcionamento atual tem funcionado, tem resultado, mas o atual órgão, o Conselho Geral, tem lá o representante das autarquias, as autarquias e as escolas e os pais e a comunidade já estão ali representados terá é que haver, não só no nosso agrupamento mas suponho que também nos outros na maioria, uma maior responsabilização do Conselho Geral, o Conselho Geral acaba por ser um órgão mais de fachada, digamos assim e é a direção em si que resolve tudo praticamente ao nível da escola. Se o Conselho Geral poder ser, se conseguir ser, não é só uma vontade, se conseguir ser mais interventivo...já estão lá representados os diversos elementos da comunidade e depois...por outro lado ao nível local há o Conselho Municipal de Educação, que inclui mais as autarquias, sobretudo, e depois	Sujeito 5

		- Conselho Municipal de Educação enquanto principal órgão da definição das políticas educativas locais.	os outros órgãos, os representantes do agrupamento da comunidade local do ministério, também se esse órgão...de que a gente ouve falar duas ou três vezes por ano, ou se calhar nem tanto, dar conselhos à comunidade, aos representantes da educação, hão de dar esses conselhos para seguir a política educativa local é verdade, mas parece que apesar de tudo estes órgãos onde está muita gente representada ainda são órgãos de fachada, com vontade em fazer mas depois quem decide são vereações, presidências direções dos agrupamentos e são aqueles mesmos órgãos que decidem, agora maior participação e integração dos órgãos de gestão da escola, parece-me que não, que não será necessário.	
--	--	--	--	--

Questão 5

- Na sequência dessa transferência de responsabilidades, como prevê que se venha a fazer a articulação entre o Ministério da Educação, a Escola e a autarquia?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- Comissão restrita do Conselho Municipal de Educação	- Articulação através de uma comissão restrita do Conselho Municipal de Educação	Eu suponho que irão funcionar através daquele órgão, o conselho municipal de educação, se calhar vai ter uma comissão mais restrita, se calhar com um representante..., essas chamadas comissões de acompanhamento, qualquer coisa assim, se calhar com um representante regional do ministério da educação, se calhar com um representante da autarquia e do agrupamento, ou dos agrupamentos, em principio haverá um grupo mais restrito que vá fazendo o acompanhamento de tudo isso. Deve ser um conselho municipal de educação mais restrito. Irá acompanhando e vendo as decisões que se irão tomando, vendo se as decisões estão integradas no plano local de educação, se essas decisões se	Sujeito 5

	- Controlo Financeiro do Ministério da Educação.	- O ministério mantém o controlo sobre diversas valências da escola, como a financeira.	integram nesse plano local de educação. Suponho que será por aí, não estou ver que venha a ser criado mais um órgão para se tratar disso. Para além daquela articulação que há normalmente, o ministério da educação apesar de passar as coisas, passar muitas competências para as autarquias, não vai abdicar de supervisionar de ver se está tudo em ordem. Mesmo agora com a gestão que existe nas escolas, a gente vê...a escola tem autonomia, mas está sempre dependentes de um sim que venha lá de cima, sobretudo nas questões que tem a ver com dinheiros.	
--	--	---	--	--

Questão 6

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- Sim.	- A proximidade como resposta mais rápida e eficaz às exigências locais.	Sim. Política local de educação é aquela que se vem seguindo em cada um dos municípios e é importante que aconteça. Quem está mais perto vem cada vez mais respondendo às necessidades locais. Nos temos o exemplo da ampliação da escola do segundo e terceiro ciclo Navegador Rodrigues Soromenho, foi sobretudo, além dos órgãos de gestão, mas sobretudo a CM de Sesimbra a fazer muita pressão junto do governo para conseguir que a escola avançasse que a ampliação comesse, e nas outras escolas a mesma coisa. Por isso é importante uma política local, servindo, respondendo mais rapidamente mais concretamente com mais proximidade às necessidades locais. Não quer dizer que o ministério, o governo não saiba o que se tem de fazer aqui ou ali, mas aqui estão bem mais perto..., o nível de preocupação será o mesmo mas a quantidade de preocupação é muito menor, por	Sujeito 5

	- Política Nacional e Política Local	- Política nacional e local com aspetos comuns. Especificidades locais com respostas mais céleres.	isso localmente responde-se, de certeza, mais rapidamente e com maior eficiência às necessidades locais. Daí uma política local mas não podendo desviar-se da política nacional, os currículos tem de ter uma base comum, todos temos que falar o português, e o português é igual para todos, todos temos as mesmas noções de matemática, por isso um comum a todos nós, à nossa realidade portuguesa tem ser geral, mas depois o local, as necessidades locais, essa política local de educação há de responder mais rapidamente...suponho que sim.	
--	--------------------------------------	--	--	--

Questão 7

- Que contributo poderá trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção dos docentes	- Proximidade como resposta mais eficaz.	- Com a resolução das exigências locais o clima geral do ensino melhorará e conseqüentemente a qualidade da educação.	À partida deve contribuir para resolver mais rapidamente as tais necessidades locais e o processo educativo em geral. Se isso estiver resolvido nós localmente..., vemos a coisa na perspetiva do professor, responsáveis pela nossa organização pela nossa escola mas se nós tivermos os nossos problemas resolvidos, satisfeitos, os nossos colegas também satisfeitos com essa resolução, os alunos bem, a comunidade bem ou a caminhar nesse sentido, de certeza que o ambiente para levar à prática a parte educativa, a parte curricular, em geral melhorará, o processo educativo será mais facilitado. parte curricular, em geral melhorará, o processo educativo será mais facilitado. À partida poderá ser muito fácil dizer isto, mas quando as pessoas estão felizes ou se sentem bem	Sujeito 5

Matriz de análise de conteúdo – S6

Questão 1

- Enquanto responsável autárquico pelo pelouro da educação, como vê a transferência de competências do poder central para a autarquia? Quais os aspetos positivos e os negativos dessa transferência?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção da autarquia	- Proximidade como aspeto positivo - Conhecimento - Alocar recursos de acordo com as necessidades.	- é uma mais valia para a comunidade educativa, desde logo porque as câmaras estão muito mais próximas - Melhor conhecimento da realidade das escolas e definição adequada aos problemas locais.	Nós sempre entendemos e temos o afirmado publicamente em vários fóruns que vemos com bons olhos a transferência de competências, achamos que a municipalização da educação é uma mais valia para a comunidade educativa, desde logo porque as câmaras estão muito mais próximas, conhecem muito mais a realidade das escolas e os seus problemas do que o ministério que está longe e portanto que tem que tratar todos os territórios educativos de uma forma idêntica e nós aqui podemos definir estratégias locais específicas de acordo com as nossas realidades, de acordo com as necessidades de cada escola, que são diferentes de escola para escola, de projetos educativos para projetos educativos, portanto para nós a transferências de competências foi sempre vista com bons olhos e sempre a assumimos, quando	S6

	- Falta de financiamento com aspeto negativo - As verbas a transferir manifestamente insuficientes. - A descentralização como possível aspeto negativo. - Proximidade como ponto forte - Desinvestimento.	- Se não houver financiamento, o mau trabalho que é hoje feito pelo ministério, irá resultar na dificuldade das câmaras poderem intervir na resolução de problemas que vão herdar. - As escolas que passarão para a responsabilidade da autarquia por via dessa descentralização de competências vem todas em mau estado - - O desinvestimento do ministério, nas escolas colocará grande pressão sobre as autarquias	assumimos a transferência ao nível dos jardins de infância e do 1º ciclo, achamos que foi essa a solução de competências que permitiu um trabalho de qualidade, requalificando os equipamentos escolares do 1º ciclo, construindo novas salas do jardim de infância, e o trabalho, hoje está feito no terreno e portanto hoje todos os municípios provam que esta aproximação do poder local à comunidade educativa traz benefícios muito grandes. O problema não é este princípio base, se o princípio base é aceitável por nós e defendemo-lo, a questão que se coloca é de financiamento, ou seja, se não houver financiamento, o mau trabalho que é hoje feito pelo ministério, em termos de equipar os edifícios escolares... esta falta de investimento que se traduz depois no terreno, nesta diferença entre os equipamentos é aquilo que irá resultar na dificuldade das câmaras poderem intervir na resolução de problemas que vão herdar, as escolas que passarão para a responsabilidade da autarquia por via dessa descentralização de competências vem todas em mau estado, ou a maioria está em mau estado, e a verba que é proposta transferir para os municípios	
--	---	--	---	--

	- O pessoal não docente como possível aspeto negativ - Resistência ao contrato de renovação de transferências	- Os recursos humanos herdados do ministério da educação como mais um problema para a autarquia.	para resolver problemas que não foram resolvidos durante décadas é na nossa perspectiva mais do que insuficiente. O ponto forte é exatamente essa proximidade, a noção que com essa proximidade e com uma relação estreita. Como ponto fraco é o desinvestimento que no fundo o ministério se propõe fazer, transferindo o desinvestimento de décadas para as autarquias e obrigar as autarquias a resolver um problema que no fundo é quase a quadratura do círculo..., dar uma resposta de maior qualidade se os recursos financeiros e humanos não estiverem adequadas às necessidades. E quando digo recursos financeiros também não podemos esquecer os recursos humanos. Nós vamos receber um pacote de transferências que nos diz, e que nós sabemos que a maior parte do pessoal não docente das escolas são da responsabilidade do ministério e que são pessoas idosas, muitas delas estão com baixas continuadas que são necessárias substituir, aliás todos os anos assistimos os senhores diretores dos agrupamentos a vir para a comunicação social, e os pais a fazerem	
--	---	---	--	--

			também pressão, para que as escolas sejam dotadas de mais recursos humanos, são sempre insuficientes, mas sabemos que o ministério vai transferir aquele rácio, que mesmo que não estejam a trabalhar, porque estão de baixa prolongada, não podem ser substituídos porque não há verba para isso, portanto, ou câmara assume mais uma vez à conta do seu erário a substituição a contratação para estas faltas ou então vamos manter aquilo que tem sido o panorama atual das escolas e este efetivamente o ponto mais fraco e que tem levado muitos municípios como Sesimbra a rejeitar e a resistir a assinar o contrato de renovação de transferências.	
--	--	--	---	--

Questão 2

- Quais são as condições que a autarquia dispõe para essa transferência de competências/responsabilidades e quais as que deveria ter e não tem/as que estão em falta?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção da autarquia	- Corpo técnico experiente.	- Corpo técnico com conhecimento profundo da realidade escolar, devido à proximidade existente entre autarquia e as escolas.	As condições que a autarquia de Sesimbra concretamente tem é um corpo técnico quer da divisão da educação quer de outras divisões,	

	- Pressão sobre a parte administrativa da autarquia.	- Um aumento significativo do número de funcionários da autarquia poderá colocar em causa o funcionamento da sua máquina administrativa.	que tem acompanhado ao longo de muitos anos as escolas, nesta relação de proximidade e conhecimento e que permitirá também agilizar muitos dos problemas, alguns dos problemas não se resolvem só com questões financeiras ou com questões de recursos humanos, resolvem-se com a prontidão da resposta, com o conhecimento profundo da realidade e portanto penso que esta é uma realidade, é uma condição fulcral para que o trabalho possa ser bem executado, portanto essa é uma condição que a câmara tem, que tem vindo a apurar e a desenvolver ao longo dos anos e que pode ser uma garantia que estas competências ou este trabalho que teremos que fazer no futuro com a assunção destas competências poderá ter resultados positivos, obviamente que depois temos a ausência de outras condições, e a ausência de outras condições, para além das financeiras que são sempre abordadas, é a necessidade de ter em termos da própria gestão interna da câmara,	
--	---	---	---	--

			repare neste momento temos cerca de 1000 funcionários, toda a estrutura da câmara, dividido nas várias áreas, obras municipais, urbanismo, limpeza urbana, o que está estimado com esta nova transferência de competências, onde vêm todas as escolas do 2, 3 ciclo e secundário é cerca de mais quinhentas pessoas e portanto é 50% do que é hoje o corpo de funcionários da câmara, isto vai obrigar aos próprios serviços internos da câmara, nomeadamente ao nível dos recursos humanos da divisão de educação de se reajustarem, no fundo é quase como um renascimento que temos todos de fazer para poder absorver estas quinhentas pessoas, que não é absorve-las é também geri-las, ao nível das faltas, das avaliações ao nível da gestão do pessoal. Essa vai ser uma das grandes preocupações que temos neste momento. Portanto são preocupações, que não foram as	
--	--	--	--	--

			mais imediatas, no início a nossa rejeição prendeu-se com a questão financeira, quando vimos os valores de referência dados pelo ministério, mas todas estas questões que surgem depois, são tão ou mais penosas do que as questões financeiras, além daquelas que poderão surgir depois.	
--	--	--	---	--

Questão 3

- Que contributos poderão trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção da autarquia	- A transferência vista pelas escolas como positiva.	- A transferência é desejada pelas escolas, no entanto a autarquia resiste a essa transferência uma vez que não estão reunidas as condições para a sua realização.	A maior parte dos diretores estão ansiosos, quando nas reuniões do Conselho Municipal de Educação, ou noutros fóruns eu manifesto essas preocupações com as transferências de competências e tento justificar, ano após ano, que a câmara de Sesimbra, mais uma vez decidiu não avançar, não aceitar a delegação de competências, vemos da parte dos senhores diretores dos agrupamentos alguma deceção e incompreensão porque acham que a câmara deveria aceitar essa delegação de	S6

	- A contribuição da autarquia deveria ser mais efetiva nas questões essenciais da escola.	- A descentralização só ao nível das competências administrativas, deixando a autarquia de fora das questões essenciais do ensino. A participação da autarquia deveria ser mais ativa.	competências porque o trabalho seria muito melhor, aliás aquilo que é a opinião consensual de todos os diretores é que se a câmara já tivesse essas competências as coisas estariam a correr muito melhor, portanto isto só por si já responde um pouco quais os contributos para a comunidade da própria opinião da comunidade educativa, dos diretores dos professores e dos próprios pais que se essas competências fossem já assumidas pelas câmaras as coisas funcionariam melhor. Mas também na verdade quando se fala na descentralização de competências, e esta é uma questão que me preocupa, o que se está a falar é uma desresponsabilização, porque na verdade as competências que vêm são meramente administrativas, mas ao nível educativo não está a ser passada nenhuma competência para as autarquias que permita que as autarquias tenham um papel mais ativo na definição do que é um projeto educativo local de educação, os territórios educativos, aquilo que é a essência da educação que é a formação dos alunos, para as autarquias não está a ser passado nada, portanto o que vamos	
--	--	---	---	--

	Proximidade entre escola e autarquia.	A participação da autarquia meramente como secretaria e empreiteiro, quando a relação existente vai muito além das suas competências.	ter neste momento a proposta é a parte toda administrativa e burocrática, que podíamos fazer nós como podia fazer o ministério se tivesse dinheiro, portanto nós o que vamos fazer no fundo é um intervenção física, aquilo que está a ser passado é uma intervenção física, seja ao nível dos edifícios seja ao nível de colocação de pessoal não docente, mas não é a parte essencial da educação porque essa poderia ser a capacidade que as autarquias de intervir na definição dum projeto educativo. Seria esse aspeto que deveríamos refletir e que não vai mudar com este pacote de descentralização, portanto nós vamos estar aqui a servir de secretaria por um lado e de empreiteiro por outro, não é mais do que isto, agora o que é facto é que em Sesimbra nós temos vindo ao longo dos anos a interagir com as escolas no sentido, mesmo em escolas que não são da nossa área de intervenção, escolas do 2, 3 ciclo e secundário, em termos de projetos educativos a ter um papel ativo, aliás Sesimbra tem sido considerada pioneira,.. fomos pioneiros na elaboração de um projeto educativo local, e neste momento já estamos na 3º geração do	
	Intervenção mais ativa da autarquia.	A intervenção da autarquia marcada pela estreita articulação com as escolas, no sentido de dar respostas as reais necessidades.		

	Conhecimento efetivo da realidade do concelho. Articulação entre a escola e a autarquia como contributo positivo.	A preocupação da autarquia em criar um conjunto de ações que fossem ao encontro das necessidades de formação dos munícipes. Intervenção da autarquia supera as competências previstas na transferência de competências.	projeto educativo local que reuniu todas as escolas, a primeira vez que iniciamos a elaboração deste projeto educativo local foi em 2006, fizemos várias reuniões com a comunidade educativa com as escolas, com os agrupamentos para definir aquilo que eram as áreas de intervenção consideradas prioritárias e não definimos só para as escolas da nossa área de intervenção, fizemo-lo de uma geral, para todas as escolas, onde é que era necessário apostar, se era na formação de professores se era necessário apostar em mais recursos, em transportes, quais eram as áreas onde este território educativo estava carenciado, quais eram as potencialidades quais eram as fragilidades e o que é que nós podíamos em termos de comunidade para resolver estas questões e foram apontados vários eixos que nos orientaram na nossa intervenção com as escolas, portanto, na altura não havia projetos educativos. Foi também com base nesse diagnóstico que	
--	---	---	---	--

			fizemos várias reuniões com o ministério da educação e com o IEP para criar alguns cursos de educação formação e aquelas salas PIEF, que estabelecemos duas em cada agrupamento Esta interação que o projeto educativo propôs é uma mais-valia que não precisamos de um protocolo de descentralização para o fazer. Infelizmente o protocolo de descentralização nem prevê esta relação em termos curriculares, em termos formativos e pedagógicos, mas já o estamos a fazer com as escolas efetivamente, iremos continuar a fazer esse trabalho. Portanto. Há aqui um conjunto de intervenções de fazemos em articulação com a comunidade educativa que essas sim são a grande mais valia entre a proximidade do município e a sua comunidade educativa, que esta possibilidade de usar estes dinheiros e estes recursos que nós temos para garantir que as escolas tenham maior sucesso curricular, aquilo que nos	
--	--	--	---	--

			querem passar não tem nada a ver com isso	
--	--	--	---	--

Questão 4

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Percepção da autarquia	Claro. Conhecimento da realidade.	A proximidade permite um conhecimento real e adequada das necessidades de cada escola.	As escolas não são iguais apesar de sermos um território pequeno, há necessidades diferentes em termos educativos, pedagógicos, não estou a falar daquilo que é o básico que são os edifícios, há projetos educativos que são distintos e portanto temos uma politica local que define o que é que é a realidade de cada território educativo. ...,portanto um projeto educativo local uma estratégia educativa local é fundamental e orgulho de dizer que nós temo-la aqui no nosso concelho.	

Matriz de análise de conteúdo – S7

Questão 1

- Enquanto representante da comunidade, como vê a transferência de competências do poder central para a autarquia? Quais os aspetos positivos e os negativos dessa transferência?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção da comunidade	- Proximidade como aspeto positivo. - Aspetos negativos: Gestão do pessoal não docente e verbas desadequadas.	- Maior proximidade do poder decisório em relação às reais necessidades do concelho. - Gestão do pessoal não docente. - As verbas disponibilizadas ficam aquém do desejado.	Há um conjunto grande de competências que estão prevista serem transferidas, sendo este um dos grandes pontos, ou pelo menos é uma das grandes prioridades desta legislatura. Esta transferência de competências que é mais abrangente para além da educação, mas focando-me na educação, há aspetos negativos e positivos como em todas as decisões. Os aspetos mais positivos é uma maior proximidade com as reais necessidades da comunidade educativa do Concelho de Sesimbra, dar ao poder local essa gestão e essa aproximação e a capacidade de priorizar dentro daquilo que será o espetro da gestão da educação dentro do concelho. Também tem aspetos negativos, e uma das experiências que nós já tivemos enquanto Associação foi no final do ano letivo passado, a indefinição que paira de como é feita a gestão de pessoas em primeiro lugar, e em segundo lugar aquilo que é normalmente estipulado como verbas, como orçamentos, quer da gestão de recursos humanos quer na gestão de equipamentos, que aparentemente, já se queixa o poder local, que o poder central não está a disponibilizar verbas dentro dessa grandeza, da grandeza que é expectável, e nós enquanto Associação de Pais tivemos essa	Sujeito 7

	- Acessibilidades como fator negativo. - Descentralização e proximidade como aspetos positivos.	- As acessibilidades como condicionantes ao desenvolvimento do sistema educativo. - A descentralização e proximidade como forma de agilizar processos para responder de forma mais célere aquilo que é as necessidades locais. - A transferência de verbas para colmatar as	abordagem por parte da Câmara Municipal de Sesimbra no final do ano letivo passado, que nos solicitou a nossa disponibilidade de fazermos a gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular, em que o valor que era disponibilizado era manifestamente insuficiente para cativar qualquer tipo de profissional de educação em se deslocar à escola para lecionar uma hora uma hora e meia. Estamos a falar que nós pertencemos a um Concelho que embora geograficamente estejamos entre duas cidades, a capital Lisboa e a cidade de Setúbal, a verdade é que não somos assim tão centrais e verificamos isto em várias atividades em que a captação de recursos humanos nesta zona, especializada na área de educação e que se possa deslocar uma hora, uma hora e trinta por dia para lecionar uma aula, por exemplo no caso da escola de Aiana, só a deslocação era mais cara do que o próprio vencimento que a pessoa ia auferir, isto é dizer que também que não estando nós num eixo central a deslocação por meio públicos é uma dificuldade e isto é algo que Sesimbra também tem que repensar onde se quer posicionar em relação à mobilidade dos seus munícipes. Como membro da associação de pais e enquanto munícipe, vejo com agrado que haja uma descentralização e uma proximidade sobre aquilo que é as necessidade dos recursos, no entanto vejo com grande preocupação aquilo que é a gestão das verbas, essa transição que poderá ser deficitária por parte do poder central, e depois preocupa-me, como disse haver prioridades, mas depois há prioridades que podem ficar para trás, e que é prioritário para nós enquanto Associação de Pais para determinada escola pode não ser prioritário para o concelho.	
--	---	--	--	--

	- A transferência de verbas não é adequada às competências transferidas.	necessidades emergentes - Indefinição das necessidades prioritárias por parte do Poder Local, poderá levar a atrasos na resolução.	Temos um bom caso na Aiana, por exemplo o mobiliário da sala do pré-escolar que já foi solicitados há muitos anos, diretamente ao poder local e que continuamos sem ter resposta, portanto eu acredito que ainda se vá agravar mais esta falta de verbas para chegar até às escolas, Queria também dar nota duma situação que nos preocupa que também tem haver com o mobiliário, é que percebemos que há alguma degradação do mobiliário e dos imobiliários, ou seja da escola em si, e esta gestão de manutenção, passando agora para um poder local, havendo já escassez de verbas como está referido por várias autarquias, virá ainda agravar mais o estado do mobiliário e do imobiliário das escolas, portanto é algo que também vemos com preocupação, mas como ainda existe muita indefinição sobre esta gestão, neste momento não consigo dar grandes respostas...mais concretas, porque neste momento no próprio governo tem existido vários avanços e recuos sobre a gestão dessa alteração e que sem termos tudo bem definido o que é cada ponto será difícil estar aqui a fazer futurologia sobre esta gestão.	
--	---	--	---	--

Questão 2

- Quais as implicações que essa transferência de competências do poder central para a autarquia poderá trazer para o funcionamento da escola?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção da comunidade	- Gestão dos recursos humanos. - Competência da autarquia para a gestão do pessoal não docente.	- A gestão do pessoal não docente transitará para a autarquia. - Coloca-se em questão se a autarquia terá nos seus quadros, técnicos com competência para realizar a gestão do pessoal afeto à educação.	Penso, se bem estou recordado para além da gestão dos imóveis há também a gestão de pessoas, ou seja tirando as pessoas docentes, toda essa gestão passa do ministério da educação.... ...unicamente os professores..., ou seja os auxiliares de educação que hoje estão associados ao ministério da educação, ao poder central transitarão para a autarquia. Sabemos que a gestão de pessoas é um dos grandes desafios e estamos a atravessar uma crise pandémica sem precedentes e que irá lançar novos desafios sobre a gestão de recursos humanos isso será incontornável. Ou seja os auxiliares de educação que hoje estão associados ao ministério da educação, ao poder central transitarão para a autarquia. Sabemos que a gestão de pessoas é um dos grandes desafios e estamos a atravessar uma crise pandémica sem precedentes e que irá lançar novos desafios sobre a gestão de recursos humanos isso será incontornável. Tem vindo a verificar-se na gestão de pessoas algumas dificuldades, estando o poder central a assumir essa responsabilidade, recordamos que durante alguns período do ano e em outros anos letivos tivemos algumas dificuldades na gestão de pessoas, felizmente estabilizou, mas não sabemos o que será para a frente e não sabemos se, não sei eu enquanto munícipe se a Câmara Municipal de Sesimbra terá pessoas com competência para fazer gestão de recursos	Sujeito 7

	----- - Mobilidade como possível fator negativo. - Competência da autarquia para a gestão de recursos humanos.	----- - A mobilidade poderá colocar funcionários a desempenhar papeis para os quais não têm formação. - Terá a autarquia competência para recrutar, selecionar e gerir pessoas para desempenhar funções na área da educação.	humanos na educação, ou seja, é uma incógnita, não sei se estaremos aptos ou não para esta gestão de pessoas, porque depois aquela parte do processamento de salários e tudo mais isso é ciclos, agora na competência do recrutamento, na competência na gestão das pessoas, na gestão de carreiras poderá não ser fácil, ademais não sei se, os quadros, penso que existe quadros salariais de acordo com as funções se eles se irão manter ou não na transição desta gestão, mais uma vez não estão totalmente dentro da informação, mas vejo aqui como grande desafio a gestão de pessoas a gestão de recursos humanos. E essa gestão de recursos humanos poderá trazer consequências para o funcionamento das escolas? Atendendo à mobilidade que existe dentro do poder público poderá haver algumas complicações, porque neste momento, abrindo o espectro da mobilidade, poderemos ter, sem qualquer desprimor, podemos ter um electricista da Câmara Municipal de Sesimbra a poder-se candidatar a um posto de educação, porque atendendo há mobilidade interna dentro das autarquias, enquanto que se estivéssemos num poder central, ministério da educação saberíamos que a mobilidade seria sempre dentro de profissionais ou pessoas com experiência na educação, mas é apenas um pormenor, não sei....isto é já mais uma vez futurologia...não sei se há alguma base nisto que eu estou a transmitir. Aqui a grande preocupação tem haver com o recrutamento de pessoas, a seleção de pessoas e com a gestão de pessoas com competência para desempenhar funções dentro da área de educação. É a grande preocupação é perceber se a Câmara Municipal de Sesimbra tem essas competências.	
--	---	---	---	--

Questão 3

- Em que medida essa transferência de competências do poder central para a autarquia contribuirá para uma articulação mais próxima entre os parceiros da comunidade?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção da comunidade	- Proximidade. - Conselho Municipal de Educação. - Os representantes da autarquia são inadequados.	- Articulação mais próxima. - Ineficácia dos órgãos intermédios. - Os representantes da autarquia não são adequados para tratar dos assuntos debatidos no Conselho Municipal de Educação.	Eu diria que este é um ponto positivo, que haverá maior possibilidade de articulação, apesar de, enquanto presidente da Associação de Pais e pertencendo ao Concelho Municipal de Educação, vejo, sempre que há estes encontros, os mesmos são bastante inconclusivos e bastante ineficientes, porque tudo o que é discutido nunca me apercebi que chegasse a algum lado ou que fosse efetivado algumas das ideias que são lá transmitidas...infelizmente tenho que dizê-lo porque é uma verdade. Está sempre presentes elementos da Câmara Municipal de Sesimbra, que não estão dentro dos assuntos, que não estão ao corrente da atualidade educativa, são administrativos ou secretários que são colocados lá, portanto eu acredito que isto é uma mais valia, este ponto, mas estando à mesa as pessoas que estão efetivamente informadas e dentro da área da educação, por isso a Câmara Municipal de Sesimbra, tem competências das mais diversas, desde a gestão do turismo, da gestão de todo o município, a área da educação é uma área muito mais específica, que sei que tem uma vereadora designada a este pelouro mas que tem de estar presente nas tomadas de decisão. Nas tomadas de decisão e ouvir e oscultar aquilo que os intervenientes da educação tem para dizer, sejam eles os professores, pais, alunos, sejam eles funcionários e auxiliares. Portanto é uma mais valia,	Sujeito 7

			mas a Câmara Municipal de Sesimbra terá que saber gerir bem este contacto e estes encontros que existem e essa proximidade com a comunidade educativa.	
--	--	--	--	--

Questão 4

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção da comunidade	- Sim	- A proximidade permite uma melhor adequação da oferta de formação às necessidades dos concelho.	Sim. Sim...pegando no último ponto, esta proximidade que temos entre as pessoas é fundamental, proximidade local, e também será importante conseguirmos talvez no futuro, não sei se isto está também previsto ou não, a proximidade na educação com aquilo que é a cultura e as tradições locais, eu acho que este será um aspeto fundamental. A cada região..., neste caso aqui ao nosso concelho, conseguirmos adaptar a nossa educação aquilo que era a nossa cultura e tradições da zona, bem como olhar para o futuro da nossa zona, e talvez começar desde logo a preparar, futuros empregados, futuros trabalhadores, adaptando àquilo que são as necessidades locais, isto porque sentimos e sabemos que o nosso concelho vive muito do turismo, tardou na minha perspetiva, atualmente já há mais formação nesta área, tardou o concelho a perceber que tinha que apostar na formação de pessoas direcionadas ao turismo e tardou muito. Sabemos que, para além de estarmos a falar de educação, estamos a falar da educação desde o básico, aprender a ler a escrever, ao domínio de	Sujeito 7

			conhecimento e evolução, abrindo os conhecimentos, o horizonte das nossas crianças, mas mais tarde sabemos que esse conhecimento termina ou numa escola profissional ou numa faculdade e o que se aprende é uma profissão e se Sesimbra conseguir adaptar a sua formação e ensino ao percurso escolar dos alunos, orientado às necessidades do concelho, poderemos influenciar e até manter as pessoas a trabalhar no seu próprio concelho, no meu caso falo, que uma das grandes dificuldades é conseguir trabalhar dentro do concelho de Sesimbra e eu acho que isso é uma perda para todos e portanto essa é uma influência que o poder local pode ter nesta mudança de paradigma que vamos assistir.	
--	--	--	--	--

Questão 5

- Que contributos poderão trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
-------------------	----------------------	-----------------------------	-----------------------------	------------------------------

Perceção da comunidade	- Proximidade. - Condições dos equipamentos - Articulação	- Adaptação da oferta educativa às necessidades locais. - As condições físicas das escolas enquanto fator que contribuirá para o desenvolvimento adequado das atividades letivas. - Articulação entre a autarquia e a comunidade educativa.	Mais uma vez é a influência dos programas, da maneira de educar, da pedagogia adaptada as necessidades locais. Vamos conseguir adaptar os programas à educação local, às necessidades futuras do município, em termos de mão de obra. Isto irá permitir uma gestão de pessoas, dando talvez prioridade às pessoas locais, por exemplo quando falamos da contratação de recursos humanos para as escolas, podia ser preocupante, mas vamos acabar por dar prioridade aos munícipes, portanto poderá ser positivo, mas como disse há estes aspetos positivos, mas a grande preocupação tem haver com as condições que as escolas e os equipamentos poderão ter e é por ai. Falta de manutenção ou dificuldade em manter os imóveis. Aqui, mais uma vez, o grande desafio é perceber como vai ser a articulação entre a Câmara Municipal de Sesimbra e a Comunidade Educativa e se esta articulação não for bem feita podemos ter uma situação complicada, se for bem feita, penso que temos tudo para ter sucesso nesta transição, portanto eu diria que o ponto chave tem haver como é que a Câmara Municipal, vai saber gerir esta transição e esta continuação desta nova realidade.	Sujeito 7
------------------------	---	---	---	-----------

Matriz de análise de conteúdo – S8

Questão 1

- Enquanto representante da comunidade, como vê a transferência de competências do poder central para a autarquia? Quais os aspetos positivos e os negativos dessa transferência?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção da comunidade	- Positivo - Proximidade - Atores locais.	- A proximidade permite um conhecimento mais estreito realidade - Responsabilidade dos atores locais numa resposta adequada e concertada.	No meu ponto de vista é positivo, acho que a proximidade permite conhecer melhor a realidade onde estamos inseridos e também da parte da comunidade educativa é mais simples chegar a alguém que está perto do que alguém que está no ministério, é muito mais simples, as pessoas acabam por se conhecer, cruzam-se e o funcionamento é muito mais direto, portanto eu acho ser positivo essa transferência de competências. Ao nível de aspetos negativos, assim de repente não me ocorre nenhum. Cabe a quem está à frente das diversas entidades arranjar forma de não acontecer aspetos negativos.	Sujeito 8

Questão 2

- Quais as implicações que essa transferência de competências do poder central para a autarquia poderá trazer para o funcionamento da escola?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção da comunidade	- Proximidade - Oferta adequada.	- Conhecimento adequado da realidade. - A existência de um tronco geral e depois uma oferta mais adaptada à realidade do concelho.	Por exemplo a existência de alguns cursos, que estejam mais relacionados com a agricultura ou com a pesca, cursos que vão de encontro às necessidades do concelho. Conhecendo a realidade podemos tentar adaptar determinado tipo de cursos consoante as necessidades, à procura existente. Não será limitador, uma vez que existe uma oferta global, nacional e depois uma oferta mais específica tendo em conta a realidade. Certamente a realidade da zona de Sesimbra não será igual à de Aveiro, por exemplo, ou do interior. Apareceu aqui uma escola de turismo, hotelaria...por quê? Teve a ver com as necessidades do concelho. Acho que é neste sentido que é positivo.	Sujeito 8

Questão 3

- Em que medida essa transferência de competências do poder central para a autarquia contribuirá para uma articulação mais próxima entre os parceiros da comunidade?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Percepção da comunidade	- Proximidade.	- O conhecimento da realidade local.	Se as pessoas já se conhecem, já existe algum contacto, já existe algum conhecimento é mais fácil o relacionamento, à conta dos anos que já estou no concelho, do relacionamento com os alunos do concelho, já conheço a vereadora da educação...já existe alguma facilidade no contacto e nas conversas que poderão vir a existir...mais uma vez vejo mais aspetos positivos do que negativos. Eu acredito mais na proximidade.	Sujeito 8

Questão 4

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Percepção da comunidade	- Sim	- Do geral para o específico, com autonomia das escolas.	Eu acho que tem de partir de uma coisa geral. Tem que existir uma política de educação do país e depois adaptar à realidade local. Mas tem de existir uma política educativa nacional, não pode cada uma decidir por si, seria uma grande confusão.	Sujeito 8

			Ao fim ao cabo, já é um bocadinho como a autonomia das escolas, já lhes é dado alguma liberdade para gerir algumas coisas, têm de cumprir determinadas regras mas..., depois já tem ali alguma margem de manobra...será neste sentido, que para mim faz mais sentido.	
--	--	--	---	--

Questão 5

- Que contributos poderão trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção da comunidade	-Proximidade - Conhecimento da realidade	- O conhecimento da realidade permite uma adaptação mais eficaz à realidade envolvente. - Transmissão de informação adequada.	Talvez o conhecimento da realidade local que permite que se adapte o ensino a essa realidade, porque a verdade é que ensinar em Sesimbra não será a mesma coisa que ensinar em outras escolas do país, com bairros sociais mais...portanto a realidade é outra, a maneira de transmitir a informação será diferente. Havendo esta possibilidade de eventualmente gerir a educação, eu acho que se consegue um serviço melhor. Continuo a dizer que a proximidade apresenta muito	Sujeito 8

			mais vantagens do que desvantagens. O conhecer A, B ou C, poderá facilitar a resolução dos problemas.	
--	--	--	---	--

Matriz de análise de conteúdo – S9

Questão 1

- Enquanto representante da comunidade, como vê a transferência de competências do poder central para a autarquia? Quais os aspetos positivos e os negativos dessa transferência?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção da comunidade	- Positivo - Aspeto positivo a proximidade. - Aspeto negativo a inadequação das verbas transferidas	- Maior proximidade. - Responsabilização das autarquias e uma desresponsabilização do Poder Central. - Parque escolar a necessitar de grandes intervenções.	À partida pensamos imediatamente que seja algo positivo porque há uma maior proximidade. No entanto gera-se uma certa apreensão porque essa responsabilidade poderá não vir acompanhada das verbas efetivamente necessárias. A proximidade é excelente, mas o poder central não pode delegar nas autarquias uma responsabilidade “desresponsabilizante”, portanto aí é a grande preocupação, claro que para nós é importante ter alguém mais próximo, alguém conhecido em vez de uma coisa distante lá no ministério da educação, não é, de qualquer forma a minha apreensão é precisamente essa, e há muita coisa que não foi feita antes e que agora é muito fácil para o ministério responsabilizar as autarquias e pronto, agora a responsabilidade a responsabilidade é nossa. Por exemplo a escola secundária de Sampaio que é uma das escolas que nós temos no nosso agrupamento, que aliás é a sede, que precisa de intervenção urgentíssima que tem vindo a ser protelada, tem vindo a ser constantemente adiada, agora já há uma solução que passa pela autarquia, mas pronto, como ela a escola básica do castelo também, que tem 40 anos, estão completamente sobrelotadas, e segundo eu sei, que tenho participado em algumas reuniões com outros agrupamentos não são casos únicos. Na Quinta do Conde há muitas escolas, há várias escolas a	Sujeito 9

			necessitar de intervenção urgente, mas isso não se faz sem dinheiro, portanto, segundo sei existe um orçamento por escola, que certamente nalgumas escolas será completamente insuficiente, portanto essa é a grande preocupação. Claro que a proximidade é bom e eu acho que vai ser bom, desde de que, depois haja o respetivo acompanhamento financeiro.	
--	--	--	---	--

Questão 2

- Quais as implicações que essa transferência de competências do poder central para a autarquia poderá trazer para o funcionamento da escola?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção da comunidade	- Proximidade	- As sinergias entre os diferentes atores no sentido de ultrapassar as necessidades.	Aqui iria apontar a questão da maior proximidade, principalmente para além do primeiro ciclo e da pré, porque neste momento, e neste momento então, eu acho, que as escolas do segundo e terceiro e do secundário estão um bocadinho em terra de ninguém, é o que eu sinto, quando há alguma necessidade concreta, porque até agora estavam na mão da Dgeste, e tudo o que nós necessitávamos era através da Dgeste, as Associações de Pais funcionam muito como um elemento de pressão, no bom sentido, muitas vezes as escolas fazem pedidos e depois nós reforçamos, e isso surte efeitos, portanto é bom saber que podemos reforçar ao nível do poder local. Aqui também me parece que seja importante a questão das sinergias, o facto de abranger todos os ciclos fará com que certamente consigamos resultados mais efetivos, mais assertivos e conseguir unir esforços para resolver problemas comuns a todas as escolas e a todos os ciclos. E será que a Câmara terá capacidade, a nível de	Sujeito 9

	----- - Recursos humanos - Financiamento/sinergias/acompanhamento	----- - Mais recursos humanos, mais serviços a dar resposta, mais difícil de gerir. - Financiamento/Sinergias e acompanhamento mais estreito por parte da autarquia.	recursos humanos, para o fazer? Eu creio que sim. A minha preocupação é que agora vão ter muito mais recursos humanos, mas de uma forma, se calhar complicada não é, porque todos os funcionários passam a ser funcionários da câmara de alguma forma, não sei se direta ou indiretamente. A questão mais uma vez é o dinheiro, é o financiamento, o que percebi, mesmo a vereadora do pelouro está preocupadíssima com isso, porque não se fazem omeletes sem ovos, não é, portanto aqui a maior, a mais valia, será realmente as sinergias e o acompanhamento de perto da Câmara a todos os ciclos	
--	--	---	--	--

Questão 3

- Em que medida essa transferência de competências do poder central para a autarquia contribuirá para uma articulação mais próxima entre os parceiros da comunidade?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção da comunidade	- Proximidade	- Proximidade permite um melhor conhecimento das prioridades.	Eu acho que a autarquia tem uma melhor compreensão das nossas necessidades específicas, o facto de estar perto de conhecer as realidades faz toda a diferença, não é um elemento lá em Lisboa que trata dos nossos assuntos, também tem uma melhor noção das prioridades, porque todas as escolas se calhar precisam de intervenção, algumas que agora já não, felizmente, mas a verdade é que há uma maior capacidade de nós também fazermos também uma certa pressão de estarmos perto, de irmos acompanhando de irmos relembrando, portanto, acho que aí nesse nível é importante.	Sujeito 9

	- Maior proximidade, maior articulação	- Articulação mais próxima entre a autarquia e as Associações.	Mas com dinheiro, claro, sem ele nada vai ser possível, e aqui creio que fundamentalmente é isso, transferência contribuirá para uma articulação mais próxima sem dúvida. Nós ,Associação funcionamos com uma Check List com a Câmara, temos sempre assuntos pendentes e cada vez que lá vamos, levamos os assuntos que ainda estão pendentes, portanto no fundo é muito mais fácil do que com um relacionamento mais distante como seria com a Dgeste, sem dúvida. Eu dou-lhe um exemplo, nós a propósito das obras que são necessárias na Escola Secundária de Sampaio, enviamos vários mails ao Diretor Regional, creio que é assim, agora não quero estar a enganar-me, mas pronto à Dgest, reforçando o pedido e enviando os elementos que o diretor do agrupamento já tinha enviado, e para que tenha a noção, nem sequer obtivemos qualquer tipo de resposta, nem um OK recebemos, nada, absolutamente nada, eu acredito que não tenha caído em saco roto, mas a verdade é que nem recebemos uma resposta, “sim senhora estamos analisar”, o que fosse, mas...portanto aí um qualquer mail que nós enviamos para a Câmara é sempre diferente, não é, e depois podemos acompanhar, podemos falar com a pessoa X, nos meios mais pequenos também é mais fácil não é?	
--	--	--	---	--

Questão 4

- Considera importante a existência de uma política local de educação? Porquê?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
	- Fundamental.	- Capacidade de adaptar às necessidades do concelho.	Acho que é fundamental. Educação são os nossos jovens, são as nossas crianças que vão ser o futuro de amanhã isso é inequívoco. O que eu acho é que	Sujeito 9

	----- - Prioridades. - Consenso .	----- - A existência de prioridades, garantindo apoio a todos. - Consenso concelho.	também há determinadas especificidades de cada escola, mesmo de cada concelho, de cada freguesia e portanto é muito importante nós sabermos lidar com cada uma das questões com muita clareza e portanto aí acho que a politica local é fundamental, porque independentemente das diretrizes centrais há que sabre adaptar às circunstancias. E não a preocupa dentro do mesmo concelho existir disparidades ao nível dos apoios prestados às diferentes escolas? Eu creio que não. Porque aí entraremos todos, os intervenientes...Qualquer um de nós sabe que é fundamental, por exemplo, neste momento, haver uma nova escola secundária, é um exemplo, portanto se começarem a construir a escola, teremos todos noção que durante algum tempo não haverá, se calhar, possibilidade de fazer outras intervenções mais pequenas ou então se calhar umas maiores, porque as mais pequenas poderá ainda será possível. A Rodrigues Soromenho, por exemplo, está neste momento a sofrer uma grande intervenção, portanto temos noção que se forem sendo feitas determinadas coisas, a nossa vez chegará, portanto não me parece que...e é muito mais fácil assim do que de outra forma qualquer, porque mesmo ao nível destas reunião onde estão presentes os vários agrupamentos e até as Associações de Pais e outros intervenientes há uma noção geral e portanto claro que sabemos que há sempre prioridades não é, há intervenções maiores, há intervenções mais pequenas, portanto não me preocupa, pelo contrário, acho que mesmo assim vai ser muito mais favorável termos a autarquia nesse papel.	
--	--	--	---	--

- Que contributos poderão trazer essa transferência de competências do poder central para a autarquia para a melhoria da qualidade do processo educativo?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Unidades de contexto	Unidade de enumeração
Perceção da comunidade	- Proximidade - Ensino integrado - Eficácia financeira - Prioridades.	- Sinergias entre todos os atores educativos - Gestão orçamental adequada e com atenção às prioridades.	Bom, então aqui acho que os contributos serão essencialmente um ensino integrado em todos os ciclos, como eu já referi e entre todos ciclos, lá está as tais sinergias entre as escolas, e não só, mas entre agrupamentos, entre professores entre..., enfim todos os intervenientes e é preciso que não fiquemos perdidos na gestão orçamental nacional á espera que chegue a nossa vez, aquilo que falávamos á pouco das prioridades, portanto para nós estarmos entre as não sei quantas escolas do concelho é completamente diferente estarmos entre as não sei quantas escolas nacionais, não é, que vamos sempre ficando, se calhar, para trás, para trás, portanto aqui há uma maior noção dessas prioridades, e as autarquias irão passo a passo tentando chegar a todas as escolas, isso eu não tenho dúvidas, portanto o primeiro ciclo irão intervir naquelas que têm mais necessidade e por aí fora, ciclo a ciclo, portanto tenho a esperança, mais do que a certeza que isso vai certamente contribuir. A proximidade vai fazer toda a diferença, para o bem e para o mal, claro. Eu neste momento e pela experiência que tenho, e já levo alguns anos, alguns anos destas coisas das Associações de Pais, a experiência que tenho é que temos que ir sempre recordando, não é, temos que ir sempre reforçando, um reforço local é sempre muito mais simples do que o reforço longínquo que às vezes nem sequer recibes resposta, não quer dizer que tudo se vá responder, não quer dizer que será tudo cor de rosa e que vá ser tudo exequível, mas nós cá estaremos, para ir fazendo sempre o	Sujeito 9

			reforço das necessidades, eu acredito que pesando os pratos da balança certamente que pende muito mais para uma vantagem do que uma desvantagem. Claramente.	
--	--	--	---	--